



princípios

teoria, política e cultura

ISSN 1415-7888 E-ISSN 2675-6609

169

JAN./ABR. 2024

ANO 43 - R\$ 40,00

DOSSIÊ

DESAFIOS DO GOVERNO LULA: DEMOCRACIA, RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Parte II

Luis Fernandes

▲ **Desafios para o Brasil em ciência,
tecnologia e inovação**

▲ **A propaganda imperialista e a
intelligentsia da esquerda ocidental**

▲ **Similaridades e recorrências da
retórica conservadora**

▲ **Saint-Simon e o nascimento do
socialismo**



ISSN 14157888



9 771415 788005



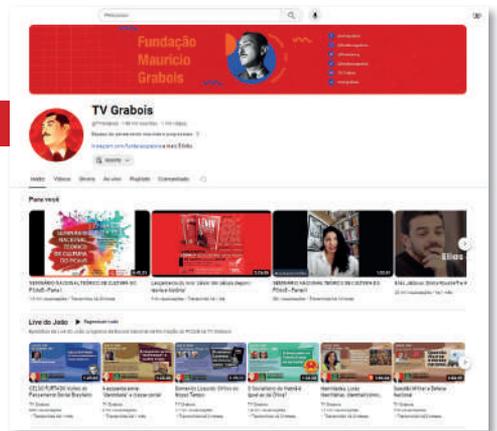
PORTAL GRABOIS

O portal da Fundação Maurício Grabois é um espaço de convergência e difusão do pensamento marxista e progressista, de debate sobre as alternativas à crise do capitalismo e fortalecimento da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Visite: www.grabois.org.br

TV GRABOIS

A TV Grabois, canal da Grabois no YouTube, chega ao fim de 2023 com 130 mil inscritos, o que a posiciona como o maior canal de uma fundação partidária brasileira no YouTube. A TV Grabois entrou no ar em 5 de março de 2010 e já reúne centenas de conteúdos. Atualmente, todas as atividades da FMG são transmitidas ao vivo pelo canal e também ficam disponíveis para acesso posterior.



CDM

O Centro de Documentação e Memória comporta uma biblioteca especializada na história do Partido Comunista do Brasil, coleções de periódicos, documentos partidários, vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.

DOSSIÊS ESPECIAIS

A equipe da Fundação Maurício Grabois já editou e disponibilizou no portal mais de uma dezena de dossiês especiais, reunindo conteúdo significativo sobre importantes pensadores marxistas como Marx, Engels, Lênin, Gramsci, Althusser, Domenico Losurdo, João Amazonas, Clóvis Moura, entre outros.

A Fundação Maurício Grabois criou a Cátedra Claudio Campos para “estudar e discutir o pensamento e a teoria nacional-desenvolvimentista”. O jornalista Claudio Campos, que dá nome à cátedra, foi fundador do jornal *Hora do Povo* e secretário-geral do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) até seu falecimento, em 2005.

EDITORIAL

4

Em defesa do desenvolvimento no sentido pleno da palavra

In defense of development in the full sense of the term

DOSSIÊ **Desafios do governo Lula – Parte II**

ARTIGOS

9

Os desafios para o Brasil em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no contexto da transição hegemônica entre EUA e China no sistema internacional

Challenges for Brazil in science, technology and innovation (ST&I) in the context of the hegemonic transition between the USA and China in the international system

LUIS FERNANDES

25

As relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China (2002-2023)

Continuidades, rupturas e desafios para o governo Lula 3

Diplomatic and economic relations between Brazil and China (2002-2023)

Continuities, ruptures and challenges for the Lula's third presidential term

FÁBIO BORGES | LUIZA MARIA MARTINS | FELIPE NAGUAL

47

Entre o desenvolvimento e a proteção ambiental

Lições do 14^o Plano Quinquenal Chinês para a governança socioambiental brasileira rumo à COP 30

Between development and environmental protection

Lessons from China's 14th Five-Year Plan for Brazilian socio-environmental governance towards COP 30

LUIZ HENRIQUE DEBASTIANI | RAFAEL WILLIAN SENER

66

Cultura e estratégia nacional para o desenvolvimento

Políticas audiovisuais de amplo espectro na economia criativa

Culture and national development strategy

Far-reaching audiovisual policies in the creative economy

RUY ALKMIM ROCHA FILHO | JOANE DOS SANTOS ARAÚJO

88

A resistência das comunidades indígenas e a luta pela demarcação de terras

The indigenous communities' resistance and the struggle for land demarcation

ALEXANDRE FELIPE FIUZA | STEFANY DUTRA

105

Trajetória do Bolsa Família e a recomposição das estratégias de superação da fome no Brasil

Bolsa Família program and the recomposition of strategies to overcome hunger in Brazil

MARILENE PARENTE GONÇALVES | KETNEN ROSE M. BARRETO | VALTER MARTINS

DIÁLOGOS & DEBATES

TEORIA MARXISTA

124

A propaganda imperialista e a ideologia da *intelligentsia* da esquerda ocidental

Do anticomunismo e a política identitária às ilusões democráticas e o fascismo

Imperialist propaganda and the ideology of the Western left *intelligentsia*

From anticomunism and identity politics to democratic illusions and fascism

GABRIEL ROCKHILL | ZHAO DINGQI

ENSAIO

CIÊNCIA POLÍTICA

153

Deus, pátria e família

Similaridades conjunturais e retórica conservadora durante os Factory Acts, a era Vargas e a ascensão do bolsonarismo no Brasil

God, homeland and family

Conjunctural similarities and conservative rhetoric during the Factory Acts, the Vargas era and the rise of Bolsonaro in Brazil

WANDER LUIS DE MELO CRUZ

ARTIGOS

185

HISTÓRIA

**A vida e a obra de Saint-Simon
O nascimento do socialismo**The life and work of Saint-Simon
The birth of socialism**FRANCISCO QUARTIM DE MORAES**

205

SOCIOLOGIA

**“Revolução brasileira”
Usos e contextos**“Brazilian revolution”
Uses and contexts**RICARDO RAMOS SHIOTA**

226

POLÍTICAS PÚBLICAS

**A desigualdade social e a condição de saúde das
mulheres no município de Londrina (PR)**Social inequality and the health condition of women in
the city of Londrina, state of Paraná**NATHÁLIA CRISTINA DE CARVALHO | ANA PATRÍCIA PIRES NALESSO**

242

EDUCAÇÃO

**Pronera como resistência da classe trabalhadora ao projeto
hegemônico e autocrático na formação social brasileira
Do pós-golpe de 2016 ao governo Bolsonaro**Pronera as working class resistance to the hegemonic and
autocratic project in Brazilian social formation
From 2016 coup to the Bolsonaro government**MICHELLE SENA ROSA DE ARAÚJO**

RESENHA

259

CIÊNCIA POLÍTICA

A arte de isolar o inimigo principal

The art of isolating the main enemy

MARCELO PEREIRA FERNANDES

269

LIVROS QUE RECOMENDAMOS

EXPEDIENTE

272

Em defesa do desenvolvimento no sentido pleno da palavra

In defense of development in the full sense of the term

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.001>

A retomada do desenvolvimento é o grande desafio do governo Lula, e constitui o cerne do programa aprovado nas urnas em 2022. *Princípios* volta a esse tema em sua edição de número 169, que dá continuidade ao debate sobre o desenvolvimento, a defesa da democracia, a afirmação da soberania nacional e a reconstrução do país após os desastrosos anos de Jair Bolsonaro à frente do poder central da República.

Na edição anterior, *Princípios* abordou a problemática do desenvolvimento dando ênfase à dimensão econômica. Obviamente, o tema vai além. Abarca os mais variados desafios nos campos social, cultural, ambiental, diplomático, científico e tecnológico, entre outros. Nesta segunda parte do dossiê “Desafios do governo Lula” publicamos artigos sobre essas outras dimensões do desenvolvimento, bem como sobre suas interações e sinergias.

O dossiê abre com artigo do secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luis Fernandes, que discorre sobre a centralidade da área para a geração de riquezas e sua inegável importância geopolítica. Fernandes aborda os desafios enfrentados pelo Brasil desde os anos 1990 na área de CT&I, expondo os programas e estratégias que têm sido mobilizados pelo novo governo. Trata-se de um tema estratégico: não é possível implementar a reindustrialização em novas bases tecnológicas – um dos objetivos centrais do terceiro governo Lula – sem realizar fortes investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

Fica evidente, no mesmo sentido, que nossas relações diplomáticas precisam internalizar a busca de um caminho autônomo, que vise superar as condicionalidades do consenso neoliberal, assim como as imposições de grandes potências capitalistas, e se coloque a serviço do desenvolvimento soberano do país. Para isso, devemos aproveitar a tensa transição geopolítica que ocorre atualmente no mundo para retomar o processo de integração latino-americana e fortalecer nossas relações com os Brics+6. Destaca-se, nesse âmbito, o papel hoje desempenhado pela China, nação com a qual o Brasil acaba de completar 50 anos de relações diplomáticas. A colaboração Brasil-China, tema de

A fim de retomar a estrada larga do desenvolvimento, é preciso entendê-lo, nos termos de Celso Furtado, como transformação das estruturas não apenas econômicas, mas também sociais, políticas e culturais

dois artigos veiculados no dossiê desta edição, tem sido mutuamente proveitosa nas mais diversas áreas, e precisa ser aprofundada.

Partimos do pressuposto de que o desenvolvimento alavancado pela robustez do setor produtivo da economia deve ser benéfico não para rentistas e especuladores, mas para os trabalhadores, os segmentos sociais vulneráveis e as amplas maiorias da população, que precisam conhecer a melhoria de suas condições de subsistência e de vida. Só assim o projeto nacional de desenvolvimento será digno desse nome. Não se trata de mero crescimento econômico ou da modernização incremental de setores produtivos.

Como fica demonstrado na catástrofe do Rio Grande do Sul, o desenvolvimento também deve ser ambientalmente sustentável. É necessário avançar numa transição energética-ambiental que, sem sacrificar perspectivas de prosperidade econômica e sem render-se ao colonialismo ambiental, aponte para um novo modelo de desenvolvimento, capaz de garantir a plena sustentabilidade dos ecossistemas nacionais.

Fortalecer a cultura nacional, ou seja, realizar a emancipação cultural, descolonizar mentes, é outro grande desafio. Ele ganha escala ampliada no terreno da produção audiovisual – objeto de um dos artigos do dossiê. Fazer com que o Brasil veja a si mesmo e entenda sua própria realidade significa proporcionar condições para que acreditemos mais em nós mesmos. A fim de retomar a estrada larga do desenvolvimento, é preciso entendê-lo, nos termos de Celso Furtado, como transformação das estruturas não apenas econômicas, mas também sociais, políticas e culturais.

Ladeando as contribuições publicadas na segunda parte do dossiê “Desafios do governo Lula”, *Princípios* veicula ainda, na presente edição, artigos sobre o impacto das desigualdades sociais na condição de saúde das mulheres; os diferentes usos do termo revolução brasileira, por correntes de pensamento diversas, ao longo da história; as similaridades exibidas pela retórica conservadora em distintos espaços e tempos; a vida e a obra do conde de Saint-Simon, nome associado à fundação do pensamento socialista; os aspectos de resistência contra-hegemônica que se materializam no Programa Nacional

de Educação na Reforma Agrária (Prонера), política pública interrompida durante o governo Bolsonaro.

Princípios volta a publicar a seção “Diálogos e Debates”, que neste número traz uma entrevista com Gabriel Rockhill, professor de Filosofia da Universidade de Villanova (Pensilvânia). Ele conversa com Zhao Dingqi, pesquisador do Instituto de Marxismo da Academia Chinesa de Ciências Sociais, sobre as estratégias e aparelhos ideológicos do imperialismo; o estágio e as tarefas atuais da teoria marxista; o crescimento avassalador do neofascismo em todo o mundo; e as táticas para resistir à hegemonia das classes dominantes, entre outros temas. O diálogo, originalmente publicado em mandarim no volume 11 de *World Socialism Studies*, e republicado em inglês no volume 75, número 7 da revista nova-iorquina *Monthly Review*, ganha tradução em português exclusiva para a *Princípios*.

Na resenha da edição, o economista Marcelo Fernandes registra suas impressões e destaca as lições contidas no livro *Imperialismo e questão europeia*, do saudoso pensador marxista italiano Domenico Losurdo, cujas elaborações, inspiradas no marxismo-leninismo, continuam a reverberar pelo campo da esquerda em todo o mundo.

Desejamos uma boa leitura!

A Comissão Editorial

CAPA

Foto: Daniel Teixeira



Visitantes apreciam o mural *Brasil em 4 fases* (1965), de Di Cavalcanti, durante exposição dedicada ao artista no Instituto Tomie Ohtake, em 2021. A obra reúne quatro telas a óleo pintadas sobre madeira formando um painel de 289 × 776 cm. Mesclando tons frios, característicos de sua obra, com pinceladas de cores quentes, o artista carioca retrata nesse mural a chegada dos portugueses, o Período Colonial, o Império e as mudanças ocorridas no século XX.

DOSSIÊ

Desafios do governo Lula – Parte II

Organizador:
Nilson Araújo de Souza
(Unila)





Os desafios para o Brasil em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no contexto da transição hegemônica entre EUA e China no sistema internacional

Challenges for Brazil in science, technology and innovation (ST&I) in the context of the hegemonic transition between the USA and China in the international system

Luis Fernandes*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.002>

RESUMO

A área de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) é crucial para o desenvolvimento econômico das nações, dada a sua centralidade para a geração de riquezas e sua incontornável importância geopolítica. Os desafios primordiais enfrentados pelo Brasil desde os anos 1990 na área de CT&I são aqui analisados à luz de três dimensões cruciais da economia política internacional (EPI): as do dinamismo produtivo, científico-tecnológico e de inovação. Com base nos índices de Rae e Taylor e de Laakso e Taagepera, elaboramos um índice de concentração/dispersão para avaliar o desempenho dos principais países do sistema internacional em cada uma dessas três dimensões, considerando ainda a variação do número e composição das “potências relevantes” no cenário global. Os resultados indicam que está em curso uma profunda reconfiguração das relações de poder no mundo, com a ascensão de países que ocupavam posições periféricas ou semiperiféricas no século passado. Coreia do Sul, Índia e sobretudo China vêm conseguindo romper, ainda que parcialmente, o monopólio relativo de poder das potências mundiais anteriores por meio do fomento de suas atividades industriais, tecnológicas e de inovação, políticas que ampliam as suas capacidades políticas e econômicas e os elevam a uma posição de destaque perante os demais países em desenvolvimento. O artigo examina, ainda, os passos dados pelo Brasil após a eleição do presidente Lula para trilhar o mesmo caminho.

Palavras-chave: Ciência, tecnologia e inovação. Desenvolvimento desigual. Projeto nacional.

ABSTRACT

Science, technology and innovation (ST&I) is a crucial sector for the economic development of nations, given its centrality for generating wealth and its unavoidable geopolitical relevance. The primary challenges faced by Brazil since the 1990s in this field are analyzed in the light of three crucial dimensions of international political economy: productive, scientific-technological and the one concerning innovation. Based on the Rae and Taylor, and Laakso and Taagepera indices, we created a concentration/dispersion index to monitor the performance of the main countries in the international system in each of these three dimensions, also considering the variation in the number and composition of “relevant powers” on the global scene. The results indicate that a reconfiguration of international power relations is underway, given the rise of countries which occupied peripheral or semi-peripheral positions in the past century. South Korea, India and above all China have managed to break, albeit partially, the relative power monopoly of the powers worldwide by promoting their industrial, technological and innovative activities through a number of policies able to expand their political and economic capacities and to elevate them to a prominent position compared to other developing countries. The article also examines the steps taken by Brazil after the election of president Lula in order to follow the same path.

Keywords: Science, technology and innovation. Uneven development. National project.

1. INTRODUÇÃO

A erosão do poder relativo dos países dominantes no sistema global durante o século XX e a ascensão de novos polos de poder na antiga periferia e semiperiferia do planeta ao longo das últimas décadas caracterizam a transição estrutural em curso na ordem mundial, marcada por uma dinâmica acelerada e abrangente de desenvolvimento desigual.

Na “era do conhecimento”¹, a área de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) se tornou central para o desenvolvimento dos países, pois está cada vez mais no âmago dos processos de geração de riqueza e agregação de valor. Além de se tornar fator crítico para impulsionar o desenvolvimento econômico, ela passou a constituir dimensão fundamental na disputa geopolítica mundial. Nos últimos anos, em particular, converteu-se em uma das principais frentes do embate entre Estados Unidos e China no sistema internacional, alimentando restrições e cerceamentos crescentes ao desenvolvimento e transferência de tecnologias para os países do chamado Sul Global.

Este artigo situa os principais desafios enfrentados atualmente pelo Brasil na área de CT&I no contexto das mudanças estruturais em curso no mundo nas últimas décadas em três dimensões cruciais da economia política internacional (EPI): a do dinamismo produtivo (medido por participação relativa no PIB mundial calculado por paridade de poder de compra — PPC), a do dinamismo científico e tecnológico (medido por participação relativa na autoria de artigos publicados em revistas internacionais indexadas) e a do dinamismo de inovação (medido por participação relativa na geração de patentes no mundo). São, certamente, indicadores “brutos” e limitados demais para propiciar uma compreensão mais detalhada, abrangente e profunda das transformações em curso. Mas, usados de forma comparada e diacrônica, eles nos fornecem bases empíricas para identificar as tendências predominantes de mudança na correlação de forças no sistema internacional.

Para medir a concentração ou dispersão relativa de poder em cada dimensão, adaptamos os índices de Rae e Taylor (1970) e de Laakso e Taagepera (1973), comumente usados para medir grau de fragmentação em sistemas partidários e o número de “partidos efetivos” em sistemas de representação multipartidários. Com base neles, elaboramos um índice de concentração/dispersão em cada uma das três dimensões de EPI analisadas e acompanhamos a sua evolução de 1990 a 2020, bem como o número e composição das “potências relevantes” (conceito análogo ao de “partidos efetivos” nos sistemas partidários). Os resultados desses levantamentos evidenciam uma significativa e profunda reconfiguração dos pesos relativos dos países nas três dimensões destacadas, mas com graus diferenciados de difusão/concentração conforme a dimensão.

2. O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NA “ERA DO CONHECIMENTO”

Na segunda metade do século XX, a superioridade tecnológica dos EUA na economia global era inconteste (embora ameaçada, temporariamente, pela União Soviética em algumas áreas, como a da indústria aeroespacial, com forte conexão militar). Empresas dos Estados Unidos lideraram a revolução científico-tecnológica que transformou o mundo na

¹ Conceito que se generalizou a partir das reflexões pioneiras de Richta (1972) sobre a revolução científico-tecnológica operada na segunda metade do século XX e seus desdobramentos nos novos paradigmas produtivos e tecnológicos do século XXI.

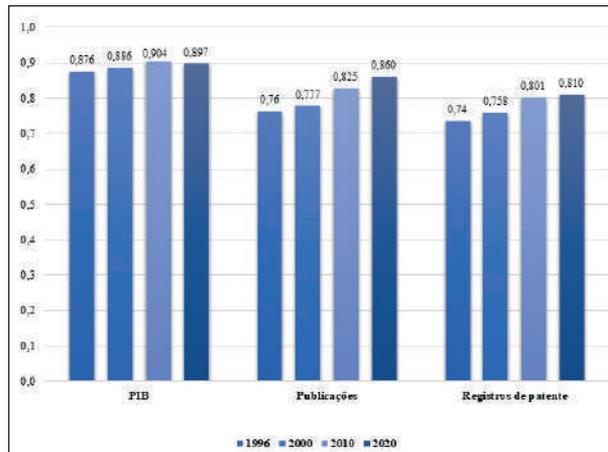
No contexto das dinâmicas de desenvolvimento desigual em curso no mundo, esses países se destacaram, precisamente, por terem estruturado sistemas de inovação que integraram cadeias produtivas industriais e capacidades científicas e tecnológicas nacionais por via de projetos mobilizadores estratégicos que contaram com forte financiamento e apoio públicos

segunda metade do século XX, sobretudo na área de tecnologias da informação e comunicação (TICs) e seus desdobramentos nos novos paradigmas produtivos e tecnológicos do século XXI. Estão, portanto, na origem da atual “era do conhecimento”.

Ao longo das três últimas décadas, alguns países em desenvolvimento conseguiram romper parcialmente esse monopólio relativo de poder dos EUA e de outras potências centrais na economia global. Coreia do Sul, Índia e, mais notadamente, China absorveram a difusão de atividades industriais e tecnológicas com capacidade política e econômica diferenciada em relação aos demais países em desenvolvimento. Esse processo gera maior pressão competitiva nas economias centrais, que buscam deter ou diminuir o ritmo da difusão por meio de políticas protecionistas. São exemplos disso a imposição de sanções e barreiras a empresas concorrentes em áreas da fronteira tecnológica, por alegadas razões de segurança ou por acusações unilaterais de envolvimento em práticas de corrupção, além do recrudescimento do protecionismo comercial aberto. Essas medidas representam constrangimentos estruturais à difusão de atividades agregadoras de valor na economia global, aos quais os países em desenvolvimento mais dinâmicos respondem com a formulação e implantação de políticas industriais, comerciais e tecnológicas ativas e o incremento de investimentos nos seus respectivos sistemas nacionais de inovação.

Passemos agora a examinar como isso impactou as posições relativas dos países nas três dimensões da EPI indicadas. O gráfico 1 indica a evolução dos índices de concentração/dispersão internacional nessas dimensões. Todos apontam para tendências de desconcentração, mas o índice PIB/PPC parte de valores mais elevados de dispersão e varia menos. Já os índices referentes a publicações e patentes partem de valores de concentração mais elevados, mas passam por processos de desconcentração mais intensos. A evolução desses índices sinaliza uma descentralização da produção científica e tecnológica bem como da inovação mundial no período, com um crescimento gradual da participação de diferentes países em ambos, embora os graus de concentração se mantenham elevados.

Gráfico 1 — Evolução dos índices de concentração/dispersão de poder, conforme a dimensão — 1990-2020*

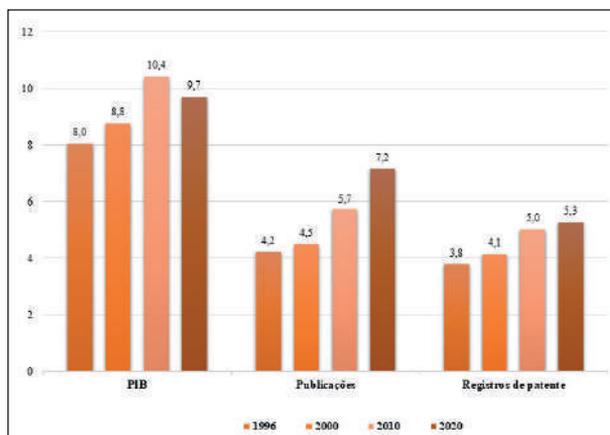


Fonte: Calculado com base em dados do Banco Mundial, SJR e OMPI

Nota: *A União Europeia foi concebida nos cálculos como uma única entidade

O gráfico 2 aponta a evolução do número de “potências relevantes” (PRs) por dimensão no período examinado. Acompanhando as tendências de desconcentração, o número de PRs aumentou em todas as dimensões examinadas. A exceção ficou por conta da ligeira retração do índice referente ao PIB/PPC entre 2010 e 2020 (de 10,4 para 9,7). Isso possivelmente já é reflexo do aumento do peso da China no PIB mundial. Em função da aproximação aritmética para números inteiros, a variação não alterou o número de PRs no período (totalizando 10). Mas trata-se de uma variação que deve ser acompanhada de perto em levantamentos futuros. A dimensão PIB/PPC foi a que apresentou o maior número de PRs, o que revela que as dimensões da produção científica e tecnológica e da inovação mundial permanecem mais concentradas em potências específicas do que a produção global (embora suas dinâmicas possam ter impactos decisivos sobre a própria reconfiguração e redistribuição territorial das cadeias de agregação de valor na economia mundial).

Gráfico 2 — Evolução do número de potências relevantes, por dimensão — 1990-2020*



Fonte: Calculado com base em dados do Banco Mundial, SJR e OMPI

Nota: *A União Europeia foi concebida nos cálculos como uma única entidade

O quadro 1, a seguir, indica a evolução da composição e do peso relativo das PRs nas três dimensões examinadas entre 1990 e 2020. De certa forma, ela sintetiza a análise desenvolvida neste trabalho sobre a reconfiguração das relações de poder no sistema internacional desde o fim da Guerra Fria.

Quadro 1 — Potências relevantes, por dimensão — 1990-2020

PIB		Publicações		Registros de patente	
NEP = 8,0	NEP = 9,7	NEP = 4,2	NEP = 7,2	NEP = 3,8	NEP = 5,3
1990	2020	1996	2020	1990	2020
UE (24%)	China (18%)	UE (36%)	UE (29%)	URSS (36%)	China (29%)
EUA (20%)	UE (17%)	EUA (31%)	China (16%)	Japão (22%)	EUA (18%)
Japão (8%)	EUA (16%)	Japão (8%)	EUA (16%)	EUA (20%)	UE (18%)
Rússia (4%)	Índia (7%)	Canadá (4%)	Índia (4%)	UE (15%)	Japão (17%)
China (4%)	Japão (4%)	Rússia (3%)	Japão (3%)		Coreia do Sul (9%)
Índia (4%)	Rússia (3%)		Canadá (3%)		
Brasil (3%)	Indonésia (2%)		Rússia (3%)		
México (2%)	Brasil (2%)				
	México (2%)				
	Turquia (2%)				

Fonte: Calculado com base em dados do Banco Mundial, SJR e OMPI

Nas três dimensões de EPI examinadas, as “potências tradicionais” (Estados Unidos, Europa e Japão) se mantiveram na condição de PRs da economia global entre 1990 e 2020. Mas em todas essas dimensões elas perderam peso relativo (de forma mais significativa nas dimensões da produção científica e tecnológica e do dinamismo produtivo) e viram o número de PRs adicionais aumentar. O Japão foi o país que mais perdeu posições e peso relativo no período examinado. Já a China integrava a lista de PRs em 1990 apenas na dimensão de participação no PIB/PPC mundial, e assim mesmo na quinta posição (com 4%). Em 2020 ela passou a constar em 1º na do PIB/PPC mundial, em 2º na de publicações científicas e tecnológicas indexadas pelo SJR e em 1º nos registros de patente pela OMPI. A Índia também só constava da lista de PRs em 1990 por sua participação no PIB/PPC mundial (igualmente com 4%). Em 2020, ela passou a integrar essa lista tanto na dimensão do PIB quanto na das publicações. A Coreia do Sul passou a integrar a lista das PRs na dimensão da inovação global em 2020 e dobrou sua participação no PIB/PPC mundial (sem integrar, no entanto, a lista dos “dez mais” nessa dimensão). A Rússia manteve-se na lista de PRs do PIB/PPC entre 1990 e 2020, mas perdeu posições e peso relativo. Passou a integrar a lista de PRs na produção científica e tecnológica em 2020, recuperando parte da liderança mundial que havia exercido nessa dimensão no período soviético. O Brasil e México mantiveram-se na lista de PRs entre 1990 e 2020 na dimensão do PIB/PPC, mas também perderam posições e peso relativo no período, sendo ultrapassados pela Indonésia em 2020.

Chinalmages



Trabalhadores chineses fabricam peças para veículos de nova energia em indústria da cidade de Huzhou, província de Zhejiang, 28 agosto de 2018

As trajetórias dessas PRs ascendentes indicam que os países em desenvolvimento não estão condenados a posições periféricas, subalternas e de baixa agregação de valor na divisão internacional do trabalho. No contexto das dinâmicas de desenvolvimento desigual em curso no mundo, esses países se destacaram, precisamente, por terem estruturado sistemas de inovação que integraram cadeias produtivas industriais e capacidades científicas e tecnológicas nacionais por via de projetos mobilizadores estratégicos que contaram com forte financiamento e apoio públicos. Não se contentaram nem se limitaram a abrir, de forma passiva, as suas economias para atrair investimentos e instalações produtivas das empresas transnacionais e os pacotes tecnológicos a eles associados, nem subordinaram os seus projetos mobilizadores estratégicos nacionais a restrições oriundas de mecanismos e dinâmicas rentistas de acumulação financeira.

Para identificar e enfrentar os principais desafios que se apresentam ao Brasil na área de CT&I, é forçoso partir do reconhecimento de que o nosso país não se situou entre as “potências relevantes” em ascensão nas últimas décadas nas três dimensões cruciais da EPI examinadas. O Brasil precisa incorporar de forma consistente a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação à sua política de desenvolvimento nacional se quiser torná-lo sustentável e robusto a longo prazo, com impactos relevantes sobre a posição relativa do país no sistema internacional. Afinal, como vimos, o fomento de capacidades nacionais em CT&I se tornou um vetor cada vez mais central e crítico na reconfiguração das relações de poder no mundo.

O Brasil precisa incorporar de forma consistente a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação à sua política de desenvolvimento nacional se quiser torná-lo sustentável e robusto a longo prazo, com impactos relevantes sobre a posição relativa do país no sistema internacional

3. A RETOMADA DA ÁREA DE CT&I COMO ALAVANCA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL PELO GOVERNO LULA

O projeto nacional de desenvolvimento é o caminho concreto para a acumulação de forças e a emancipação do Brasil. Vivemos uma experiência de desenvolvimento nacional relativamente exitosa em meados do século passado, em que pesem suas várias limitações. Foi um processo abortado em razão da dependência do capital financeiro, que se expressou, na década de 1980, na crise da dívida e acabou estrangulando a capacidade do país de financiar o seu próprio desenvolvimento. Essa forte dependência da captação de financiamento externo para viabilizar nosso desenvolvimento foi um dos obstáculos impostos à continuidade do processo.

Foi um esforço de desenvolvimento orientado por uma industrialização levada a cabo por meio da substituição de importações e ancorado fortemente numa ilusão: a ideia de que a importação de pacotes tecnológicos associados a investimentos de grandes empresas multinacionais no Brasil asseguraria e sustentaria esse esforço de desenvolvimento nacional.

Tal equívoco gerou uma forte distorção: a política nacional de ciência e tecnologia — estruturada nos anos 1950 com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e nos anos 1960 com a fundação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que teve um papel muito importante na estruturação de uma política e um sistema nacional de ciência e tecnologia — estava divorciada da política de industrialização, porque a via adotada não abarcava o fomento da autonomia tecnológica nacional como dimensão estruturante do projeto.

Tal projeto consistia em um modelo de desenvolvimento que não estimulava adequadamente a inovação nas empresas brasileiras nem promovia um esforço robusto e eficaz para a promoção da capacidade tecnológica nacional. A falta de incentivos adequados

resultou em um ambiente empresarial pouco propício à inovação, limitando o avanço tecnológico e o crescimento econômico sustentado. Consequentemente, o país não conseguiu construir uma base tecnológica competitiva, essencial para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades da economia global.

Esse primeiro esforço de desenvolvimento nacional baseado na industrialização foi, como dissemos, interrompido pelos adventos da crise da dívida e da crise de desenvolvimento que acometeram o país. Do ponto de vista político, isso infelizmente deu vazão ao predomínio, *pari passu* com a democratização, de uma orientação que abandonou a perspectiva de projeto nacional e encampou uma política que apostava na autorregulação do mercado para promover o desenvolvimento do país, o que não funcionou no Brasil nem em nenhuma outra parte do mundo — onde houve desenvolvimento, ele se assentou sobre investimentos públicos e sobre o protagonismo estatal na criação de novos mercados. A opção feita pelo Brasil aprofundou e prolongou a nossa crise de desenvolvimento.

No início deste século, com os dois primeiros governos Lula e o primeiro mandato de Dilma Rousseff, começou a reestruturação de um projeto nacional de desenvolvimento. Apesar dos passos importantes dados em prol desse esforço, o processo foi interrompido por uma ruptura na ordem democrática nacional, materializada no processo de impeachment e, a seguir, na instalação do governo Bolsonaro, dominado por forças antinacionais, antidemocráticas, de tendência fascista (apesar da sua orientação econômica ultraliberal), e responsável por graves e contínuas ameaças à democracia.

Hoje temos uma visão mais ampla das forças que se envolveram nessa agenda golpista e autoritária e do grau de ameaça à nossa ordem democrática, conquistada a duras penas — ameaça ainda presente, pois, a despeito das derrotas na eleição e na tentativa de golpe de 8 de janeiro, as forças golpistas continuam intensamente atuantes na vida política nacional. Vemo-nos, portanto, diante do desafio de defender e consolidar o regime democrático, ao mesmo tempo que estruturamos um novo projeto de desenvolvimento para o país que tenha na CT&I um dos seus pilares centrais.

Essa diretriz foi incorporada ao programa de governo da chapa Lula-Alckmin, eleita em 2022, destacando-se a necessidade de promover a reindustrialização em novas bases tecnológicas no país, como eixo central do novo esforço de desenvolvimento nacional. Para tal, era essencial recompor a capacidade de investimento público em CT&I, em face do colapso no sistema federal de fomento vivido nos últimos anos, sobretudo com o forte contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

O diagnóstico feito pela comissão que elaborou o programa de governo já apontava a necessidade de recompor a capacidade de financiamento público não só do governo federal, à frente do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), mas também dos estados e municípios — sinalizando que a recomposição desse sistema de

Onde houve desenvolvimento, ele se assentou sobre investimentos públicos e sobre o protagonismo estatal na criação de novos mercados

Afirmou-se a necessidade de focar a aplicação dos recursos do FNDCT, bem como dos financiamentos públicos na área de CT&I de maneira geral, em grandes projetos nacionais estruturantes e mobilizadores que fossem também pilares do novo projeto nacional de desenvolvimento e reconstrução nacional

fomento por meio de fundos e agências públicas, com destaque para a recomposição e liberação integral do FNDCT, era o passo imediato e urgente a ser dado pelo novo governo.

Também se indicou como foco a reindustrialização em novas bases tecnológicas (hoje chamada de *neoindustrialização*), apontando para algumas áreas prioritárias, como o complexo industrial-tecnológico da Saúde, a transição energética, a transição ecológica — envolvendo as iniciativas de descarbonização da economia nacional —, a transformação digital — garantindo-se não só a digitalização das empresas nacionais, mas também o acesso universal à tecnologia digital — e, por fim, o complexo industrial-tecnológico da Defesa.

Afirmou-se a necessidade de focar a aplicação dos recursos do FNDCT, bem como dos financiamentos públicos na área de CT&I de maneira geral, em grandes projetos nacionais estruturantes e mobilizadores que fossem também pilares do novo projeto nacional de desenvolvimento e reconstrução nacional.

O principal marco dessa retomada dos investimentos em CT&I foi a recomposição e liberação integral dos recursos do FNDCT pelo governo Lula, que compôs orçamentos recordes para o fundo em 2023 e 2024 (totalizando R\$ 10 bilhões e R\$ 12,7 bilhões, respectivamente). Metade desses orçamentos foi destinada a investimentos não reembolsáveis (para universidades, instituições de ciência e tecnologia e empresas), e a outra metade para operações de crédito para empresas, por intermédio da Finep. No caso do crédito, conseguimos também garantir, por medida provisória, que fosse adotada uma taxa de juros baseada na TR (taxa de referência), que tem hoje (maio de 2024) um custo de captação de 1,2% — em contraposição à taxa Selic, que está atualmente em 10,5% ao ano. Conseguimos garantir, portanto, uma taxa de captação bastante competitiva para o financiamento da inovação em empresas nacionais, sobretudo nas áreas prioritárias da nova política industrial (Nova Indústria Brasil — NIB). Os recursos do FNDCT foram integralmente executados em 2023, e o serão novamente no ano de 2024.



Debate sobre energias renováveis durante reunião temática da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada na sede da Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Fortaleza, fevereiro de 2024

Para orientar a atuação institucional da Finep e do CNPq, bem como das demais agências, empresas, órgãos e unidades vinculados ao MCTI, o ministério formulou as diretrizes da nova Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, que retomaram e atualizaram os quatro eixos que já haviam estruturado essa estratégia no primeiro governo Lula:

- I) Recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de CT&I;
- II) reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas;
- III) CT&I para programas e projetos estratégicos nacionais;
- IV) CT&I para o desenvolvimento social.

Esses quatro eixos servirão de base para os amplos e ricos debates da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em 2024, 14 anos depois da última conferência. Eles também orientaram a aprovação, pelo Conselho Diretor do FNDCT, de um Plano Plurianual de Investimentos (PAI) organizado em dez programas estruturantes e mobilizadores, visando superar o quadro de dispersão e fragmentação de ações verificado em anos anteriores e aumentar a relevância e o impacto dos investimentos do fundo no desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e social nacional.

Focar o Plano de Investimento do FNDCT em programas estruturantes plurianuais permite o melhor planejamento das ações do fundo, assim como a revisão contínua da implementação desses programas com base na avaliação dos seus impactos e resultados. Trata-se de programas executados principalmente por chamadas públicas lançadas pelas agências de fomento do MCTI (Finep e CNPq), de forma direta ou através de agências e instituições parceiras, como as fundações de amparo à pesquisa e os bancos regionais de desenvolvimento.

Todos os programas abarcam igualmente ações de cooperação internacional, visando tanto alavancar a capacidade nacional nas fronteiras do conhecimento através dessa cooperação quanto colaborar para o desenvolvimento científico e tecnológico de países com sistemas nacionais de ciência e tecnologia menos consolidados do que o brasileiro (consoante uma agenda de cooperação internacional Sul-Sul).

Quadro 2 — FNDCT: 10 programas estratégicos e mobilizadores

Programa	Descrição
<p>Pró-Infra</p> <p>(Programa de Recuperação Expansão da Infraestrutura de Pesquisa Científica e Tecnológica em Universidades e ICTs)</p>	<p>Recuperação e expansão da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica básica e aplicada, visando desenvolver projetos científicos e tecnológicos de ponta, com foco no apoio a programas estratégicos nacionais e ao desenvolvimento industrial em áreas prioritárias. Será dada especial atenção a parcerias com as unidades da Federação, a fim de promover maior integração e redução de assimetrias e desigualdades no SNCTI e de buscar reter pesquisadores no sistema.</p>
<p>Mais Inovação Brasil</p> <p>(Programa de Inovação para a Industrialização em Bases Sustentáveis)</p>	<p>Apoio a inovação nas empresas no contexto da transição ecológica, com articulação de instrumentos variados para a promoção da industrialização nacional com base em conhecimento avançado sobre os complexos industriais e tecnológicos da Saúde e da Defesa, a transformação digital, a transição energética e a descarbonização. O programa contemplará parcerias com empresas de diferentes portes e com ICTs, bem como programas descentralizados de apoio à inovação em parceria com as unidades da Federação.</p>
<p>Conecta e Capacita Brasil</p> <p>(Programa de Difusão e Suporte à Transformação Digital)</p>	<p>Promoção da conectividade digital em todo o território nacional por meio de infovias estaduais e redes metropolitanas, vinculado a um programa maciço de capacitação digital de populações com maior vulnerabilidade socioeconômica e escolas, baseado em tecnologias associadas à transformação digital.</p>
<p>Pró-Amazônia</p> <p>(Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica)</p>	<p>Recuperação, expansão e consolidação da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica, na promoção do conhecimento da diversidade biológica e humana e de tecnologias e atividades econômicas inovadoras para a exploração sustentável das riquezas naturais da região.</p>
<p>Conhecimento Brasil</p> <p>(Programa de Repatriação de Talentos)</p>	<p>Busca de reversão da perda de talentos ocorrida nos últimos anos no país por conta do colapso do sistema de fomento à área de ciência e tecnologia e inovação. Como o Sistema Nacional de Pós-Graduação forma mestres e doutores sem lhes oferecer condições para desenvolverem suas carreiras no país, o que acarreta uma fuga de cérebros para o exterior, é preciso criar condições para repatriar aqueles que queiram retornar ao Brasil para trabalhar aqui. Consiste em um programa especial de bolsas e enxoval de pesquisas a ser executado pelo CNPq e combinado com um programa de subvenção econômica para a contratação de pesquisadores, mestres e doutores pelas empresas nacionais.</p>

Política com Ciência (Programa de Apoio a Políticas Públicas Baseadas em Conhecimento Científico)	Em oposição ao negacionismo que predominou na agenda do governo anterior, estruturação de redes de pesquisa em apoio a políticas públicas prioritárias dos diferentes ministérios para melhorar a capacidade de formulação, execução, acompanhamento e avaliação de tais políticas com base em metodologia científica e para aprimorar as políticas públicas nacionais.
Identidade Brasil (Programa de Apoio à Recuperação e Preservação de Acervos Científicos, Históricos e Culturais Nacionais)	Recuperação, divulgação e democratização do acesso aos acervos digitais das áreas de cultura, ciência e história, fortemente afetados nos últimos anos.
Programa de Apoio a Projetos Estratégicos Nacionais	Promoção da capacidade e autonomia científica e tecnológica em setores críticos para a Defesa Nacional, envolvendo projetos transversais como o do reator multipropósito brasileiro, o do Laboratório Nacional de Máxima Contenção Biológica e o de cooperação com a China, que aperfeiçoará o monitoramento do desmatamento na região amazônica.
Programa de Promoção da Autonomia Tecnológica na Área de Defesa	Identificação de tecnologias sujeitas a cerceamento e bloqueio de transferência de tecnologia, as quais necessitemos desenvolver para assegurar a soberania e a defesa do país, mas que possam também ter aplicação na área civil.
Programa de CT&I para a Segurança Alimentar, a Erradicação da Fome e a Inclusão Socioprodutiva	Desenvolvimento de soluções tecnológicas para garantir a segurança alimentar e o fim da fome no país.

Fonte: FNDCT/MCTI

Até 2026, esses programas devem contar com um volume de investimento do FNDCT acima de R\$ 50 bilhões, o que representa um valor cerca de quatro vezes maior do que o investido pelo fundo em todo o (des)governo anterior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos aqui um esboço do planejamento do Ministério da CT&I no que lhe cabe como instância central da formulação da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação. Este início de retomada assinala uma ruptura importante com o passado recente. Trata-se de uma grande realização, embora insuficiente se confrontada com o volume de recursos que os países centrais vêm investindo em CT&I, como nos casos do pacote aprovado pelo governo Biden e da ampliação dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento na China e na Coreia do Sul.

Ainda temos um longo caminho a percorrer para transformar efetivamente a área de CT&I em pilar efetivo do novo projeto desenvolvimento nacional. Mas qualquer propósito de emancipação do Brasil demanda a estruturação desse projeto. Nosso desafio é construir os caminhos para a transformação da sociedade, e o projeto deve agregar forças para enfrentar e superar as assimetrias existentes no mundo, afirmar a soberania do Brasil, garantir sua capacidade de desenvolvimento autônomo, desenvolver relações de ampla e efetiva cooperação com outros países, gerar riqueza e bem-estar no país, promover direitos e reduzir as desigualdades sociais. Enfim, para construir um país mais justo.

* Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

► Texto recebido em 29 de abril de 2024; aprovado em 21 de maio de 2024.

- AMIN, Mayur; MABE, Michael A. Impact factors: use and abuse. **Perspectives in Publishing**, n. 1, 2007.
- ARCHAMBAULT, Eric. 30 years in science: secular movements in knowledge creation. **Science-Matrix**, 2011.
- ARCHIBUGI, Daniele. Patenting as an indicator of technological innovation: a review. **Science and Public Policy**, v. 19, n. 6, 1992.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____; SAUVIAT, Catherine. O financiamento da inovação no regime global de acumulação dominado pelo capital financeiro. In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; ARROIO, Ana (Ed.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Contraponto, 2005. p. 161-219.
- DALMARCO, Gustavo et al. Universities' intellectual property: path for innovation or patent competition?. **Journal of Technology Management & Innovation**, v. 6, n. 3, 2011.
- DOSI, Giovanni; MARENGO, Luigi; PASQUALI, Corrado. Knowledge, competition and innovation: is strong IPR protection really needed for more and better innovations?. **Michigan Telecommunication and Technology Law Review**, v. 13, n. 2, 2007.
- FNDCT. **Plano Anual de Investimento 2023**. Brasília: FNDCT, [s.d.]. Disponível em: <www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/fndct>. Acesso em: 4 jun. 2024.
- FRITSCH, Stefan. Conceptualizing the ambivalent role of technology in international relations: between systemic change and continuity. In: MAYER, Maximilian; CARPES, Mariana; KNOBLICH, Ruth (Ed.). **The global politics of science and technology**. Berlin; Heidelberg: Springer-Verlag, 2014. v. 1, p. 115-138.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado; Contraponto, 2009.
- GERSCHENKRON, Alexander. **Economic backwardness in historical perspective**. Cambridge: Belknap, 1962.
- GILPIN, Robert. **The political economy of international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- GITTELMAN, Michelle. A note on the value of patents as indicators of innovation: implications for management research. **Academy of Management Perspectives**, v. 22, n. 3, p. 21-27, 2008.
- HALEY, Usha C. V.; HALEY, George T. **Subsidies to Chinese industry: State capitalism, business strategy and trade policy**. New York: Oxford University Press, 2013.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).
- HIRSCH, Rene Armand Dreifuss. Corporações estratégicas e Estados nacionais: os protagonistas do grande jogo. In: MINEIRO, Adhemar dos Santos; ELIAS, Luíz Antônio; BENJAMIN, César (Org.). **Visões da Crise**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. p. 25-32.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **ISO 3166: country codes**. [S.l.]: ISO, [s.d.]. Disponível em: <www.iso.org/iso-3166-country-codes.html>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- KADOCHNIKOV, Denis. Gustav Cassel's purchasing power parity doctrine in the context of his views on international economic policy coordination. **European Journal of the History of Economic Thought**, v. 20, n. 6, 2013.
- KEYNES, John M. **Breve tratado sobre la reforma monetaria**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- KLEINKNECHT, Alfred; REINDERS, Henk Jan. How good are patents as innovation indicators?: evidence from German CIS data. In: ANDERSSON, Martin et al. **Innovation and growth: from R&D strategies of innovating firms to economy-wide technological change**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 115-127.
- LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. Effective number of political parties: a measure with applications to Western Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, 1973.
- LÊNIN, Vladimir I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2005.
- LETA, Jacqueline; CRUZ, Carlos Henrique de Brito. A produção científica brasileira. In: VIOTTI, Eduardo Baumgratz; MACEDO, Mariano de Matos (Org.). **Indicadores de Ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 121-168.

- LIST, Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).
- MALIK, Malik. Technopolitics: how technology shapes relations among nations. **Technology & Security**, n. 12, p. 21-29, 2012. Disponível em: <<http://apcss.org/wp-content/uploads/2012/12/Mohan-Malik.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. São Paulo: Portfólio das Letras, 2014.
- MAYER, Maximilian; CARPES, Mariana; KNOBLICH, Ruth. The global politics of science and technology: an introduction. In: _____ (Ed.). **The global politics of science and technology**. Berlin; Heidelberg: Springer-Verlag, 2014. v. 1
- MCT. **Plano de Ação em Ciência Tecnologia e Inovação**: principais resultados e avanços (2007-2010). Brasília: MCT, 2010.
- MCTI. Diretrizes para a Nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 maio 2023.
- MCTIC. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2016-2022)**. Brasília: MCTIC, 2016.
- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, 2006.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. **Dados**, v. 47, n. 1, 2004.
- NYE JR., Joseph S. **Power in the global information age**. Londres: Routledge, 2004.
- PAVITT, Keith. Patent statistics as indicators of innovative activities: possibilities and problems. **Scientometrics**, v. 7, n. 1-2, 1985.
- PING, Lv. China. In: SCERRI, Mario; LASTRES, Helena M. M. (Ed.). **The role of the State**: BRICS national systems of innovation. New Delhi: Routledge, 2013. p. 188-247.
- RAE, Douglas W.; TAYLOR, Michael Rae. **The analysis of political cleavages**. New Haven: Yale University Press, 1970.
- RAMSDEN, Jeremy J. Impact factors: a critique. **Journal of Biological Physics and Chemistry**, v. 9, 2009.
- RICHTA, Radovan. **Economia socialista e revolução tecnológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- SANTOS, Theotonio dos. **Revolução científico-técnica e acumulação de capital**. São Paulo: Vozes, 1983.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Velhas teses, novos dados: uma análise metodológica. **Dados**, v. 47, n. 4, 2004.
- SERFATI, Claude. Financial dimensions of transnational corporations, global value chain and technological innovation. **Journal of Innovation Economics & Management**, n. 2, 2008. Disponível em: <www.cairn.info/revue-journal-of-innovation-economics-2008-2.htm>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- SCIMAGO JOURNAL & COUNTRY RANK (SJR). **Country rankings**. [S.l.], 2021. Disponível em: <www.scimagojr.com/countryrank.php>. Acesso em: 18 dez. 2021.
- STRANGE, Susan. **States and markets**. London; New York: Continuum, 1994.
- UNITED STATES PATENT AND TRADEMARK OFFICE (USPTO). **Calendar year patent statistics**. [S.l.], 2021. Disponível em: <www.uspto.gov/web/offices/ac/ido/oeip/taf/reports_stco.htm>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- WOHLFORTH, William C. The stability of a unipolar world. **International Security**, v. 24, n. 1, 1999.
- WORLD BANK; EUROSTAT-OECD. **GDP, PPP**. [S.l.], 2021. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.PP.CD>>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- WORLD BANK; UNESCO. **Research and development expenditure**. [S.l.], 2021. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/GB.XPD.RSDV.GD.ZS>>. Acesso em: 23 dez. 2021.
- WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). **Global Innovation Index 2021**. Tracking innovation through the COVID-19 crisis. Disponível em <www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_gii_2021.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- _____. **WIPO IP Statistics Data Center**. [S.l.], 2021. Disponível em: <www3.wipo.int/ipstats/index.htm?tab=patent>. Acesso em: 20 dez. 2021.

As relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China (2002-2023)

Continuidades, rupturas e desafios para o governo Lula 3

Diplomatic and economic relations between Brazil and China (2002-2023)

Continuities, ruptures and challenges for the Lula's third presidential term

Fábio Borges*

Luiza Maria Martins**

Felipe Nagual***

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.003>



Os presidentes da China, Xi Jinping, e do Brasil, Lula, participam de cerimônia em Pequim, abril de 2023

RESUMO

Este artigo analisa as relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China entre os anos de 2002 e 2023, com destaque para os governos Lula 1 e 2, Bolsonaro (2019-2022) e Lula 3 (2023 em diante). Durante esses períodos, houve contrastes nas relações sino-brasileiras, passando de parceiros estratégicos a tensionamentos ideológicos e, posteriormente, retomando um caráter preferencial em 2023. No governo Bolsonaro, houve críticas específicas à China e uma tendência a se alinhar aos Estados Unidos. Com a eleição de Lula em 2022, espera-se uma postura mais pragmática focada em interesses econômicos e cooperação Sul-Sul. Essa mudança de liderança provavelmente resultará em uma transição da retórica ideológica para uma abordagem mais pragmática. O artigo também explora como essas relações diplomáticas afetaram as relações comerciais e de investimento entre os dois países, indicando que houve uma dinâmica quase autônoma, mas nos últimos anos ocorreram impactos negativos nos investimentos chineses no Brasil. Além disso, destaca-se a necessidade de diversificar as exportações e reduzir os riscos de dependência do setor primário e desindustrialização para a economia brasileira.

Palavras-chave: Brasil. China. Política externa. Governo Bolsonaro. Governo Lula.

ABSTRACT

This article analyzes diplomatic and economic relations between Brazil and China from 2002 to 2023, focusing on Lula's first and second terms, Bolsonaro (2019-2022), and Lula's third term (2023 onwards). During these periods, the contrasts in Sino-Brazilian relations were evident, shifting from strategic partners to ideological tensions and eventually becoming a prime concern in 2023. During Bolsonaro's term, China was especially criticized, and there was a tendency to align with the United States. With Lula's election in 2022, a more pragmatic stance focused on economic interests and South-South cooperation should occur. This switch in the leadership will likely result in a transition from an ideological rhetoric to a more pragmatic approach. This article also explores how these diplomatic relations have affected the trade and investment relations between these two countries, indicating a nearly autonomous dynamic; however, over the last few years, there have been negative impacts on Chinese investments in Brazil. Lastly, it is crucial to emphasize the need to diversify exports and reduce the risks of depending on the primary sector and of deindustrialization for the Brazilian economy.

Keywords: Brazil. China. Foreign policy. Bolsonaro Government. Lula Government.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo examina as relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China no período de 2002 a 2022, com destaque para os governos Lula 1 e 2 (2003-2010)¹, Bolsonaro (2019-2022) e Lula 3 (a partir de 2023). Ao longo desses períodos, houve contrastes significativos nas relações sino-brasileiras, passando de parceiros estratégicos a tensionamentos ideológicos e, posteriormente, retomando um caráter preferencial em 2023.

O artigo também examina como essas relações afetaram o comércio e os investimentos entre os dois países ao longo das últimas duas décadas, com atenção aos impactos negativos nos investimentos chineses no Brasil. Além disso, é discutido o desafio da reprimarização e desindustrialização da economia brasileira como consequência dessas relações. Após esta introdução, o artigo contém outras cinco partes, abordando os períodos mencionados, a política externa dos governos, as relações econômicas e tecendo, por fim, as considerações finais.

2. RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: UM BREVE HISTÓRICO DOS PERÍODOS LULA 1 E 2

Durante o governo de Lula, de 2003 a 2010, a política externa brasileira (PEB) foi revitalizada com abordagens pacifistas, legalistas e realistas das relações internacionais. O foco era construir uma autonomia ativa e ativa por meio da diversificação de parcerias e da busca por relações Sul-Sul com parceiros não tradicionais. O objetivo era posicionar o Brasil como um ator global, promovendo processos de integração e cooperação (Oliveira Neto, 2016).

Nesse contexto, o relacionamento com a Ásia ganhou ainda mais importância, complementando uma evolução já iniciada na década de 1980 e impulsionada por prioridades comerciais durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Sob o governo de Lula, as relações com a Ásia adquiriram um caráter político, buscando promover o desenvolvimento social e econômico do Brasil (Uehara; Casarões, 2013). Em suma, os autores apresentam que:

O interesse do Brasil na Ásia era duplo: primeiro, ao nível econômico, as expectativas eram altas sobre a aproximação com uma região vista como um modelo de desenvolvimento econômico e científico. Segundo, ao nível mais político, as nações asiáticas preencheriam a necessidade de diversificação estratégica de parcerias no contexto do multilateralismo (Uehara; Casarões, 2013, p. 77, tradução nossa).

¹ Em 2011, inicia-se o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Como indicado por Oliveira Neto (2016), ocorreram duas principais alterações: a ausência de uma formulação de política exterior e a falta de diálogo com o empresariado brasileiro para a articulação de um projeto nacional, como o feito por Lula. Isso acarretou numa PEB menos ativa, com redução de visitas presidenciais a outros países e cortes orçamentários no Ministério das Relações Exteriores. Como consequência, há a redução da atuação diplomática e estabelecimento de novas prioridades na agenda brasileira. Apesar de prosseguir com a política de prioridade às relações Sul-Sul, a PEB no governo Dilma volta seus olhares para os parceiros tradicionais – Estados Unidos, Europa e América do Sul. Para a Ásia, a PEB se reduz a termos comerciais. Conclusivamente, Oliveira Neto (2016) aponta que “assim, no primeiro mandato de Dilma, o paradigma Logístico e o Brasil como ator-global entraram em declínio”. No governo Temer (2016-2017), como apontado por Silva (2019) inicia-se a proposta de “desideologização” da PEB, vista a alegação dos ministros das Relações durante o período de que era demasiada politizada pelos governos petistas, crítica que prossegue no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Com esse ímpeto, há a desarticulação das relações brasileiras com o Mercosul, que impacta fortemente no relacionamento com a Ásia, como mostrado por Abdenur (2014). Há um aceno à Aliança do Pacífico, entretanto restrita a termos comerciais e sem a construção de uma parceria mais profunda. Em contraponto, a PEB de Temer é defensora da ordem internacional vigente e não trabalha para traçar uma política consistente para a Ásia. Por isso, a PEB de Temer é classificada como desengajamento estratégico (Silva, 2019).

Dessa forma, a estratégia brasileira para a Ásia até 2010, último ano do governo Lula fica evidente. No entanto, concentraremos nossa atenção nas comparações das relações entre Brasil e China durante o governo Bolsonaro (2019-2022), já que as diferenças se tornam notórias.

Durante o período do governo de Bolsonaro, a Política Externa Brasileira (PEB) segue a linha estabelecida por Temer e intensifica as críticas à ideologização nas relações internacionais. Isso resulta em um afastamento ainda maior do Brasil de parceiros não tradicionais e na desarticulação das relações Sul-Sul. Ao mesmo tempo, o governo retoma a política de alinhamento automático com os Estados Unidos sob a administração de Trump (Bueno, 2019). No caso da China, a PEB se tornou ainda mais desarticulada, uma vez que

o presidente Bolsonaro prometeu rever as parcerias estratégicas que foram estabelecidas nos governos anteriores, e frear os investimentos chineses no país. A retórica de desconfiança com os chineses se deve a vários fatores diferentes: a China continua a ser um país comunista, tem realizado uma política predatória em relação aos recursos naturais e agrícolas brasileiros, e seus produtos estariam destruindo as indústrias brasileiras e tirando empregos (Bueno, 2019, p. 2).

Nesse contexto, conforme observado por Carvalho (2020), a diplomacia adotada também assumiu uma postura consideravelmente hostil em relação à China, limitando a PEB a questões puramente comerciais.

3. A POLÍTICA EXTERNA DA DESTRUIÇÃO DO PERÍODO BOLSONARO (2019-2022)

A política externa adotada pelo governo Bolsonaro representa uma notável ruptura com as estratégias históricas do Brasil, especialmente a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial. Enquanto o país tradicionalmente buscava o desenvolvimento, Bolsonaro optou por priorizar seu projeto de poder interno sobre as prioridades internacionais. Ainda que tenha mantido um discurso de alinhamento com os Estados Unidos, abandonou a trajetória de desenvolvimento, transformando a política externa em uma ferramenta para consolidar sua posição no poder e favorecer grupos de apoio, como o agronegócio e grupos religiosos. Essa mudança de enfoque se manifesta por meio de uma abordagem variável e instável nas relações internacionais, incluindo críticas públicas à China, que é um parceiro comercial essencial para o Brasil. No contexto global, a atuação de Bolsonaro recebeu críticas e condenações por suas políticas e posturas controversas, afetando negativamente a imagem internacional do Brasil. Embora a avaliação completa do governo Bolsonaro esteja em andamento, sua política externa destaca-se como uma ruptura com os padrões anteriores (Lima, 2023).

Nesse contexto, Lima (2023) apresenta uma questão crucial: a política externa de Bolsonaro pode ser categorizada como isolacionista em relação ao mundo? Investigações em andamento sugerem uma ligação ativa entre a família Bolsonaro e movimentos de extrema-direita internacionais, com uma inclinação notável para a corrente extremista norte-americana liderada por Steve Bannon. Bolsonaro parece ter adotado uma postura isolacionista na política externa, ao mesmo tempo em que construiu laços significativos com governos e movimentos de extrema-direita de atuação global. Além do dismantelamento da abordagem externa, essa conexão com setores da extrema-direita internacional também contribui para a herança desafiadora que o governo Bolsonaro deixa na inserção internacional do Brasil.

No âmbito das relações internacionais, a política econômica do governo Bolsonaro enfrentou desafios adicionais, como a competição entre EUA e China pela influência na América Latina. Enquanto a China intensifica seus investimentos na região, particularmente no Brasil, os EUA buscaram conter essa influência, pressionando o Brasil a aderir ao plano Clean Network, que exclui a Huawei da infraestrutura de tecnologia 5G. Tal decisão envolve custos materiais e políticos, dado o papel estratégico da China como parceiro comercial vital para o agronegócio brasileiro (Hirst; Maciel, 2020).

O agronegócio emerge como elemento central na formulação da política econômica externa do governo Bolsonaro. A estratégia alinhada aos interesses desse setor levou a um afastamento das negociações multilaterais sobre questões ambientais. A preocupação ambiental, anteriormente vista como uma ferramenta de influência, foi relegada, resultando em aumento no desmatamento e nas queimadas na Amazônia. Essa postura alienou parceiros internacionais, levando a suspensões de financiamento e colocando o Brasil em desacordo com países europeus. A perda de influência do Brasil nesse domínio é evidenciada pela Colômbia, que tem assumido um papel mais proeminente na articulação regional sobre questões ambientais (Hirst; Maciel, 2020).

A política de segurança e defesa do governo Bolsonaro estava alinhada com suas premissas ideológicas e serviu como instrumento de fortalecimento de suas prioridades. Isso incluiu uma maior vinculação com os Estados Unidos, expressa na busca de se tornar um aliado preferencial fora da Otan. No âmbito regional, o governo alinhou suas perspectivas de segurança com as dos EUA, permitindo maior presença militar americana na América Latina. Esse alinhamento também se estendeu a parcerias estratégicas em áreas como segurança cibernética, defesa civil e inteligência artificial, com países como Índia, Israel e Emirados Árabes Unidos (Hirst; Maciel, 2020).

Os documentos de Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa, divulgados em 2020, revelam uma ênfase nas “tensões e crises” nos países do entorno estratégico brasileiro, sugerindo preocupações com a presença de potências extrarregionais, como China e Rússia, na América do Sul. Esses documentos também enfatizam a importância do controle nacional sobre tecnologias de segurança e defesa, além de destacar as preocupações com grupos de crime organizado que atuam nas fronteiras do país (Hirst; Maciel, 2020).

Em relação à China, a postura ideológica do governo Bolsonaro também teve impactos significativos. Apesar da importância econômica da China como parceiro comercial fundamental para o Brasil, o governo adotou uma retórica hostil em relação ao país asiático. Essa retórica negativa incluiu acusações sobre a disseminação da covid-19 e críticas à influência chinesa no Brasil. Essa postura contraditória, de dependência econômica em contraste com discursos hostis, resultou em atritos diplomáticos e comerciais, colocando em risco a estabilidade da relação bilateral. A abordagem ideológica e hostil afetou a posição geopolítica do Brasil, isolando-o em discussões internacionais e prejudicando a sua capacidade de engajamento efetivo em questões globais (Hirst; Maciel, 2020)².

2 Em contrapartida, em relação aos Estados Unidos, o governo Bolsonaro buscou uma aproximação com líderes e ideais da extrema-direita, em especial com a administração de Donald Trump. Esse alinhamento refletiu uma visão conjunta de antagonismo em relação ao multilateralismo e às normas do internacionalismo liberal. A relação próxima com os EUA levou o Brasil a adotar posições que criticavam agendas como direitos humanos, mudanças climáticas e cooperação global, o que resultou em um maior isolamento nas discussões internacionais. A busca por uma relação privilegiada com os EUA foi uma das características marcantes da política externa bolsonarista, com um alinhamento incondicional à Casa Branca, ao mesmo tempo em que o governo se distanciava de princípios e compromissos tradicionais da PEB (Hirst; Maciel, 2020).



Lula discursa na abertura da 4ª Cúpula Sul-Americana de chefes de Estado e de governo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), que ocorreu em 26 de novembro de 2010 em Georgetown, capital da Guiana

Na academia, existe amplo consenso quanto aos traços principais da política externa adotada durante os dois primeiros mandatos de Lula (2003-2010). De modo geral, reconhece-se que essa política foi caracterizada por um pragmatismo notável, priorizando o fortalecimento das relações com países do Sul Global, enquanto mantinha relações favoráveis com nações do Norte

4. POLÍTICA EXTERNA LULA 3.0

Nos primeiros meses do governo Lula, a expectativa é que o Brasil possa estabelecer uma abordagem mais clara em relação à sua política externa. Uma estratégia em destaque tem sido associar a atuação internacional do país a temas como meio ambiente e combate ao desmatamento, promoção da democracia e direitos humanos, bem como fortalecimento do multilateralismo (Maciel, 2023).

Segundo Horta (2023), com a eleição de Lula para seu terceiro mandato em 2022, em uma das eleições mais politizadas e acirradas desde a redemocratização, havia uma percepção generalizada na academia e na sociedade civil de que seu governo traria mudanças nas políticas estabelecidas durante o governo de Jair Bolsonaro, embora se reconhecesse que essas transformações seriam limitadas devido a fatores institucionais, como a composição do legislativo e as restrições orçamentárias impostas pelo novo marco fiscal, bem como a influência de políticas de desmantelamento

do Estado adotadas por governos anteriores. Além disso, os políticos e a sociedade civil estavam mais sensíveis a questões relacionadas às políticas domésticas e à política externa, somando-se às expectativas de que Lula adotaria medidas semelhantes às de seus dois mandatos anteriores (2003 a 2010), especialmente em relação à política externa.

Na academia, existe amplo consenso quanto aos traços principais da política externa adotada durante os dois primeiros mandatos de Lula (2003-2010). De modo geral, reconhece-se que essa política foi caracterizada por um pragmatismo notável, priorizando o fortalecimento das relações com países do Sul Global, enquanto mantinha relações favoráveis com nações do Norte. Uma ênfase particular foi dada às relações Sul-Sul, especialmente com as nações latino-americanas, buscando aprofundar a integração regional e consolidar o papel do Brasil como um ator global influente (Horta, 2023).

No contexto atual, como salientado por Horta (2023), é notável a transformação da política externa em um pilar crucial da estratégia governamental, destacando-se o envolvimento ativo e proativo do presidente nesse processo, caracterizado pelo ressurgimento da diplomacia presidencial. Desde o início de seu mandato, Lula realizou diversas viagens, visitando cerca de dez nações, com uma atenção especial aos principais parceiros comerciais do Brasil, como China, Estados Unidos e Argentina. Além disso, há planos para várias outras visitas ao longo do segundo semestre de 2023.

Em outubro de 2022, após confirmar sua vitória, Lula anunciou uma mudança na política externa em seu primeiro pronunciamento. No entanto, a nomeação de Mauro Vieira como ministro das Relações Exteriores gerou especulações na mídia e entre analistas. Surgiu a possibilidade de retornar à abordagem de “política externa ativa e ativa” das épocas de Lula 1.0 e 2.0. Movimentos anteriores à escolha do último chanceler no governo de Dilma Rousseff também indicavam um possível retorno ao *status quo* (Lima, 2023)

Conforme destacado por Lima (2023), embora a narrativa de um retorno ao passado tenha sido amplamente disseminada, é um equívoco analisar eventos dinâmicos apenas olhando pelo retrovisor. O motivo é que o estado atual nunca regressa exatamente ao seu estado anterior. A realidade é intrinsecamente mutável, e as condições iniciais não se preservam de forma idêntica; elas estão em um estado de mudança constante.

A implementação da política externa 3.0 enfrenta desafios em um contexto adverso comparado aos governos anteriores de Lula. A pandemia e a guerra na Ucrânia elevaram os preços da energia e estimularam a inflação, em meio às repercussões da crise global de 2008.

A retração da China no comércio global teve um impacto direto no Brasil. No âmbito geopolítico, a concorrência Estados Unidos-China e a guerra na Ucrânia estão transformando o cenário que predominou nas primeiras duas décadas dos anos 2000, quando ocorreu a descentralização de poder em direção às nações do Sul. Diante disso, a política externa brasileira 3.0 pode recuperar a abordagem de autonomia e de equidistância entre as potências Estados Unidos e China, como fez no passado com Estados Unidos e Alemanha nos anos 1930, aproveitando possíveis contradições e oportunidades de barganha estratégica em seus relacionamentos bilaterais (Lima, 2023)

Conforme expresso por Ricupero (2023), em relação ao cenário de 2003, quando Lula assumiu a presidência, ocorreram mudanças significativas no panorama internacional. O sistema de segurança global da ONU foi abalado por uma potência nuclear, membro do Conselho de Segurança, que usou vetos repetidamente, tornando o Conselho

inoperante. A segurança coletiva baseada no direito internacional desapareceu, resultando em violações graves da paz por potências médias em várias regiões. A crise do multilateralismo é evidente na falta de cooperação global em situações como a pandemia da covid-19 e as questões climáticas.

Nesse sentido, a transformação global é notável pela ameaça do aquecimento global, impulsionando a adoção de leis ambientais e abrindo oportunidades para nações com recursos sustentáveis. A ascensão da Ásia como centro econômico e demográfico redefine o equilíbrio de poder, com China e Índia desempenhando papéis significativos. No entanto, o Brasil demonstra limitada consciência de ameaças externas em comparação global. A mudança de foco para preocupações ambientais e o deslocamento econômico para a Ásia devem ser considerados nas políticas de defesa e relações exteriores do governo (Ricupero, 2023).

De acordo com Ricupero (2023), entre as mudanças globais em andamento, as mais impactantes tanto no presente quanto no futuro estão relacionadas a novas ameaças globais, como pandemias e aquecimento global, que têm origens naturais, mas também incluem influências humanas. Paralelamente, o Brasil está começando a sentir pressões para tomar posições em questões internacionais, como as sanções econômicas contra a Rússia e a condenação de suas ações, como a anexação de território ucraniano. A questão da tecnologia 5G e da empresa chinesa Huawei, antes mesmo de conflitos, já sinalizou para as pressões crescentes que provavelmente irão se intensificar no que diz respeito à escolha de fornecedores de tecnologias de uso dual, tanto civis quanto militares. Se a rivalidade tecnológica entre EUA e China continuar a aumentar, como está ocorrendo, empresas brasileiras que atuam ou dependem dessas tecnologias enfrentarão dilemas inevitáveis. A deterioração do cenário global de segurança exigirá que o Brasil atualize suas doutrinas e capacidades de autodefesa.

Apesar de recente, o governo atual já apresenta tendências em sua política externa. A primeira delas envolve o que pode ser chamado de “política interna da diplomacia”, baseada em coalizões partidárias sem um programa unificado, seguindo uma tendência desde 1985. O governo, com figuras chave como Geraldo Alckmin, Simone Tebet e Marina Silva, não é resultado de uma ampla aliança com um consenso em torno de um programa, mas sim de uma coalizão multipartidária. As diferenças ideológicas entre as personalidades, como as abordagens econômicas de Alckmin e Tebet, não foram adequadamente reconciliadas ou discutidas conjuntamente, evidenciando a falta de uma postura coesa (Ricupero, 2023).

A política externa atual é claramente influenciada pela herança do Partido dos Trabalhadores e a abordagem “ativa e altiva” de Lula em seus primeiros mandatos, mencionada repetidamente em discursos. Com o presidente, o ministro das Relações Exteriores e o assessor especial, Celso Amorim, em papéis similares aos desempenhados no passado, retorna o foco à diplomacia presidencial, destacando a figura carismática de Lula, sua biografia, prestígio internacional e conexões partidárias e ideológicas (Ricupero, 2023).

4.1 VIAGENS INTERNACIONAIS DO PRESIDENTE LULA

O presidente da República fez sua primeira viagem à Argentina, onde assinou acordos em economia, saúde, ciência, tecnologia e defesa, além de participar da VII Cúpu-

la da Celac — simbolizando a reinserção do Brasil nesse contexto em 5 de janeiro de 2023. Essa escolha de destino, após anos de distanciamento de sucessivos governos argentinos e de outros líderes latino-americanos, reflete a ênfase do novo governo nas relações diplomáticas e econômicas com países da América Latina. Em seguida, Lula visitou os Estados Unidos para restaurar as relações após tensões diplomáticas que ocorreram durante a administração anterior. Durante esse encontro, temas de grande relevância para o presidente e sua base de apoio, como democracia e meio ambiente, foram discutidos, evidenciando a importância dessas pautas para a PEB atual (Horta, 2023).

A viagem à China demonstrou o desejo de melhorar as relações com esse importante parceiro, resultando em acordos significativos e investimentos de R\$ 50 bilhões no Brasil. Além disso, foram estabelecidos acordos que facilitam o comércio direto entre as moedas real e yuan. Finalmente, nos Emirados Árabes, obtiveram-se cerca de R\$ 12 bilhões em investimentos. Essa série de viagens presidenciais reflete uma abordagem revitalizada nas relações diplomáticas e econômicas do Brasil com importantes parceiros globais e regionais, sinalizando uma estratégia de cooperação e integração econômica em diversas frentes (Horta, 2023).

Além da diplomacia presidencial, Lula recebeu líderes estrangeiros para fortalecer as relações globais e regionais do Brasil. Isso incluiu uma reunião com Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, com o objetivo de reestruturar as relações, apesar das críticas relacionadas à democracia. Houve também um encontro com presidentes sul-americanos, focado na cooperação regional, mas que gerou controvérsias devido ao apoio a Maduro. Essas ações destacam a contínua importância da política externa no governo Lula 3, mantendo características similares às de mandatos anteriores, porém enfrentando desafios devido a divergências ideológicas e à falta de consenso (Horta, 2023)

Além disso, esses eventos refletem a ênfase do governo em fortalecer as relações Sul-Sul e manter laços com países do Norte global, visando expandir os recursos e capacidades do Brasil por meio da diplomacia. Apesar da continuidade das prioridades da política externa, a atual administração enfrenta desafios consideráveis devido a divergências ideológicas, tanto nacional quanto internacionalmente, o que pode limitar sua capacidade de adotar uma abordagem pragmática, como nos governos anteriores (Horta, 2023).

4.2. PROTAGONISMO BRASILEIRO ATRAVÉS DA POLÍTICA AMBIENTAL

Adotando uma visão otimista, Ricupero (2023) ressalta que a política externa brasileira se destaca pela sua inovação diante da repetição, especialmente ao abordar o tópico central que moldará a agenda global nos anos vindouros: o desmatamento na Amazônia e suas implicações nas mudanças climáticas globais. Após o período Bolsonaro, o Brasil é agora percebido globalmente como uma ameaça devido à devastação florestal. No entanto, a comunidade internacional espera uma contribuição decisiva do país na preservação da Amazônia e no combate ao aquecimento global. Esse apelo oferece uma oportunidade única para atrair investimentos, doações, financiamentos e colaborações tecnológicas, otimizando a vantagem da matriz energética majoritariamente limpa e renovável do Brasil, permitindo que o país abrace a economia verde como base para o crescimento e a competitividade. Nesse contexto, destaca-se a transformação de perspectiva de Lula; embora tenha dado mais atenção às questões sociais em seus primeiros mandatos, seu atual com-

promisso com a causa ambiental é evidente, desde seu discurso na noite da vitória eleitoral até sua participação em conferências climáticas internacionais e o compromisso com a COP 30 em 2025. O alinhamento governamental com esses valores é evidenciado pela nomeação de figuras como Marina Silva e pela criação do Ministério dos Povos Originários, bem como por ações concretas para enfrentar desafios ambientais, incluindo a questão do garimpo ilegal.

4.3. DESAFIO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA SOB LULA

Durante o período da gestão de Bolsonaro, ocorreu a desarticulação de políticas públicas internas, juntamente com a prevalência de uma abordagem isolacionista em relação ao cenário global. Essa postura teve impactos negativos na percepção internacional do Brasil, comprometendo sua habilidade de exercer influência em questões cruciais no âmbito mundial. Diante dessa conjuntura, o presidente Lula, em seu terceiro mandato, está enfrentando nos primeiros meses de seu governo um desafio de proporções históricas no contexto da PEB: a tarefa de reconstruir tanto a reputação internacional do país quanto sua estratégia de participação no cenário global (Maciel, 2023).

Nesse cenário, além da tarefa de revitalizar a reputação nacional, o novo governo tem dedicado esforços à reestruturação do Ministério das Relações Exteriores. Atualmente, esse departamento está sob a liderança do chanceler Mauro Vieira (que ocupou a mesma posição durante o período do impeachment da presidente Dilma Rousseff) e da embaixadora Maria Laura Rocha, encarregada da gestão da Secretaria Geral (Maciel, 2023).

No âmbito dos contínuos esforços do Brasil para fortalecer seus laços com a América Latina e reafirmar o compromisso com o regionalismo, observou-se o reingresso do país na União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) (Maciel, 2023).

Em relação ao Mercosul, ao assumir o cargo, Lula comprometeu-se a reforçar a coesão do bloco. Sua prioridade central tem sido ampliar o diálogo entre o Mercosul e a União Europeia, visando desbloquear o pacto comercial entre essas duas alianças. É importante ressaltar que esse acordo já foi aprovado, mas sua ratificação está em impasse nos parlamentos dos países europeus inclusive devido à postura ambiental adotada pelo governo Bolsonaro (Maciel, 2023).

4.4. BRASÍLIA: ENTRE WASHINGTON E PEQUIM

Reafirmando a percepção de que o Brasil estava retomando seu papel no cenário global, o presidente Lula realizou uma visita aos Estados Unidos, onde se encontrou com Joe Biden. Durante suas conversas e na declaração conjunta subsequente, o foco esteve principalmente em temas relacionados às mudanças climáticas e à preservação da democracia. Além disso, foram abordados assuntos como a promoção dos direitos humanos, a luta contra a fome e a discriminação racial, bem como os desdobramentos do conflito entre Ucrânia e Rússia, o fortalecimento das instituições multilaterais e a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Apesar da amplitude dos tópicos discutidos, ficou evidente a ausência de resultados concretos e ações substanciais como resultado desse encontro (Maciel, 2023).

A política de segurança e defesa do governo Bolsonaro estava alinhada com suas premissas ideológicas e serviu como instrumento de fortalecimento de suas prioridades. Isso incluiu uma maior vinculação com os Estados Unidos, expressa na busca de se tornar um aliado preferencial fora da Otan. No âmbito regional, o governo alinhou suas perspectivas de segurança com as dos EUA, permitindo maior presença militar americana na América Latina

Em contraposição à visita aos Estados Unidos, o governo Lula depositou grandes expectativas em sua viagem à China, que foi inicialmente adiada devido a questões de saúde do presidente brasileiro. Antes mesmo da visita oficial, uma parte da delegação que já estava na China alcançou progressos significativos, especialmente no campo agrícola e pecuário, incluindo a suspensão da proibição das exportações de carne bovina do Brasil para o país asiático. Com uma comitiva composta por empresários, governadores, senadores, deputados e ministros, esperava-se a concretização de mais de 20 acordos bilaterais entre o Brasil e o seu principal parceiro comercial (Maciel, 2023).

Do ponto de vista diplomático, as relações entre o Brasil e a China no período entre 2002 e 2023 foram bastante irregulares, oscilando de relações estratégicas desde o primeiro governo Lula em 2003 a momentos de intensa tensão, especialmente durante o governo Bolsonaro (2019-2022). A seguir, veremos se essas situações diplomáticas influenciaram as dinâmicas comerciais entre esses dois países emergentes.

5. AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE O BRASIL E A CHINA (2002-2020): DINAMISMO PARA ALÉM DA DIPLOMACIA

Sobre as relações comerciais entre Brasil e China, a corrente de comércio cresceu imensamente, aumentando de 4 bilhões de dólares em 2002 para mais de 100 bilhões de dólares em 2020. É notável o aumento dos *superávits* que o Brasil possui com o gigante asiático, chegando a um saldo de 31,7 bilhões de dólares em 2020. Apesar das relações assimétricas que reproduzem o padrão de comércio centro-periferia, a dependência da China em relação a alimentos e recursos naturais mais do que compensou as importações de produtos tecnológicos de alto valor agregado por parte do Brasil. No entanto, essa dinâmica não resolve o problema da vulnerabilidade externa do Brasil e gera impactos sociais e ambientais negativos internamente. Do ponto de vista diplo-

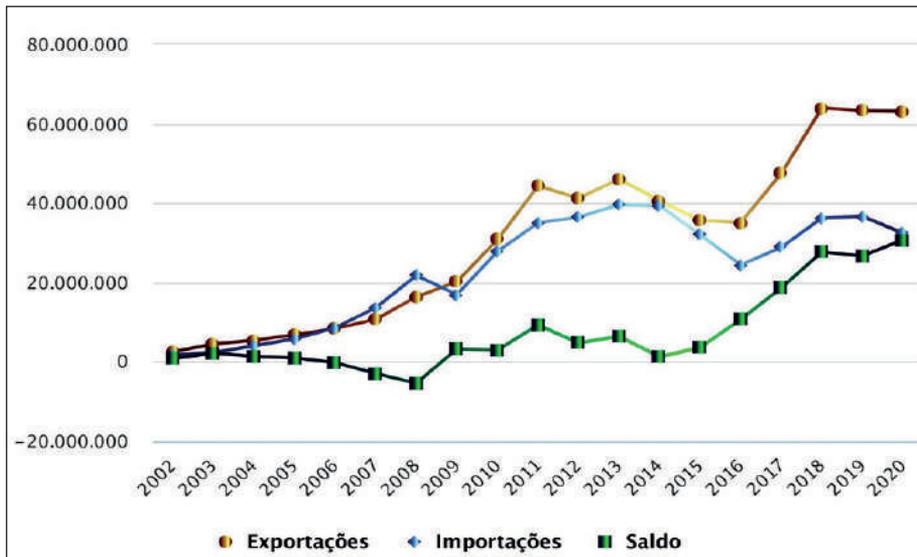
mático, o principal parceiro comercial do Brasil deveria ter um tratamento prioritário e amistoso, pois esse seria o interesse nacional se o objetivo fosse manter o dinamismo econômico brasileiro. Mas não foi o que ocorreu durante o governo Bolsonaro (2019-2022), situação ainda agravada pela crise econômica interna e pela pandemia.

Pela perspectiva dos principais sócios comerciais brasileiros, podemos observar mudanças substanciais entre 2002 e 2020. Em 2002, os EUA correspondiam a 25,44% do total das exportações brasileiras, enquanto a China ocupava o quarto posto com 4,18%. Já em 2010, a China já ocupa o primeiro lugar com 15,2% do total, e a Argentina vem em terceiro com 9,1%. Em 2020, essa diferença se tornou ainda mais significativa, com a China correspondendo a quase 34% das exportações brasileiras, seguida dos EUA com 9,93% e da Argentina com 4%. Isso demonstra a importância econômica da China para o Brasil, a diminuição do poder econômico dos EUA e um momento difícil nas relações com a Argentina. No entanto, também é importante examinar a composição dessas exportações, uma vez que, no caso da China, há uma concentração em produtos primários, enquanto nos casos dos EUA há uma maior diversificação, e com a Argentina as exportações envolvem produtos de maior valor agregado.

**Tabela 1 — Panorama comercial Brasil-China (em US\$ bilhão) —
2002-2020** *Em USD (bi.)*

Ano	Exportações	Importações	Corrente	Saldo	Cobertura
2002	2,5	1,7	4,2	0,8	1,5
2003	4,5	2,3	6,9	2,2	1,9
2004	5,4	4,1	9,5	1,4	1,3
2005	6,8	5,8	12,7	1	1,2
2006	8,4	8,6	17	-0,2	1
2007	10,7	13,7	24,4	-2,9	0,8
2008	16,4	21,7	38,1	-5,3	0,8
2009	20,2	16,9	37,1	3,3	1,2
2010	30,8	27,8	58,6	3	1,1
2011	44,3	35	79,3	9,3	1,3
2012	41,2	36,5	77,7	4,8	1,1
2013	46	39,6	85,6	6,4	1,2
2014	40,6	39,3	80	1,3	1
2015	35,6	32	67,6	3,6	1,1
2016	35,1	24,4	59,6	10,7	1,4
2017	47,5	28,8	76,3	18,6	1,6
2018	63,9	36,3	100,2	27,7	1,8
2019	63,4	36,7	100	26,7	1,7
2020	67,7	36	103,6	31,7	1,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat-MDIC, 2021

Gráfico 1 — Panorama comercial Brasil-China (em US\$ mil) — 2002-2020

Fonte: Elaboração própria em base a dados da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)

Quadro 1 — Principais parceiros comerciais das exportações do Brasil (em US\$ mil) — 2002

Copartcipe	Importe	Porcentagem sobre total	Importe acumulado	Porcentagem acumulada
Estados Unidos	15.354.010	25,44	15.354.010	25,44
Países Baixos	3.182.298	5,27	18.536.306	30,71
Alemanha	2.536.724	4,2	21.073.030	34,91
China	2.520.457	4,18	23.593.486	39,09
México	2.342.347	3,88	25.935.836	42,97

Fonte: Elaboração própria em base a dados da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)

Quadro 2 — Principais parceiros comerciais das exportações do Brasil (em US\$ mil) — 2010

Copartcipe	Importe	Porcentagem sobre total	Importe acumulado	Porcentagem acumulada
China	30.804.654	15,2	30.804.654	15,2
Estados Unidos	19.454.048	9,6	50.258.704	24,8
Argentina	18.596.234	9,18	68.854.928	33,98
Países Baixos	10.231.948	5,05	79.086.880	39,03
Alemanha	8.186.725	4,04	87.273.600	43,07

Fonte: Elaboração própria em base a dados da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)

Quadro 3 — Principais parceiros comerciais das exportações do Brasil (em US\$ mil) — 2020

Coparticipe	Importe	Porcentagem sobre total	Importe acumulado	Porcentagem acumulada
China	63.191.996	32,99	63.191.996	32,99
Estados Unidos	19.020.222	9,93	82.212.216	42,92
Argentina	7.688.408	4,01	89.900.624	46,93
Países Baixos	6.992.639	3,65	96.893.264	50,58
Espanha	3.864.920	2,02	100.758.184	52,6

Fonte: Elaboração própria em base a dados da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)

No que diz respeito à composição das exportações brasileiras para a China, permanecem concentradas em produtos primários. Entre 2002 e 2020, essa tendência se manteve, com os três principais produtos representando aproximadamente 57% do total em 2002 e mais de 75% em 2020. Em outras palavras, pode-se concluir que, apesar do dinamismo proporcionado pela China às exportações brasileiras, há uma intensificação da dependência de produtos primários e uma diminuição da atividade industrial na economia nacional.

Os principais produtos exportados do Brasil para a China entre 2002 e 2020 foram: minérios, escórias e cinzas; combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais; carnes e miudezas, comestíveis; pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas).

Conforme esperado, de 2002 a 2020, o Brasil tem importado quantidades crescentes de produtos industrializados provenientes da China. Chama atenção o fato de que, apesar de uma composição relativamente diversificada, os dois principais produtos importados chegaram a representar uma porcentagem relativa de 47% em 2020.

Tabela 2 — Participação dos principais produtos exportados pelo Brasil para a China sobre o total (em %) — 2002 e 2020

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens	33	29	30	25	29	26	32	30	23	25	29	37	41	45	41	43	43	32	31
Minérios, escórias e cinzas	24	17	21	28	32	36	32	39	44	46	37	36	31	19	22	23	18	23	28
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação, matérias betuminosas; ceras minerais	0	1	4	8	10	8	10	6	13	11	12	9	9	12	11	16	23	24	17
Carnes e miudezas, comestíveis	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	3	5	4	4	7	10
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas, papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas)	5	6	5	4	5	4	4	5	4	3	3	3	4	5	6	5	5	5	4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat-MDIC

Tabela 3 — Participação dos principais produtos importados pelo Brasil da China sobre o total (em %) — 2002 e 2020

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	29	33	37	40	39	34	31	33	31	30	29	29	29	28	30	32	27	30	31
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes	10	10	11	14	17	19	19	20	22	21	23	22	19	17	17	16	14	15	16
Produtos químicos orgânicos	11	10	8	7	6	5	6	7	5	5	5	6	6	6	9	8	8	8	9
Embarcações e estruturas flutuantes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3	3	0	10	6	5
Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios	6	6	6	7	6	6	6	5	4	2	2	2	2	2	2	3	2	2	3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Comex Stat-MDIC, 2021

Entretanto, para caracterizar a dinâmica econômica sino-brasileira, é importante considerar também a entrada de capital chinês por meio de investimentos diretos no país. Pautasso (2022) questiona a simplificação da classificação de neoimperialismo atribuída à China, a qual se baseia apenas na exportação de capital chinês e importação de produtos primários da periferia. O autor argumenta que essa abordagem negligencia a complexidade intrínseca do imperialismo e não contempla as mudanças sistêmicas ocorridas, e argumenta que:

os investimentos chineses na periferia se distinguem dos investimentos imperialistas. Conforme ilustrado no gráfico 3, os principais setores beneficiados por esses investimentos são energia (representando 75% do total) e transporte (8,7%);

1. não há violação da soberania dos Estados;
2. a manutenção da condição periférica dos países é resultado das ações dos países colonizadores, não da China;
3. não ocorre imposição de modelos políticos-institucionais ou ajustes macroeconômicos;
4. não há histórico de promoção de golpes, intervenções ou outras práticas de desestabilização.

A tabela abaixo, conforme Peters (2023), também destaca a criação de empregos no Brasil por meio dos projetos chineses, alinhando-se à ideia, mencionada por Pautasso (2022), de uma política pública integrada à lógica nacional.

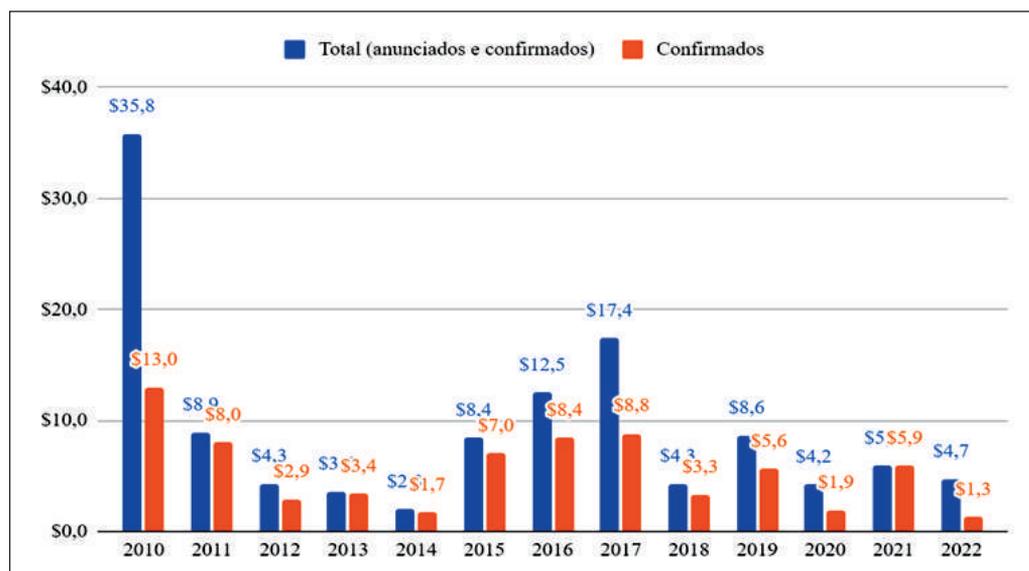
Tabela 4 - Investimentos chineses em infraestrutura no Brasil — 2005-2022

	2005-2009	2010-2015	2016-2021	2019	2020	2021	2022
Quantidade de projetos	2	5	23	3	5	8	3
Valor (em US\$ milhão)	669	2.119	13.277	2.764	5.100	954	119
Quantidade de empregados	7.350	57.990	116.245	18.303	66.372	6.726	3.000
Valor/projeto (em US\$ milhão)	335	424	577	921	1.020	119	40
Valor/empregado (em US\$ milhão)	0,09	0,04	0,11	0,15	0,08	0,14	0,04
Empregados / projeto	3.675	11.598	5.054	6.101	13.274	840,8	1.000

Fonte: Monitor of Chinese Infrastructure in Latin America and the Caribbean of Latin American and Caribbean Academic Network on China (Red ALC-China), 2023

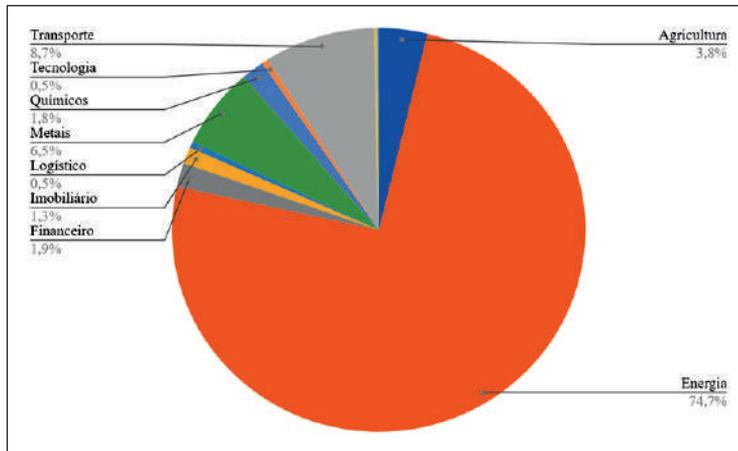
O relatório divulgado pelo Conselho Empresarial Brasil-China analisa os dados dos investimentos chineses no Brasil nos últimos dez anos e aponta uma redução de quase 80% em 2022 em comparação com 2021, marcando o menor valor desde 2009 (Cariello, 2023). No aspecto qualitativo, os investimentos chineses concentram-se em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico nacional, predominantemente em energia (74,7%) e transportes (8,7%). Aproximadamente 60% desses investimentos seguem o modelo *greenfield*, estabelecendo operações em subsidiárias locais e empregando mão de obra nacional (Cariello, 2023).

Gráfico 2 — Fluxo de investimentos chineses para o Brasil (em US\$ bilhão) — 2010-2022



Fonte: Investimentos Chineses no Brasil 2022: tecnologia e transição energética, CEBC, 2023

Gráfico 3 — Participação dos setores nos investimentos chineses no Brasil — 2005-2023



Fonte: Elaboração própria com base no China Global Investment Tracker, 2023

Apesar de a exportação de produtos brasileiros promover a reprimarização da economia, esse movimento tem pouca relação com a estratégia de governança chinesa. As relações comerciais sino-brasileiras também apresentam assimetrias devido à política econômica brasileira, que prioriza a produção de produtos primários. A entrada de capital chinês na agricultura representa apenas 3,8% do total de investimentos em 18 anos, enquanto 90% dos investimentos se concentram em setores de infraestrutura estratégica (Cariello, 2023).

Portanto, a reprimarização e a tendência de periferização do Brasil não podem ser atribuídas ao protagonismo chinês nas relações econômicas. De acordo com Pautasso (2022), a estratégia da China visa criar demanda para a supercapacidade ociosa de sua indústria nacional, promover segurança alimentar e energética, abrir acesso ao conjunto de recursos naturais necessários para a manutenção do desenvolvimento chinês, além de potencializar a internacionalização de empresas e a exportação de serviços nacionais, principalmente na área de engenharia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a China no período de 2002 a 2022 oscilaram entre períodos de proximidade, especialmente durante os governos Lula 1 e 2, e tensões ideológicas profundas durante o governo Bolsonaro (2019-2022), com a possibilidade de uma retomada da parceria estratégica no governo Lula 3.

Essas oscilações nos relacionamentos diplomáticos afetaram as relações comerciais e de investimento entre os dois países no período de 2002 a 2023. Embora no comércio tenha sido observada uma dinâmica quase autônoma, houve impactos negativos nos investimentos chineses no Brasil nos últimos anos, possivelmente como resultado das relações conturbadas com o gigante asiático durante o período Bolsonaro. Do ponto de vista econômico, ficou claro que a China superou os EUA como principal parceiro comercial do Brasil, uma mudança estrutural que é observada em grande parte da América Latina e que tem impactos geopolíticos relevantes.

A reprimarização e a tendência de periferização do Brasil não podem ser atribuídas ao protagonismo chinês nas relações econômicas

As relações comerciais entre Brasil e China demonstraram ser altamente dinâmicas ao longo dos últimos dezoito anos, configurando-se como uma das relações mais importantes entre países emergentes no cenário mundial atual, conforme apontado pelo diplomata chinês Qu Yuhui, ministro conselheiro da Embaixada da República Popular da China no Brasil (Yuhui, 2021). É interessante notar que essa dinâmica frequentemente favoreceu o Brasil, resultando em *superávits* comerciais que excederam 30 bilhões de dólares em alguns anos. Por isso, Charles Andrew Tang, presidente da Câmara Binacional de Comércio e Indústria Brasil-China, enfatizou vigorosamente que não conseguia compreender por que membros da alta cúpula brasileira adotavam uma postura hostil em relação à China e agiam contrariamente aos interesses nacionais do Brasil, visto que não há lógica em antagonizar seu maior parceiro comercial (Tang, 2021). Porém, é importante reconhecer que essas relações também apresentam desafios, como evidenciado pelas tendências de reprimarização e desindustrialização que o protagonismo chinês pode gerar no Brasil. Andrea Ribeiro Hoffmann argumenta que:

A China traz uma outra proposta, talvez uma proposta de mais concessão de autonomia, de soberania, [...] desde nosso ponto de vista, na América Latina a autonomia é uma questão chave. No entanto, eu acho que essa chave da autonomia muitas vezes está muito mais pautada na questão econômica e não na questão realmente política; então, o custo de uma autonomia sob uma hegemonia chinesa pode também ser bom, se ela se tornar hegemônica; uma autonomia na qual o padrão é de assimetria, mas talvez essa autonomia seja muito restrita, em uma ordem global onde democracia, direitos humanos etc. não sejam valorizados (Hoffmann, 2021).

Sobre a China, o atual assessor especial para Assuntos Internacionais de Lula, Celso Amorim, reconhece que é realmente um desafio, assim como o foram a Europa e os EUA em outros momentos. Ele também reconhece que o gigante asiático é mais sutil do ponto de vista político, sem impor tantas condicionalidades, remetendo à preocupação de Prebisch com as relações do tipo centro-periferia. Nesse sentido, conclui que seria importante “remar contra a maré” e que processos de integrações regionais poderiam servir como instrumento para lidar com o tema da reprimarização, uma vez que o comércio intrabloco é caracterizado por manufaturas (Amorim, 2021).

Uma fonte diplomática brasileira atual, que preferiu o anonimato, ressaltou que o padrão do comércio com a China é extremamente concentrado nas exportações de produtos primários com baixo valor agregado. Esse, portanto, seria o grande desafio: diversificar a

Ricardo Stuckert/PR



Lula e presidentes de países membros e simpatizantes dos Brics posam para foto oficial após reunião do grupo, no Sandton Convention Centre. Joanesburgo (África do Sul), 24 de agosto de 2023

pauta exportadora, agregando valor. Essa reflexão também destaca a importância de desenvolver estratégias para promover as exportações de produtos de maior valor agregado. Além disso, é necessário diferenciar as responsabilidades entre o governo e os empresários neste processo:

Nós temos que dividir o que é pauta do governo e as que são dos empresários: a do Itamaraty, do Ministério da Economia, da Secretaria de Comércio Exterior, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, do Ministério da Agricultura é identificar barreiras que existem e negociá-las com vistas a minimizar ou eliminar essas barreiras que podem ser de várias ordens, entre elas, sanitárias, fitossanitárias e tarifárias, essas sendo de maior dificuldade de negociação. Um acordo comercial com a China ainda não está nas cartas, ainda que obviamente o agronegócio se interessaria muito mais que a indústria brasileira por ele, pois para ela isso seria extremamente prematuro, já que se vê diante de uma série de desafios para o incremento da sua competitividade e produtividade, já que a carga tributária no Brasil é muito elevada, o chamado custo Brasil [...] O governo pode identificar novas oportunidades e para isso existe todo um trabalho de promoção comercial de nível governamental que são os estudos que analisam os produtos exportados e importados de cada país e avaliam as possibilidades e riscos cruzando esses dados [...] do ponto de vista empresarial eles precisam entender que na Ásia o relacionamento é de longo prazo e com a criação de bases de confiança entre o empresário e seu cliente local [...] Quando eu estive servindo na China, eu me lembro de uma companhia brasileira grande que é a Souza Cruz. Ela instalou uma série de altos executivos para simplesmente prospectar o mercado local e depois de dois anos e muito esforço de prospecção, resolveu abandonar o investimento por questões regulatórias, pois eles consideraram aquilo uma barreira difícil de vencer. Mas para o

Embora no comércio tenha sido observada uma dinâmica quase autônoma, houve impactos negativos nos investimentos chineses no Brasil nos últimos anos, possivelmente como resultado das relações conturbadas com o gigante asiático durante o período Bolsonaro

mercado mais promissor do mundo, e com cigarros de boa qualidade a preços competitivos, essa era uma oportunidade promissora. Esse tipo de exercício deveria ser feito por várias empresas brasileiras que já estão em fase da competição lá e para outras que pretendem ocupar pedaços maiores do mercado local, porque é fundamental estabelecer relações de confiança de longo prazo, o que não tem sido feito”. Concluiu que negociar com a China às vezes é até mais difícil, pois, como estão com poder, se comportam de forma bastante realista (“jogam muito duro e, nas negociações, negociam muitas coisas não ditas, colocam muitas condicionalidades”) e que o discurso da cooperação Sul-Sul já não se aplicaria, pois quem faz cooperação Sul-Sul é o Brasil que executa pequenas iniciativas em outros países do Sul, replicando experiências bem-sucedidas, mas sempre com poucos recursos (Fonte Diplomática, 2021).

Marcos Costa Lima (2021) aponta complementaridades nas relações entre o Brasil e a China e destaca que o gigante asiático possui capital e é extremamente dinâmico, enquanto a região brasileira enfrenta problemas graves de infraestrutura. Dessa forma, sugere que a China poderia contribuir para a integração regional. No entanto, ele também critica a estratégia de exportação atual do Brasil, que se concentra principalmente na exportação de soja e minérios. O professor Costa Lima afirma que essa estratégia é suicida, uma vez que exportar soja implica exportar uma grande quantidade de água, o que está relacionado aos desastres ambientais que a região vem enfrentando atualmente.

Ele também salienta que o histórico de relações internacionais da China com o mundo é bastante diferente do histórico dos EUA, já que a China não tem pretensões de levar “democracia e liberdade” a outras regiões, evitando assim os enormes impactos bélicos e humanitários frequentemente associados a essa abordagem. Costa Lima salienta que a estratégia chinesa é controlar os capitalistas e, com a participação estatal em diversos setores, como bancos e indústrias, manter uma política de prosperidade. Isso permitiu tirar mais de 700 milhões de pessoas da miséria em pouco tempo, e a China hoje almeja criar uma civili-



Os EUA buscam conter a influência chinesa pressionando o Brasil a aderir ao plano Clean Network, que exclui a Huawei da infraestrutura de tecnologia 5G

zação ecológica. Porém, ele ressalta que o Brasil deveria se espelhar nesse exemplo, mas está fazendo exatamente o oposto, privatizando suas empresas a preços baixos. Ele menciona o caso da Petrobras e as intenções de privatizar o setor elétrico (Costa Lima, 2021).

* Professor na Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila) e do Programa de Mestrado/Doutorado em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL). *E-mail*: fabio.borges@unila.edu.br

** Bacharela em Relações Internacionais e Integração na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Pós-graduanda em Liderança e Inovação na Fundação Getúlio Vargas (FGV). *E-mail*: luizammart@gmail.com

*** Bacharel em Relações Internacionais e Integração na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Mestrando em Estudos Latino-Americanos na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam). *E-mail*: felipenagual@gmail.com

► Texto recebido em 16 de setembro de 2023; aprovado em 9 de outubro de 2023.

ABDENUR, Adriana Erthal. Brazil-Asia Trade: emerging configurations. In: ARNSON, Cynthia; HEINE, Jorge; ZAINO, Christine (Org.). **Reaching Across the Pacific: Latin America and Asia in the New Century**. Washington, D.C: Wilson Center, 2014. p. 125-152.

AMORIM, Celso. Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro. Agosto de 2021. Entrevista gravada.

BUENO, André da Silva. **Relações Brasil-China: Novas Perspectivas**. In: X SIMPÓSIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICA CHINA, 2019. Disponível em: <https://politica-china.org/areas/politica-exterior/x-sei-relacoes-brasil-china-novas-perspectivas>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CARIELLO, Tulio. **Investimentos Chineses no Brasil 2022: tecnologia e transição energética**. Conselho Empresarial Brasil-China, 2023. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/download/12393/>. Acesso em: 29 ago 2023.

CARVALHO, Evandro Menezes de. O uso político da pandemia e a crise diplomática com a China. In: AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogerio Dultra dos (Org.). **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020. p. 36-44. Disponível em: <http://www.defesaclasse-trabalhadora.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Pandemias-e-pandemon%C3%B4nio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 01 ago 2023.

COSTA LIMA, Marcos. **Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro**. Agosto de 2021. Entrevista gravada.

FONTE DIPLOMÁTICA. **Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro**. Agosto de 2021. Entrevista gravada.

HIRST, Mônica; MACIEL, Tadeu Morado. O tripé da Política Externa Brasileira no governo Bolsonaro. **Boletim Opsi**, n. 3, p. 06-15, 2020. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPESA_2020_n3-jul-set-2020.pdf. Acesso em: 05 ago 2023.

HOFFMANN, **Andrea Ribeiro**. **Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro**. Setembro de 2021. Entrevista gravada.

HORTA, Danilo Augusto da Silva. Uma política externa não tão nova assim: uma análise da política externa do governo Lula III e seus desafios. **Boletim Opsi**, v.1, n. 2, p. 05-09, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/orbis/article/view/58746>. Acesso em: 03 ago. 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro**. Agosto de 2021. Entrevista gravada.

LIMA, Maria Regina Soares de. A dialética da política externa de Lula 3.0. **Cebri-Revista Brazilian Journal of International Affairs**, n. 5, p. 79-95, 2023. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/104>. Acesso em: 19 ago. 2023.

MACIEL, Tadeu Morato. Avanços e desafios da Política Externa brasileira após 100 dias de governo Lula. **Orbis - Boletim Trimestral do Le bep-UFF**, v. 1, n. 1, p. 20-24, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/orbis/article/view/58439>. Acesso em: 10 ago 2023.

OLIVEIRA NETO, João Batista de. **A política externa brasileira de Lula (2007-2010) e de Dilma (2011-2014): da ascensão ao declínio internacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19232/1/2016_JoaoBatistadeOliveiraNeto.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

PAUTASSO, Diego. A China é imperialista? In: PAUTASSO, Diego. **Imperialismo: ainda faz sentido na era da globalização?**. São Paulo: Cultura, 2022. p. 85-98.

PETERS, Enrique Dussel. **Monitor of Chinese Infrastructure in Latin America and the Caribbean 2023**. RED ALC-CHINA. Disponível em: https://www.redalc-china.org/monitor/images/pdfs/menuprincipal/Dussel-Peters_Monitor_Infraestructura_2023_ENG.pdf. Acesso em: 27 ago. 2023.

RICUPERO, Rubens. Mudaria o Natal ou mudei eu?: A volta de Lula em cenário de polícrise global. **CEBRI-Revista Brazilian Journal of International Affairs**, n. 5, p. 31-57, 2023. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/102>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SILVA, Álvaro Vicente Costa. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 49, p. 23-41, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/86954>. Acesso em: 18 ago. 2023.

TANG, Charles Andrew. **Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro**. Agosto de 2021. Entrevista gravada.

UEHARA, Alexandre; CASARÕES, Guilherme. 2013. Brazil, East Asia and the shaping of world politics. **Perceptions**, v. 18, n. 1, p. 75-100, 2013. Disponível em: <http://sam.gov.tr/pdf/perceptions/Volume-XVIII/spring-2013/Uehara-Casaro.es.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

YUHUI, Qu. **Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro**. Setembro de 2021. Entrevista gravada.

Entre o desenvolvimento e a proteção ambiental

Lições do 14º Plano Quinquenal Chinês para a governança socioambiental brasileira rumo à COP 30

Between development and environmental protection
Lessons from China's 14th Five-Year Plan for Brazilian socio-environmental governance towards COP 30

Luiz Henrique Debastiani*
Rafael Willian Senger**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.004>



Pavilhão chinês na COP 27, ocorrida em Sharm El Sheikh, Egito (6 a 18 de novembro de 2022)

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar as possíveis contribuições da política de governança socioambiental chinesa — definida pelos planos quinquenais — para a elaboração de políticas públicas de proteção e planejamento estatal brasileiras, com enfoque nas oportunidades trazidas pela conquista da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP 30) na Amazônia e pela crescente relevância da relação comercial Brasil-China, explorando a aparente contradição entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. O método de pesquisa utilizado foi o qualitativo-quantitativo, abordando tanto a bibliografia analítica disponível e os próprios planos quanto dados estatísticos. Como resultado, constata que a relação entre a governança socioambiental da China e a do Brasil tem um impacto substancial na busca por um futuro sustentável e compartilhado, em um cenário propício para a colaboração mútua e o intercâmbio de estratégias eficazes de desenvolvimento. Através de esforços conjuntos, essas nações podem não apenas fortalecer sua própria resiliência ambiental e econômica, mas também inspirar outros países a adotar medidas concretas para enfrentar os desafios climáticos globais de maneira mais eficaz.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Planos quinquenais. Relação Brasil-China. COP 30.

ABSTRACT

This article aims to analyze the possible contributions of the Chinese socio-environmental governance policy — defined by the five-year plans — to the elaboration of public policies of protection and state planning in Brazil, focusing on the opportunities brought by the conquest of the 30th Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (COP 30) in the Amazon and by the growing relevance of Brazil-China trade relationship, exploring the apparent contradiction between economic development and environmental protection. The research method used was qualitative-quantitative, approaching both the available analytical bibliography and the plans themselves, as well as statistical data. As a result, it shows that the relationship between socio-environmental governance in China and Brazil has a substantial impact on the search for a sustainable and shared future, in a scenario conducive to mutual collaboration and the exchange of effective development strategies. Through joint efforts, these nations can not only strengthen their own environmental and economic resilience, but also inspire other countries to take concrete steps to address global climate challenges more effectively.

Keywords: Sustainable development. Five-year plans. Brazil-China relations. COP 30.

1. INTRODUÇÃO

A governança chinesa se depara, constantemente, com o impasse entre a priorização do crescimento econômico e a proteção do meio ambiente, desde a introdução das reformas de Deng Xiaoping (1978-1990), com a abertura para o mercado internacional. Ao longo de sua história, a China considerou a natureza como um fator limitante a ser superado, em vez de algo a ser aceito e preservado, uma vez que a corrida para a superação do *gap* tecnológico, que transformou uma colônia agrária milenar na segunda maior potência do mundo em 80 anos, teve, como efeito colateral, um conjunto de prejuízos ambientais. Hoje, se estabelece a disputa entre a plena recuperação do meio ambiente e a garantia do seu crescimento econômico.

Tendo o terceiro maior território e a maior população do mundo, a China enfrenta desafios tão extensos quanto a sua diversidade. Elaborar estratégias acertadas de governança para lidar com as necessidades de suprimento de água e energia, além de direcionar esforços para melhorar a qualidade do ar em muitas regiões industriais, implica esforços importantes do governo chinês, que, adepto do sistema econômico de “projetamento” socialista, conta com uma importante ferramenta para a condução do desenvolvimento: os planos quinquenais.

Já o Brasil se vê diante de dilemas distintos. O país, rico em recursos naturais, ainda enfrenta problemas graves para definir claramente o seu projeto econômico, o que engessa as possibilidades de desenvolvimento e crescimento real. A defasagem industrial gradativa tem sido percebida no crescente predomínio dos setores primários da economia, intensivos em recursos naturais e engajados em ampliar a fronteira agrícola em direção aos biomas nacionais.

A volatilidade da política brasileira faz com que o desenvolvimento da economia e o tema da sustentabilidade sejam pautas constantemente redirecionadas, carentes de maiores estratégias capazes de alinhar as demandas internas do país com a preservação ambiental tratada em nível internacional. Sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o país tem novamente a oportunidade de adotar uma postura mais combativa na fiscalização e preservação da natureza, compromisso observado no anúncio da realização da COP 30 no Brasil (em Belém), além de suprir as necessidades desenvolvimentistas internas.

Este artigo tem por objetivo analisar as possíveis contribuições da política de governança socioambiental chinesa — definida pelos planos quinquenais — para a elaboração de políticas públicas de proteção e planejamento estatal brasileiras, com enfoque nas oportunidades suscitadas pela realização da COP 30 na Amazônia e na crescente relevância da relação comercial Brasil-China.

À parte esta introdução, a pesquisa é dividida em três itens, começando pela descrição do estado atual da industrialização brasileira, levando em conta suas dificuldades e potencialidades, passando pela apresentação dos planos quinquenais como instrumentos de planejamento e desenvolvimento sustentável na China e culminando na análise do 14º Plano Quinquenal, suas políticas e metas para as áreas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e meio ambiente, assim como suas possíveis lições para o Brasil, que inaugura um novo ciclo político em 2023, com enfoque na superação da contradição aparente entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Para manter a alta produtividade agropecuária brasileira, não seria necessário ampliar o uso e apropriação de recursos naturais

2. INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA HOJE

A indústria brasileira apresenta singularidades espaciais e históricas. À medida em que as especializações regionais se alteram devido à transformação dos seus respectivos segmentos produtivos, novas e complexas relações de trabalho e de uso do território são introduzidas, seja pelas demandas de agentes internos ou externos, seja pelo projeto político-econômico em que estão inseridas.

Duas tendências atuais têm chamado atenção: a gradativa perda de protagonismo industrial do Brasil em setores de alta densidade tecnológica (Morceiro; Guilhoto, 2019), que aponta para uma desindustrialização precoce do país; e uma crescente e já relativamente consolidada “reprimarização” da economia nacional e da pauta das exportações.

Para alguns autores, ainda é cedo para uma conclusão definitiva, vista a crescente instabilidade internacional e a não confirmação da consolidação desse cenário no país. Porém, o comportamento das dinâmicas industriais brasileiras vem apresentando continuidade em determinadas tendências, especialmente na perda de protagonismo da indústria manufatureira — em seus setores mais densos tecnologicamente — no PIB e na pauta das exportações. Ocorre também uma contínua expansão de exportações de produtos provenientes do agronegócio, em sua maioria *commodities* sobrevalorizadas para atender à demanda doméstica de países como a China, o que aponta para uma “reprimarização” da economia nacional relacionada a um processo de desindustrialização precoce.

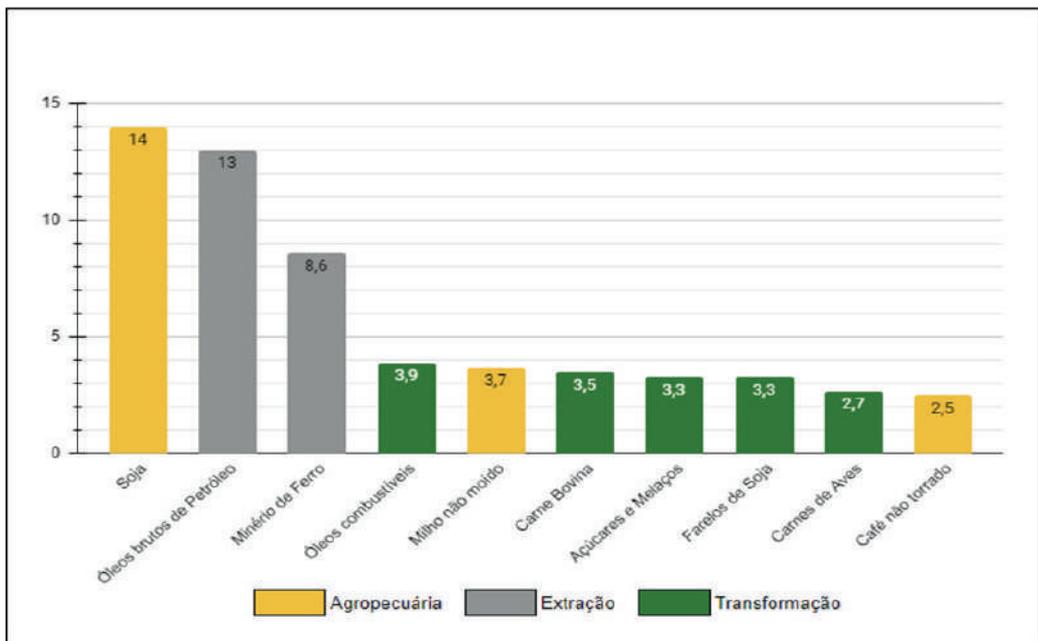
Ao contrário da China, o planejamento político do Brasil em setores estratégicos situa-se atualmente no campo da subutilização dos potenciais existentes (Dowbor, 2022). Considerando-se a carência de projetos econômicos centralizados na esfera federal, a indústria manufatureira brasileira tem perdido espaço na economia nacional para setores agrários munidos de vantagens competitivas, cenário que tem se consolidado desde a alta das *commodities* no mercado internacional no início do século XXI, o que tem propiciado as condições para a especialização produtiva em ramos agroexportadores vinculados à agroindústria ou ao comércio de grãos *in natura*. Mitidiero Junior e Goldfarb (2021, p. 5) alertam para a natureza do agronegócio brasileiro e seus resultados:

O agronegócio cumpre um papel nos países centrais e outro nos países subalternizados. O caso de sucesso do agronegócio brasileiro é diferente do norte-americano ou europeu. Aqui, as vitórias do agro vêm levando o Brasil a inserir-se de forma regressiva na economia mundial, reprimarizando sua economia e criando uma enorme dependência

industrial, tecnológica e financeira estrangeira, com impactos sociais, econômicos e ambientais destrutivos.

Segundo dados de relatório do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) e da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil), o agronegócio brasileiro representou 24,8% do PIB brasileiro em 2022, articulando os agronegócios dos ramos agrícola e pecuário, ambos intensivos no uso de recursos naturais e que encabeçam a expansão da fronteira agrícola nos biomas brasileiros (Cepea; Esalq-USP, 2023). O predomínio do setor também é perceptível quando da análise das exportações brasileiras, em que predominam produtos da agropecuária e da indústria extrativa, acrescentando-se o fato de que os produtos da indústria de transformação estão vinculados a setores de intensa exploração de recursos naturais, conforme aponta o gráfico 1.

Gráfico 1 — Participação dos principais produtos exportados pelo Brasil em 2022, por categoria (%)



Fonte: Brasil (2023). Elaboração própria

O predomínio de setores baseados em recursos naturais expõe o papel que o Brasil tem desempenhado no comércio internacional, no qual produtos mais elaborados, de maior valor agregado e intensivos em tecnologia são competitivos. Além disso, os agronegócios brasileiros têm sido cada vez mais submetidos a lógicas especulativas e que tendem à monopolização do setor, em que prevalecem lógicas de exploração do território de baixa e média produtividade (vista a dependência tecnológica de um setor já muito modernizado) e que possui grandes quantidades de terra subutilizadas ou ociosas.

De acordo com Dowbor (2022), o Brasil possui 225 milhões de hectares de terra agricultável, sendo 160 milhões sem uso. O autor enfatiza que grande parte da terra ociosa ou subutilizada é ocupada pela pecuária extensiva, em contraste com países onde a produ-

tividade da produção de carne por hectare é maior, visto o uso de sistemas modernos de confinamento.

A discussão, portanto, passa a considerar a forma como o Brasil tem gestado seus recursos em consonância com suas exigências de crescimento econômico e as metas de sustentabilidade globais. Para manter a alta produtividade agropecuária brasileira, não seria necessário ampliar o uso e apropriação de recursos naturais — visto que as demandas estão vinculadas com políticas de uso da terra e disponibilidade de tecnologias de ponta, preferencialmente nacionais —, mas alinhar e planejar as demandas do setor de acordo com os interesses do país.

Ou seja, desenvolver e modernizar o parque industrial brasileiro não implica ampliar a exploração de recursos naturais. Envolve, diretamente, reduzir tanto a dependência externa das commodities quanto a influência da pragmática demanda por aumento da produtividade rural (seja da agricultura ou da pecuária) através do uso intensivo de tecnologias. Reindustrializar o país atendendo às exigências externas quanto ao desenvolvimento sustentável é uma tarefa que depende da capacidade de geração de emprego e renda por parte da indústria, além da redução da dependência de importação de tecnologia e de bens de consumo de maior valor agregado. De acordo com Cunha, Perfeito e Pergher (2014, p. 45), “o desafio de combinar desenvolvimento com preservação do meio ambiente” e “os esforços de aumentar a produtividade em vários setores tradicionais das economias menos desenvolvidas” são importantes justificativas para o retorno das políticas industriais.

O planejamento industrial pode ainda contemplar, através de parcerias estratégicas, a criação de caminhos e metas de desenvolvimento de energias limpas no Brasil, que, segundo relatório da Cepal (2021), tem grandes potencialidades, cuja realização depende de que sejam combinadas com políticas públicas de planejamento, centradas em mecanismos de incentivo como o aumento do investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e o desenvolvimento de tecnologias e de infraestrutura propícias.

A transição energética foi pauta relevante da COP 27 (ocorrida em Sharm El Sheikh, Egito, em 2020) e, junto com a preservação da Amazônia, será uma discussão central na COP 28, que ocorre no final de 2023 em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Cabe compreender de que forma o Brasil deve assumir um importante compromisso internacional, que não seja em detrimento do seu desenvolvimento econômico interno, mas que resguarde sua soberania e apresente planos e projetos para a COP 30, a ser realizada no Brasil em 2025, conforme anunciado em maio de 2023 pelo presidente Lula às Nações Unidas.

A estruturação das políticas econômicas mencionadas impõe dilemas significativos ao Brasil, especialmente a criação de projetos de governança, que demandam reelaboração e manutenção num cenário de instabilidade política no país, muito vulnerável à volatilidade da conjuntura eleitoral. O contraste com a China, por exemplo, é evidente na forma com que o Estado determina e aciona os mecanismos necessários para conciliar o desenvolvimento econômico com as metas de sustentabilidade firmadas em nível global. No âmbito doméstico, o planejamento centralizado por parte do governo chinês é expresso nos planos quinquenais e tem priorizado um desenvolvimento econômico que considera e propõe um conjunto de políticas comprometidas com a redução dos danos ambientais no país.

Essa capacidade de planejamento de longo prazo, aliada ao intenso desenvolvimento industrial e tecnológico chinês, pode apresentar importantes lições para um Brasil com grandes potencialidades e alertado de suas singularidades. Esse conjunto de políticas am-



Neurath Power Station, usina de energia movida a linhito (carvão fóssil) em Grevenbroich, Alemanha. Na China, o uso do carvão tem sido paulatinamente abandonado e substituído por fontes de energia limpa

bientais presente nos planos quinquenais será apresentado no próximo item, destacando-se a capacidade de um país mais populoso e com menos recursos naturais disponíveis em conciliar o desenvolvimento de suas forças produtivas com a preservação ambiental.

O governo brasileiro, através do presidente Lula, tem assumido o compromisso de reindustrializar o Brasil e reduzir os danos ambientais nos principais biomas. Cabe analisar possíveis lições de um país emergente que, além de suas contradições internas, tem lidado com as exigências ambientais de órgãos e acordos internacionais.

3. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO CHINÊS A PARTIR DOS PLANOS QUINQUENAIS

Os planos quinquenais, iniciados em 1953 — após o início do governo do Partido Comunista da China, com a Revolução de 1949 —, são um modelo de política de desenvolvimento econômico e social de médio prazo da China e um legado do sistema de metas e objetivos de planejamento econômico da antiga União Soviética. São programas governamentais que fornecem ao país diretrizes, estratégias e políticas nacionais de desenvolvimento para períodos de cinco anos, descrevendo os principais objetivos sociais e econômicos, bem como os setores considerados importantes pelo governo central. Além disso, o plano quinquenal apresenta diretrizes de governança, estratégias e políticas de desenvolvimento na forma de metas e objetivos, em termos quantitativos e qualitativos (Ungaretti, 2021).

A elaboração dos planos quinquenais é de iniciativa estatal, porém envolve a mobilização de diversas rodadas de solicitação de opinião da base. As sugestões de intelectuais especialistas, funcionários do governo, consultores políticos e organizações da sociedade civil são levadas em consideração e fazem parte da formulação e aplicação dos planos. Esses

esforços têm sido feitos para garantir um caminho viável, consistente e previsível, que se alinhe com a visão de longo prazo do país para o rejuvenescimento nacional.

Ainda hoje, apesar dos esforços dos últimos anos, a China é um dos maiores responsáveis pela emissão dos gases do efeito estufa (GEEs) do mundo, emitindo cerca de 9.825,8 milhões de toneladas de CO₂, 28,8% do total no planeta. Em termos comparativos, gera mais GEEs que todos os países do continente europeu juntos (Lima; Albuquerque, 2021).

Em artigo de 2011, às vésperas da aprovação do 12º Plano Quinquenal, o ministro da Proteção Ambiental, Zhou Shengxian, afirmou: “Nos milhares de anos de civilização da China, os conflitos entre a humanidade e a natureza nunca foram tão sérios quanto são hoje. O esgotamento dos recursos naturais e a deterioração do meio ambiente são sérios gargalos que restringem o desenvolvimento econômico e social.” (Zhou, 2011) Tais constatações influenciaram para que o tema do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental fosse um objetivo central do 13º Plano Quinquenal.

Dessa forma, em 4 de março de 2014, o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, anunciou a quase 3 mil delegados no Congresso Nacional do Povo e ao público que acompanhava o evento ao vivo na televisão estatal uma mudança nos rumos do país: “Vamos declarar guerra à poluição assim como declaramos guerra à pobreza.” (Greenstone, 2020, tradução nossa) Nos meses anteriores ao discurso do primeiro-ministro, o país divulgou um plano de ação nacional de melhoria da qualidade do ar que exigia que todas as áreas urbanas reduzissem as concentrações de poluição por partículas finas em pelo menos 10%. Pequim foi obrigada a reduzir a poluição em 25%, e a cidade reservou US\$120 bilhões para esse propósito (Greenstone, 2020).

Para atingir essas metas, a China proibiu novas usinas a carvão nas regiões mais poluídas do país, incluindo a área de Pequim. As plantas industriais existentes foram instruídas a reduzir suas emissões. Se não o fizessem, o carvão seria substituído por gás natural. Grandes cidades, incluindo Pequim, Xangai e Guangzhou, restringiram o número de carros nas estradas. O país também reduziu sua capacidade de produção de ferro e aço e fechou minas de carvão.

Assim, esse período da implementação do 13º PQ (2016-2020) foi fundamental para a realização de uma mudança no país, revelando um despertar da necessidade de realizar políticas voltadas à mitigação dos problemas ambientais na China.

O presidente chinês e secretário-geral do Partido Comunista da China (PCCh), Xi Jinping, principal timoneiro da política de proteção ambiental, em seu livro sobre governança (Xi, 2020, p. 213, tradução nossa), afirma:

A proteção do ecoambiente é uma questão política importante relacionada à missão e propósito do PCCh; é também uma grande questão social relacionada ao bem-estar das pessoas. O partido sempre atribuiu grande importância a essa questão e estabeleceu a conservação dos recursos e a proteção ambiental como uma política nacional fundamental e o desenvolvimento sustentável como uma estratégia nacional. À medida que o desenvolvimento econômico e social avança, nossa compreensão do plano geral de construção do socialismo com características chinesas evolui [...]. A humanidade ascende e declina como uma só comunidade. Proteger o ecoambiente é um desafio comum e uma responsabilidade conjunta de todo o mundo. O sucesso nessa empreitada será bom para o socialismo chinês; caso contrário, será um pretexto para forças com segundas intenções nos atacarem.



O Brasil possui diversidade de fontes em sua matriz energética

Assim, como reflexo desse pensamento, a parte dez do 13º Plano Quinquenal — “Ecossistemas e meio ambiente” — traz compromissos internos para o Plano Nacional Chinês de Implementação dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) de 2030, na disposição que passamos a expor. Capítulo 42: “Acelerar o desenvolvimento de zonas funcionais”; capítulo 43: “Promover o uso econômico e intensivo de recursos”; capítulo 44: “Aprimorar a governança ambiental abrangente”; capítulo 45: “Intensificar a conservação e restauração ecológica”; capítulo 46: “Responder às mudanças climáticas globais”; capítulo 47: “Melhorar os mecanismos para garantir a segurança ecológica”; capítulo 48: “Desenvolver o meio ambiente e indústrias amigas do ambiente”. Cada capítulo corresponde a uma série de metas qualitativas e quantitativas estabelecidas em cada área para os cinco anos vindouros.

No nível doméstico, a capacidade de governança nacional tem sido constantemente fortalecida em um ambiente político estável. O 13º Plano Quinquenal introduziu, orientado para o interesse das pessoas, o conceito de desenvolvimento inovador, coordenado, verde, aberto e compartilhado, fornecendo a orientação teórica para os esforços da China para implementar a Agenda 2030 e promover o desenvolvimento sustentável (Xie, 2017, p. 9).

O termo *civilização ecológica* foi mencionado algumas vezes no 13º Plano Quinquenal da China. Trata-se de uma orientação adotada pelo governo para desenvolver leis e políticas ambientais por meio de inovações tecnológicas a fim de combater ameaças, mas sem ignorar o desenvolvimento econômico (Hansen; Li; Svarverud, 2018). Para além disso, trata-se de uma aposta ambiciosa e importante do Partido Comunista Chinês como um pensamento que favorece a transição civilizatória.

Cabe aqui mencionar algumas das metas alcançadas pelo 13º PQ. De 2008 a 2019, a participação do carvão no consumo energético da China caiu de 72,2% para 55,6%. Só em 2014, caiu 2,9%, em 2015, 3,7%, e em 2016, 4,7%, segundo o Departamento Nacional de Estatísticas. Um esforço de redução acentuado, considerando-se que, no mesmo período, o país ampliou seu consumo de energia em 51,6%. O uso do carvão foi substituído, em grande medida, pelo do gás natural. De 2008 a 2019, a participação do gás no consumo chinês cresceu de 3,2% para 7,5%. Quanto às energias mais limpas, aumentaram seu peso na matriz

chinesa de 10,7% para 25,6%. Três milhões de moradias no Norte do país tiveram suas caldeiras de carvão substituídas por equipamentos elétricos ou a gás natural. Foram eliminados mais de 50 gigawatts de capacidade nas usinas elétricas alimentadas por carvão e mais de 150 milhões de toneladas de capacidade de produção de carvão. No ano de 2016, primeiro do 13º PQ, o corte foi de 290 milhões de toneladas (Liy, 2017).

Segundo o 13º Plano Quinquenal, o consumo de energia de fontes não fósseis (renováveis) deveria subir para 15% em 2020, mais do que os 12% atingidos em 2015. Para isso, o governo central precisou orientar o foco das políticas para a demanda, com atenção particular às complementaridades dos sistemas de energia renovável, como o aumento do percentual de gás natural no consumo total e o desenvolvimento de sistemas de armazenamento, de geração distribuída e de redes inteligentes para aumentar a eficiência do sistema e reduzir custos operacionais. Apesar de terem sido citadas nos planos quinquenais anteriores, somente a partir de 2016 estas últimas duas ganham maior relevância no planejamento e fixação de metas de governança no Plano de Ação de Revolução da Inovação de Tecnologia da Energia, no âmbito do 13º PQ (Zotin, 2018).

Ou seja, as duas principais diretrizes da política energética chinesa alcançadas pelo 13º PQ foram a redução da intensidade energética em 15% entre 2016 e 2020 e a ampliação da utilização de fontes de energias mais limpas e renováveis, que chegaram ao incrível patamar de um quarto de todo o consumo.

4. CT&I E MEIO AMBIENTE NO 14º PLANO QUINQUENAL

Desde 1953, a China implementou 14 planos quinquenais. O 14º Plano Quinquenal, abrangendo os anos de 2021 a 2025, foi oficialmente aprovado durante as duas sessões da Assembleia Nacional Popular (ANP), em 2020. O plano é dividido em 19 seções e 65 capítulos, abordando todos os aspectos do desenvolvimento nos próximos cinco anos, além de apresentar a visão da China para 2025. De forma ampla, aborda os três pilares do desenvolvimento — econômico, social e ambiental. Sua principal narrativa subjacente é a continuidade, com algumas inovações e ambições ampliadas.

Aqui serão destacados os principais indicativos, desafios e estratégias apresentadas no plano, bem como temas transversais e recorrentes e pontos de reflexão. Algumas áreas podem se beneficiar de maior fortalecimento e elaboração para pôr as diretrizes em prática e a China em um caminho sólido para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e cumprir o Acordo de Paris.

As duas sessões da ANP consistem nas duas reuniões anuais parlamentares do PCCh, em que os dois principais órgãos políticos do país — o Congresso Nacional do Povo (CNP) e o Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CNC-CPPC) — discutem e anunciam planos para as políticas da China para os setores-chave do país, sendo estes a economia, as forças militares, o comércio, a diplomacia, o meio ambiente e outros (Ungaretti, 2021).

Em 2021, as duas sessões ocorreram entre 4 e 11 de março, tendo como principal objetivo preparar o rascunho oficial do 14º PQ, sendo que as áreas em foco foram o desenvolvimento sustentável e a liderança tecnológica do país. O evento contou com aproximadamente 5 mil participantes, os quais integravam o CNP e o CNCCPPC e eram parte das mais diversas camadas da sociedade chinesa. A convenção de 2021 — ano do primeiro centenário

A relação entre a governança socioambiental da China e a do Brasil desempenha um papel fundamental no cenário global devido à importância de ambas as nações em termos de recursos naturais, economia e desenvolvimento. Enquanto a China é uma potência industrial em rápido crescimento, o Brasil possui a vasta biodiversidade da Amazônia, um patrimônio ambiental crucial para a estabilidade climática

do Partido Comunista Chinês, responsável pela elaboração de metas e objetivos de longo prazo do país — foi duplamente importante, pois, além de vislumbrar fatores importantes para o governo chinês no ano seguinte, anunciou os primeiros detalhes do 14º Plano Quinquenal (Ungaretti, 2021).

O 14º PQ cobre um vasto número de temas e estabelece inúmeras prioridades para diferentes aspectos da economia e sociedade chinesas. Dentre elas, o Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial (Iedi, 2021) destaca: transformar a China em uma potência tecnológica e industrial autossuficiente; promover a digitalização da economia e da sociedade; enfatizar a demanda doméstica na estratégia de circulação dual; acelerar o desenvolvimento verde, avançando em direção a uma economia de baixo carbono; elevar a China à posição de liderança na governança econômica regional e mundial.

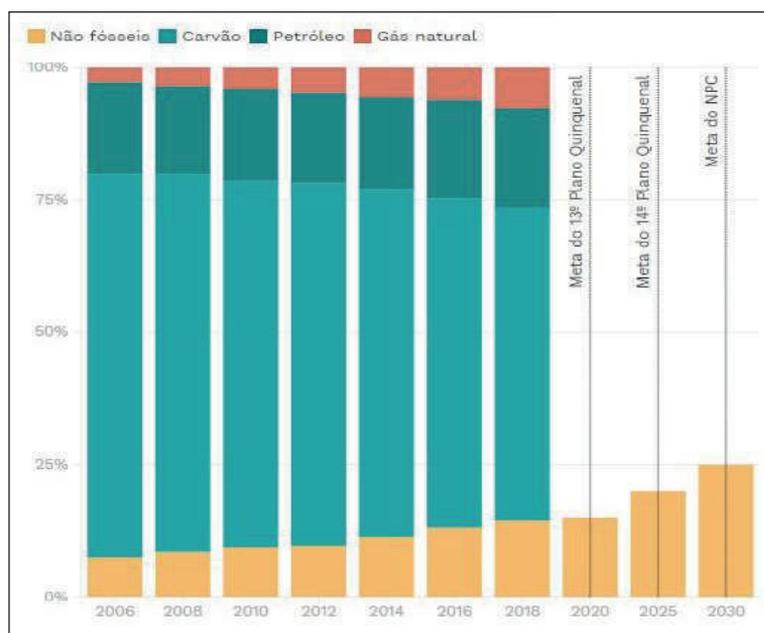
Para a United Nations Development Programme (UNDP), no que se refere ao desenvolvimento verde, as principais prioridades do 14º PQ são a melhoria da eficiência energética da China, a expansão das fontes de energia renováveis, o fomento à pesquisa de tecnologias avançadas de armazenamento de energia e o desenvolvimento da rede estatal de energia inteligente em todo o país, que pode direcionar a energia eólica, solar e hidrelétrica das regiões montanhosas e escassamente povoadas do Oeste e Noroeste do país para as áreas costeiras densamente habitadas e com alta demanda de energia. As bases de energia das regiões ocidentais serão complementadas por uma rede de parques eólicos *offshore* e dez novas usinas nucleares ao longo das costas Leste e Sul (UNDP, 2021).

Graças a essas novas usinas, a capacidade de energia nuclear se expandirá em cerca de 40% para alcançar 70 gigawatts nos próximos cinco anos. O direcionamento para a energia nuclear é confirmado igualmente nos elementos industriais do 14º PQ, que preveem o fomento da pesquisa e do desenvolvimento de componentes-chave das usinas nucleares. Modernizar e atualizar a rede estatal inadequada é indispensável para um método eficaz de transição do carvão para fontes de energia limpas (Iedi, 2021).

Ademais, o 14º PQ atribui importância significativa ao desenvolvimento de novas fontes de energias de baixo carbono. Os principais aspectos do planejamento de novas energias envolvem o fortalecimento do desenvolvimento de indústrias emergentes estratégicas, como as de novos recursos energéticos e de novos veículos elétricos, acelerando a promoção do desenvolvimento de baixo carbono e facilitando o uso seguro e eficiente de energia limpa. Para tanto, o governo chinês reconhece o gás natural como um combustível limpo. Para garantir um fornecimento seguro de gás natural, o plano estabelece como objetivo alcançar a expansão da produção doméstica, por via de exploração de gás em alto-mar, a ampliação da capacidade do sistema de dutos, a conectividade e a diversificação do fornecimento, bem como o aumento da capacidade da China na produção de turbinas a gás e grandes navios de gás natural liquefeito (Iedi, 2021).

O plano estabelece que o consumo de energia e as emissões de dióxido de carbono por unidade do PIB sejam reduzidos em 13,5% e 18%, respectivamente, nos próximos cinco anos em relação ao ano de 2020. Concomitantemente, sinaliza que as fontes de energia renováveis, incluindo a eólica, solar, hídrica e nuclear, devem aumentar para 20% a sua participação na matriz energética da China, ante 16% em 2019 (UNDP, 2021).

Gráfico 2 — Matriz energética da China: distribuição do consumo, por fonte primária — 2006-2030



Fonte: Yi (2021)

Na Cúpula Ambições Climáticas 2020, o presidente Xi anunciou compromissos adicionais para 2030: a China irá baixar suas emissões de dióxido de carbono por unidade do PIB em mais de “65% em relação ao nível de 2005, aumentar a proporção de combustíveis não fósseis no consumo de energia primária em cerca de 25%, aumentar o estoque de florestas em 6 bilhões de m³ em relação ao nível de 2005 e elevar sua capacidade total instalada de energia eólica e solar a mais de 1,2 bilhão de kW”. Os compromissos da China também

Xinhua/Liu Weibing



Grande Palácio do Povo, em Pequim, onde se reúne a Assembleia Popular Nacional da China, que aprovou o 14º Plano Quinquenal, entre 4 e 11 de março de 2021

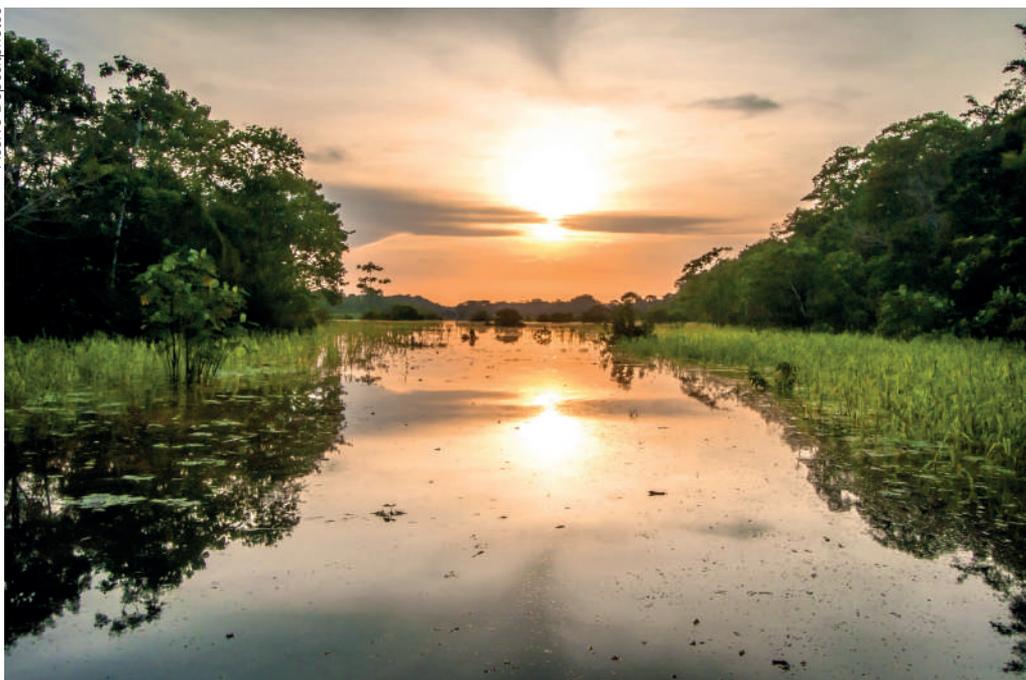
oferecem um guia para atingir o pico das emissões de carbono e a neutralidade em carbono. As duas metas mostraram a determinação da China em implementar plenamente o Acordo de Paris (Mrena, 2021, p. 20).

No que se refere à proteção ambiental e à biodiversidade, o 14º Plano Quinquenal enfatiza a importância de “garantir a harmonia entre a humanidade e a natureza” e sugere que a China agirá mais rapidamente para criar “grandes escudos ecológicos” destinados a proteger os ecossistemas naturais e estabelecer um “sistema de reserva natural baseado em parques nacionais” (UNDP, 2021, p. 5, tradução nossa). Como meta obrigatória, o plano estabeleceu a expansão da cobertura florestal para 24,1% da área total da China, ante 23,2% em 2019. Isso exigirá o plantio de mais de 11 milhões de hectares de novas florestas até 2025, cobrindo uma área maior que a Coreia do Sul (Iedi, 2021, p. 12).

Em seu discurso na Cúpula dos Líderes do 15º Encontro da Conferência das Partes para a Convenção sobre Diversidade Biológica, em 12 de outubro de 2021, o presidente chinês Xi Jinping indicou que a China irá lançar planos de implementação de picos de emissão de dióxido de carbono em áreas e setores-chave, assim como uma série de medidas de apoio a esses planos. Anunciou também a iniciativa da China de estabelecer o Fundo Kunming de Biodiversidade, com base no qual o país assumiu a liderança mundial na defesa dessa pauta, “investindo 1,5 bilhão de yuans (mais de US\$ 200 milhões) para apoiar a proteção à biodiversidade em países em desenvolvimento” (Mrena, 2021, p. 21).

Tais compromissos complementares ao 14º PQ vão ao encontro do que o país vem construindo ao longo do governo Xi Jinping em termos de governança socioambiental:

Para demonstrar que a China é um país importante e responsável e construir uma comunidade global de futuro compartilhado, devemos responder ativamente às mudanças climáticas com uma estratégia nacional e pressionar pelo estabelecimento de um sistema de governança climática global justo e racional voltado para a cooperação e resultados “ganha-ganha”. Na atual rodada de reformas envolvendo instituições do partido e do Estado, o Comitê Central do PCCh decidiu estabelecer o Ministério de Ecologia e Meio Ambiente. Temos duas considerações: primeiro, devemos integrar as funções do



A biodiversidade amazônica é um importante patrimônio ambiental do Brasil

governo na prevenção e controle da poluição para fornecer apoio institucional efetivo para essa difícil tarefa. Em segundo lugar, em termos de conservação e restauração ambiental, devemos fortalecer a regulamentação e supervisão unificada de todas as coisas acima e abaixo do solo, no solo e na água, em terra e no mar, e em áreas urbanas e rurais, visando tanto às emissões de monóxido de carbono quanto às de dióxido de carbono, garantindo que as linhas vermelhas para proteger os ecossistemas não sejam ultrapassadas. As autoridades relevantes devem desempenhar suas funções, formular políticas, planos e padrões uniformes e trabalhar em conjunto no monitoramento e avaliação, na supervisão e aplicação da lei. Precisamos melhorar os mecanismos de gestão do ambiente de regiões, bacias hidrográficas e corpos marinhos, acelerar nossos programas-piloto e estabelecer agências de proteção ambiental transregionais e integrar as responsabilidades de gestão do ambiente atmosférico dos departamentos centrais relevantes e governos locais (Xi, 2020, p. 326, tradução nossa).

Os compromissos representam uma solução chinesa para a melhoria do sistema internacional de governança climática. Aumentar a proporção de combustíveis não fósseis no consumo de energia primária para cerca de 25% é sem dúvida uma grande maneira de alcançar metas para uma reação à mudança climática global. Segundo estatísticas da Comissão Nacional para Desenvolvimento e Reforma e do Ministério do Meio Ambiente da China, a proporção de combustíveis não fósseis no consumo de energia primária era de 15,3% em 2019, e seu incremento representou 40% do aumento total no consumo de energia primária (Mrena, 2021). O *mix* de energia da China tornou-se mais limpo e mais verde.

Exemplos do comprometimento do governo chinês com as metas estabelecidas pelo

14º PQ são os projetos de produção energética limpa que já estão em andamento ou em plena conclusão, cabendo aqui destacar alguns, a título de exposição, como a usina eólica *offshore* de propriedade da China Three Gorges Corporation, na baía de Xinhua, província de Fujian, Sudeste da China. Essa primeira unidade, geradora de 10 MW nos primeiros cinco meses, já produziu um total de 13 milhões de kW/h. Independentemente desenvolvida pela China, é a maior da região Ásia-Pacífico e a segunda maior do mundo. Comparada com geradores de energia por queima de carvão, a unidade geradora já poupou 430 mil toneladas de carvão padrão e 750 mil toneladas em emissões de dióxido de carbono e dióxido de enxofre (Chen, 2017).

Da mesma forma, o deserto de Kubuqi, na região autônoma da Mongólia Interior da China, abriga a maior base do país para geração centralizada de energia fotovoltaica. Com uma capacidade planejada de 2 milhões de kW, a fase 1 da base entrou em operação em 10 de dezembro de 2018, e a fase 2 começou a ser construída aproximadamente um ano mais tarde. A base será capaz de gerar 4 bilhões de kW/h de energia anualmente, uma produção no valor de mais de 1,5 bilhão de yuans (mais de US\$ 200 milhões). Ao mesmo tempo, irá ajudar a reverter as tendências de desertificação em 8 mil hectares de terra e reduzir a emissão de carbono em 3,2 milhões de toneladas por ano (Chen, 2017). Essas conquistas são um ótimo exemplo dos esforços da China em promover os combustíveis não fósseis.

Estatísticas mostram que, durante o período do 13º Plano Quinquenal (2016-2020), o investimento da China em energia renovável totalizou 2,5 trilhões de yuans (cerca de US\$ 350 bilhões). A China ficou em primeiro lugar no mundo em número de patentes relacionadas à renovação de energia, em investimento total no setor, em capacidade instalada e em volume de eletricidade gerada por energia renovável. O investimento da China em energia renovável ultrapassou US\$ 100 bilhões durante cinco anos seguidos. A capacidade instalada de energia renovável da China para geração de eletricidade correspondeu a cerca de 30% do total mundial. Isso lançou uma sólida base para realizar a meta de aumentar a proporção de combustíveis não fósseis no consumo de energia primária para cerca de 25%, conforme previsto no 14º PQ (Chen, 2017).

Assim, as perspectivas para o futuro da governança socioambiental na China comecem a se desenhar de forma muito clara, uma vez que o país enxerga que é um programa sistemático que requer múltiplas abordagens combinadas, envolvendo administração, mercado, direito e tecnologia, devendo alavancar totalmente o mercado para aumentar a proteção ambiental e direcionar mais capitais privados para essa área, passando pela melhoria dos mecanismos de precificação de recursos e meio ambiente e a inclusão dos custos ambientais no custo das atividades econômicas e se utilizando de vários meios para apoiar a cooperação entre governo e capital privado na proteção ambiental. Fica claro que, a fim de proteger o

A realização da COP 30 na Amazônia cria um cenário propício para a colaboração mútua e o intercâmbio de estratégias eficazes de desenvolvimento

meio ambiente, a China não deverá poupar nenhum centavo necessário, garantindo que os investimentos sejam proporcionais ao nível de dificuldade das tarefas em questão.

Ou seja, de uma forma ou de outra, o governo chinês costuma alcançar os seus objetivos e metas, ainda que realizando algumas alterações em seu planejamento ao longo dos anos. A dependência demasiada do carvão, por exemplo, levou a uma revisão da participação que essa fonte fóssil deve ter na sua matriz energética, isto é, em vez de se cessar o uso do carvão, este será utilizado em uma versão menos poluente conhecida como “carvão limpo” (Chang *et al.*, 2016).

Em um estudo sobre a atuação da China com relação aos desafios ambientais, um gargalo de eficiência foi identificado nas agências de fiscalização, ainda que os departamentos governamentais tenham recebido maior liberdade para tomar medidas legais contra os infratores das novas regras ambientais (Khan; Chang, 2018). Assim, um dos passos iniciais para a efetivação duradoura do que se desenha no 14º PQ seria garantir uma implementação correta das políticas de fiscalização para que de fato haja responsabilidade e justiça ambiental.

5. CONCLUSÕES

A relação entre a governança socioambiental da China e a do Brasil desempenha um papel fundamental no cenário global devido à importância de ambas as nações em termos de recursos naturais, economia e desenvolvimento. Enquanto a China é uma potência industrial em rápido crescimento, o Brasil possui a vasta biodiversidade da Amazônia, um patrimônio ambiental crucial para a estabilidade climática. Ambos os países enfrentam desafios significativos em relação à gestão sustentável de seus recursos e à urgência de mitigação das mudanças climáticas, tornando a cooperação e o diálogo essenciais. A realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30) na Amazônia apresenta uma oportunidade única para que essas nações reforcem sua colaboração, explorando potencialidades de planejamento estatal e desenvolvimento sustentável.

A China tem avançado em sua abordagem da sustentabilidade, com a implementação de políticas de energias renováveis, investimentos em tecnologias limpas e metas ambiciosas de redução de emissões. Através da colaboração com o Brasil na COP da Amazônia, a China pode compartilhar suas experiências e conhecimentos em transição energética e tecnologias verdes, incentivando o Brasil a adotar medidas semelhantes para reduzir o desmatamento e a emissão de gases de efeito estufa na região amazônica.

Por sua vez, o Brasil possui uma riqueza natural incomparável na Amazônia, uma das maiores florestas tropicais do mundo. Através da governança socioambiental aprimorada, o Brasil pode desempenhar um papel crucial na preservação desse ecossistema vital e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento sustentável das comunidades locais. A cooperação com a China pode proporcionar investimentos em projetos de conservação, manejo florestal sustentável e infraestrutura de baixo impacto ambiental, fortalecendo a posição do Brasil como líder na promoção da biodiversidade e na luta contra o desmatamento e fomentando as áreas de ciência, tecnologia e inovação por meio da pesquisa e do desenvolvimento de novos produtos e patentes.

A COP 30 na Amazônia também oferece uma plataforma para abordar questões de interesse internacional, como o comércio de *commodities* associadas ao desmatamento, tais quais a soja e a carne bovina. A China, grande importadora desses produtos, pode de-

A expansão do Brics, com a incorporação de Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, se mostra um marco singular da construção de um mundo multipolar, no qual a necessidade do rompimento definitivo com a perspectiva binária de contradição entre desenvolvimento e proteção ambiental se faz cada vez mais imperativa

sempenhar um papel fundamental ao adotar políticas que incentivem a rastreabilidade e a sustentabilidade em sua cadeia de suprimentos. Essas ações não apenas contribuiriam para a preservação da Amazônia, mas também estabeleceriam padrões mais elevados para a produção global.

A relação entre a governança socioambiental da China e do Brasil tem impacto substancial na busca por um futuro sustentável compartilhado. A realização da COP 30 na Amazônia cria um cenário propício para a colaboração mútua e o intercâmbio de estratégias eficazes de desenvolvimento. Através de esforços conjuntos, essas nações podem não apenas fortalecer sua própria resiliência ambiental e econômica, mas também inspirar outros países a adotar medidas concretas para enfrentar os desafios climáticos globais de maneira mais eficaz.

Por fim, a expansão do Brics, com a incorporação de Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, se mostra um marco singular da construção de um mundo multipolar, no qual a necessidade do rompimento definitivo com a perspectiva binária de contradição entre desenvolvimento e proteção ambiental se faz cada vez mais imperativa.

* Mestre e bacharel em Direito pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Santa Catarina. Pesquisador em nível de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Advogado popular.

** Mestre e graduado em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Professor da rede pública estadual de Santa Catarina.

► Texto recebido em 30 de agosto de 2023; aprovado em 12 de novembro de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Comex Stat**. Brasília, 2023. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CEPAL. **Panorama social da América Latina 2020**. Santiago: Cepal, 2021.

CEPEA; ESALQ-USP. **PIB-Agro/Cepea**: sustentado por safra recorde no campo, PIB do agro tem alta modesta no 1º tri. Cepea, 27 jun. 2023. Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-sustentado-por-safra-recorde-no-campo-pib-do-agro-tem-alta-modesta-no-1-tri.aspx>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CHANG, Shiya et al. Clean coal technologies in China: current status and future perspectives. **Engineering**, v. 2, n. 4, p. 447-459, December 2016. Disponível em: <www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2095809917300814>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CHEN, Donghua; LI, Oliver Zhen; XIN, Fu. Five-year plans: China finance and their consequences. **China Journal of Accounting Research**, v. 10, n. 3, p. 189-230, September 2017. Disponível em: <www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1755309117300199>. Acesso em: 24 jan. 2022.

CUNHA, André Moreira; PERFEITO, Pedro; PERGHER, Natasha. Estado e política de desenvolvimento industrial no Brasil (2003-2014). In: HENKIN, Hélio. **Política industrial e internacionalização**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2014. p. 36-60.

DOWBOR, Ladislau. **Resgatar a função social da economia**: uma questão de dignidade humana. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2022.

GREENSTONE, Michael. Four years after declaring war on pollution, China is winning. **The New York Times**, March 12, 2020. Disponível em: <www.nytimes.com/2018/03/12/upshot/china-pollution-environment-longer-lives.html?rref=collection%2Fsectioncollection%2Fscience>. Acesso em: 1 fev. 2022.

HANSEN, Mette Halskov; LI, Hongtao; SVARVERUD, Rune. Ecological civilization: interpreting the Chinese past, projecting the global future. **Global Environmental Change**, v. 23, November 2018, p. 195-203. Disponível em: <www.academia.edu/37611231/Ecological_Civilization_Interpreting_the_Chinese_Past_Projecting_the_Global_Future>. Acesso em: 20 jan. 2022.

IEDI. O 14º Plano Quinquenal Chinês: transformando a China em potência industrial e tecnológica. **Carta Iedi**, n. 1094, 2021. Disponível em: <https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1094.html>. Acesso em: 26 jan. 2021.

KHAN, Mehran Idris; CHANG, Yen-Chiang. Environmental challenges and current practices in China: a thorough analysis. **Sustainability**, v. 10, n. 7, p. 25-47, July 20, 2018. Disponível em: <www.mdpi.com/2071-1050/10/7/2547>. Acesso em: 25 jan. 2022.

LIMA, Marcos Costa; ALBUQUERQUE, Tatiana Souza. Uma breve trajetória da questão ambiental recente na China. **ComCiência**, 14 mar. 2021. Disponível em: <www.comciencia.br/uma-breve-trajetoria-da-questao-ambiental-recente-na-china>. Acesso em: 12 mar. 2024.

LIY, Macarena Vidal. China reduz seu consumo de carvão pelo terceiro ano consecutivo. **El País**, 8 mar. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/04/internacional/1488631238_086175.html>. Acesso em: 1 fev. 2022.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung; Abra, 2021.

MORCEIRO, Paulo César; GUILHOTO, Joaquim José Martins. Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo da manufatura brasileira. **Department of Economics (FEA-USP)**, Working Paper n. 1, 2019.

MRENA, Elisabeth Maruma. Civilização ecológica: uma construção contínua. **China Hoje**, n. 38, p. 20-25, out.-dez. 2021. Disponível em: <www.chinahoje.net/edicoes-anteriores/?view&ano=7&numero=38>. Acesso em: 25 jan. 2022.

UNDP. China's 14th five-year plan. **Issue Brief**, n. 9, July 23, 2021. Disponível em: <www.cn.undp.org/content/china/en/home/library/environment_energy/issue-brief--china-s-14th-five-year-plan.html>. Acesso em: 1 fev. 2022.

UNGARETTI, Carlos Renato. O 14º Plano Quinquenal (2021-2025) da China em perspectiva doméstica e internacional: economia, inovação e meio ambiente. **Nebrics**, 30 abr. 2021. Disponível em: <www.ufrgs.br/nebrics/o-14o-plano-quinquenal-2021-2025-da-china-em-perspectiva-domestica-e-internacional-economia-inovacao-e-meio-ambiente>. Acesso em: 25 jan. 2022.

XI, Jinping. **The governance of China**: III. Beijing: Foreign Languages Press, 2020.

XIE, Zhenhua. Climate change in the Chinese mind survey report 2017. **China Center for Climate Change Communication**, November 1st, 2017. Disponível em: <http://i.weather.com.cn/images/cn/index/dtp-sc/2017/11/07/Climate_Change_in_the_Chinese_Mind_2017_English_Version.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

YI, Shi. 14º Plano Quinquenal é confuso sobre a trajetória climática da China. **Diálogo Chino**, 10 mar. 2021. Disponível em: <<https://dialogochino.net/pt-br/mudanca-climatica-e-energia-pt-br/41252-14o-plano-quinquenal-e-confuso-sobre-trajetoria-climatica-da-china>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ZHOU, Shengxian. Para explorar o novo caminho da proteção ambiental da China, devemos concentrar-nos na construção de um sistema de apoio científico e tecnológico forte e sólido.

Rede Governamental da China, 2011. Disponível em: <www.gov.cn/gzdt/2011-02/28/content_1812533.htm>. Acesso em: 9 jan. 2023.

ZOTIN, Marianne Zanon. **O papel da China na transição energética global**: Estado, indústria e recursos. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) — Coppe, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <www.ppe.ufrj.br/images/publica%C3%A7%C3%B5es/mestrado/Marianne_Zanon_Zotin_MESTRADO-2018.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2021.

Cultura e estratégia nacional para o desenvolvimento

Políticas audiovisuais de amplo espectro na economia criativa

Culture and national development strategy

Far-reaching audiovisual policies in the creative economy

Ruy Alkmim Rocha Filho*
Joane dos Santos Araújo**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.005>



RESUMO

O artigo tem como objetivo compreender o papel das políticas para o setor audiovisual na proteção contra a concorrência predatória externa, bem como as tentativas de desmontá-las, nos governos Temer e Bolsonaro. Compreende-se que a economia da cultura é um elemento basilar para o desenvolvimento nacional sustentável, sendo possível tomar o audiovisual como um dos setores nos quais há maiores avanços, mesmo com deficiências estruturais. Como estratégia metodológica, nos propomos a mapear essas políticas, analisando relatórios produzidos pela Ancine e pelo Observatório do Cinema e do Audiovisual, entre outros. Conclui-se que, mesmo com avanços na produção em diferentes formatos, com diferentes estéticas, persistem problemas na distribuição e exibição de obras brasileiras e na concentração de recursos. Cabe considerar a carência de medidas para fomentar a crítica, a pesquisa, a promoção, a formação de público, a preservação e qualificação profissional como elementos indispensáveis para o desenvolvimento do cinema, da televisão e do vídeo. Um diagnóstico permite lançar as bases para um projeto de desenvolvimento nacional que tome a cultura como eixo norteador.

Palavras-chave: Audiovisual. Economia criativa. Políticas públicas. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The article aims to understand the role of policies for the audiovisual sector in protecting against predatory external competition, as well as the attempts to dismantle them, under the Temer and Bolsonaro governments. It is understood that the economy of culture is a fundamental element for sustainable national development, making it possible to consider audiovisual as one of the sectors in which there are greatest advances, even with structural deficiencies. As a methodological strategy, we propose to map these policies, analyzing reports produced by Ancine and the Cinema and Audiovisual Observatory, among others. It is concluded that even with advances in production in different formats, with different aesthetic tendencies, problems persist in the distribution and exhibition of Brazilian works and in the concentration of financial resources. It is worth considering the lack of measures to encourage criticism, research, promotion, audience training, preservation and professional qualification as indispensable elements for the development of cinema, television and video. A diagnosis makes it possible to lay the foundations for a national development project that takes culture as its guiding axis.

Keywords: Audiovisual. Creative economy. Public policies. Development.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a relevância da cultura para a construção de uma estratégia nacional que fundamente o desenvolvimento sustentável e soberano, tomando o audiovisual como setor exemplar quanto a políticas públicas que geraram resultados sociais e econômicos expressivos. Também são postas em pauta as tentativas que ocorreram nos governos Temer e Bolsonaro para desarticular organismos e iniciativas estruturantes. Como metodologia, serão utilizadas pesquisa bibliográfica e análise documental, bem como o mapeamento de instituições e ações governamentais voltadas para esse setor artístico e econômico. No próximo tópico apresentaremos uma descrição e uma problematização do cenário na economia criativa e no audiovisual, elencando alguns conceitos importantes para a compreensão do campo e dados que indicam o potencial econômico dessas áreas no Brasil e no mundo.

A partir disso, mapeamos instituições e políticas que tiveram origem nos últimos 30 anos e que propiciaram dinamismo à produção e distribuição de obras televisuais e cinematográficas. No tópico seguinte, discutimos as ameaças ao segmento produtivo, com os governos Temer e Bolsonaro vulnerabilizando a cadeia produtiva do cinema e da televisão. Em seguida elencamos as iniciativas destinadas a restaurar mecanismos que fomentaram o setor, servindo de contraponto à concorrência desleal, em larga medida representada pelo complexo audiovisual hollywoodiano. Por fim, concluímos apontando nossas proposições para enfrentar as deficiências e aproveitar as potencialidades desse ramo produtivo no Brasil.

2. PROBLEMATIZAÇÃO: COMPREENDENDO O CENÁRIO DA ECONOMIA CRIATIVA E DO AUDIOVISUAL

Cada vez mais se destacam no debate sobre desenvolvimento nacional os efeitos da cultura para a geração de oportunidades, emprego e renda. Há mais de 25 anos, termos como economia criativa, economia da cultura ou indústrias criativas despontam na mídia, na gestão pública ou em universidades e centros de pesquisa, designando atividades produtivas ligadas à literatura, música, moda, circo, jogos eletrônicos, audiovisual, festas, eventos, artes cênicas e plásticas, entre outras, podendo apresentar diferenças de classificação entre os países. Os termos começaram a ser empregados no Reino Unido, ainda nos anos 1990. Conforme comenta Miguez (2007, p. 96-97), essas expressões emergem a partir da crescente convergência entre comunicação, telecomunicações e informática, do despontar de megaconglomerados da cultura ou da aproximação entre turismo, entretenimento e cultura:

É deste ponto de vista que deve ser compreendida a emergência da temática das “indústrias criativas” e da “economia criativa”, certamente duas das expressões contemporâneas mais potentes do enlace entre cultura e economia. A economia criativa trata dos bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens e refere-se ao conjunto distinto de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual, cujos produtos incorporam propriedade intelectual e abarcam do artesanato tradicional às complexas cadeias produtivas das indústrias culturais.

A relação entre produção cultural imaterial e material alcança novas nuances. A música é imaterial, mas seus suportes físicos — desde os antigos cilindros aos formatos mais recentes, como o disco, a fita cassete, o CD, o DVD e o *pen drive*, entre outros — evidenciaram o impacto material da cadeia produtiva criada pela cultura. Mesmo em plena plataformação

Se já está consolidado o conceito de indústria 4.0, se faz necessário falar em indústria cultural 4.0, em face das mudanças nos paradigmas produtivos. Sobram experiências com desdobramentos alvissareiros ou preocupantes. Um exemplo é a aplicação da inteligência artificial na música, no cinema e em outras áreas artísticas, muitas vezes em detrimento do trabalho criativo, visando unicamente à reprodução do capital

da música, muitos ouvintes não abrem mão do suporte físico, retomando até mesmo o disco de vinil. Assim ocorre com as demais linguagens. Por mais que o consumo tenha se modificado com o atual estágio da digitalização¹, conforme atestam os aplicativos de música, a plataformação da cultura também implica produção material e distribuição em larga escala, agora sob a lógica do algoritmo. E até usuários contumazes de serviços como Amazon, Spotify ou Deezer continuam a adquirir pôsteres, livros físicos ou outros itens de colecionador, mas isso não para por aí. Há relação com consumo de roupas, brinquedos ou até eletrodomésticos atrelados a músicas, filmes, novelas, eventos, jogos, assumindo um dinamismo que nos impede de delimitar onde termina a influência da economia criativa.

As relações produtivas alcançam tamanho nível tecnológico que para alguns especialistas a humanidade já está na Quarta Revolução Industrial². Certamente, se já está consolidado o conceito de indústria 4.0, se faz necessário falar em indústria cultural 4.0, em face das mudanças nos paradigmas produtivos. Sobram experiências com desdobramentos alvissareiros ou preocupantes. Um exemplo é a aplicação da inteligência artificial na música, no cinema e em outras áreas artísticas, muitas vezes em detrimento do trabalho criativo, visando unicamente à reprodução do capital³.

Há um nítido contraste entre esses termos e o conceito de indústria cultural, estabelecido por Theodor Adorno e Max Horkheimer, que alude à forma como a reprodução de produtos culturais no capitalismo serve menos à crítica e à emancipação e mais ao lucro. Ao diluir a essência da arte em obras reproduzidas em massa, estabelecendo o lucro como prioridade em

1 CDs, DVDs, fitas de vídeo DVCam, entre outros, já continham informação em formato digital. O computador já é elemento fundamental na produção de cultura há pelo menos três décadas.

2 A Quarta Revolução Industrial envolve o uso de tecnologias como a internet das coisas, robótica, inteligência artificial e computação em nuvem, dando origem a uma indústria 4.0 (CNI *et al.*, *s.d.*).

3 A pressão dos grandes estúdios cinematográficos para se usar de forma indiscriminada a inteligência artificial motivou uma greve dos artistas em Hollywood. Existe a possibilidade de que o movimento alcance outros setores, como o de jogos eletrônicos (Rothenberg, 2023).



Acervo Depositphotos

O setor de audiovisual no Brasil precisa de investimento e regulação para enfrentar a concorrência predatória das produções multimilionárias dos grandes estúdios estadunidenses

detrimento do fazer artístico, desconsiderando o potencial crítico, a necessidade de reflexão, o tempo para a maturação das ideias, a indústria cultural serve a propósitos conservadores.

Essa análise segue relevante, mas cabe citar o contraponto feito por Walter Benjamin em sua análise da reprodutibilidade da obra artística (Benjamin, 2017, p. 57), sustentando que a “técnica reprodutiva desliga o reproduzido do campo da tradição”. Benjamin via no cinema esse potencial que hoje chamaríamos de disruptivo, ao romper com cânones, aproximar a arte da audiência, estabelecendo diálogos com os movimentos de massa. Isso nos leva ao esforço teórico formulado com a contribuição de Raymond Williams, Terry Eagleton e outros autores relacionados à perspectiva teórico-metodológica do materialismo cultural inglês, que põe em perspectiva a produção cultural contra-hegemônica, constituída mesmo no contexto capitalista.

A cultura é inestimável enquanto dimensão na qual se constroem e disseminam conhecimentos, saberes ou expressões de indivíduos, grupos ou povos. No entanto, uma parcela da sociedade ainda desconhece ou relativiza tanto a relevância imanente da cultura quanto seu potencial econômico. Não por acaso, desde os primeiros anos do século XXI, a ONU tem produzido diversos documentos e realizado eventos que tratam da complexa relação entre economia, cultura, criatividade e sustentabilidade, a ponto de declarar 2021 como o Ano Internacional da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável. A proposta visa estimular o crescimento inclusivo e sustentado, respeitando os direitos humanos, apoiando “países em desenvolvimento e países com economias em transição para diversificar a produção e as exportações, inclusive em novas áreas de crescimento sustentável, inclusive indústrias criativas” (Loconte, 2020).

Isso indica a relevância do tema, embora a pandemia ocasionada pela covid tenha de certo modo ofuscado essa deliberação, trazendo muito mais percalços para a sociedade, com destaque para a situação particularmente frágil de trabalhadoras e trabalhadores da

Benjamin via no cinema esse potencial que hoje chamaríamos de disruptivo, ao romper com cânones, aproximar a arte da audiência, estabelecendo diálogos com os movimentos de massa

cultura, muitas vezes atuando na informalidade, em pequenos empreendimentos ou em cooperativas. As necessárias medidas prudenciais, que levaram ao fechamento temporário de bares, restaurantes, teatros, cinemas, casas de shows e livrarias, foram especialmente prejudiciais aos mais pobres no setor, embora tenham afetado também médias e grandes empresas. Mesmo diante da emergência sanitária, o estudo *Mapeamento da indústria criativa no Brasil*, publicado pela Firjan em 2023, apresenta indicadores altamente positivos:

Sob a ótica da produção, a taxa de participação da indústria criativa na economia brasileira apresenta tendência de crescimento desde meados da década de 2000. Entre 2017 e 2020, a participação do PIB criativo no PIB do país cresceu ainda mais, aumentando de 2,61% para 2,91%. Como resultado, em 2020, o PIB criativo totalizou R\$ 217,4 bilhões — valor comparável à produção total do setor de construção civil e superior à produção total do setor extrativista mineral (Firjan, 2023, p. 5)⁴.

O paralelo com atividades tradicionais, marcadas por problemas ambientais graves, por baixa remuneração e baixo valor agregado, ilustra o potencial do segmento criativo, que movimenta mais de 217 bilhões de reais. Isso ocorre mesmo que a estrutura de fomento por parte do Estado no Brasil seja rudimentar em comparação com outros países. O potencial para expansão e inovação é elevado, como demonstra o crescimento na geração de empregos:

Sob a ótica do mercado de trabalho, a economia brasileira contava com mais de 935 mil profissionais criativos formalmente empregados em 2020. Esse valor representa um aumento de 11,7% em relação ao observado em 2017. Esse movimento torna-se ainda mais relevante ao [se] considerar que, no mesmo período, o mercado de trabalho brasileiro registrou contração de -0,1%. Isso evidencia a solidez do mercado criativo mesmo diante das relevantes oscilações político-econômicas e sociais que marcaram os últimos anos (Firjan, 2023, p. 5).

Em face de tantos estudos e dados alentadores, é necessário problematizar elementos que constituem barreiras para a evolução econômica da cultura. Há certa crítica superficial quanto às políticas públicas culturais, ignorando que, assim como diversos outros ramos da economia em todo o mundo, do chamado agronegócio à indústria automobilística, o setor é

⁴ Necessário considerar que para a Firjan a indústria criativa reúne as seguintes atividades, divididas em quatro grandes áreas criativas: consumo (*design*, arquitetura, moda e publicidade), mídias (editorial e audiovisual), cultura (patrimônio e artes, música, artes cênicas e expressões culturais) e tecnologia (P&D, biotecnologia e TIC).



O uso de inteligência artificial foi uma das motivações da greve dos artistas em Hollywood. Na foto, trabalhadores do setor realizam manifestação em Los Angeles, Califórnia, em 21 de junho de 2023

amparado por iniciativas estatais. Não apenas no Reino Unido ou nos EUA, mas também na França, na Espanha ou na Coreia do Sul, apenas para citar alguns países que despontam com maior evidência nas plataformas de *streaming*⁵, verificam-se políticas expressivas de fomento e regulação há décadas. São exemplos dos muitos países que reconhecem a centralidade da cultura não apenas para o desenvolvimento econômico num sentido restrito, mas também para a preservação da soberania, da pluralidade de pensamentos e expressões dos povos. A economia criativa responde por ao menos 3,1% do Produto Interno Bruto mundial e 6,2% dos empregos, conforme o relatório *Repensar las políticas para la creatividad: plantear la cultura como un bien público global* (Unesco, 2022). A participação das indústrias criativas estaria na casa de 3 trilhões de dólares em 2022, mas é possível que o valor seja ainda maior⁶ em decorrência da informalidade e da metodologia das pesquisas.

Voltando a atenção para a realidade brasileira, percebe-se o quanto as iniciativas governamentais para dar suporte à economia da cultura são recentes e ainda incompletas. Durante os governos Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o apoio à cultura se deu principalmente por via da renúncia fiscal, de acordo com as leis Rouanet (1991) e do Audiovisual (1993). Já nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), houve diversificação dos mecanismos de suporte, fortalecimento do Ministério da Cultura, aprovação do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura (Brasil, *s.d.*).

⁵ Diversas notícias comentam a oferta de incentivos à cultura ou ao audiovisual, especificamente: Espanha... (2022); España (*s.d.*); Rodrigues (2021).

⁶ O PIB mundial foi estimado em 101 trilhões de dólares no ano de 2022. Mas, como a delimitação das atividades que fazem parte das indústrias criativas varia, frequentemente excluindo setores intimamente ligados à cultura e à criatividade, é possível que o valor seja subestimado (Marcolino; Santiago, 2023).

No presente texto, destacamos o audiovisual como um exemplo de segmento produtivo em que observamos avanços tanto estéticos e econômicos quanto nas políticas públicas, bem como estudos que avaliam impacto e potencial de tais políticas. Aqui o setor é compreendido num sentido lato, agregando cinema, TV e vídeo, com produtos em diferentes formatos, distribuídos em salas de cinema, TV aberta ou por assinatura, vídeo doméstico, plataformas digitais, entre outras vias. Esse campo artístico demanda uso intensivo de equipamentos e muitos profissionais capacitados para utilizá-los.

A complexidade produtiva e o impacto socioeconômico do audiovisual permitem compreender as razões pelas quais esse mercado contribuiu com mais de 1,22 trilhão de reais⁷ para o PIB mundial em 2019. Quando voltamos o nosso foco para o Brasil, os números também referendam a importância estratégica do cinema, da TV e do vídeo em convergência, considerando oportunidades já concretizadas com as plataformas de transmissão por internet. Estudo publicado pelo OCA/Ancine indica que o setor contribui mais do que indústrias tradicionais como a farmacêutica, têxtil e de equipamentos eletrônicos (Ancine..., 2020), adicionando 27 bilhões e 500 milhões de reais à economia em 2019 (Ancine, 2022b). São pelo menos 88.500 empregos diretos e formalizados no mesmo ano.

Nos formatos audiovisuais de maior viabilidade comercial, entre os quais destacamos séries e longas metragens, em animação ou com atores reais⁸, ficcionais ou documentais, cresce a demanda por pessoas qualificadas, bem como por máquinas e equipamentos eletrônicos de alto teor tecnológico. Também se tornam necessárias mais locações e, com isso, mais deslocamentos e mais diárias, num processo elaborado que começa com a idealização, prosseguindo na pré-produção, produção, pós-produção e distribuição. Torna-se cada vez mais necessário fazer a promoção da obra, que exige elevados investimentos em propaganda, inscrições em festivais e rodadas de negócios. Um processo tão complexo, sujeito a imprevistos, que frequentemente mobiliza equipes de mais de cem pessoas, acaba por demandar políticas públicas sólidas e ao mesmo tempo exige um alto nível de profissionalização de cada trabalhador. Em face disso, em diferentes momentos as condições materiais e históricas, somadas às necessidades e a certa organização política, criaram condições para que o audiovisual usufruísse de políticas e instituições próprias. Mapearemos a seguir as ações de regulação e fomento, bem como ameaças e estudos referentes aos resultados alcançados. Depois, nos propomos a relacionar contribuições para uma estratégia nacional de desenvolvimento a partir da cultura, partindo do exemplo proporcionado pelo audiovisual.

3. INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PARA O AUDIOVISUAL

O audiovisual sofreu com a desconstrução de políticas e instituições no começo dos anos 1990, durante o governo Fernando Collor, que implantou políticas neoliberais, fechando a Embrafilme, a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB) e o Conselho Nacional de Cinema (Concine) (Gomes, 1996; Orichio, 2003). Isso acarretou enfraquecimento da cadeia produtiva, que já estava em declínio desde os anos 1980 devido a diversos fatores, com destaque

⁷ Entidades do setor projetam 324 bilhões de dólares para 2024, perfazendo 1 trilhão 600 bilhões e 500 milhões em moeda nacional, considerando o câmbio de 4,94 reais para um dólar (Global..., 2019).

⁸ Contrariando a noção de que animações são eminentemente voltadas para o público infantil e estritamente ficcionais, são cada vez mais numerosas obras do gênero, tanto documentais quanto ficcionais, abordando temas adultos.

Falta fortalecer realizadores e empresas fora do eixo Rio-São Paulo ou mesmo nas periferias desses estados, assim como incentivar o protagonismo de populações pobres, negras, indígenas, de mulheres, LGBTQs, ciganas, imigrantes, entre outras. A distribuição e a exibição ainda estão defasadas, em face da complexidade e da influência de grupos que tornam o mercado concentrado

para a crise econômica pela qual passava o país, a concorrência predatória feita pelo cinema hollywoodiano⁹, problemas de distribuição, fechamento dos cinemas de rua e a concorrência com a televisão. Dessa forma, cresceu o desemprego e a desvalorização do conteúdo nacional, principalmente obras independentes de grandes emissoras ou grandes produtoras. Algumas políticas voltaram a ser estruturadas ainda nos anos 1990, contribuindo para a retomada do cinema brasileiro, mas apenas nos anos 2000 verifica-se uma estruturação mais robusta dos mecanismos públicos que vão dar apoio ao setor.

A Ancine foi criada em 2001, consolidando-se nos anos seguintes. A partir de 2003, o Ministério da Cultura conquista maior *status*, um orçamento maior — ainda que insuficiente para abarcar demandas históricas —, e a Secretaria do Audiovisual assume certo protagonismo, atuando em setores mais frágeis do cinema. No entanto, se as políticas voltadas para a cultura e para a produção cinematográfica passaram por progressos, outros segmentos essenciais permaneceram sem controle social significativo.

Ao longo de décadas, a radiodifusão no Brasil se estabeleceu sob domínio da iniciativa privada, com fraca regulação da sociedade ou do Estado. Nesse contexto, as emissoras públicas de televisão estiveram sob duas ameaças: a falta de financiamento e o desvio de finalidade, sendo frequentemente instrumentalizadas pelos governantes em exercício. Isso ocorreu — e em grande medida segue acontecendo — por fragilidade institucional, pressão de radiodifusores privados e limitada participação dos cidadãos. Aconteceram algumas ten-

⁹ É preciso enfatizar que o audiovisual brasileiro não sofre concorrência desleal do cinema estrangeiro como um todo, pois filmes europeus e sobretudo asiáticos, latino-americanos ou africanos têm exibição restrita no Brasil, já que não dispõem das gigantescas verbas publicitárias ou do beneplácito de distribuidoras ligadas ao complexo midiático estadunidense. Não se vê um filme alemão ou coreano monopolizando salas de cinema como acontece com os *blockbusters*.

tativas de articular as dispersas e enfraquecidas emissoras denominadas educativas e universitárias com a TVE e a TV Cultura para atuar em rede, mas com resultados limitados. Em 2007, é criada a Empresa Brasil de Comunicações, que, entre outros órgãos de comunicação, passa a abrigar a TV Brasil, uma emissora federal com potencial para cumprir demandas históricas em termos de democratização da cultura, bem como os fundamentos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. A criação se deu por medida provisória, convertida em lei em 2008, estabelecendo uma série de princípios entre os quais podemos destacar:

- III — produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- IV — promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- [...]
- VIII — autonomia em relação ao governo federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão;
- IX — participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira (Brasil, 2008).

Em certa medida, esses objetivos foram cumpridos, ao menos quando tomamos alguns aspectos como referência, por exemplo a veiculação de obras cinematográficas nacionais. Em diversos anos a emissora foi líder na veiculação de obras brasileiras, como em 2015:

A TV Brasil é a emissora com maior número de longas-metragens nacionais programados no período, com 120 títulos, seguida da Globo, com 87 filmes, e da TV Cultura, com 55. Esses números constituem a quase totalidade da programação de filmes de longa-metragem brasileiros programados no segmento no período analisado, sendo irrisório o número de obras brasileiras de longa-metragem veiculadas na Band e na Record, redes que não programaram mais do que 1 e 3 obras, respectivamente, em uma única veiculação. Não houve veiculação de longas-metragens brasileiros na grade do SBT, emissora que, no entanto, programou 177 veiculações de filmes estrangeiros (Ancine, 2016).

Ainda em 2015, a TV Brasil foi a empresa que mais programou séries e minisséries brasileiras, com 53% do tempo total de programação dedicado a seriados de origem brasileira, seguida pela TV Cultura, com 31%. A Globo ficou na terceira posição, com apenas 10%. Outras emissoras ficaram bem abaixo disso, o que mostra as distorções do mercado no país.

O Fundo Setorial Audiovisual foi outra estrutura basilar, ao estabelecer mecanismos que ampliaram significativamente os investimentos em obras diversificadas, tanto cinematográficas quanto televisivas, que não tardaram a se distribuir também por plataformas de *streaming*. Em sinergia com a lei 12.485, de 2011, o fundo modificou o perfil da programação e passou a ser o principal meio para financiamento de projetos.

O Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) constitui uma categoria de programação específica do Fundo Nacional da Cultura (FNC), vinculado ao Ministério da Cultura, e tem como objetivo o desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil. Criado pela lei nº 11.437, de 28/12/2006, e regulamentado pelo decreto nº 6.299, de 12/12/2007.

[...]

Para a execução do Fundo, foram criadas seis ações orçamentárias, sendo quatro de fomento e duas ações de administração dos recursos aplicados. As ações de fomento são:

1. apoio a projetos audiovisuais específicos;
2. equalização de encargos financeiros incidentes nas operações de financiamento;
3. investimentos em empresas e projetos; e
4. financiamento ao setor audiovisual. Os recursos do FSA são oriundos de contribuições recolhidas pelos agentes do mercado, principalmente da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) e do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) (BNDES, *s.d.*).

Em conjunto, essas políticas apresentaram resultados importantes, que fizeram o lançamento de longas em circuito comercial saltar de 6 para 148 entre 1993 e 2022. As salas de cinema cresceram de 2.110 para 3.356 entre 2009 e 2018. E os números também foram expressivos na televisão:

Em relação ao segmento de TV, também foi observado um crescimento robusto na quantidade de obras registradas na Ancine, em especial a partir de 2013. A lei 12.485/2011 permitiu a ampliação da distribuição de conteúdo audiovisual brasileiro nas TVs a partir da adoção de cotas aplicadas de duas formas: número mínimo de canais brasileiros dentro de cada pacote ofertado ao assinante e obrigação de programação de conteúdos brasileiros nos canais de espaço qualificado. As obras destinadas inicialmente para a TV paga representaram, em média, 82,6% do total (Ancine, 2019).

No entanto, a participação do produto brasileiro no mercado ainda é pequena e instável, pois muitas obras ficam em cartaz durante poucas semanas, em poucas salas. O problema da produção foi enfrentado, embora subsistam deficiências, principalmente em termos de descentralização. Falta fortalecer realizadores e empresas fora do eixo Rio-São Paulo ou mesmo nas periferias desses estados, assim como incentivar o protagonismo de populações pobres, negras, indígenas, de mulheres, LGBTs, ciganas, imigrantes, entre outras. A distribuição e a exibição ainda estão defasadas, em face da complexidade e da influência de grupos que tornam o mercado concentrado. Muitos dos lançamentos nacionais têm pouca visibilidade, por ocuparem poucas salas, em poucas cidades, durante pouco tempo, com exíguo orçamento para promoção e divulgação. As TVs, especialmente as emissoras abertas, ainda adquirem poucas obras independentes, dando preferência para obras de produção própria ou para a aquisição de conteúdos estadunidenses. Necessário enfatizar que, quando se menciona conteúdo estadunidense, estamos tratando dos grandes estúdios hollywoodianos, também conhecidos como *majors*. Ou então são conteúdos produzidos pelos grandes conglomerados de mídia, que controlam as principais emissoras de TV estadunidenses. Em outras palavras, a audiência brasileira tem pouquíssimo acesso a obras independentes, mesmo que elas sejam provenientes dos Estados Unidos.

A televisão pode contribuir bem mais para a solução dos problemas nacionais, mas a TV aberta segue sem regulação desde os anos 1960¹⁰. Temos verdadeiros desertos audiovisuais, em que a produção e o visionamento de obras nacionais independentes são pequenos,

10 O Código Brasileiro de Telecomunicações é de 1962, estando evidentemente defasado.



Audiência pública na Câmara dos Deputados debateu os ataques à comunicação pública no Brasil. Brasília, 22 de junho de 2016

embora seja elevada a audiência de conteúdos hollywoodianos ou das grandes emissoras brasileiras, especialmente da Globo, maior conglomerado de mídia do Brasil. Historicamente, as grandes emissoras se opõem a qualquer tipo de regulação, embora sempre tenham recebido subsídios e incentivos, na forma de empréstimos por via de bancos públicos, benefícios fiscais e investimento publicitário público. É um equívoco dizer que a TV aberta é gratuita, em oposição à TV por assinatura, já que de uma forma ou de outra o consumidor sustenta financeiramente as empresas, custeando por meio de impostos os empréstimos com juros abaixo do mercado e a publicidade estatal, entre outros benefícios, e ao mesmo tempo pagando pela publicidade privada, que está incluída nos preços de cada produto.

A lei 12.485, aprovada em 2011, trata dos serviços audiovisuais de acesso condicionado, isto é, a TV por assinatura, estabelecendo incentivos e cotas para canais que veiculem conteúdos brasileiros, em sinergia com o Fundo Setorial Audiovisual. O uso do termo serviços condicionados abre margem para discutir a regulação também das plataformas digitais de vídeo, pois já existia a percepção de que serviços como o YouTube e a Netflix despontariam como novos modelos para difusão, renunciando as tendências que se estabeleceram em poucos anos. Em decorrência da regulação, fortaleceram-se ou foram criados diversos canais que privilegiam conteúdo brasileiro, tais como o Canal Brasil, o Cine Brasil TV, o Canal Curta!, a programadora Box Brasil e o Arte 1.

4. TENTATIVAS DE DESMONTAR AS POLÍTICAS PARA O AUDIOVISUAL

Já no governo Temer (2016-2018), tiveram início diversas tentativas de desarticular ou simplesmente desmontar os fundamentos que permitiram o desenvolvimento da indús-

Um salto qualitativo nas políticas culturais em geral e especificamente no audiovisual criará instrumentos para enfrentar dilemas históricos na educação, na saúde e no desenvolvimento, reinserindo no debate público o tema da soberania conjugado com a efetivação da democracia

tria audiovisual no Brasil. O fim do Ministério da Cultura, que passou a ser uma secretaria, foi mais do que uma medida simbólica. Representou a redução de recursos, do *status* e da autonomia, assim como a gradativa descrédibilização da área, mesmo diante de resultados expressivos já alcançados.

Ainda em 2016, foi imposta uma espécie de intervenção na EBC, com a demissão do presidente Ricardo Melo, que deveria permanecer no cargo por quatro anos (Oliveira, 2016), nomeado pela presidente impedida Dilma Rousseff. Mecanismos importantes para a participação social e para a preservação da autonomia na instituição foram dissolvidos, como o conselho curador. Programas foram retirados da grade, sem justificativas técnicas, consulta à sociedade ou à representação dos funcionários (Tavares, 2019). Em 2019, a TV Brasil, empresa voltada para a comunicação pública, foi fundida com o canal NBR, de caráter institucional. A justificativa era economizar recursos, mas a medida foi duramente criticada por professores, pesquisadores, representantes da sociedade civil e funcionários. Cabe contextualizar que durante a presidência de Temer foram implementadas iniciativas conservadoras, como privatizações, a adoção do PPI, aumentando os preços dos combustíveis, ou a reforma trabalhista, que explicam a baixa popularidade do governante (Ferrari, 2018). Essa agenda não recebeu cobertura jornalística qualificada nos meios de comunicação pretensamente públicos, com a publicação de notícias sem aprofundar as análises, sem abrir espaço para o contraditório ou analisar os efeitos das decisões para o povo. Ao contrário, com frequência se adotava a defesa de iniciativas antipopulares.

O governo Bolsonaro (2019-2022) alinhou-se com o antecessor, tanto na economia quanto na cultura e na comunicação. A reforma da Previdência (2019) é um exemplo dessa afinidade, mas há outras medidas que merecem nota. A PEC nº 187/2019 definia a extinção de todos os fundos públicos infraconstitucionais, entre os quais figuravam o Fundo Nacional de Cultura e o FSA. A justificativa publicizada era evitar o engessamento dos investimentos. Todavia, se observarmos a agenda e o pensamento de Paulo Guedes, superministro da Economia, o objetivo mais provável seria empregar esses recursos para cobrir os déficits orçamentários. Se aprovada, a emenda constitucional inviabilizaria boa parte da cadeia produtiva do audiovisual. Em face de diversos problemas administrativos e da crescente intervenção governamental, a Ancine foi posta numa espécie de regime inercial, segundo Ikeda (2022):

Mesmo com muitos resultados positivos, a Ancine passou a ser duramente atacada a partir do governo Bolsonaro, tendo como base as tendências liberal e conservadora de seu governo. O lado liberal, representado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, busca reduzir ao máximo a participação do Estado na economia. Depois de extinguir o Ministério da Cultura, transformado em uma secretaria surpreendentemente subordinada ao Ministério do Turismo, Bolsonaro sinalizou para a extinção da Ancine, mas acabou recuando, pois seria necessária a prévia aprovação do Congresso Nacional, pelo fato de a Ancine ser uma agência reguladora. Pelo lado conservador, houve uma tentativa em [sic] restringir a expressão plural e diversa das temáticas relativas à cultura. Prolongando as estratégias belicosas de sua campanha eleitoral, Bolsonaro criticou o aporte de recursos públicos para projetos voltados para as pautas identitárias, em especial os conteúdos LGBTQIA+.

Em 2022, o orçamento aprovado para o ano seguinte excluía a Condecine (Plasse, 2022), principal fonte para o FSA. A decisão poderia estagnar todo o setor, sobrepondo-se a outras iniciativas prejudiciais. Entre o desmonte e a paralisação, o setor audiovisual e a sociedade vivenciaram também outras ameaças. Ao procurar censurar assuntos e conteúdos, foi ensaiado um retorno ao dirigismo cultural, isto é, à definição restritiva de temas e abordagens tidos como culturalmente relevantes pelo governo. Por outro lado, ao não publicar decreto definindo a cota de tela, Bolsonaro atendeu aos interesses das grandes produtoras internacionais, permitindo que *blockbusters* ocupassem ainda mais salas. O caso simbólico foi *Vingadores: ultimato*, que dominou 2.950 das 3.353 salas existentes, 88% do mercado exibidor nacional, um exemplo enfático de concorrência predatória, lesiva ao interesse público e à cadeia produtiva brasileira.

Já na EBC, as interferências governamentais cresciam, tornando mais evidentes as contradições. Isso motivou diversas críticas no Congresso Nacional, mesmo com ampla maioria conservadora nas duas casas. Em audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara, representantes de entidades como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e o Coletivo Intervezes se uniram nos questionamentos, denunciando ilegalidades e perda do caráter público nas empresas de comunicação. Gésio Fernandes, coordenador do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, relatou efeitos da ingerência governamental nos conteúdos produzidos, repercutindo até na saúde e no bem-estar dos funcionários:

Ele afirmou, por exemplo, que a renúncia do deputado eleito Jean Wyllys ao mandato não foi noticiada pela EBC, sendo que a empresa tem 350 jornalistas em Brasília. No caso da reforma da Previdência (PEC [nº] 6/[20]19), conforme Passos, só os defensores da medida estão sendo ouvidos pela TV pública. Ele lembrou que a lei prevê autonomia da emissora em relação ao governo para definir produção e programação de conteúdo. Ainda segundo ele, oito em cada dez empregados já sofreram com assédio moral dentro da empresa (Brasil, 2019).

Outro aspecto relevante foi o discurso que visava à criminalização de políticas públicas, espelhando o clima de denunciismo midiático tão bem aproveitado pela Operação Lava Jato. Existia uma campanha informal contra a Lei Rouanet, alimentada pela extrema direita e catalisada pelo governo. Em lugar de aprimorar mecanismos de prestação de contas, fiscalização e punição em caso de desvios, o que aconteceu foi a paralisia de programas e editais.

5. RECUPERAÇÃO DA CULTURA E DO AUDIOVISUAL: LACUNAS E DESAFIOS

Em 2023, com a vitória que levou ao terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, diversas iniciativas apontam para uma nova retomada das políticas e dos investimentos na cultura e no audiovisual. A recriação do Minc, sob o comando de Margareth Menezes, e da SAV, encabeçada por Joelma Oliveira Gonzaga, serviram de marco inicial para esse novo momento. Cabe citar também a recuperação da Ancine e do FSA, com restabelecimento de chamadas e editais, com previsões iniciais de aporte estimadas em R\$ 1.225.200.000 e investimento de R\$ 1.075.190.000 para os programas Prodecine, Prodav e Proinfra (Toledo, 2023).

Quadro 1 — Investimentos do FSA — 2023

Linhas de crédito para infraestrutura	R\$ 537 milhões
Chamadas voltadas para cinema	R\$ 453,7 milhões
Chamadas voltadas para cinema em seleção	R\$ 313 milhões
Chamadas para TV/Vídeo sob demanda	R\$ 200 milhões
Chamadas para TV/Vídeo sob demanda em seleção	R\$ 90 milhões
Edital Ruth de Souza	R\$ 36 milhões
Cinema nas cidades (pequenos exibidores)	R\$ 6 milhões
Chamadas para coprodução Brasil-Portugal	350 mil euros
Total	R\$ 1,96 bilhão

Fonte: elaboração própria, com base em Ancine (2023)

A Ancine está trabalhando em novas linhas, contemplando outras demandas. Os investimentos previstos para 2023, de 1,96 bilhão de reais, e os realizados em 2022, da ordem de 1,8 bilhão, representam expressivo aumento em relação a 2020, quando o valor foi de 430 milhões — menor valor desde 2006 —, e a 2021, em que foram aplicados 651 milhões (Ancine, 2022d). Além do baixo investimento¹¹, dos atrasos ou dos cancelamentos, boa parte dos valores teve como destino as empresas exibidoras, numa ação emergencial importante durante os momentos mais críticos da pandemia causada pela covid, mas que não teve paralelo para produtoras e trabalhadores. Outra notícia de destaque foi a inclusão da cultura no Programa de Aceleração do Crescimento, com valores de aproximadamente 1,3 bilhão destinados ao programa CEU da Cultura, prevendo-se a construção de 250 novos espaços culturais, à preservação do patrimônio histórico, ao Museu da Democracia e à Biblioteca Nacional. Todavia, dos 5.570 municípios brasileiros, 5.107 não têm salas de cinema.

11 É necessário mencionar os problemas ocorridos em 2018 e 2019, quando uma série de deficiências administrativas, entraves e discussões acerca da soma disponível para o fundo deixa o setor em estado de alerta (Mendes, 2020).



Fachada da sede da Ancine (Agência Nacional do Cinema) no Rio de Janeiro

6. CONCLUSÕES

A experiência do audiovisual, com seus desdobramentos econômicos em consonância com a organização política, esteve fundamentada em políticas públicas que atravessaram governos, mesmo sob repetidas ameaças. Existe potencial para que tais políticas se estabeleçam plenamente como políticas de Estado. Os resultados obtidos permitem reflexões úteis não somente para enfrentar lacunas e debilidades que persistem no setor, mas também tornam possível ampliar a análise para outros domínios artísticos, que podem se beneficiar com estruturas e iniciativas bem-sucedidas no audiovisual. Ampliar investimentos e programas nas diversas indústrias criativas pode dar margem para que elas se tornem um novo eixo num projeto de desenvolvimento nacional. O BNDES lançou em 2018 a publicação *Visão 2035: Brasil, país desenvolvido*, que projetava cenários, problemas e soluções para diversos setores estratégicos. Incluindo a indústria criativa nesse escopo, o documento recomendava a agenda 4C, que propõe expansão do crédito, crescimento do mercado consumidor, capacitação técnica e conhecimento de mercado. Em larga medida, há confluência entre essa agenda e o vasto acervo de planos, relatórios, informes e pesquisas referentes à cultura, destacando-se aqueles que abordam o segmento audiovisual. A trágica ironia reside no fato de que, a despeito da sólida fundamentação disponível, muitos tomadores de decisão, principalmente no Congresso Nacional e no Poder Executivo, fizeram o contrário do que fora estudado e recomendado, desconsiderando bons resultados alcançados anteriormente.

O Plano Nacional de Cultura (PNC) inclui entre suas estratégias e propostas a necessidade de “estabelecer um sistema articulado de ações entre as diversas instâncias de governo e os meios de comunicação públicos, de modo a garantir a transversalidade de efeitos dos recursos aplicados no fomento à difusão cultural” (Brasil, 2010). A cultura é transversal



O cine Marrocos, na região central da capital paulista, foi um dos muitos cinemas de rua que não resistiram e fecharam as portas

em si mesma, por atravessar e ser atravessada pela educação, meio ambiente, saúde, trabalho, lazer, desenvolvimento econômico, segurança pública, direitos humanos, turismo e tantas outras áreas de interesse geral. Em lugar de ser mais valorizada por isso, a cultura com frequência recebe um tratamento desdenhoso, dado que o assunto é visto como um apêndice nas secretarias municipais ou estaduais de Educação, em conformidade com os governos Temer e Bolsonaro. Isso contraria os princípios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Cultura, pois a ausência de secretaria específica para o tema, com autonomia, quantidade mínima de profissionais com formação necessária e orçamentos razoáveis, impede o devido planejamento e a efetivação de propostas.

Longe de ser algo supérfluo num país ferido pela desigualdade, valorizar a expressão, a difusão e a fruição cultural contribui de modo decisivo para enfrentar a pobreza, o desemprego, a violência, a ignorância, a desinformação, o adoecimento físico e mental. Um salto qualitativo nas políticas culturais em geral e especificamente no audiovisual criará instrumentos para enfrentar dilemas históricos na educação, na saúde e no desenvolvimento, reinserindo no debate público o tema da soberania conjugado com a efetivação da democracia. Nesse sentido, o PNC reconhece a necessidade de “contribuir para a definição dos marcos legais e organizacionais que ordenarão o desenvolvimento tecnológico, a sustentabilidade e a democratização da mídia audiovisual e digital” (Brasil, *s.d.*). Essa diretriz parte da premissa de que sons e imagens em movimento não são apenas dimensões de uma linguagem artística específica, mas também servem de suporte para todas as outras linguagens, podendo contribuir para que eles recebam a justa e necessária visibilidade. Essa ambivalência foi ressaltada durante a pandemia, quando a experiência presencial foi forçosamente interrompida e os artistas tiveram de empregar plataformas e aplicativos de vídeo para subsistir de forma precária.

Considerando as carências, é possível estabelecer fundamentos para que o audiovisual amplie sua importância para o desenvolvimento nacional sustentável. Para tanto, se faz necessário recuperar o papel do Estado como indutor do crescimento sustentável social, cultural e ecologicamente, contratando número adequado de formuladores, executores e gestores de políticas culturais, preparados para construir ações planejadas de forma participativa e democrática, em todos os níveis da administração pública. Mesmo pequenos municípios, com diminuta arrecadação, podem ingressar em consórcios intermunicipais de cultura. Não cabe ao Estado se apresentar como tutor nem como protagonista na criação artística, mas sim como apoiador dos verdadeiros protagonistas, os cidadãos. Cabe ao Estado criar meios e condições para que os cidadãos façam arte e dela desfrutem, reconhecendo a premissa de que toda pessoa pode ser criadora e pública, conforme uma perspectiva crítica e emancipatória.

Analisando-se o audiovisual, não basta aprimorar, incrementar, descentralizar e universalizar o que já funciona, como acontece com o suporte à produção. Nesse quesito, há demanda por um aumento da produção fora do eixo Rio-São Paulo, ampliando a geração de conteúdo em Minas Gerais, no Espírito Santo, no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sul. A solução passa por retomar o fomento e aumentar a efetividade dos arranjos regionais, que, conforme o regulamento do Prodav¹², multiplicam por cinco cada real investido nas regiões da Conne¹³, por quatro na região Sul junto com Minas e Espírito Santo e por três no Rio e em São Paulo. É essencial incrementar a distribuição, altamente concentrada e pouco propícia ao apoio a realizadores e obras nacionais independentes, bem como a exibição, concentrada em cinemas de shoppings, nas capitais e grandes cidades, longe do interior, raramente nas periferias. Outra necessidade é definir cotas para todas as telas, do cinema ao vídeo sob demanda, com o intuito de democratizar a oferta de obras diversificadas. É fundamental corrigir essas debilidades estruturais, ampliando recursos para publicidade, oferecendo às produções independentes as possibilidades de sucesso já abertas a obras estadunidenses. É primordial ampliar o espectro das políticas públicas, formulando e consolidando iniciativas que

- fortaleçam a formação de público e a educação e sensibilização para conteúdo nacional, por via de cineclubes, salas públicas, mostras e festivais de acesso gratuito ou a preços populares, com ativa inserção comunitária e na rede escolar;
- promovam a pesquisa, a crítica, o ensaio e o pensamento cinematográfico/audiovisual como esteios para inovação em temas, abordagens, formatos e conteúdos, abrindo margem para obras que desafiem a audiência;
- potencializem a conservação, o restauro e a memória audiovisual, criando espaços para atuação em rede, alcançando lugares e regiões onde a preservação histórica é mais negligenciada;
- catalisem a formação profissional, ampliando investimentos e parcerias com escolas, universidades ou lugares alternativos, privilegiando instituições públicas por estas prestarem serviços gratuitos, mas também fomentando instituições privadas, mediante contrapartidas sociais.

Algumas dessas medidas já estão em curso, em maior ou menor escala, outras já têm previsão legal, ou acontecem de forma esporádica. Como exemplo, podemos citar a lei nº

12 Regulamento que esteve em vigor até 2020.

13 Organização denominada pela junção das abreviaturas das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

13.006/2014, que institui a exibição de filmes nacionais por pelo menos duas horas mensais, como disciplina complementar na educação básica. Sem a devida orientação pedagógica, sem equipamentos mínimos e sem uma política nacional que envolva ministérios, secretarias municipais e estaduais, essa lei não gera resultados adequados.

Outro aspecto primordial é o investimento em tecnologias e plataformas de vídeo, considerando-se que há diversas universidades, centros de pesquisa e empresas com *expertise* para o desenvolvimento de soluções nacionais. Durante a pandemia, foi perdida essa oportunidade, abrindo-se ainda mais espaços para empresas que assumem práticas predatórias, como a Prime Video, a Disney Plus e a Netflix. Sem contar a Google e a Microsoft, que aproveitaram o ensejo para dominar ainda mais mercados que estão vinculados ao vídeo, como o suporte para teleconferências e a educação a distância. No entanto, ainda é possível recuperar relevância, aproveitando as novas demandas culturais e educacionais, ou ainda experiências como as que ocorreram na transmissão *on-line* de festivais e mostras durante a pandemia.

É imperativo criar uma plataforma de *streaming* nacional pública, bem como fomentar serviços nacionais privados, além de regulamentar e regular serviços estrangeiros, rompendo com práticas concentradoras, que privilegiam produtos dos grandes conglomerados estadunidenses. Trata-se de pôr o Brasil em sintonia com o que se discute e se pratica em diversos outros países. Essa etapa coaduna-se com as discussões sobre regulação das plataformas e das redes, alinhada com o combate à desinformação, ao ódio e ao extremismo político. Lembremos que boa parte do conteúdo mentiroso que serviu a projetos políticos antidemocráticos em tempos recentes foi veiculado em vídeo, seja em inserções curtas, seja em filmes e séries, ficcionais ou documentais, claramente instrumentalizadas pela extrema direita. Frequentemente, isso ocorreu com o beneplácito dos megaconglomerados digitais. Nesse sentido, desconcentrar o mercado, democratizar a cultura e o audiovisual significam combater o ódio, disseminar conhecimentos construídos coletivamente e assim democratizar efetivamente a sociedade.

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Departamento de Comunicação Social da UFRN.

** Doutoranda em Ciências Sociais pela UFRN. Professora de Sociologia da rede pública estadual do Ceará.

► Texto recebido em 26 de setembro de 2023; aprovado em 24 de novembro de 2023.

ADORNO, Theodor. A indústria cultural. In: Cohn, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987. p. 169 a 214.

ANCINE. **Ancine**: cenários para 2023 — Investimentos no setor audiovisual. Ancine, set. 2023. Disponível em: <www.gov.br/ancine/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/apresentacoes/ANCINEFomentoCenrio-2023set.23vportal.pdf>

_____. **Anuário estatístico do cinema brasileiro 2020**. Rio de Janeiro: Ancine, 2021a. Disponível em <www.gov.br/ancine/pt-br/oca/cinema/arquivos-pdf/anuario-2020.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

_____. **Anuário estatístico do cinema brasileiro 2021**. Rio de Janeiro: Ancine, 2022a. Disponível em <www.gov.br/ancine/pt-br/oca/publicacoes/arquivos-pdf/anuario-2021.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.

_____. **Emprego no setor audiovisual**: ano-base 2019. Rio de Janeiro: Ancine, 2021b. Disponível em: <www.gov.br/ancine/pt-br/oca/publicacoes/arquivos-pdf/emprego_setor_audiovisual.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

_____. **Estudo**: valor adicionado pelo setor audiovisual — ano-base 2019. Rio de Janeiro: Ancine, 25 jan. 2022b. Disponível em: <www.gov.br/ancine/pt-br/oca/publicacoes/arquivos-pdf/valor_adicionado_2019_25-01-2022.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

_____. **Informe de acompanhamento de mercado de TV aberta 2015**. Rio de Janeiro: Ancine, 2016. Disponível em: <www.gov.br/ancine/pt-br/oca/televisao/conteudos/informe-anual-tv-aberta-2015.pdf> Acesso em: 20 ago. 2023.

_____. **Mercado cinematográfico**: informe anual 2021. Rio de Janeiro: Ancine, 2022c. Disponível em: <www.gov.br/ancine/pt-br/oca/cinema/arquivos-pdf/informe-mercado-cinematografico-2021.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

_____. **Publicado o Relatório de Gestão 2021 do Fundo Setorial do Audiovisual**. Rio de Janeiro: Ancine, 31 mar. 2022d. Disponível em: <www.gov.br/ancine/pt-br/assuntos/noticias/publicado-o-relatorio-de-gestao-2021-do-fundo-setorial-do-audiovisual>. Acesso em: 25 ago. 2023.

_____. **Resultados consolidados do Fundo Setorial do Audiovisual**. Rio de Janeiro: Ancine, jan. 2019. Disponível em: <www.gov.br/ancine/pt-br/fsa/resultados/resultados-consolidados-fsa-10-anos-v2.pdf>. Acesso em 26 set. 2023.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

BNDES. **Fundo Setorial do Audiovisual — FSA**. Rio de Janeiro: BNDES, [s.d.]. Disponível em: <www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-setorial-do-audiovisual>. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Entidades consideram ilegal fusão da TV Brasil com a NBR. **Agência Câmara de Notícias**, 23 abr. 2019. Disponível em: <www.camara.leg.br/noticias/556015-entidades-consideram-ilegal-fusao-da-tv-brasil-com-a-nbr>. Acesso em: 20 ago. 2023.

_____. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/entenda-o-plano>>. Acesso em: 20 set. 2023.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008**. Brasília, 7 abr. 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm>. Acesso em: 5 set. 2023.

_____. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Brasília, 2 dez. 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CNI et al. Indústria 4.0: entenda seus conceitos e fundamentos. **Portal da Indústria**, [s.d.]. Disponível em <www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/industria-4-0>. Acesso em: 20 ago. 2023.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução Sandra Castello Branco. São Paulo: Unesp, 2005.

ESPAÑA. Ministerio de Cultura. ¿Qué es el Bono Cultural Joven?. **Bono Cultural Joven**, Madrid, [s.d.]. Disponível em: <<https://bonoculturajoven.gob.es>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

ESPANHA aprova investimentos em patrimônio e salas de cinema. **Prensa Latina**, 16 nov. 2022. Disponível em: <www.prensalatina.com.br/2022/11/16/espanha-aprova-investimentos-em-patrimonio-e-salas-de-cinema>. Acesso em: 14 abr. 2024.

FERRARI, Hamilton. Governo Temer termina mandato com apenas 5% de aprovação, diz CNI. **Correio Braziliense**, 13 dez. 2018. Disponível em: <www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/12/13/in>

terna_politica,725109/governo-temer-termina-mandato-com-apenas-5-de-aprovacao-diz-cni.shtml>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FIRJAN. **Indústria criativa**: mapeamento da indústria criativa no Brasil. Rio de Janeiro: Firjan, 2023.

GLOBAL pro-AV industry will reach \$ 325 billion in 2024, according to new forecasts from Avixa. **Avixa**, June 25, 2019. Disponível em: <[www.avixa.org/about-us/press-room/2019/06/25/global-pro-av-industry-will-reach-\\$325-billion-in-2024-according-to-new-forecasts-from-avixa](http://www.avixa.org/about-us/press-room/2019/06/25/global-pro-av-industry-will-reach-$325-billion-in-2024-according-to-new-forecasts-from-avixa)>. Acesso em: 14 abr. 2024.

GOMES, Paulo Emílio Sales. **Cinema**: trajetória no subdesenvolvimento. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 169-214.

ICAB. **Ancine**: estudo mostra que audiovisual ocupa lugar de destaque na economia brasileira. Rio de Janeiro: Icab, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://icabrasil.org/2016/index.php/mediateca-reader/ancine-estudo-mostra-que-audiovisual-ocupa-lugar-de-destaque-na-economia-brasileira_-2020.html>. Acesso em: 23 set. 2023.

IKEDA, Marcelo. A crise do cinema brasileiro no governo Bolsonaro. **Gama**, 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://gamarevista.uol.com.br/semana/o-que-sera-do-nosso-cinema/marcelo-ikeda-escreve-sobre-a-crise-do-cinema-brasileiro-no-governo-bolsonaro>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

_____. **Utopia da autossustentabilidade**: impasses, desafios e conquistas da Ancine. Porto Alegre: Sulina, 2021.

LOCONTE, Lucas. Além dos saberes e fazeres: o impacto social e econômico da indústria criativa. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 72, n. 1, p. 58-59, jan.-mar. 2020. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252020000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2023.

MARCOLINO, Aline; SANTIAGO, Lorenzo. G7 teve a menor participação do PIB global em 2022 desde 2000. **Poder360**, 20 maio 2023. Disponível em: <www.poder360.com.br/economia/g7-teve-a-menor-participacao-do-pib-global-em-2022-desde-2000>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MATTA, João Paulo Rodrigues. Políticas públicas federais de apoio à indústria cinematográfica brasileira: um histórico de ineficácia na distribuição. In: MELEIRO, Alessandra. **Cinema e mercado**. São Paulo: Escrituras, 2010. p. 37-52.

MENDES, Fernanda. Ancine divulga déficit de mais de R\$ 200 milhões no FSA e choca o setor audiovisual. **Exibidor**, 8 jun. 2020. Disponível em: <www.exibidor.com.br/noticias/mercado/10919-ancine-divulga-deficit-de-mais-de-r-200-milhoes-no-fsa-e-choca-o-setor-audiovisual>. Acesso em: 30 ago. 2023.

MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele. **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: Edufba, 2007. p. 95-114.

NYKO, Diego; ZENDRON, Patricia. Economia criativa = creative economy. In: PUGA, Fernando Pimentel; CASTRO, Lavinia Barros de (Org.). **Visão 2035**: Brasil, país desenvolvido — agendas setoriais para alcance da meta. 1. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2018. p. 259-288.

OLIVEIRA, Mariana. Toffoli revoga liminar que mantinha Ricardo Melo na presidência da EBC. **G1**, 8 set. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/toffoli-revoga-liminar-que-mantinha-ricardo-melo-na-ebc.html>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

OLIVEIRA, Vanessa Kalindra Labre de; ROCHA FILHO, Ruy Alkmim. Impactos e estratégias do cinema potiguar durante a pandemia da covid-19: da produção ao consumo. **Revista Temática**, João Pessoa, v. 18, n. 5, 2022.

ORICCHIO, Luiz Zanin. **Cinema de novo**: um balanço crítico da retomada. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

PLASSE, Marcel. Bolsonaro planejava acabar com cinema nacional em 2023. **Terra**, 22 dez. 2022. Disponível em: <www.terra.com.br/diversao/entre-telas/filmes/bolsonaro-planejava-acabar-com-cinema-nacional-em-2023,cdff6306f0e8cfc0292439eb137b975f92xgix0e.html>. Acesso em: 25 ago. 2023.

REIS E SILVA, João Guilherme Barone. Assimetrias, dilemas e axiomas do cinema brasileiro nos anos 2000. **Famecos**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, 2011.

RODRIGUES, Marina. A recuperação do audiovisual europeu e seus incentivos. **Cinem(ação)**, 1 dez. 2021. Disponível em: <<https://cinemacao.com/2021/12/01/a-recuperacao-do-audiovisual-europeu-e-seus-incentivos>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

ROTHENBERG, Eva. Greve de atores de Hollywood pode se estender contra empresas de videogame. **CNN Brasil**, 4 set. 2023. Disponível em: <www.cnnbrasil.com.br/economia/greve-de-atores-de-hollywood-pode-se-estender-contra-empresas-de-videogame-entenda>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SIMIS, Anita. Cinema e política cultural durante a ditadura e a democracia. In: ENCONTRO LATINO DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA, 5., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: Enlepicc, 2005. p. 1-15.

_____. **Estado e cinema no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2015.

TAVARES, Joelmir. Sob intervenção do governo, TV Brasil suspende programa “Sem Censura”. **Folha de S. Paulo**, 29 jan. 2019. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/01/sob-intervencao-do-governo-bolsonaro-tv-brasil-suspende-sem-censura.shtml>. Acesso em: 30 ago. 2023.

TOLEDO, Mariana. Com cinco ações do FSA em andamento, Ancine anuncia novos editais de coprodução internacional. **Tela Viva**, 15 ago. 2023. Disponível em: <<https://telaviva.com.br/15/08/2023/com-cinco-acoes-do-fsa-em-andamento-ancine-anuncia-novos-editais-de-coproducao-internacional>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

UNCTAD. **Creative economy report 2008**: the challenge of assessing the creative economy — towards informed policy-making. Geneva: United Nations, 2008.

_____. **Creative economy report 2013**. Geneva: United Nations, 2013.

UNESCO. **Repensar las políticas para la creatividad**: plantear la cultura como un bien público global. París: Unesco, 2022. Disponível em: <www.unesco.org/creativity/sites/default/files/medias/fichiers/2023/01/380479spa_0_0.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

A resistência das comunidades indígenas e a luta pela demarcação de terras

The indigenous communities' resistance and the struggle for land demarcation

Alexandre Felipe Fiuza *

stefany Dutra **

*As monetárias mãos
cravos do latifúndio
rasgam o rosto da terra.*

*As monetárias mãos
remos do latifúndio
rasgam o rosto das águas.*

*As monetárias mãos
balas do latifúndio
rasgam o rosto dos homens.*

JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO, “ROSTOS DA AMAZÔNIA”

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.006>

Foto: Yanahin Matata Waurá/Amazônia Real



Manifestação em Brasília, em 2018, cobra do governo a demarcação de terras indígenas

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre o contexto de luta e resistência das comunidades indígenas brasileiras, sobretudo no processo de demarcação de terras indígenas, o qual se agravou com o des-caso do governo Jair Bolsonaro (2019-2022). Propõe-se, também, reflexão sobre o novo governo de Lula. Bolsonaro, eleito sob discurso contrário à demarcação de terras, deu continuidade à política de enfraquecimento dos indígenas e à valorização do agronegócio, inculcada no país desde o início da tomada de terras pelos europeus no século XVI. Além da inércia por parte do Executivo, os indígenas também precisam lidar com o preconceito étnico, a marginalização da sociedade não indígena e a precariedade da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), órgão criado especificamente para defender seus direitos, mas que, na prática, demonstrou, por diversas vezes, alinhamento com a política de extermínio. O estudo evidencia que a flexibilização da proteção dos direitos indígenas e a omissão do Governo Federal sob a gestão bolsonarista incentivaram os criminosos — em sua maioria mineradores e latifundiários —, resultando na precariedade de questões básicas para a sobrevivência humana, sobretudo nas comunidades indígenas mais isoladas, criando uma situação de crise humanitária, como o caso da comunidade Ianomâmi, localizada nos estados do Amazonas e de Roraima. Atualmente, o governo Lula (2023-2026) e entidades não governamentais buscam uma solução para o problema, expulsando os criminosos e enviando alimentos e medicamentos. O estudo encontra respaldo em Ricardo (1985), no texto da Constituição Federal de 1988, em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e em reportagens sobre invasões de terras indígenas. Diante disso, fortalecer órgãos de proteção aos indígenas, a exemplo da Funai, é de extrema importância para garantir a demarcação de terras, bem como a criação de políticas públicas de assistência e a sobrevivência das comunidades.

Palavras-chave: Indígenas brasileiros. Resistência cultural. Governo Bolsonaro. Governo Lula. Funai.

ABSTRACT

This article seeks to reflect on the context of the struggle and resistance of Brazilian Indigenous communities, especially in the process of demarcating Indigenous Lands, which was worsened by the neglect of the Bolsonaro Government (2019-2022), and to reflect on Lula's new term. Bolsonaro, elected under a speech contrary to the demarcation of lands, continued the policy of weakening Indigenous peoples and valuing agribusiness, inculcated in the country since the beginning of land seizures by Europeans in the 16th century. In addition to the inertia on the part of the Executive, the Indigenous people also have to deal with ethnic prejudice and the marginalization of non-indigenous society, as well as the precariousness of Funai, an organ specifically created to defend their rights, which, however, in practice has demonstrated on several occasions alignment with the extermination policy. This study showed that the flexibilization of the protection of indigenous rights and the failure of the Federal Government under Bolsonaro's management encouraged criminals, mostly miners and landowners, resulting in the precariousness of crucial needs for human survival, especially in the most isolated Indigenous communities, creating a humanitarian crisis, as is the case of the Ianomâmi community, located in the states of Amazonas and Roraima. Currently Lula's government (2023-2026) and non-governmental entities are seeking a solution to the problem, expelling criminals, and sending food and medicine. This study is supported by Ricardo (1985), in the Federal Constitution of 1988, in data of the Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), and in reports about invasions of Indigenous Lands. Given this fact, strengthening indigenous protection organs, such as Funai, is extremely important to guarantee the demarcation of lands as well as create public assistance policies to ensure the communities's survival.

Keywords: Brazilian indigenous peoples. Cultural resistance. Bolsonaro government. Lula government. Funai.

Um dos fatores a serem levados em consideração é que a terra tem um significado para a cosmovisão indígena, dando sentido às suas crenças e tradições, e não sendo vista, portanto, pelo viés capitalista. Assim, a comunidade indígena desenvolve uma ligação material e espiritual com a natureza, não podendo esta ser apenas “substituída” por outra porção de terra

1. INTRODUÇÃO

A luta das comunidades indígenas brasileiras atual remete ao passado colonial do século XVI, quando os europeus iniciaram a extração de riquezas naturais e passaram a exportá-las para a Europa. O projeto colonial de apropriação do território foi realizado majoritariamente por portugueses e espanhóis, que implantaram um sistema de produção com bases no latifúndio, na monocultura e na escravidão, visando beneficiar oligarquias e expandir seus domínios pela América.

Os nativos foram, muitas vezes, caçados e obrigados à realização de trabalho forçado ou à chamada *encomienda*, que caracterizava trabalho em troca de catequese, realizada pelos jesuítas. Não demorou para que as reduções, criadas pela Igreja Católica como um dos movimentos de Contrarreforma, se tornassem alvo dos bandeirantes, que passaram a invadir o local buscando sequestrar os indígenas e vendê-los como pessoas escravizadas.

Apesar da substituição da mão de obra indígena pela africana, os indígenas continuaram sem ter lugar de direito na sociedade que os portugueses estavam fundando. Nos séculos seguintes, a marginalização indígena se acentuou e o problema de terras se tornou cada vez mais dramático, sendo pauta polêmica nos debates políticos até os dias de hoje.

Um dos fatores a serem levados em consideração é que a terra tem um significado para a cosmovisão indígena, dando sentido às suas crenças e tradições, e não sendo vista, portanto, pelo viés capitalista. Assim, a comunidade indígena desenvolve uma ligação material e espiritual com a natureza, não podendo esta ser apenas “substituída” por outra porção de terra.

Ricardo (1985) discute os aspectos culturais indígenas, a demarcação de terras e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) no sudeste do Pará, no final do século XX. O autor demonstra como a ineficácia da Funai no combate à tomada de territórios indígenas é antiga e estrutural, citando um exemplo sobre a comunidade Parakanã, criada em 1971 no governo Médici e afetada pela construção da Transamazônica. Segundo o documento:



Com a demora no processo de demarcação de terras, diversas etnias indígenas sofrem com invasões, violência, doenças e com a contaminação pelos rejeitos do garimpo ilegal (foto)

Durante o I Encontro Parakanã, promovido pela Funai e pela Eletronorte em dezembro de 1980, os representantes do órgão tutelar apresentaram uma nova proposta para a reserva indígena, com apenas 156.000 ha de extensão. Tal proposta foi recusada, à unanimidade, pelos participantes do Encontro. Nessa ocasião, a Eletronorte havia proposto, inclusive, ampliar a área de 315.000 ha reivindicada pelos Parakanã, unindo essa área aos limites do Lago da barragem Tucuruí.

A justificativa apresentada pela Funai para reduzir o território indígena era a presença de um “número considerável” de posseiros titulados pelo Getat dentro da área eleita em 1978. Na realidade, as únicas posses existentes na época não somavam treze e o número de ocupantes não atingia cinquenta. Contrariando o argumento da Funai, o representante do Getat afirmaria, na ocasião, que esse órgão não havia cedido títulos dentro da área desde 1978, quando fora informado pelo projeto Parakanã/Funai se tratar de uma área de interesse dos Parakanã (Ricardo, 1985).

Ou seja, o órgão criado para garantir o cumprimento dos direitos indígenas acabava prejudicando as comunidades indígenas e beneficiando posseiros que não poderiam estar lá.

A Funai foi criada a partir da lei nº 5.371/1967¹, com a proposta de atuar como ferramenta auxiliar do Governo Federal na fiscalização, demarcação e proteção de terras indígenas, além de preservar a cultura e os direitos dos indígenas brasileiros. A Funai substituiu o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (decreto nº 8.072/1910²), que havia sido criado em 1910, junto com a Localização de Trabalhadores Nacionais, responsável pelo estabelecimento de centros agrícolas com os colonos e sertanejos. Não demorou para os órgãos se separarem.

1 Lei nº 5.371/1967. Autoriza a criação da Fundação Nacional do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5371.htm.

2 Decreto nº 8.072/1910. Cria o Serviço de Proteção ao Índio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>.

Arquivado no *site* do Instituto Socioambiental (ISA), um documento escrito em 19 de outubro de 1988 pelo presidente da Funai em exercício, Iris Pedro de Oliveira, relatou uma situação de disputa territorial envolvendo indígenas, posseiros, a Funai, a Eletronorte, o Governo Estadual do Maranhão, entre outros envolvidos, alegando que cerca de 17 mil representantes da comunidade que participaram da votação consentiram com o acordo proposto para agilizar a retirada dos posseiros da área indígena Urucu-Juruá, localizada no município de Grajaú (MA).³

Apesar da criação da Funai, naquele mesmo período, a Transamazônica — rodovia cujo objetivo é ligar a região Norte ao restante do país, facilitando o escoamento de produtos e serviços — começou a ser construída sob o governo de Médici (1969-1974), causando invasão e apropriação de terra indígena, visto que diversas comunidades foram realocadas e inseridas em um processo de disputa judicial sobre a posse do território.

Dessa forma, o projeto rodoviário apresentado como o “futuro do Brasil” ocultou a exploração de diversas comunidades com o discurso do “vazio demográfico” e da busca por um progresso pautado em valores eurocêntricos e na modernização esperada pelas rodovias. Além disso, os órgãos oficiais eram influenciados pela ideia de civilizar o indígena e inseri-lo na cultura urbana e capitalista, ignorando os aspectos culturais das comunidades.

Ricardo (1985) destaca a liberação de terras ao redor da Transamazônica para famílias que foram expropriadas pela Eletronorte e assentadas pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) em terra indígena, agravando ainda mais o conflito entre indígenas e fazendeiros da região. Segundo o autor:

[...] O delegado da Funai anunciava que os Parakanã estavam em “estado de tensão” e “insatisfação” e se julgavam “desiludidos”. De fato, na época da transferência, haviam sido informados de que as terras que iriam abandonar em Igarapé Lontra seriam totalmente inundadas; e isso, na realidade, não ocorreu, pois foi justamente nessas terras que a Getat havia assentado as famílias expropriadas pela Eletronorte. (Ata da reunião Eletronorte/Getat/Funai. Tucuruí: 18.10.84) (Ricardo, 1985, p. 77).

Esse é um exemplo da máquina pública do Estado sendo utilizada em benefício de latifundiários e grandes empresários para garantir propriedade privada e expansão de capital em detrimento da expulsão de indígenas e não indígenas de suas terras, principal fonte de sua subsistência. Também pode ser considerado um exemplo de como o Estado pode (ou não) ajudar a legitimar um discurso no qual vidas e culturas diferentes possuem valores diferentes.

Diversos crimes realizados contra os indígenas foram descritos no Relatório Figueiredo, documento elaborado por uma Comissão responsável por apurar irregularidades no SPI, cuja criação ocorreu pela portaria nº 239/1967⁴, ainda durante a ditadura. Entre os crimes citados, destacam-se invasão de terras, desvio de verba pública, escravidão, tortura e assassinato. De acordo com o *site* do Ministério Público Federal, o relatório ficou desaparecido por 45 anos, ressurgindo em 2013, quando, após “supostamente eliminado em um incêndio no Ministério da Agricultura, foi encontrado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro,

3 Carta ao presidente da Eletronorte sobre a retirada de posseiros da AI Urucu-Juruá. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/ct003presin-67588-carta-ao-presidente-da-eletronorte-sobre-retirada-de-posseiros>.

4 Portaria nº 239/1967. Disponível em: <https://midia.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>.

Trata-se de uma ferramenta política que visa beneficiar determinados grupos sociais, sobretudo mineradores, madeireiros e latifundiários, desconsiderando o histórico de ocupação indígena milenar no território americano e todo o processo de exploração sofrido desde o século XVI

com mais de 7 mil páginas preservadas e contendo 29 dos 30 tomos originais” (Brasil, 2014). Segundo o relatório:

É espantoso que existe na estrutura administrativa do país repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos, em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça.

[...]

Os espancamentos, independentes de idade ou sexo, participavam de rotina e só chamavam a atenção quando, aplicados de modo exagerado, ocasionavam invalidez ou a morte. Havia alguns que requintavam a perversidade, obrigando pessoas a castigar seus entes queridos. Via-se, então, filho espancar a mãe, irmão bater em irmã, e assim por diante (Brasil, 1967).

O texto enfatiza a revolta causada à Comissão pelo conhecimento dos crimes, descrevendo os próprios funcionários públicos do SPI como cruéis e bárbaros: “A Comissão viu cenas de fome, de miséria, de subnutrição, de peste, de parasitose externa e interna, quadros esses de revoltar o indivíduo mais sensível” (Brasil, 1967, p. 7).

Além dos crimes citados, o relatório denuncia a extinção de toda uma comunidade indígena, localizada em Itabuna (BA), e que as denúncias jamais haviam sido apuradas. O texto também ressalta a imprecisão dos dados e cita um incêndio ocorrido na sede do SPI em Brasília, que teria destruído documentos de investigações, para a conveniência dos culpados.

Alguns anos mais tarde, como resultado da Eco-92, por meio do Decreto 25 de maio de 1992, promulgado no governo Collor, ficou homologada a demarcação administrativa da terra indígena Ianomâmi, outra comunidade indígena, pela Funai, nos estados de Roraima e do Amazonas. Segundo o decreto:

Art. 1º Fica homologada, para os efeitos do art. 231 da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio — Funai, da Terra Indígena IANOMÂMI, localizada nos Municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Mucajaí

e Caracará, Estado de Roraima e Santa Izabel do Rio Negro, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, caracterizada como de ocupação tradicional e permanentemente indígena, com superfície de 9.664.975,48 ha (nove milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco hectares e quarenta e oito ares) e perímetro de 3.370 km (três mil, trezentos e setenta quilômetros) (Brasil, 1992).

Apesar de terem ocorrido algumas demarcações de terras indígenas no começo do século XXI, a demanda é muito maior e ainda existem diversos pedidos para serem analisados e homologados.

Atualmente, há uma ação no Supremo Tribunal Federal denominada Tese do Marco Temporal, que visa garantir a posse da terra às comunidades que comprovarem residir no local antes de 5 de outubro de 1988, data em que foi promulgada a Constituição Federal atual.

A discussão surgiu em 2008, após o julgamento sobre os limites da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que havia sido demarcada em 2003, durante o primeiro governo de Lula. A demarcação fez com que muitos garimpeiros e demais exploradores fossem expulsos, levantando questionamentos sobre a demarcação. A contestação ocorreu porque o argumento utilizado pelo relator do texto, Ayres Britto, afirmava que a demarcação de terra era legal, pois obedecia ao marco temporal da Constituição.

Trata-se de uma ferramenta política que visa beneficiar determinados grupos sociais, sobretudo mineradores, madeireiros e latifundiários, desconsiderando o histórico de ocupação indígena milenar no território americano e todo o processo de exploração sofrido desde o século XVI.

A tese encontra oposição de lideranças indígenas e entidades de proteção não governamentais, uma vez que diversas comunidades foram forçadas a se deslocar para outros locais ao longo do tempo, vítimas de perseguição, não sendo justo perder o direito da posse. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2022):

Criticada por ignorar toda a violência histórica sobre essa população (massacres, contaminação dolosa por doenças infectocontagiosas, deslocamentos forçados etc.) em períodos anteriores à CF/1988 — assim como as condições limitadas para prová-la —, a tese do marco temporal traz como consequência prática a anulação dos processos de demarcação em andamento e a potencial revisão das terras já demarcadas, além de ser objeto de contundente questionamento da sua constitucionalidade (Ipea, 2022, p. 8).

O documento do Ipea (2022) enfatiza que “as atuais orientações são coerentes e alinhadas com as novas diretrizes econômico-financeiras em implementação pela gestão do governo federal”, pois, enquanto suspendem ou procrastinam a demarcação das terras indígenas, o governo atribui a elas “novos processos utilitários”. Assim, as terras consideradas improdutivas têm os processos de demarcação paralisados, de modo que “o dever de proteção das terras indígenas é repensado” (Ipea, 2022, p. 8-9).

Da colonização portuguesa ao século XX, os povos originários foram sendo alijados de suas terras ancestrais, muitos deles mortos pelo assalto violento às suas terras e como reação às suas ações organizativas e de resistência. Lideranças indígenas foram assassinadas em diferentes contextos políticos no Brasil, inclusive por forças de segurança protegidas pelo véu estatal. Expressão dessa violência foi comprovada pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em seu volume II, texto temático 5 — violações de direitos humanos dos

Reprodução / Wikimedia



Fundação de São Paulo (1909), tela de Oscar Pereira da Silva, retrata padres jesuítas e indígenas durante o início da colonização em terras paulistas

povos indígenas —, em que a apuração registrou um trágico quadro vivido por eles também no período investigado pela CNV, de 1946 a 1985:

Como resultados dessas políticas de Estado, foi possível estimar ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa. O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas (CNV, 2014, p. 205).

Esse quadro de violência social e mesmo estatal contra os povos originários vai encontrar ressonância também na história oficial e nas representações históricas. Essas populações, quando abordadas pela história pública e pelos livros didáticos, quase invariavelmente, são tomadas como povos do passado. A perspectiva pretérita é observada até mesmo na semântica, quando suas ações sempre se localizam no passado (caçavam, pescavam, plantavam), ou quando suas vestimentas, hábitos e costumes são congelados num passado amorfo (Silva, 2013).

Não obstante todas as adversidades enfrentadas, marcadamente por sucessivos genocídios, somados à destruição de suas culturas por meio de hordas de agremiações religiosas em seus territórios e a desvalorização de suas singulares expressões culturais, os povos indígenas resistem. O aumento populacional observado nas últimas décadas e a publicização de povos indígenas considerados extintos voltam a dar a justa primazia a essas populações.

Trata-se de uma ferramenta política que visa beneficiar determinados grupos sociais, sobretudo mineradores, madeireiros e latifundiários, desconsiderando o histórico de ocupação indígena milenar no território americano e todo o processo de exploração sofrido desde o século XVI

2. O AGRAVO DA SITUAÇÃO INDÍGENA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO (2019-2022) E OS DESAFIOS DO NOVO GOVERNO LULA (2023)

Apesar da resistência supracitada, o quadro político brasileiro voltou a atingir mais diretamente os indígenas no país. Demonstrando abertamente o seu pensamento sobre a questão indígena desde o início de sua vida política, Jair Messias Bolsonaro conquistou um eleitorado fortemente vinculado ao agronegócio, aos colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs) e às igrejas evangélicas, grupos que se viram representados no posicionamento moral conservador do político e em suas promessas de campanha.

Um dos primeiros decretos assinados por Bolsonaro, após sua vitória nas eleições presidenciais de 2018, tratava da flexibilização do porte de armas, cumprindo uma promessa de campanha. Segundo matéria publicada sobre o assunto no *site* do G1 (2019):

Fica autorizada, para **coleccionadores**, a aquisição de cinco armas de cada modelo de uso restrito; para os **caçadores**, são 15 armas autorizadas; para **atiradores**, 30 armas. Também fica permitido adquirir até 1 mil munições anuais para cada arma de fogo de uso restrito e 5 mil munições para as de uso permitido registradas. [Destaque do autor]. (G1, 2019).

Os registros mais recentes mostram como a flexibilização de armas para os CACs e a falta de controle sobre os armamentos acabaram ajudando o crime organizado. Segundo a matéria da *Revista Fórum* (Hailer, 2022), a Polícia Federal iniciou uma operação em que apura o desvio de armas de CACs para facções criminosas no Brasil.

Ademais, levando em conta a situação econômica geral das famílias brasileiras durante a gestão de Bolsonaro, agravada com a pandemia, o poder de compra foi reduzido drasticamente e o acesso às armas legais acabou favorecendo, em suma, no caso do campo, os latifundiários. A violência no campo, fomentada pelo discurso belicoso do ex-presidente e de seus correligionários, alimentou a violência contra os indígenas, considerados por esse grupo conservador como barreiras ao progresso econômico representado pelas indústrias mineradora, madeireira e agropecuária em suas terras.

O Governo Federal também buscou beneficiar seu eleitorado por meio do projeto de lei nº 191/2020, que previu a mineração em terras indígenas, então protegidas pelo Estatuto do Índio (lei nº 6.001/1973) e pela Constituição Federal (art. 231/1988). Segundo a Agência Câmara de Notícias (Souza, 2020), o projeto regulamenta a exploração de recursos minerais em reservas indígenas, sob o pretexto de aproveitamento hídrico para a geração de energia elétrica nas próprias reservas, além de ressarcimento por meio de indenização, desde que houvesse consentimento das comunidades afetadas.

Entretanto, sem o consentimento das comunidades, a realidade é marcada por invasões de criminosos que atuam de forma violenta, ameaçando, expulsando e assassinando indígenas para conseguir explorar as suas terras.

Conforme destacado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2022), a gestão de Bolsonaro teria sido a primeira, desde 1988, a não demarcar nenhuma terra indígena. O documento destaca que a política de demarcação de terras indígenas pelo Estado é urgente para garantir a existência dos indígenas:

As políticas de demarcação e proteção territorial das terras indígenas são, nos termos da política indigenista brasileira, a principal área de ação estatal. Não somente porque delas depende a própria continuidade existencial dos povos indígenas, enquanto indivíduos e coletivos, mas porque nelas estão o epicentro das disputas políticas, jurídicas e econômicas entre indígenas e não indígenas. Por essas e outras razões, tais políticas demandam ações urgentes e necessárias do Estado e requerem especial atenção (Ipea, 2022, p. 5).

Em contrapartida à demarcação de terras indígenas, a reportagem da agência de jornalismo investigativo *A Pública*, dos jornalistas Fonseca, Paes e Oliveira (2022), mostrou que o governo de Bolsonaro certificou 239 mil hectares de fazendas localizadas dentro de terras indígenas ainda não homologadas. Segundo o portal:

As TIs não homologadas são aquelas que não tiveram decreto presidencial publicado — a última fase do processo de demarcação antes do registro definitivo —, e incluem territórios em estudo, declarados ou delimitados. Em mais de três anos de governo, Bolsonaro não homologou nenhum território indígena. Além disso, quando Sergio Moro (União Brasil) estava à frente do Ministério de Justiça e Segurança Pública, no qual se encontra a Funai, o governo travou 17 demarcações praticamente consumadas (Fonseca; Paes; Oliveira, 2022).

Além disso, o jornalista Maurício Angelo, do portal *The Intercept Brasil* (2017), investigou a Missão Evangélica Caiuá (com sede em Dourados — MS), que “está na mira do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal”. Trata-se de uma investigação sobre a relação entre o Governo e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que envolve a desarticulação do projeto de proteção de terras, analisando um possível desvio de repasses de verba da Funai para a entidade evangélica Caiuá, cujo lema é “A serviço do índio para a glória de Deus”.

Segundo a reportagem, a Caiuá foi fundada em 1928⁵ pelo pastor Albert Maxwell e objetivava evangelizar os indígenas brasileiros, sendo hoje responsável por 64% dos atendimentos de saúde indígena, o que corresponde a cerca de 510 mil pessoas. A matéria analisa a trajetória da instituição desde a sua criação, apontando uma relação estreita com políticos, como o senador Romero Jucá (RR), considerado um padrinho político da Caiuá.

Conforme o texto destaca, “Jucá se tornou o primeiro governador do recém-criado estado de Roraima, por nomeação de José Sarney, em 1988. Antes disso, de 1986 a 1988, presidiu a Fundação Nacional do Índio”. Sobre as ações de Jucá no governo, Angelo (2017) aponta que:

À frente da Funai, amealhou façanhas: loteou a instituição com indicações políticas, autorizou a extração ilegal de madeira em território indígena, reduziu o tamanho do Parque Ianomâmi, liberou áreas para exploração de mineração, expulsou médicos e missionários e ainda é citado em **relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV)** como responsável direto pelo genocídio de milhares de índios Ianomâmis. Para a CNV, Jucá permitiu que cerca de 40 mil garimpeiros invadissem as terras indígenas, o que causou um impacto devastador na comunidade (Angelo, 2017, grifos originais).

Outros políticos que já atuaram em cargos na Funai são apontados na reportagem, em uma investigação que apura o oferecimento de cargos na ONG em troca de votos, além da contratação de “funcionários fantasmas”, considerando que boa parte dos recursos foi destinado à contratação de funcionários.

As atividades religiosas em território indígena não são um fenômeno recente, como bem caracterizam as missões jesuíticas desde o início da colonização. Não obstante, houve um forte incremento durante o século XX nessa ingerência de religiosos em questões referentes aos povos indígenas, provocando forte desestabilização cultural, social e religiosa. Essas inserções foram objeto de um dossiê⁶ presente no Arquivo Nacional, abarcando do último ano da ditadura militar (1984) até 1988. Nesse documento, de 353 páginas, há uma sucessão de informações que foram arroladas envolvendo a temática mencionada. É composto de recortes de matérias jornalísticas, documentos confidenciais de diferentes órgãos do governo, principalmente da Funai, documentos das igrejas e demais instituições. Entre elas, várias ordens católicas, atuando em frentes como saúde, educação e assistência agrícola. Ainda no período ditatorial, há inúmeros informes sobre esses projetos, inclusive sobre a Missão Caiuá.⁷

Durante a ditadura e na redemocratização, inúmeras missões religiosas atuaram em territórios indígenas, inclusive cobertas por convênios com a Funai; são exemplos Instituto Linguístico de Verão (Summer), Asas de Socorro (ASO), Convenção Batista Nacional

⁵ Segundo documentos da própria entidade, ela atuava, desde sua fundação, prestando assistência espiritual, médica e educacional (disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aa3/0/mrl/0020/br_dfanbsb_aa3_0_mrl_0020_d0001de0001.pdf)

⁶ Arquivo Nacional, Fundo da Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio, Missões/Missionários - Volume II (1984-9). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aa3/0/mrl/0020/br_dfanbsb_aa3_0_mrl_0020_d0001de0001.pdf. Para acessar o documento, a pessoa interessada deve estar logada no Arquivo Nacional/SIAN.

⁷ Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/75089802/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_75089802_d0001de0001.pdf

As atividades religiosas em território indígena não são um fenômeno recente, como bem caracterizam as missões jesuíticas desde o início da colonização. Não obstante, houve um forte incremento durante o século XX nessa ingerência de religiosos em questões referentes aos povos indígenas, provocando forte desestabilização cultural, social e religiosa

(CBN), Jovens com uma Missão (Jocum), Missão Cristã Evangélica do Brasil (Miceb/Meib), Missão Evangélica da Amazônia (Meva), Missão Novas Tribos do Brasil (MNTE) e Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira (Junta). Havia ainda, em 1988, as missões que aguardavam a renovação ou nova assinatura de convênios, como a Igreja Evangélica Renovada (IER), o Ministério Internacional Gineton Alencar e a mencionada Missão Evangélica Caiuá. Seis anos antes, em 1982, já existia um convênio firmado entre a Funai e a Associação Evangélica de Catequese aos Índios Missão Caiuá.

Se, durante décadas, as ingerências religiosas e estatais foram minando a resistência indígena, nos últimos anos as tragédias seguem atingindo os povos originários. São inúmeras as denúncias de violências sofridas pelas comunidades indígenas brasileiras, que têm postos de saúde, escolas e casas queimadas, sem que haja punição ou outra medida efetiva por parte do governo para combater a intolerância. Além da violência, as comunidades também enfrentam contaminação por mercúrio, resultado da mineração, que acaba atingindo rios e plantações. Os agrotóxicos nas áreas indígenas, principalmente das regiões Sul e Sudeste, ferem de morte o solo e as águas, dos quais vivem essas pessoas.

Durante o trágico governo Bolsonaro, os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura foram unidos e administrados pelo ministro Ricardo Salles. A gestão de Salles foi polêmica, de modo que o político está sendo investigado por diversos crimes, entre eles prejudicar uma investigação sobre venda ilegal de madeira. Além disso, em gravação divulgada de uma reunião na Câmara, Salles aparece falando em “passar a boiada”, no sentido de mudar as regras e leis e favorecer o agronegócio sem que ninguém percebesse, visto que a mídia estava focada na cobertura da covid-19. Os efeitos negativos de sua gestão causaram revolta internacional, recebendo críticas de ONGs e ativistas, como Greta Thunberg.

Além disso, em 2019, Bolsonaro exonerou Ricardo Galvão da presidência do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), alegando que os dados demonstrativos sobre o aumento no desmatamento da Amazônia eram falsos. Atualmente, o físico assume a presidência do CNPq, uma das agências que financiam bolsas de pós-graduação.

Em um contexto conturbado, Salles foi exonerado (ele mesmo teria pedi-



Fachada do prédio da Funai em Brasília (antiga sede)

do para sair do cargo). Entretanto, as polêmicas e as investigações em andamento pela Procuradoria-Geral da República não bastaram para impedir que fosse eleito como deputado federal em 2022. Aliás, destino comum de inúmeros símbolos do governo Bolsonaro, alçados a cargos eletivos, com muitíssimos votos, quase expressando uma prova de vingança por parte da população brasileira, envenenada ao longo de décadas pela grande imprensa brasileira.

Silva (2023) analisou o desmonte autoritário de políticas públicas sob o governo Bolsonaro, demonstrando que vários funcionários públicos deixaram os cargos após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, alegando perseguição. A mudança ocorria por transferência de departamento, licença temporária ou exoneração (Silva, 2023, p. 488). Não foi uma ação isolada, mas orquestrada. Vêm se avolumando, nos primeiros meses de 2023, as provas de forte aparelhamento do governo por pessoal não apenas inabilitado para o serviço público, mas igualmente mal-intencionado, ao sabor da boiada que desestruturou a já frágil malha de proteção social e ambiental brasileira. Parte desse pessoal veio das Forças Armadas, ocupando cargos em número comparável ao período da ditadura militar (1964-1985).

O texto de Silva (2023), elaborado após uma série de entrevistas com funcionários e ex-funcionários públicos, aponta a desorganização da burocracia do Estado e exonerações em massa logo no início do mandato bolsonarista, após uma “checagem de antecedentes” relacionada ao posicionamento político dos funcionários (Silva, 2023, p. 491). O documento também cita o corte de verba às universidades feito pelo então ministro da Educação Abraham Weintraub, como resposta às críticas recebidas da administração de Bolsonaro. Uma lista de caça às bruxas entre o corpo docente “esquerdista” das universidades públicas tornou-se pública, sendo denunciada e levando o Supremo Tribunal Federal (STF) a confirmar o já garantido direito de liberdade de cátedra.

O *impeachment* que causou a destituição forçada de Dilma possibilitou a ascensão da direita brasileira ao poder, que contestava o resultado das eleições e dificultava a governabilidade do Executivo. O remanejo no orçamento, chamado de “pedalada fiscal” e apontado como o crime de responsabilidade que Dilma teria cometido, e do qual foi inocentada somente em 2023 em segunda instância, foi autorizado por Temer dois dias após o processo de *impeachment*.

Sob o governo de Michel Temer, presidente interino desde a saída de Dilma, foram aprovadas mudanças importantes, como a Reforma da Previdência, que aumentou o tempo de contribuição necessário para aposentadorias (entre outras mudanças nas regras para o cálculo) e o Novo Ensino Médio, que alterou o currículo do Ensino Médio para valorizar a formação técnica e gerar mão de obra para a indústria.

Nesse período, as mídias criticaram severamente os anos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) — partido de Lula e Dilma — esteve no poder, criando uma onda antipetista pelo país e favorecendo as bases para a ascensão de Bolsonaro, visto como o antagonista político do PT.

Diante dos escândalos citados envolvendo o governo e a questão indígena, sem entrar em outros campos de investigação, como o superfaturamento nas vacinas contra covid-19 ou as mansões compradas com dinheiro vivo, a gestão de Bolsonaro é investigada pelo aparelhamento da Polícia Federal (PF) para proteger a própria família e aliados políticos de investigações. A investigação sobre o aparelhamento da PF começou após denúncia de Sérgio Moro, ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro, segundo o qual o presidente o pressionava para escolher funcionários de confiança na PF e, assim, ter acesso a processos sigilosos.

Não foi por acaso que estudiosos das ciências humanas e sociais tipificaram o governo Bolsonaro como um caso de necropolítica. Num quadro que ressoa o ambiente nazifascista das décadas de 1930 e 1940, o governo, diante de uma gravíssima pandemia, jogou com centenas de milhares de vidas, afrontando a ciência e se arvorando de uma soberba e empáfia pela ignorância.

Com a mudança de governo, em janeiro deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2022, alterou algumas das principais medidas aprovadas pelo governo anterior, como a apresentação de uma nova regulamentação sobre a aquisição, o registro e a posse de armas de fogo e munição.

No mesmo período, em visita ao estado de Roraima, Lula declarou Estado de Emergência Humanitária na comunidade Ianomâmi, ao se deparar com famílias inteiras assoladas por doenças (já tratáveis e curáveis) como disenteria, verminoses e desnutrição severa. O quadro, que tem levado inúmeras pessoas (crianças, adultos e idosos) à morte, teria se agravado após o veto do ex-presidente Bolsonaro à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no que diz respeito às políticas de assistência (como distribuição de alimentos) aos indígenas, quilombolas e assentamentos rurais.

Diante dessa situação, o novo governo busca soluções para a crise socioeconômica brasileira, que piorou com a pandemia de covid-19 e com a gestão de Bolsonaro, voltando o foco para o enfrentamento da fome e da reconstrução da democracia. Ainda no primeiro semestre de 2023, o Exército passou a levar cestas básicas e remédios para os Ianomâmi, além de montar um hospital de campanha para atender os doentes. Também foi ordenado o combate ao garimpo ilegal pela Polícia Federal, impedindo a chegada de aviões com mantimentos aos criminosos e destruindo os equipamentos utilizados por eles.

O recém-criado Ministério dos Povos Indígenas, presidido por Sonia Guajajara, busca auxiliar na questão indígena, garantindo a esse grupo acesso à saúde e à educação. Em parceria com a “Bancada do Cocar”, frente de defesa dos direitos dos indígenas formada nas eleições de 2022, o objetivo é fortalecer a Funai, ser oposição ao marco temporal, promover a demarcação de terras e investigar a responsabilidade do governo anterior no agravamento da crise humanitária indígena.

Apesar das dificuldades, os indígenas brasileiros são um exemplo de resistência cultural, preservando até hoje as suas tradições. Nesse sentido, cabe ao governo atual encontrar meios para valorizar a história e os conhecimentos dos nativos, alinhando a preservação ambiental com o desenvolvimento socioeconômico do país e respeitando o bem valioso que são as vidas e as culturas indígenas.

A resistência indígena ganhou outra aliada, a lei nº 11.645/2008, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A despeito da dificuldade de sua implementação no cotidiano escolar, ela reforça um movimento de autoafirmação crescente dos povos originários. Pesquisas genealógicas, muitas delas inclusive pautadas em exames de DNA, vêm também demarcando a forte ascendência indígena de parte considerável da população brasileira. Tal valorização do passado e do presente indígena também pode contribuir para luta dos povos originários pelo direito à terra, à paz e à liberdade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a colonização, foram inúmeros os ataques contra os indígenas. A reflexão proposta neste trabalho buscou mostrar que, embora tenham ocorrido avanços, ainda há um longo caminho a percorrer a fim de promover a reparação histórica. Para isso, torna-se imprescindível conquistar maior representatividade na política, consciência e apoio popular, além do fortalecimento da Funai, para que cumpra o seu papel na garantia dos direitos indígenas previstos em lei.

Assim, o estudo refletiu sobre os problemas enfrentados pelos indígenas brasileiros, considerando o contexto histórico de luta e violação de direitos das comunidades indígenas desde o século XVI, bem como o agravo da situação pelo comprometimento do SPI e da Funai, além da inércia do Poder Executivo ao longo da gestão de Bolsonaro.

O desprezo pelos indígenas se perpetua na ótica da inferioridade cultural inculcada no pensamento coletivo, na invasão de terras, na ausência de políticas públicas e na violência exercida pela comunidade não indígena, sobretudo latifundiários, garimpeiros e madeireiros (os maiores interessados na exploração de terra indígena), no comprometimento dos órgãos de proteção, entre outros ataques que muitas vezes partem do próprio Governo Federal.

Apesar de algumas conquistas em relação à demarcação de terras nas últimas décadas, o processo de homologação tem demorado e a gestão de Bolsonaro deixou os indígenas à mercê dos invasores — muitos deles armados — e sem auxílio para se protegerem dos criminosos. Com a pandemia de covid-19, a crise nas comunidades se agravou, levando a uma situação de Crise Humanitária Emergencial, como o exemplo citado dos Ianomâmi.

Diante de todo o histórico de luta, a situação da comunidade Ianomâmi chocou o mundo, e o novo governo Lula se comprometeu a auxiliar nas questões mais urgentes, como distribuição de água potável, comida e atendimento médico. O terceiro mandato de Lula também conta com a “Bancada do Cocar” e o Ministério dos Povos Indígenas, que atuam em defesa das comunidades indígenas, denunciando as invasões e defendendo a demarcação de terras.

Apesar disso, a Tese do Marco Temporal segue em processo de votação pelo STF, o qual analisa, com base na Constituição Federal, a maneira como deve ocorrer a demarcação de terras indígenas. Se aprovada, a tese prejudicaria o processo de homologação e demarcação, beneficiando agricultores e posseiros que ocupam e exploram o local ilegalmente há anos.

Diante do exposto, é evidente que a demarcação de terras precisa ser realizada o quanto antes, visto que, quanto mais o processo legal demora, mais indígenas sofrem com invasões, violências, doenças, fome e contaminação pelos rejeitos do garimpo ilegal. As reportagens e investigações citadas nesta pesquisa são apenas a “ponta do *iceberg*”, pois ainda existem inúmeras denúncias sendo apuradas pelo Ministério Público Federal. Logo, manter a velocidade padrão do processo de demarcação de terras significa condenar mais centenas (talvez milhares) de indígenas ao descaso do Estado e à morte.

* Doutor e pós-doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Cascavel-PR, e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Londrina. *E-mail*: alefiuza@uel.br

** Licenciada em História pela Universidade Paranaense, com especialização em História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade São Luís e aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado), linha de História da Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Cascavel-PR.
E-mail: tkstefany@gmail.com

► Texto recebido em 1º de setembro de 2023; aprovado em 9 de outubro de 2023.

ANGELO, Maurício. Caiuá, a ONG de 2 bilhões que se tornou dona da saúde indígena no Brasil. **The Intercept Brasil**, 2017.

BRASIL. Decreto de 25 de maio de 1992. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Ianomâmi, nos Estados de Roraima e Amazonas. D.O. 26 jun. 1992, p. 6457. **Diário Oficial da União**, 1992.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Relatório Figueiredo**. Ministério do Interior, 1967. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/relatorio-figueiredo>. Acesso em: ago. 2023.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Relatório Volume II. **Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas**. Texto 5, dez. 2014. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%205.pdf>. Acesso em: ago. 2023.

FONSECA, Bruno; PAES, Caio de Freitas; OLIVEIRA, Rafael. Governo Bolsonaro certificou 239 mil hectares de fazendas dentro de áreas indígenas. **Agência Pública**. Disponível em: <https://apublica.org/2022/07/governo-bolsonaro-certificou-239-mil-hectares-de-fazendas-dentro-de-areas-indigenas/>. Acesso em: jan. 2023.

G1. Veja o que muda e não muda nos novos decretos de Bolsonaro sobre posse e porte de armas. **G1 — Política**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/26/veja-o-que-muda-e-nao-muda-nos-novos-decretos-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: jan. 2023.

HAILER, Marcelo. PF deflagra operação contra CACs que repassam armas para o crime organizado. **Revista Fórum**, 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/12/3/pf-deflagra-operao-contracacs-que-repassam-armas-para-crime-organizado-128131.html>. Acesso em: jan. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Povos indígenas**. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2022.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Os rostos da Amazônia ou deslenda rural**. 4. ed. Belém: Cultural Brasil, 2015.

SILVA, Michelle Moraes de Sá e. Desmonte autoritário de políticas públicas no Brasil: quando servidores pedem para sair. In: **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: Ipea, 2022.

RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). **Povos Indígenas no Brasil**. v. 8. São Paulo: Cedi, 1985.

SILVA, Giovani José da. Categorias de entendimento do passado entre os Kadiwéu: narrativas, memórias e ensino de história indígena. **Revista História Hoje**, 1(2), p. 59-79, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhj.v1i2.41>.

SOUZA, Murilo. Projeto do governo viabiliza exploração de minérios em terras indígenas. **Agência Câmara de Notícias**, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/634893-projeto-do-governo-viabiliza-exploracao-de-minerios-em-terras-indigenas/>. Acesso em: jan. 2023.

Trajетória do Bolsa Família e a recomposição das estratégias de superação da fome no Brasil

Bolsa Família program and the recomposition of strategies to overcome hunger in Brazil

marilene parente conçalves*

ketnen rose M. Barreto**

valter martins***

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.007>



Sergio Amaral/Ministério da Cidadania

O Bolsa Família tem como beneficiários famílias em situação de pobreza e extrema pobreza

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo uma análise da trajetória do programa Bolsa Família (BF), da sua criação, em 2003, até sua extinção e substituição pelo Auxílio Brasil e posterior retorno, em 2023. Nessa trajetória, são destacadas as estratégias de transferência de renda para a superação da fome e da pobreza no Brasil, em articulação com uma análise crítica dos cenários político-econômicos, com disputas ideológicas que historicamente constroem as políticas públicas e o campo do social. Nesse percurso para alcançar o objetivo proposto, a análise é atravessada por reflexões sobre o lugar do social, em uma realidade em que a democracia esteve na berlinda nos últimos governos federais de direita, neoconservadores e neofascistas. A luta em defesa da democracia esteve presente e o terceiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2023, conduz o país a uma nova fase da política brasileira ao situar a perspectiva progressista como caminho para o desenvolvimento econômico e social. Reacende, então, possibilidades para a esfera social, por meio da retomada do BF, que, pela via da transferência condicionada de renda, revela seu caráter transversal de acesso à cidadania e estratégia de superação da fome no Brasil.

Palavras-chave: Bolsa Família. Auxílio Brasil. Transferência de renda condicionada. Democracia.

ABSTRACT

This article aims to analyze the history of Bolsa Família program (BF), from its creation in 2003 up to its extinction and replacement by Auxílio Brasil program, and its further recreation in 2023. Within this history, income transfer strategies for overcoming hunger and poverty in Brazil are highlighted, notably in conjunction with a critical analysis of the political-economic scenarios, including ideological disputes that historically contribute to setting up public policies and the social field. In the course of achieving the proposed objective, the analysis is crossed by reflections on the place of the social dimension in a reality in which democracy has been on the rocks in recent right-wing, neo-conservative and neo-fascist governments. The struggle in defense of democracy has been present in the more recent period, and Luiz Inácio Lula da Silva government, from 2023 onwards, is leading the country towards a new phase of Brazilian politics by placing the progressive perspective as the path to economic and social development. It rekindles possibilities for the social sphere, through the resumption of BF, which, through conditional income transfer, reveals its transversal character as a mean of promoting access to citizenship and a strategy for overcoming hunger in Brazil.

Keywords: Bolsa Família. Brazil Aid. Conditional cash transfer. Democracy.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma análise da trajetória do Bolsa Família (BF), desde sua criação em 2003, passando por sua extinção, até a subsequente reintrodução em 2023. Na trama das discussões, examina-se o período em que o BF foi substituído pelo programa Auxílio Brasil, o que se desenvolve a partir de uma compreensão dos acontecimentos e eventos mais recentes no Brasil, abrangendo as esferas econômica, política e social. Além disso, são destacadas as estratégias de transferência de renda utilizadas para enfrentar a fome e a pobreza no país ao longo dessa trajetória.

Em 2023, o retorno do Partido dos Trabalhadores, por meio das eleições gerais de 2022, ao Governo Federal, conduz o país a uma nova fase da política brasileira ao situar a perspectiva progressista como caminho para o desenvolvimento econômico e social, na medida em que o governo elege como central, entre os temas da agenda pública, a superação da pobreza e da fome no Brasil. Nesse novo cenário situa-se uma pauta de discussões e ações que, de forma transversal, leva a reflexões sobre o lugar do social, historicamente construído com entrelaçamento de vieses e reverses, ao sabor de intenções econômicas, políticas e sociais. Nesse percurso, lança-se o olhar para a análise dos elementos históricos, econômicos, políticos e sociais que incidem diretamente nessa trajetória, marcada por transições e convulsões ideológicas ao longo dos últimos 20 anos, com destaque para os percursos de traços democráticos durante os governos do Partido dos Trabalhadores.

No cenário em análise, considera-se que, no bojo das disputas e movimentações epistemológicas, dos confrontos políticos por pautas econômicas, sociais e ideológicas, os programas de transferência de renda, em especial o Bolsa Família, serviram ora para legitimar uma intenção de política neodesenvolvimentista com olhar articulado para o social, ainda que respondendo às questões de mercado, ora para legitimar intenções de controle político-partidário, precisamente nos últimos governos de direita e extrema direita no Brasil, aguçadas pelos interesses econômicos e políticos de cunho neoliberal das elites tradicionais. Mas tais programas estabeleceram e ainda estabelecem articulações com a justiça social e a dignidade no âmbito dos direitos sociais.

Reconhecendo, nesse sentido, que a questão democrática esteve em evidência nos últimos governos em razão do risco de transmutação autoritária, ensejando lutas em defesa da democracia, parece-nos que, por ação ou omissão, por falas neoconservadores e neofascistas contrárias à sua efetivação, o campo político, sempre em tensão, ganha destaque em detrimento de um olhar mais cuidadoso e de justiça para o campo social.

Considera-se ainda que o atual momento, tenso e de reconstrução, vem reedificando o processo democrático, mesmo levando em conta os problemas históricos da formação social brasileira. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para a afirmação da governabilidade, preservação da democracia e para a retomada de ações de proteção social, articulou as forças democráticas que, já no ano de 2022, levavam o debate ao Congresso Nacional com a PEC da Transição, construindo caminhos de defesa da retomada do desenvolvimento econômico e social, com possibilidades de redirecionamento do social atrelado a outras políticas, o que parece criar expectativas plausíveis.

O estágio presente, iniciado em 2023, requer reparar ou eliminar as distorções ocorridas na política e no projeto de nação. Combater segmentos que produziram o epicentro da tensão político-partidária, segmentos estes de traços neofascistas, representou uma primeira

vereda. O entranhamento de traços neoconservadores da extrema direita na política e na sociabilidade de estratos do povo brasileiro é um dos desafios impostos ao avanço do processo democrático e republicano e do combate às teses retrógradas e antipopulares, permitindo assim o progresso para todos, com dignidade e proteção social.

No campo das estratégias de reposicionar o social, o monitoramento e a avaliação acerca da implementação de programas e políticas públicas neste contexto da história recente do país se apresentam como ponto ímpar para construir caminhos e ações de correção das distorções, e, portanto, é nesse bojo que o debate sobre a revisão do BF ocupa lugar privilegiado.

A abordagem analítica proposta anteriormente implica um exame crítico e reflexivo, embasado no estudo de referências teóricas e documentais, incluindo legislações pertinentes. Este estudo ancora-se também na revisão e no acúmulo de pesquisas e análises provenientes dos processos de doutoramento e de pesquisa dos próprios autores, que se dedicam ao tema em questão impulsionados pela nova conjuntura política e econômica. As contribuições para as análises sobre pobreza, fome e políticas públicas foram colhidas em obras de autores como Ivo (2008) e Menezes e Santarelli (2013). Silva (2007), Sposati (1997), Sposati e Meira (2023), Silva, Yazbek e Di Giovanni (2004) e Thomé (2013) também desempenharam um papel fundamental na compreensão das questões relacionadas à transferência de renda e ao programa Bolsa Família. Outros autores mencionados neste artigo foram igualmente essenciais para a compreensão do tema em discussão.

2. TRAJETÓRIA DO BOLSA FAMÍLIA

O BF é o programa do Governo Federal que realiza transferência direta de renda, com condicionalidades nos âmbitos das políticas públicas de saúde, educação e assistência social para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O programa foi criado e desenvolvido nos governos de um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT). O BF, instituído pela medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, pela lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e pelo decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, após ser unificado ao Auxílio Brasil em 2021, volta em 2023 pela medida provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023, estando sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Segundo Rodrigues e Martins (2020), o BF é composto de três eixos principais: (1) transferência de renda; (2) condicionalidades; (3) programas complementares. O primeiro eixo objetiva promover o alívio imediato da pobreza. Já o segundo eixo, as condicionalidades, refere-se a compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público para que os beneficiários sejam atendidos por serviços de educação, saúde e assistência social, constituindo-se em reforço ao acesso a direitos sociais básicos. Quanto ao terceiro eixo, os programas complementares, eles visam ao desenvolvimento das famílias para superação da situação de vulnerabilidade com ações complementares e com a participação de todos os entes federados (Brasil, 2012).

Silva, Yazbek e Di Giovanni (2004), ao analisar o BF no processo de implementação, entendem que ele constitui um programa de transferência de renda condicionado, que numa primeira abordagem pretende romper com as práticas assistencialistas, histórica e socialmente produzidas, que marcam as relações de dependência na sociedade brasileira.

Desde a sua implementação, em 2003, até sua nova implantação, em 2023, o BF é destinado às famílias em situação de pobreza, com renda per capita familiar máxima, em valores atuais, de até R\$ 218 mensais, e condiciona o recebimento do benefício financeiro ao cumprimento de metas de exercício de direitos sociais básicos como saúde, educação, alimentação e assistência social.

A família é chamada à corresponsabilidade por essas ações, no sentido de buscar o acesso a esses direitos e participar na fiscalização da política de transferência. O critério para inclusão é a renda per capita, mas para a permanência no programa se faz necessário o cumprimento de condicionalidades com foco em educação e saúde. Cunha (2009) afirma que é preciso entender as condicionalidades como

um contrato entre as famílias e o poder público. Ao mesmo tempo que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar para que este possa receber o benefício mensal, o reforço no cumprimento das condicionalidades nas áreas de saúde e educação amplia o acesso aos direitos sociais básicos para as famílias que recebem o benefício financeiro (Cunha, 2009, p. 339).

O BF, desde a sua criação, em 2003, “situa-se no âmbito de combate à fome e à pobreza, representando, no entendimento de seus idealizadores, uma evolução dos programas de transferência de renda (PTRs), ao incluir a perspectiva da responsabilidade partilhada entre a União, estados e municípios” (Silva, 2007, p. 136), e a família, como beneficiária, representa um componente do sistema de proteção social brasileiro. À família beneficiária é atribuído o conceito, que fundamenta o BF, de “unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela mesma, todas moradoras em um mesmo domicílio” (Brasil, 2023). Revelam-se aí posturas contemporâneas no entendimento de família e seus novos arranjos.

Historicamente, a partir da articulação das estratégias do Fome Zero¹ com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, foram dados os passos para uma publicização maior das expressões da questão social, da fome e da miséria no Brasil do início do século XXI, evidenciando a desigualdade e a concentração de renda que os programas e políticas sociais anteriores de transferência de renda não conseguiram combater com alguma eficácia. No cerne dessas articulações, o BF foi projetado, conforme ressaltam Menezes e Santarelli (2013, p. 16), segundo o entendimento da fome “como forma aguda da pobreza e exclusão social e econômica”, assumindo um posicionamento e uma abordagem diferenciada, agora “interdisciplinar[,] para explicar e intervir no fenômeno da fome, por meio de uma estratégia multissetorial”.

O BF agregou de forma paulatina os PTRs instituídos anteriormente, como o Bolsa-Escola, o Vale Gás, o Cartão Alimentação, o Bolsa-Alimentação e mais recentemente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, refletindo, nas palavras de Silva (2007, p. 93), mudanças “qualitativas na direção da construção de uma política pública de transferência de renda, de abrangência nacional”. O intuito dessa unificação era melhor organizar as transfe-

¹ “A estratégia Fome Zero, lançada em 2003, é resultado de um processo de participação e mobilização da sociedade civil e da determinação política do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que nos primeiros dias de seu governo apontou a luta contra a fome como uma prioridade de sua gestão.” (Menezes; Santarelli, 2013, p. 16)

rências monetárias, tendo em vista que os vários programas existentes eram um verdadeiro “emaranhado de políticas sociais”, de acordo com as análises de Soares e Sátyro (2009 *apud* Thomé, 2013, p. 116), representando um “caos” o gerenciamento de tantos programas em diferentes instâncias ministeriais”.

Em que pesem as análises da década de 1990 acerca da interferência neoliberal nas políticas públicas e as constantes indicações de que a economia globalizada e financeira restringe o social, o BF representou um giro político e econômico dado pelo país a partir das eleições de 2002, que conduziu o Brasil, graças aos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a uma nova realidade social a partir da aplicação da política macroeconômica neodesenvolvimentista, realizando a associação da política econômica globalizada com o social.

A reconfiguração das políticas públicas no período resulta de um olhar mais estratégico direcionado para o social, ao ampliar as experiências já existentes no governo de Fernando Henrique Cardoso e reestruturar a agenda social. Ainda que se considere que, como afirma Thomé (2013, p. 118), as experiências de PTRs não significaram “uma reforma no setor social”, devido sobretudo à falta de articulação do Executivo com o Legislativo.

O incremento dado às políticas sociais no governo da presidente Dilma Rousseff, a partir de 2011, com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), representou o reconhecimento da necessidade de continuidade e expansão dos PTRs ao se constatar que ainda existiam milhões de brasileiros na situação de extrema pobreza. Menezes e Santarelli (2013) afirmam que o governo reconheceu a existência de aproximadamente 16,2 milhões de brasileiros em condições de extrema pobreza², sendo mister alcançá-los por meio de novas estratégias. Tal plano reforçou o compromisso com o objetivo de elevação da renda familiar per capita dos que estavam em extrema pobreza, visando à ampliação do acesso dos mais pobres aos serviços públicos e o incremento de ações de inclusão produtiva rural e urbana (Brasil, 2011).

É possível observar os esforços para a expansão e melhoria do BF na década passada, incluindo o pagamento de variáveis de benefício a jovens e mulheres gestantes e nutrízes, assim como o Benefício para a Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP) já no governo Dilma Rousseff, no ano de 2012. O BSP correspondia ao repasse do valor necessário à família para que ela pudesse superar a linha de pobreza extrema, que era à época de R\$ 70, mesmo para famílias que já recebiam todas as variáveis pelo BSP.

Thomé (2013, p. 119), ao analisar a questão da abrangência do BF, afirmou à época que o programa alcançara a quarta colocação no país em número de pessoas assistidas, ficando atrás apenas dos beneficiários do Sistema Único de Saúde (SUS), da Educação e da Previdência Social. Em termos absolutos, é o mais amplo do mundo no gênero, alterando o que era comumente institucionalizado no trato da pobreza, como políticas setoriais e programas sobrepostos e de pouca abrangência. No ano de 2014, o BF beneficiou cerca de 14 milhões de famílias (Brasil, 2015).

A política neodesenvolvimentista empreendida no período articulou à estratégia de transferência de renda os reajustes anuais do salário mínimo, que teve no período dos oito primeiros anos de governo do presidente Lula “um aumento real de 53%” (Thomé, 2013, p.

² Segundo o IBGE, as pessoas em condição de extrema pobreza eram, à época, aquelas com renda de até R\$ 70, incluindo 6,8 milhões de pessoas sem renda.

Coutinho (2005) sinaliza que, em algumas conjunturas, a elite pode até tolerar tais direitos e tentar usá-los a seu favor, mas se empenha em limitá-los e suprimi-los sempre que, nos momentos de recessão (que são inevitáveis no capitalismo), eles se revelam contrários à lógica capitalista da ampliação máxima da taxa de lucro

105). Ademais, a articulação do benefício às propostas de inclusão produtiva contribuiu para uma redefinição do quadro do mercado de trabalho nos quesitos inserção e qualificação dos trabalhadores.

Os resultados foram favoráveis. No período 2003-2010, o Brasil retirou 28 milhões de pessoas da pobreza e possibilitou a mobilidade social dos estratos E e D para a classe C (Menezes; Santarelli, 2013, p. 40). Os autores apontam ainda:

O êxito que se expressa nesses resultados deveu-se a um conjunto de fatores, desde a recuperação efetuada no valor do salário mínimo, passando pela crescente incorporação de trabalhadores no mercado formal e relevante acréscimo na geração de empregos, até a consolidação de uma política de seguridade [...]. Dos 8% de crescimento da renda dos 20% mais pobres nesse período (2003-2009), 6 pontos percentuais foram provenientes do trabalho, o que demonstra o peso desse item no resultado alcançado. Assim, pode-se concluir que, ao lado de toda a contribuição dada pela “rede de proteção social” construída, o processo de inclusão produtiva em uma conjuntura de crescimento econômico foi decisivo para a inclusão social desses milhões de brasileiros (Menezes; Santarelli, 2013, p. 40).

O BF faz parte do conjunto de PTRs que integram o Sistema Único de Assistência Social (Suas), como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os Benefícios Eventuais. Todos esses são oferecidos no âmbito do Centro de Referência em Assistência Social (Cras), constituído de unidades públicas da Assistência Social implantadas pelo Suas. Tais unidades atuam na oferta de serviços e ações públicas, exercendo a função de gestão territorial da rede de assistência social básica. Compreendem o lugar preferencial de realização de preenchimento de formulário principal para inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) e de acompanhamento social das famílias beneficiárias do BF ou não.

O CadÚnico é o instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos, e é obrigatoriamente utilizado para a seleção de

beneficiários do BF. Os cadastros são processados pela Caixa Econômica Federal, que é o agente operador do CadÚnico, responsável por atribuir um número de identificação social (NIS) a cada família cadastrada. É também o agente pagador dos benefícios. É utilizado ainda como mecanismo de seleção do público-foco para diversos outros programas e benefícios sociais.

No desenho das políticas articuladas, compõe-se o quadro de proteção social básica, incluindo o BF, no bojo dos programas de transferência de renda. Apesar de o BF ter diretrizes institucionalizadas, desafios existiram e existem, e não foram poupadas a ele críticas e problematizações ao longo dos anos. Posicionamentos e debates dos meios acadêmico e político foram surgindo, pondo em pauta a fundamentação dos PTRs e do BF e a validade dos resultados alcançados.

Seja como defesa da reprodução de personalismos e práticas assistencialistas, com o esvaziamento de políticas públicas (Sposati, 1997), ou como apoio à focalização dos programas nos efeitos e não nas causas da pobreza, conferindo-lhes um caráter mitigador e compensatório (Ivo, 2008) enquanto instrumentos de uma política neodesenvolvimentista que resultaria na formação de uma massa desorganizada social e politicamente (Boito Jr., 2012), trata-se de críticas que argumentam a favor de um redirecionamento do tratamento dispensado à pobreza rumo à individualização, com um deslocamento das ações sobre a relação entre trabalho e proteção social para a implementação de políticas locais de inserção social, com perda de integração social e mobilidade no mundo do trabalho. Nesse âmbito, Ivo (2008) sustenta que na contemporaneidade a questão passa pela inserção dos “cidadãos” no mercado consumidor, estando as políticas dos PTRs em desconexão com a geração de emprego.

Ainda que ocorram críticas, um movimento histórico foi empreendido, com deslocamento da agenda política em função do interesse, nos governos do PT, na expansão da proteção social, no enfrentamento da pobreza e na promoção da cidadania. Traço este que irá caracterizar, numa articulação global, tanto os países centrais, numa redefinição de seus já redefinidos Estados de bem-estar social, quanto os países em desenvolvimento, revelando a proposta de uma nova política desenvolvimentista, cada qual ao sabor de suas particularidades e configurações econômicas, políticas e sociais.

Thomé (2013), em análise do Bolsa Família e da configuração contemporânea dos PTRs, avança a possibilidade de o Brasil ter experimentado uma universalização a partir da redefinição da social-democracia nos moldes de um país em desenvolvimento. A defesa da cidadania obteve repercussão no Brasil ao se apoiar na instalação de um Estado democrático de direito, que atendesse aos anseios de participação social e acesso aos direitos públicos. Tal entendimento se relaciona primeiramente à conquista desses direitos, mas não se esgota na possibilidade de ter acesso a eles. Ao contrário, diz respeito também ao envolvimento e interação com as políticas públicas, à promoção de todas as potencialidades do indivíduo no usufruto das possibilidades dos seus direitos e da relação contínua com eles.

Esse salto qualitativo, que historicamente configurou um cenário democrático para o desenvolvimento do BF, além do caráter mais abrangente inclui a relação intersetorial com as políticas de saúde, educação e assistência social por meio das condicionalidades, o que reacende as discussões em torno da cidadania, dos direitos sociais e do reconhecimento do lugar do social na agenda pública. Esse cenário contrapõe-se a um processo de desconfiguração do setor social e de alijamento do seu lugar de direito, devido ao afastamento da então presidenta Dilma Rousseff do cargo, o que facilitou a difusão de discursos e ações conservadoras e antidemocráticas no país, iniciada em 2015.



O programa Auxílio Brasil, do governo Bolsonaro, restaurou o velho assistencialismo e subverteu o sentido do Bolsa Família como programa multissetorial de reforço da cidadania

3. EXPROPRIAÇÃO DO SOCIAL PELO PACTO NEOCONSERVADOR NO BRASIL

Em termos legais, o Brasil procurou equiparar suas políticas às dos países desenvolvidos, adotando um novo conceito de gestão pública assim que a Constituição Federal de 1988 foi promulgada. Com o ganho de influência do neoliberalismo, um novo modelo de gestão pública passou a incorporar a contrarreforma do Estado e tomou o caminho da terceirização e da transferência de suas responsabilidades à sociedade civil.

É importante lembrar que, historicamente, o Brasil se consolidou como uma nação economicamente dependente do capital estrangeiro e do capital parasitário nacional, pertencente à periferia do capitalismo mundial e marcada por um Estado patrimonialista, caracterizado por ações focalizadas e nada redistributivo, uma vez que, até 1988, todas as políticas sociais no país ocorriam exclusivamente na forma de contribuição direta, em que os bens, serviços e benefícios públicos eram financiados por meio de descontos sobre o rendimento dos trabalhadores formais.

Ressaltamos que o Estado brasileiro não pode ser considerado como um Estado de bem-estar social, tanto por sua natureza periférica, responsável pela cultura política de não redistribuição, quanto por sua entrada tardia no processo de industrialização dependente do coração do sistema capitalista.

Para países como o Brasil, uma análise da rede de proteção social requer levar em conta sua condição de pertencimento à periferia econômica mundial; embora tenha apresentado um progresso considerável no processo de industrialização durante o século XX, o país não conseguiu atingir níveis de crescimento econômico como os dos países centrais.

Assim, ao pensar a democracia brasileira, conforme definida na Constituição Federal, pode-se concluir que, após sua promulgação em 1988, não se estabeleceram relações

democráticas capazes de contemplar como horizonte a emancipação humana. Ao contrário, viu-se a regulamentação dos direitos sociais não como forma de buscar a igualdade entre os cidadãos brasileiros, mas de atender à lógica do mercado financeiro mundial, conformando-se ao caráter periférico do Brasil.

Sob a dinâmica do capitalismo mundial, historicamente as consequências das crises provenientes dos países centrais e expandidas para os países periféricos são vistas como se atingissem a todos da mesma forma, desconsiderando-se as desigualdades econômicas e políticas existentes entre eles e o contexto histórico de cada país. Tal dinâmica é apoiada pela elite nacional, composta em sua maioria pela oligarquia agrária (uma elite política formada pelos grandes proprietários rurais e pecuaristas). O desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil, suas imposições ao Estado e à sociedade, que envolvem o fortalecimento das leis de mercado, privatização e antiestatismo, abertura comercial, descontinuidade de serviços públicos e subordinação da democracia aos interesses do livre mercado e das elites capitalistas, têm contribuindo para a corrosão da proteção social inscrita na Constituição Federal, à medida que sufocam os preceitos de justiça social defendidos pelos movimentos sociais e sindicais na luta por direitos sociais.

As lutas sociais tradicionalmente encampadas pelos movimentos sociais e sindicatos trouxeram avanços no campo dos direitos sociais e políticos para a população brasileira voltados ao exercício da democracia, ainda que não objetivassem mudanças econômicas radicais na estrutura desigual da sociedade de classes, mantendo, assim, a hegemonia das elites financeiras no sistema capitalista.

Coutinho (2005) sinaliza que, em algumas conjunturas, a elite pode até tolerar tais direitos e tentar usá-los a seu favor, mas se empenha em limitá-los e suprimi-los sempre que, nos momentos de recessão (que são inevitáveis no capitalismo), eles se revelam contrários à lógica capitalista da ampliação máxima da taxa de lucro.

Nesse cenário, as contradições da democracia brasileira ressaltam o caráter e interesse das elites, ainda que encontrem alguma resistência. A exaltação do autoritarismo, do patrimonialismo e da corrosão do poder político em favor de interesses privados constitui-se em ataques brutais à democracia e ao processo de construção de uma sociedade livre das desigualdades sociais, expressando o passado nebuloso da ditadura militar que parece conduzir ainda nos dias de hoje um processo “lento e conservador”, como observa Nobre (2013) ao compreender o processo como uma “democracia muito pouco democrática”.

O processo histórico do desenvolvimento desigual e combinado não permite que o Brasil supere a lógica da desigualdade social, da concentração de renda e da resistência à consolidação da cultura política democrática e progressista.

Dessa forma, independentemente do partido que esteja no poder, como se viu nos governos do Partido dos Trabalhadores, a necessidade de pactuação com a maioria política vem impondo sua lógica nas últimas três décadas, o que imobiliza a democracia, ainda que em alguns momentos existam tentativas de dinamizar a política brasileira, como visto nas jornadas de junho de 2013³, por exemplo. O processo histórico pós-1988 tem revelado uma democracia pautada na manutenção e reprodução do poder das elites, e, ainda que tenhamos

3 As jornadas de junho de 2013 se constituíram em uma série de mobilizações que tiveram como ponto de partida o protesto contra o reajuste das tarifas do transporte público na cidade de São Paulo, denúncias sobre a violência policial e a insatisfação com os serviços públicos. Logo o movimento ganharia proporções nacionais e se transfiguraria, passando a adotar pautas extremistas e de ódio à política.

A extinção do BF e a criação do Auxílio Brasil causaram desorganização na base de dados do CadÚnico e na gestão do programa, dos serviços complementares e do acompanhamento das condicionalidades. A criação precipitada do Auxílio Brasil gerou dificuldades para o sistema de acompanhamento e monitoramento da política de transferência de renda condicionada

vivido experiências de partidos de esquerda no Governo Federal, os interesses da maioria que legisla no Congresso Nacional são os que prevalecem e que dão o tom à democracia brasileira.

Segundo Moisés (1989), no Brasil o predomínio das oligarquias não se dá só em períodos históricos específicos, mas é resultado de um sistema de dominação cuja dinâmica procura impedir a estruturação da vida pública no país, alimentando a ideia de que política é apenas para alguns e que os interesses públicos ainda estão sob o domínio não do conjunto da sociedade, mas de quem tem o poder direto.

Os avanços políticos e institucionais alcançados não foram suficientes para uma efetiva mudança nos processos de tomada de decisões do Estado, reafirma Moisés (1989). Já no final do século XX ele afirmava que os partidos políticos e o Poder Legislativo passaram a condicionar a ação do Poder Executivo, visto que os processos eleitorais se limitavam à formação de governos.

As forças políticas hegemônicas fazem valer seus interesses corporativos, pois o exercício da democracia se expressa apenas pelo voto, pelo poder de escolha de seus representantes, pelo repasse da capacidade de direção e decisão a eles. Constituídos legalmente, os delegados do poder “tudo podem”, inclusive desfazer as escolhas daqueles que os escolheram para representá-los, revelando que a sociedade, apesar de dispor dos mecanismos efetivos para escolher, não tem em suas mãos o poder de decisão final, tampouco de definição dos rumos do país.

Referimo-nos ao golpe institucional-parlamentar, iniciado em 2015, que levou à destituição da presidente da República Dilma Rousseff, aprovado por uma parte substancial dos deputados e senadores e decidido pelo Supremo Tribunal Federal, com o impeachment.

O discurso da crise política propagado pela mídia corporativa fora responsável por pactuações que levaram ao afastamento da representante eleita pela maioria, numa defesa explícita dos interesses neoliberais. Segundo Miguel (2016), um dos responsáveis pelo golpe

é o Fundo Monetário Internacional (FMI), que, ao alertar sobre os riscos que corria a economia brasileira, sobretudo a partir do cenário político instaurado ao longo do governo petista, orientava o país a retomar medidas de ajuste fiscal, levando o Congresso e parte da população a “ouvir a voz do mercado”, reverberada pelos organismos financeiros internacionais. Para o autor, a atual conjuntura brasileira ilumina o fato de que, “mesmo limitada e indigna de seus ideais normativos mais elevados, a democracia incomoda as classes dominantes” (Miguel, 2016, p. 29).

Os governos petistas implantaram um arranjo institucional que, conforme Miguel (2016, p. 32), “acomodou os interesses das elites brasileiras”, atrelados ao capital financeiro, de modo que não foram possíveis mudanças sociais mais profundas na sociedade brasileira, apesar da redução da miséria e da ascensão da classe trabalhadora a condições melhores de vida, através de políticas governamentais em favor dos mais pobres, como o Fome Zero e o BF, o que, segundo o autor, “escandalizou” as elites.

Para Löwy (2016), a prática do golpe de Estado legal parece ser a nova estratégia das oligarquias latino-americanas, e vem se revelando eficaz e lucrativa para “eliminar presidentes” de esquerda. Trata-se de uma postura da elite capitalista financeira, industrial e agrícola que, descontente com algumas conquistas sociais obtidas nos últimos anos, busca reafirmar seus interesses por meio de representantes diretos. Essa dinâmica não abre espaço para concessões e denota o “profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular”, aponta Löwy (2016, p. 58).

O golpe consiste na destituição de um governo eleito, fraturando irremediavelmente a democracia no Brasil, ainda que esta tenha se constituído apenas minimamente, sob as limitações da “ordem burguesa”.

Os ataques à democracia, que se acentuaram a partir de 2015, culminaram em 2016 com o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, considerado por autores como Miguel (2016) e Löwy (2016) um golpe parlamentar, já que configurou uma manobra de setores conservadores da política brasileira aliados aos interesses capitalistas estrangeiros para aprofundar a ofensiva neoliberal no país. O processo histórico pós-golpe, marcado pelos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), reafirmou os ideais neoliberais através de um conjunto de medidas e contrarreformas que atacaram os direitos sociais, aprovado sob a justificativa de ajuste fiscal e do desenvolvimento econômico, como a Lei da Liberdade Econômica (lei nº 13.874/2019), a Reforma da Previdência (emenda constitucional nº 103/2019), a Lei da Terceirização (lei nº 13.429/2017), a Reforma Trabalhista (lei nº 13.467/2017) e a emenda constitucional nº 95/2016, que estabeleceu o teto de gastos, atingindo duramente as ações e serviços públicos.

A lógica do capitalismo contemporâneo confronta os padrões universalistas e redistributivos de proteção social por meio de estratégias de extração de superlucros, transformando as políticas sociais em compensatórias mediante a flexibilização dos direitos sociais e a diminuição dos direitos trabalhistas, o que no Brasil sucedeu principalmente ao longo do governo Bolsonaro, atreladas a um discurso ultraconservador e de extrema direita.

Ao longo dos quatro anos desse mandato (2019-2022), vivenciamos a busca da consolidação de uma “democracia restrita”, que por via da fascistização buscou fortemente destruir os programas minimamente voltados para as demandas populares e democráticas, não apenas os que oferecem serviços sociais públicos (SUS, Suas e Previdência Social), mas também aqueles que promovem “políticas sociais e ambientais e/ou que combatem as diversas

Discursos e posicionamentos antidemocráticos com traços neofascistas foram, aos poucos, tomando corpo e se configurando. Esses discursos e posicionamentos tiveram palco nos últimos anos como governo, e agora como espectro que ronda e molda as discussões e decisões no Poder Legislativo, influenciando também o Executivo e o Judiciário, bem como o imaginário da sociedade civil

formas de desigualdade e opressão articuladas em torno das questões sindicais, de gênero, de etnia, de proteção ambiental, entre outras (sindicatos, Ibama, Inbra, ICMBio, conselhos sociais etc.)” (Maciel, 2021).

A perspectiva de Jair Bolsonaro sobre o BF é contraditória com seu histórico na política nacional, pois o ex-presidente afirmou em 2010, por exemplo, que o BF “seria uma espécie de moeda de troca para comprar votos no Nordeste” (Fortuna, 2019). Além desse discurso, o ex-presidente não poupou críticas ao BF. Em 2011, em um discurso na Câmara dos Deputados, ele afirmou a necessidade de acabar com o programa porque este estaria fazendo com que as pessoas se acomodassem, vivessem às custas do Governo Federal e não produzissem nada para o país (De crítico..., 2020).

A transformação do discurso de Bolsonaro ocorreu após ele se tornar candidato oficial à Presidência da República e, posteriormente, com o aumento da popularidade alcançado às custas do Auxílio Emergencial durante o período da pandemia de covid-19. Em agosto de 2021, a medida provisória nº 1.061 instituiu o Auxílio Brasil e anunciou o fim do BF. Em tese, o governo Bolsonaro aproveitou a estratégia de transferência condicionada de renda do BF para tentar apagar as digitais do PT no programa. Em novembro de 2021, o governo reajustou o programa em 20% em relação ao valor pago pelo BF, permitindo uma complementação até o final do governo graças à qual todos os beneficiários teriam direito a um valor mínimo de R\$ 400.

As mudanças no BF não fizeram parte, em nenhum momento, das discussões sobre planejamento de políticas públicas ou ampliação da proteção social para o povo brasileiro. A estratégia de Bolsonaro, juntamente com a mudança de discurso, foi um instrumento visando à reeleição.

Em uma análise do processo, Raíssa Costa sustenta que a criação do Auxílio Brasil não é um “aperfeiçoamento do PBF, ou uma mera mudança de nomenclatura, mas o encerramento do maior programa de transferência condicionada de renda do país, cujos impactos

positivos foram amplamente comprovados em pesquisas produzidas nos últimos 18 anos [até 2021]”. O BF era uma vitrine para os governos do PT, pois era “reconhecido internacionalmente por seu sucesso no combate à pobreza e na promoção dos direitos sociais da população mais vulnerável” (Costa, 2021, p. 4).

A extinção do BF e a criação do Auxílio Brasil causaram desorganização na base de dados do CadÚnico e na gestão do programa, dos serviços complementares e do acompanhamento das condicionalidades. A criação precipitada do Auxílio Brasil gerou dificuldades para o sistema de acompanhamento e monitoramento da política de transferência de renda condicionada, pois os critérios para a concessão do benefício não eram tão claros quanto os do BF.

O Auxílio Brasil desorganiza os fundamentos do programa anterior e retoma a agenda de moralização das expressões da pobreza ao estimular o discurso da autorresponsabilização das pessoas pela sua situação de pobreza e sinalizar a “inclusão produtiva”, incentivando o esforço individual como perspectiva de superação da pobreza, desconsiderando todas as transformações na proteção social e no mundo do trabalho que vêm reduzindo os empregos formais e protegidos ano após ano e precarizando massas de trabalhadores com empregos informais e inconstantes em decorrência dos avanços do neoliberalismo, materializados, conforme sinalizado pelo regime fiscal no âmbito dos orçamentos fiscal e da Seguridade Social da União (2016), pela Lei da Terceirização (2017), pela Reforma Trabalhista (2017) e pela Reforma da Previdência (2019).

De Sordi (2021) afirma que essas mudanças na política de transferência de renda constroem uma “visão estereotipada dos benefícios dos programas sociais”, tendo como ponto de partida o apagão do BF após as ações do governo de Michel Temer, aprofundadas por Bolsonaro, que conduziram o Brasil de volta ao mapa da fome.

As mudanças no CadÚnico materializam a transformação do BF, pois simplificam o acesso aos benefícios e programas sociais do governo brasileiro. As mudanças no formato e a implementação do autocadastro por meio de aplicativo para smartphone impactaram na “desativação de toda uma rede de assistência social organizada a partir dessa base de informações, bem como o controle, a transparência e a fiscalização da execução dos programas” (De Sordi, 2021).

A instituição do Auxílio Emergencial durante a pandemia, embora necessária para garantir a sobrevivência de milhões de pessoas, sinalizou, quando da adoção do autocadastro, um risco ao monitoramento e desenvolvimento das políticas sociais, pois interrompeu a atualização dos dados no CadÚnico sobre o Bolsa Família, uma vez que este deixou de ser o instrumento de seleção de beneficiários, indicando um movimento de reorganização do gasto social e de confusão, dado que as pessoas identificadas pelo Estado como pobres e não pobres foram agrupadas no mesmo programa, em uma manobra eleitoral em que o Estado ampliou a cobertura até dezembro de 2022.

A criação do aplicativo Auxílio Brasil e a paralisação do CadÚnico comprometeram o funcionamento dos programas sociais brasileiros, uma vez que o CadÚnico não é uma simples plataforma de registro de dados. O CadÚnico reúne informações sobre todos os benefícios destinados à população de baixa renda, como o BF, o BPC, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Programa Cisterna, a isenção do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), entre outros benefícios e ações do governo brasileiro que compõem a rede de proteção social do país.



O retorno do Bolsa Família no governo Lula a partir de 2023 abre novas possibilidades para a esfera social

O CadÚnico possibilita a realização de um diagnóstico e o acompanhamento do crescimento ou redução da pobreza, contribuindo para a definição de metas de atendimento e o repasse de recursos aos municípios para a gestão dos programas por meio do Índice de Gestão Descentralizada. O repasse de recursos possibilita o desenvolvimento de ações socioassistenciais em âmbito local e o acompanhamento das condicionalidades do BF nas áreas de saúde e educação. O cadastro também fornece um retrato do Brasil, possibilitando a realização de pesquisas e o planejamento de políticas públicas voltadas para os estratos de pobreza e extrema pobreza.

O Auxílio Brasil, ao descaracterizar o CadÚnico e as ações do poder público no enfrentamento das desigualdades, deu um novo significado às políticas de promoção da cidadania e de garantia de renda, criando desafios para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva reorganizar a rede de proteção social brasileira, especialmente na área da assistência social e da política de transferência de renda.

Considerada toda a trajetória dos programas de transferência de renda condicionada no Brasil, a política de transferência de renda e o Bolsa Família entram em uma nova fase com a recriação do programa, a recomposição dos recursos e a reestruturação da plataforma de dados e informações do CadÚnico, o que demanda conhecer e analisar tanto essa reformulação quanto a sua implementação nas instâncias municipais e sua operacionalização no campo dos direitos sociais. Para Sposati e Meira (2023, p. 105), isso requer o reconhecimento de que “a necessidade deve prevalecer à situação financeira. Ser incluído em uma política de seguridade social não significa receber gratuitamente, mas acessar um direito”. Esse posicionamento abre possibilidades de pesquisas e de reflexões a serem realizadas em torno da proteção social no Brasil e da construção do lugar do social.

É possível situar o BF na contratendência ao assistencialismo, no sentido da construção do rompimento com a pobreza geracional ao servir como meio de acesso a direitos sociais como saúde e educação, o que lhe confere um sentido de cidadania

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recomposição engendrada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, como a ação direcionada pelo Governo Federal por meio do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social (Procad-Suas), instituído por meio da resolução Cnas/MDS nº 96, de 15 de fevereiro de 2023, e vinculado ao restabelecimento do BF em março de 2023, parece sugerir uma retomada inicial do campo social como lugar de proteção social digna, com a possibilidade de identificação e atendimento de grupos prioritários, desconstruindo inconsistências e

desatualizações cadastrais, para a real inclusão daqueles que são foco da assistência social. Pode representar mais um passo para a efetivação do artigo 6º da Constituição de 1988, integrante do capítulo “Dos direitos sociais”, dado o caráter transversal do BF e sua abrangência, conforme analisado anteriormente.

Nesse caminho, olhamos para o futuro com o desejo de desconstruir a “reconversão social” tão bem analisada por Ivo (2008) quando tratou do social pós-1988, com o Brasil entrando no cenário da economia neoliberal globalizada e reestruturada. Essa expressão ainda hoje é pertinente devido às convulsões político-ideológicas no período dos últimos governos neoconservadores, para os quais o social representava um gasto enfadonho e um uso eleitoral.

Como vimos ao longo deste artigo, o Brasil contemporâneo vive sob a iminência de um conjunto de contrarreformas que atacam os direitos sociais conquistados, sob a justificativa das necessidades de ajuste fiscal. Nesse processo, a “democracia” que estamos vivenciando tem servido muitas vezes para legitimar o desmonte da seguridade social e para obstaculizar as políticas sociais. Nesse contexto, discursos e posicionamentos antidemocráticos com traços neofascistas foram, aos poucos, tomando corpo e se configurando. Esses discursos e posicionamentos tiveram palco nos últimos anos como governo, e agora como espectro que ronda e molda as discussões e decisões no Poder Legislativo, influenciando também o Executivo e o Judiciário, bem como o imaginário da sociedade civil.

Considerando que a democracia limitada que temos hoje no Brasil é também o meio que a classe dominante tem utilizado para manter o controle da sociedade, impondo sua hegemonia, às vezes em bases ilegais, não é impossível acreditar que as tensões políticas e ideológicas continuarão por muito tempo, mesmo sob o atual governo de esquerda. Ao menos, novas perspectivas para a efetivação da democracia foram lançadas: o “revogação” realizado pelo presidente Lula; as medidas de ampliação e garantia do orçamento necessário

para os PTRs; a ampliação do valor mínimo existencial para R\$ 600, conforme o decreto nº 11.567, de 19 de junho de 2023; a lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, que institui o BF e amplia seu entendimento com o repasse do pagamento do benefício em acumulação com o pagamento do defeso, beneficiando o trabalhador da pesca artesanal; a retomada do Fundo Amazônia; a operação de proteção aos povos indígenas, entre tantas outras ações que representam a vontade do presidente de “levar o Estado para onde o povo mais precisa” e refletem um enfrentamento com as bases conservadoras da sociedade.

O BF, como o maior programa de transferência de renda já existente no Brasil, e outros programas criados por iniciativa de estados e municípios a partir dos anos 2000, revelam suas contradições, pois possibilitam o acesso à renda para um grande número de famílias que vivem em situação de pobreza, mas não são capazes de ir além da contenção e controle desta nem de se orientar por uma visão de totalidade, considerando as questões macrocontextuais no âmbito da sociedade capitalista financeira e neoliberal. No entanto, na constante dialética da vida social, considerando o social como produto de determinações históricas, econômicas e políticas, é possível situar o BF na contratendência ao assistencialismo, no sentido da construção do rompimento com a pobreza geracional ao servir como meio de acesso a direitos sociais como saúde e educação, o que lhe confere um sentido de cidadania. O retorno do BF no governo Lula a partir de 2023, portanto, abre possibilidades para a esfera social.

* Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (CCH-UENF). Doutora em Sociologia Política e professora adjunta A do Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense de Campos (ESR-UFF Campos). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8454-4424>

** Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora associada do Departamento de Serviço Social do ESR-UFF Campos. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9534-4284>

*** Doutor e pós-doutor pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em estágio doutoral no Programa de Pós-Graduação e Sociologia da Universidade Autônoma de Barcelona. Professor do Departamento de Serviço Social de Campos e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Trabalho e Proteção Social (Getraps). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7953-0789>

► Texto recebido em 31 de agosto de 2023; aprovado em 16 de maio de 2024.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BOITO JR., Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. 2012. Mimeografado. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. _____. **Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

_____. **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Brasília: Presidência da República, 17 set. 2004. Disponível em: <www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/decreto/decreto_no_5209_de_17.09.2004-1.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2012.

_____. **Medida provisória nº 1.061, de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil Sem Miséria**: caderno de resultados 2011-2014. Brasília: MDS, 2015. Disponível em: <www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cadernodegraficosbsm-35anos.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2024.

_____. _____. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/Suas)**. Brasília: MDS, 2012.

_____. _____. **Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2011.

_____. _____. **Portaria nº 246, de 20 de maio de 2005**. Brasília: MDS, 20 maio 2005. Disponível em: <www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/_doc/portarias/2005/Portaria%20GM%20MDS%20246%2020-5-05.pdf>. Acesso em: 25 de jul. de 2012.

_____. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Conceitos do Cadastro Único**. Brasília: Senarc, 2013.

COSTA, Raíssa Maria Alves Soares. Do Bolsa Família, estratégia de combate à pobreza, ao Auxílio Brasil, estratégia eleitoral. **Vozes da Abrapso**, São Paulo, n. 2, nov. 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre a cidadania e modernidade. **Revista Agora**, n. 3, dez. 2005.

CUNHA, Rosani. Transferência de renda com condicionalidade: a experiência do Programa Bolsa Família. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Unesco, 2009. p. 331-361.

DE CRÍTICO a defensor do Bolsa Família: veja frases de Bolsonaro. **A Gazeta**, 27 ago. 2020. Disponível em: <www.agazeta.com.br/es/politica/de-critico-a-defensor-do-bolsa-familia-veja-frases-de-bolsonaro-0820>. Acesso em: 28 ago. 2023.

DE SORDI, Denise. O Programa Auxílio Brasil e o encerramento do Bolsa Família. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 24 ago. 2021. Disponível: <<https://diplomatie.org.br/o-programa-auxilio-brasil-e-o-encerramento-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

FORTUNA, Deborah. Bolsonaro e o programa Bolsa Família: de crítico feroz a defensor. **Correio Brasileiro**, 11 abr. 2019. Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/04/11/interna_politica,748643/bolsonaro-e-o-bolsa-familia-de-critico-feroz-a-defensor.shtml>. Acesso em: 7 jun. 2024.

IVO, Anete B. L. **Viver por um fio**: pobreza e política social. São Paulo: Anablume; Salvador: CRH-UFBA, 2008.

LÖWY, Michel. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 61-69.

MACIEL, David. Governo Bolsonaro, ameaça fascista e luta socialista. **Marxismo21**, 2019. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/David-Maciel-Governo-Bolsonaro-amea%C3%A7a-fascista-e-luta-socialista.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. **Da estratégia Fome Zero ao Plano Brasil Sem Miséria**: elementos da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro: Ibase, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 31-39.

MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 16, p. 47-86, mar. 1989.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura do governo democrático ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

RODRIGUES, Luciano Batista; MARTINS, Valter. Respostas institucionais do Programa Bolsa Família às expressões de pobreza em Campos dos Goytacazes. **O Social em Questão**, n. 47, p. 297-318, maio 2020. Disponível em: <www.redalyc.org/articulo.oa?id=552263106017>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, 2007.

_____; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A política brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza (Org.). **Renda mínima e crise mundial**: saída ou agravamento?. São Paulo: Cortez, 1997.

_____; MEIRA, Paulo de Tarso. **Transferência de renda no Brasil**: entre a herança recebida e a direção prometida. São Paulo: Cortez, 2023.

THOMÉ, Débora. **O Bolsa Família e a social-democracia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

A propaganda imperialista e a ideologia da *intelligentsia* da esquerda ocidental

Do anticomunismo e a política identitária às ilusões democráticas e o fascismo

Imperialist propaganda and the ideology of the Western left *intelligentsia*

From anticommunism and identity politics to democratic illusions and fascism

gabriel rockhill*

zhao dingqi**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.008>



Congresso pela Liberdade Cultural, uma das frentes de atuação da CIA no período da Guerra Fria. Na foto, sessão do Congresso em junho de 1950, em Berlim

RESUMO

O texto que segue é a tradução de uma entrevista originalmente veiculada em chinês no v. II de *World Socialism Studies* e publicada em inglês na revista nova-iorquina *Monthly Review*, v. 75, nº 7, de dezembro de 2023. Nela, Gabriel Rockhill, professor de Filosofia da Universidade de Villanova (Pensilvânia), conversa com Zhao Dingqi, pesquisador do Instituto de Marxismo da Academia Chinesa de Ciências Sociais e editor da revista *World Socialism Studies*. Na pauta, temas como as estratégias e os aparelhos ideológicos do imperialismo; o estágio e as tarefas atuais da teoria marxista; as tendências multiculturalistas hoje predominantes nas lutas e articulações sociais do mundo ocidental; o crescimento planetário do neofascismo; e as táticas para resistir à hegemonia ideológica das classes dominantes, entre outros temas.

Palavras-chave: Marxismo. Imperialismo. Propaganda. Extrema direita. Esquerda ocidental.

ABSTRACT

The following text is the translation of an interview originally published in Chinese language in v. II of *World Socialism Studies*. It was translated into English for *Monthly Review*, v. 75, nº 7, December 2023. In the interview, Gabriel Rockhill, professor of Philosophy at Villanova University (Pennsylvania), talks with Zhao Dingqi, researcher at the Institute of Marxism of the Chinese Academy of Social Sciences (CASS) and editor of *World Socialism Studies*. On the agenda, topics such as the strategies and ideological apparatuses of imperialism; the current stage and tasks of Marxist theory; the multiculturalist tendencies currently predominant in the struggles and social movements of the Western world; the planetary growth of neo-fascism; and the tactics to resist the ideological hegemony of the dominant classes, among other topics.

Keywords: Marxism. Imperialism. Propaganda. Far right. Western left.

Zhao Dingqi: Durante a Guerra Fria, como a Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) levou a cabo a chamada “guerra fria cultural”? Quais atividades o Congresso pela Liberdade Cultural da CIA realizou e que impacto elas tiveram?

Gabriel Rockhill: A CIA empreendeu, juntamente com outras agências estatais e fundações das principais empresas capitalistas, uma guerra fria cultural multifacetada destinada a conter — e, em última análise, fazer recuar e destruir — o comunismo. Essa guerra de propaganda se deu no âmbito internacional e teve muitos aspectos diferentes, dos quais apenas alguns serão abordados a seguir. Como ponto de partida, é importante notar que, apesar do extenso alcance dessas batalhas e dos amplos recursos destinados a elas, muitas foram perdidas ao longo da guerra. Para citar apenas um exemplo recente que demonstra como esse conflito persiste até hoje, Raúl Antonio Capote revelou no seu livro de 2015 que trabalhou durante anos para a CIA nas campanhas de desestabilização promovidas contra Cuba, visando a intelectuais, escritores, artistas e estudantes. No entanto, sem conhecimento da agência governamental, referida como “a Companhia”, o professor universitário cubano que ela astutamente induzira a promover seus truques sujos estava na verdade enganando os presunçosos mestres espíões: ele trabalhava secretamente para a inteligência cubana (Capote, 2015). Esse é apenas um dentre muitos indícios de que a CIA, apesar das suas várias vitórias, em última análise vem travando uma guerra que se mostra difícil de vencer, dado que a agência pretende impor uma ordem mundial que prejudica a esmagadora maioria da população mundial.

Uma das peças centrais da guerra fria cultural foi o Congresso pela Liberdade Cultural (Congress for Cultural Freedom — CCF), que em 1966 revelou-se como uma das frentes de atuação da CIA¹. Hugh Wilford, que pesquisou extensivamente o tema, descreveu o CCF como nada menos que um dos maiores patrocinadores da arte e da cultura na história do mundo (Wilford, 2008). Criado em 1950, o congresso promoveu na cena internacional o trabalho de acadêmicos colaboracionistas, como Raymond Aron e Hannah Arendt, em detrimento de rivais marxistas, incluindo Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir.

O CCF tinha escritórios em 35 países, mobilizou um exército de cerca de 280 funcionários, publicou ou apoiou por volta de 50 revistas de prestígio em todo o mundo e organizou inúmeras exposições artísticas e culturais, bem como concertos e festivais internacionais. Durante a sua existência, o CCF também planejou ou patrocinou cerca de 135 conferências e seminários internacionais, trabalhando com no mínimo 38 instituições, e publicou pelo menos 170 livros. Seu serviço de imprensa, o Forum Service, veiculou, gratuitamente e para todo o mundo, reportagens de seus venais intelectuais em 12 línguas, somando 600 jornais e 5 milhões de leitores. O diretor dessa vasta rede global, Michael Josselson, denominava-a “nossa grande família” — expressão que remete à Máfia. Com sede em Paris, o CCF tinha à sua disposição uma câmara de eco internacional para amplificar a voz de intelectuais, artistas e escritores anticomunistas. Seu orçamento em 1966 era de US\$ 2.070.500, o correspondente a US\$ 19,5 milhões em valores de 2023.

¹ As informações contidas nesse parágrafo e nos seguintes foram compiladas com base em múltiplas fontes, incluindo pesquisa em arquivos, documentos obtidos por numerosos pedidos de acesso à Lei da Liberdade de Informação e obras como: Agee e Wolf (1978); Charpier (2008); Cline (1976); Coleman (1989); Francovich (2017); Grémion (1995); Marchetti e Marks (1974); Saunders (2000); Scott-Smith (2002); Stockwell (1991); Wilford (2008).



Sede da CIA em Langley, Virgínia (EUA)

A “grande família” de Josselson era, no entanto, apenas uma pequena parte daquilo que Frank Wisner, da CIA, chamava de seu “poderoso Wurlitzer”: uma *jukebox* internacional com programação midiática e cultural controlada pela “Companhia”.

Para citar apenas alguns exemplos desse gigantesco quadro de guerra psicológica, Carl Bernstein reuniu provas abundantes de que pelo menos 400 jornalistas estadunidenses trabalharam clandestinamente para a CIA entre 1952 e 1977 (Bernstein, 1977). Após essas revelações, o jornal *The New York Times* empreendeu uma investigação de três meses e concluiu que a CIA incorporava mais de 800 profissionais e organizações de notícias e de informação pública (Crewdson, 1977). Essas duas denúncias foram publicadas nos próprios veículos de comunicação sob escrutínio, o que leva a crer que os dados são subestimados.

Arthur Hays Sulzberger, diretor do *The New York Times* de 1935 a 1961, trabalhou tão estreitamente com a agência que um acordo de confidencialidade (o mais alto nível de colaboração) foi firmado entre as partes. A Columbia Broadcasting System (CBS), do empresário William Paley, foi inquestionavelmente o maior trunfo da CIA no campo audiovisual. A rede tinha relações tão próximas com “a Companhia” que instalou uma linha telefônica direta para a sede da CIA, sendo que as ligações feitas não passavam pela operadora central. A Time Inc., do magnata Henry Luce, foi a colaboradora mais poderosa entre os veículos de circulação semanal e mensal (incluindo as revistas *Time* — onde Bernstein mais tarde passaria a escrever —, *Life*, *Fortune* e a famosa *Sports Illustrated*). Luce concordou em contratar agentes da CIA como jornalistas, disfarce que se tornaria muito comum. Como viemos a saber por meio da Task Force on Greater CIA Openness (força-tarefa para uma maior transparência da CIA), organizada em 1991 sob a chancela do diretor da agência, Robert Gates, esses tipos de prática continuaram

inabaláveis após as revelações mencionadas acima. O PAO — Public Affairs Office (Escritório de Assuntos Públicos), da CIA — tinha relações com repórteres de todas as principais agências de notícias, jornais, semanários e redes de televisão do país. Em muitos casos, os repórteres foram persuadidos a adiar, alterar, reter ou mesmo descartar matérias (Task Force on Greater CIA Openness, 1991).

A CIA também conseguiu controlar a American Newspaper Guild e tornou-se proprietária de serviços de imprensa, revistas e jornais que usava como cobertura para seus agentes (Crewdson, 1977). A agência destacou funcionários para outros serviços de imprensa, como a Latin, Reuters, Associated Press e United Press International. William Schaap, especialista em desinformação governamental, testemunhou que a CIA possuía ou controlava cerca de 2,5 mil entidades de comunicação social em todo o mundo. Além disso, entre seus colaboradores havia jornalistas e editores altamente influentes, em praticamente todas as principais organizações de comunicação social (Pepper, 2018, p. 186). “Sempre tínhamos pelo menos um jornal em cada capital estrangeira”, contou um informante da CIA, de acordo com o jornalista John Crewdson. Segundo a fonte, a agência infiltrou agentes ou funcionários pagos nas empresas de que não era proprietária ou que não subsidiava fortemente, para que publicassem matérias de interesse da agência, em vez das que lhe fossem consideradas prejudiciais (Crewdson, 1977). Na era digital, esse processo evidentemente continuou. Yasha Levine, Alan MacLeod e outros acadêmicos e jornalistas detalharam o extenso envolvimento da Segurança Nacional dos EUA com as grandes empresas de tecnologia e os meios de comunicação social. Eles demonstraram, entre outras coisas, que operadores de inteligência ocupam posições-chave no Facebook, no X (antigo Twitter), no TikTok, no Reddit e na Google (Levine, 2018; MacLeod, 2022a; 2022b; 2022c; 2022d).

A CIA também se infiltrou profundamente na intelectualidade profissional. Quando a Comissão Church divulgou seu relatório sobre a comunidade de inteligência dos EUA, em 1975, a agência admitiu que teve contato com “vários milhares” de acadêmicos em “centenas” de instituições — e nenhuma reforma desde então a impediu de manter ou expandir essas práticas, como confirmado pelo “Memorando Gates”, de 1991, acima mencionado². Os institutos de estudos russos de Harvard e Columbia, tais como o Instituto Hoover, de Stanford, e o Centro de Estudos Internacionais do MIT, foram desenvolvidos com apoio direto e supervisão da CIA (Chomsky et al., 1997; Diamond, 1992; Rodney, 2018; Simpson, 1996). Um pesquisador da New School for Social Research recentemente chamou a minha atenção para uma série de documentos que confirmam o envolvimento do hediondo projeto MK Ultra, da CIA, com pesquisas realizadas em ao menos 44 faculdades e universidades. Sabemos que pelo menos 14 universidades participaram da infame operação Paperclip, responsável por trazer cerca de 1,6 mil cientistas, engenheiros e técnicos nazistas para os Estados Unidos³. O MK Ultra, para quem não está familiarizado com ele, foi um programa da agência que envolvia experiências sádicas de lavagem cerebral e tortura em que eram administrados aos participantes, sem o consentimento deles, altas doses de drogas psicoativas e outros produtos químicos, em combinação com eletrochoques, hipnose, privação sensorial, abuso verbal e sexual e outras formas de tortura.

A CIA também esteve profundamente envolvida no mundo artístico. Promoveu, por exemplo, a arte nacional, particularmente o expressionismo abstrato e a cena artística

² O relatório da Comissão Church foi rigorosamente controlado e supervisionado pela própria CIA, e por isso é altamente provável que os números reais sejam bem mais altos do que os apresentados.

³ Uma grande coleção de documentos que detalham esses casos está disponível em Greenwald (2019).

de Nova York, em detrimento do realismo socialista (Rockhill, 2014a). Também financiou exposições, apresentações musicais e teatrais, festivais internacionais e muito mais, numa tentativa de disseminar o que era alardeado como a arte livre do Ocidente. “A Companhia” trabalhou nesses empreendimentos em estreita colaboração com grandes instituições artísticas. Para citar apenas um exemplo revelador, um dos principais oficiais da CIA envolvidos na guerra fria cultural, Thomas Braden, foi secretário-executivo do Museu de Arte Moderna (MoMA) antes de ingressar na agência. Um dos presidentes do MoMA foi Nelson Rockefeller, que se tornou um supercoordenador de operações clandestinas de inteligência e permitiu que o Fundo Rockefeller canalizasse dinheiro para a CIA. Entre os diretores do MoMA, encontra-se René d’Harnoncourt, que durante a guerra trabalhou para a agência de inteligência de Rockefeller dedicada à América Latina durante a guerra. John Hay Whitney, do museu de mesmo nome, e Julius Fleischmann fizeram parte do conselho de administração do MoMA. O primeiro havia trabalhado para a organização antecessora da CIA, o Gabinete de Serviços Estratégicos (OSS), e permitiu que sua instituição de caridade também fosse usada como canal de dinheiro para a agência. O segundo foi presidente da Fundação Farfield, da CIA. William Paley, o presidente da CBS e uma das principais figuras dos programas de guerra psicológica dos EUA, incluindo os da CIA, fazia parte do conselho de membros do Programa Internacional do MoMA. Como indica essa teia de relações, a classe dominante capitalista trabalha em estreita colaboração com a Segurança Nacional dos EUA no intuito de controlar firmemente o aparelho cultural.

Já foram escritos muitos livros sobre o envolvimento do Estado americano com a indústria do entretenimento. Matthew Alford e Tom Secker demonstraram que o Departamento de Defesa esteve envolvido no patrocínio — com completo e absoluto poder de censura — de pelo menos 814 filmes, com a CIA envolvida em pelo menos 37, e o FBI, em 22 (Alford; Secker, 2017). Em relação a programas de TV, alguns dos quais já antigos, o Departamento de Defesa está relacionado a 1.133, a CIA, a 22, e o FBI, a 10. Para além desses casos quantificáveis, existe, claro, a relação qualitativa entre a Segurança Nacional e Hollywood. John Rizzo explicou isso em 2014: há muito a CIA mantém uma relação especial com a indústria do entretenimento, dedicando atenção considerável à criação de vínculos com os grandes nomes de Hollywood — executivos de estúdios, produtores, realizadores, atores de renome (Alford; Secker, p. 49). Tendo servido como conselheiro-adjunto e conselheiro-geral interino da CIA durante os primeiros nove anos da famigerada guerra contra o terror — período durante o qual esteve intimamente envolvido na supervisão dos programas globais de rendição, tortura e assassinato por *drones* —, Rizzo estava bem posicionado para compreender como a indústria cultural poderia dar cobertura à carnificina imperial.

Essas e muitas outras atividades revelam uma das principais características do império dos EUA: é um verdadeiro império dos espetáculos. Um dos seus principais focos é a disputa por corações e mentes. Para esse fim, os Estados Unidos estabeleceram uma infraestrutura global expansiva, a fim de se envolver na guerra psicológica internacional. O domínio quase absoluto que exercem sobre os principais meios de comunicação tem sido claramente visível no recente esforço do país para angariar apoio à sua guerra por procuração contra a Rússia na Ucrânia. O mesmo se aplica à sua virulenta propaganda anti-China, 24 horas por dia, sete dias por semana. No entanto, graças ao trabalho de valentes ativistas e ao fato de os EUA trabalharem contra a própria realidade, o império dos espetáculos é incapaz de controlar completamente a narrativa (Collon; Test Media International, 2023).

ZD: Você menciona num dos seus artigos que os agentes da CIA se interessaram em ler as teorias críticas francesas de Michel Foucault, Jacques Lacan, Pierre Bourdieu e outros. Qual é a razão desse fenômeno? Como você avalia a teoria crítica francesa?

GR: Uma frente importante na guerra cultural contra o comunismo tem sido a guerra mundial intelectual, que é o tema de um livro que estou terminando para a *Monthly Review Press*. A CIA teve um papel muito significativo, mas outras agências governamentais e fundações da classe dominante capitalista também o tiveram. O objetivo geral é desacreditar o marxismo e minar o apoio às lutas anti-imperialistas e ao socialismo real.

A Europa Ocidental tem sido um campo de batalha particularmente importante. Os Estados Unidos emergiram da Segunda Guerra Mundial como a potência imperial dominante. A fim de tentar exercer a hegemonia global, os EUA pretenderam inscrever como parceiros menores as antigas potências imperialistas da Europa Ocidental, bem como o Japão, no Leste. Contudo, isso se revelou particularmente difícil em países como a França e a Itália, que tinham partidos comunistas robustos e vibrantes. A Segurança Nacional dos EUA lançou, portanto, um ataque multifacetado para se infiltrar em partidos políticos, sindicatos, organizações da sociedade civil e nos principais meios de comunicação e informação (Wilford, 2008). Os Estados Unidos chegaram ao cúmulo de criar exércitos secretos de prontidão abastecidos com fascistas, e planejaram golpes militares para o caso de os comunistas conseguirem chegar ao poder por via das urnas. Esses exércitos foram posteriormente ativados na estratégia de tensão pós-1968: eles cometeram ataques terroristas contra a população civil que foram atribuídos aos comunistas (Ganser, 1992).

Na frente mais explicitamente intelectual, a poderosa elite dos EUA apoiou o estabelecimento de novas instituições educativas e redes internacionais de produção de conhecimento claramente anticomunistas, na esperança de desacreditar o marxismo. Essa mesma elite proporcionou a ascensão — ou seja, a promoção e a visibilidade — de intelectuais que eram abertamente hostis ao materialismo histórico e dialético, ao mesmo tempo que conduzia hediondas campanhas de difamação contra figuras como Sartre e Beauvoir (Saunders, 2006).

É precisamente nesse contexto que a teoria francesa deve ser entendida, pelo menos parcialmente, como produto do imperialismo cultural dos EUA. Os pensadores afiliados a tal tendência — Foucault, Lacan, Gilles Deleuze, Jacques Derrida e muitos outros — foram associados de várias maneiras ao movimento estruturalista, que se definiu em grande medida pela oposição ao filósofo mais proeminente da geração anterior: Jean-Paul Sartre⁴. A orientação marxista deste último a partir de meados da década de 1940 foi amplamente rejeitada, e o anti-hegelianismo — uma alcunha para o antimarxismo — tornou-se a ordem do dia. Foucault, para citar apenas um exemplo revelador, tachou Sartre de “o último marxista” e afirmou que ele era um homem do século XIX, em descompasso com os tempos (antimarxistas) atuais, representados por Foucault e outros teóricos da sua estirpe (Foucault, 1994, p. 542)⁵.

Embora alguns desses pensadores tenham ganhado notoriedade significativa na França, foi a promoção nos Estados Unidos que os catapultou para o cenário internacional, tornando-os leitura obrigatória para a intelectualidade global. Num artigo recente da *Monthly Review*,

⁴ O termo *poststructuralism* (pós-estruturalismo) é, em muitos aspectos, uma invenção anglófona, uma vez que, no contexto francês (pelo menos originalmente), os chamados pós-estruturalistas eram vistos como seguidores e impulsionadores — embora de maneiras ligeiramente diferentes — do projeto estruturalista.

⁵ Para mais sobre Foucault, ver Rockhill (2020a).

Em vez de se reconhecer, por exemplo, que as formas de identidade racial, nacional, étnica, de gênero, sexual e afins são construções históricas que variaram ao longo do tempo e que resultaram de forças materiais específicas, elas são naturalizadas e tratadas como base inquestionável para os círculos eleitorais. Tal essencialismo serve para obscurecer as forças materiais que operam por trás dessas identidades, bem como as lutas de classe travadas em torno delas

identifiquei algumas das forças políticas e econômicas que estavam por trás do evento que é amplamente reconhecido como o inaugurador da era da teoria francesa: a conferência de 1966 na Universidade Johns Hopkins, em Baltimore, que reuniu pela primeira vez muitos desses pensadores (Rockhill, 2023b, p. 9-49). A Fundação Ford, que cofinanciava o CCF com a CIA e que mantinha muitos laços íntimos com os esforços de propaganda da agência, financiou a conferência e outras atividades paralelas com US\$ 36 mil (US\$ 339 mil em valores atuais). Essa quantia é extraordinária para uma conferência universitária — sem mencionar o fato de a cobertura do evento ter sido realizado pela *Time* e pela *Newsweek*, um feito praticamente inédito em ambientes acadêmicos como esses⁶.

As fundações capitalistas, a CIA e outras agências governamentais estavam interessadas em promover um trabalho “radicalmente chique”, que viesse a substituir o marxismo. Como não podiam simplesmente destruir essa escola de pensamento, procuraram promover novas teorias que pudessem ser vendidas como vanguardistas e críticas — embora desprovidas de qualquer substância revolucionária — a fim de enterrar o marxismo, dado como ultrapassado. Como sabemos agora graças a uma investigação da CIA de 1985 sobre o tema, a agência ficou encantada com as contribuições do estruturalismo francês, bem como da escola dos *Annales* e do grupo conhecido como *Nouveaux Philosophes* (novos filósofos). Citando em particular o estruturalismo de Foucault e Claude Lévi-Strauss, bem como a metodologia da escola dos *Annales*, o artigo conclui que a demolição crítica da influência marxista nas ciências sociais levada a cabo por essas escolas provavelmente perdurará como uma profunda contribuição para os estudos modernos (Directorate Of Intelligence, 1985, p. 6).

No que diz respeito à minha própria avaliação da teoria francesa, eu diria que é importante reconhecê-la pelo que ela de fato é: um produto — pelo menos em parte — do imperialismo cultural dos EUA, que procura substituir o marxismo por uma prática teórica anticomu-

⁶ Ver meu prefácio em Monville (2023).

nista dada a ecletismos culturais burgueses e que mobiliza uma pirotecnia discursiva para criar revoluções imaginadas no discurso, mas que não revolucionam nada na realidade. Além disso, a teoria francesa reabilita e promove o trabalho de anticomunistas como Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger, tentando assim redefinir discretamente o radical como um radicalmente reacionário. Quando os teóricos franceses se engajam no marxismo, transformam-no num discurso possível entre muitos outros, que, segundo eles, pode — e até deve — ser misturado com discursos não marxistas e antidialéticos como a genealogia nietzschiana, a *Destruktion* (destruição) heideggeriana, a psicanálise freudiana, e assim por diante. Por isso, muitos desses pensadores reivindicam a propriedade do “seu próprio Marx”, o que por vezes produz a ilusão de que são de alguma forma marxistas ou marxianos. No entanto, a tendência esmagadoramente majoritária é extrair arbitrariamente da obra de Marx elementos muito específicos que presumivelmente ecoam a marca filosófica própria daqueles intelectuais. Esse é o caso, por exemplo, do fantasmagoricamente literário Marx da indecidibilidade, de Derrida, do Marx desterritorializante e nômade criado por Deleuze, do Marx antidialético do dissenso, de Jean-François Lyotard, e de outros exemplos semelhantes. Assim, o discurso de Marx funciona para eles como forragem do cânone burguês que pode ser ecleticamente utilizada para desenvolver a própria marca, dando a esta uma aura de amplitude e radicalidade. Walter Rodney resumiu a verdadeira natureza dessa prática teórica quando explicou que, no âmbito do pensamento burguês, por sua natureza extravagante e pela forma como estimula os excêntricos, é possível tomar qualquer rumo, porque, afinal, quando não se vai a lugar nenhum, pode-se escolher qualquer caminho (Rodney, 2022, p. 46).

ZD: A escola de Frankfurt também tem uma ampla influência na China contemporânea. Como você avalia as teorias dessa escola? Que tipo de conexão ela tem com a CIA?

GR: O Instituto de Pesquisa Social, coloquialmente conhecido como escola de Frankfurt, surgiu como um centro de pesquisa marxista na Universidade de Frankfurt financiado por um rico capitalista. Ao assumir a direção do instituto, em 1930, Max Horkheimer foi responsável por uma mudança de foco decisiva em direção a preocupações especulativas e culturais que estavam cada vez mais distantes do materialismo histórico e da luta de classes.

Nesse sentido, a escola de Frankfurt sob Horkheimer desempenhou um papel fundamental no estabelecimento do que é conhecido como “marxismo ocidental” e, mais especificamente, “marxismo cultural”. Figuras como ele e seu colaborador permanente, Theodor Adorno, não apenas rejeitaram o socialismo real, mas também o identificaram diretamente com o fascismo, apoiando-se ignorantemente — muito à semelhança da escola francesa — na categoria ideológica do totalitarismo⁷. Abraçando uma versão altamente intelectualizada e melodramática do que mais tarde se tornaria conhecido como Tina (acrônimo para “There is no alternative”, ou “Não há alternativa”), eles se concentraram no domínio da arte e da cultura burguesas como o único possível espaço de salvação em potencial. Isso ocorre porque pensadores como Adorno e Horkheimer, com algumas exceções, eram em grande parte idealistas em sua prática teórica: se a mudança social significativa estava excluída do mundo prático, a libertação deveria ser buscada no domínio *geistig* — intelectual e espiritual —, reino das novas formas de pensamento e da cultura burguesa inovadora.

⁷ Muitos dos elementos que sustentam meus comentários podem ser encontrados em Rockhill (2021, p. 117-161; 2022c).



Fotomontagem

O CCF promoveu na cena internacional o trabalho de acadêmicos como Raymond Aron e Hannah Arendt (esq.), em detrimento de rivais marxistas, incluindo Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre (dir.)

Esses sumos sacerdotes do marxismo ocidental não só abraçaram o mantra ideológico capitalista de que “fascismo e comunismo são a mesma coisa”, como também apoiaram publicamente o imperialismo. Horkheimer, por exemplo, apoiou a Guerra do Vietnã, proclamando em maio de 1967 que nos EUA a promoção de uma guerra, quando necessária, não é tanto uma questão de defesa da pátria, mas, essencialmente, de defesa da Constituição, dos direitos do homem (Kraushaar, 1998, p. 252-253). Embora Adorno muitas vezes preferisse uma política professoral de cumplicidade silenciosa a tais declarações belicosas, ele alinhou-se com Horkheimer no apoio à invasão imperialista do Egito em 1956 por parte de Israel, Grã-Bretanha e França, que procuraram derrubar Gamal Abdel Nasser e tomar o canal de Suez⁸. Chamando Nasser de “chefe fascista” “que conspira com Moscou”, eles condenaram abertamente os países que fazem fronteira com Israel, acusando-os de “Estados árabes bandidos” (Jeffries, 2016, p. 297)⁹.

Os líderes da escola de Frankfurt beneficiaram-se fortemente do apoio da classe dominante capitalista e da Segurança Nacional dos EUA. Horkheimer participou de pelo menos uma das principais conferências do CCF; Adorno publicou artigos em revistas apoiadas pela CIA, correspondeu-se e colaborou com a figura principal da *Kulturkampf* anticomunista alemã, Melvin Lasky, da CIA, e foi incluído nos planos de expansão do CCF, mesmo após a revelação de que este era uma organização de fachada. Os homens de frente de Frankfurt

⁸ Sobre a Guerra de Suez, cf. Becker (2009, p. 71-78).

⁹ As declarações de Adorno e Horkheimer sobre Nasser são da mesma linhagem que a propaganda produzida pela mídia e agências de informação ocidentais. Como Paul Lashmar e James Oliver convincentemente argumentaram, o Departamento de Pesquisa de Informação — um gabinete secreto de propaganda anticomunista intimamente ligado ao MI6 e à CIA — pressionou a BBC e seus outros meios noticiosos para apresentarem Nasser como um “fantoche soviético”, o que era, para todos os fins, a linha de propaganda preferida dos líderes anticoloniais (Lashmar; Oliver, 1998, p. 64).

também receberam amplo financiamento da Fundação Rockefeller e do governo dos EUA, inclusive para apoiar o retorno do instituto à Alemanha Ocidental após a guerra (Rockefeller contribuiu com US\$ 103.695 em 1950, o equivalente a US\$ 1,3 milhão em 2023). Assim como os teóricos franceses, eles estavam realizando o tipo de trabalho intelectual que os líderes do império dos EUA apoiavam.

Também vale notar de passagem que cinco dos oito membros do círculo íntimo de Horkheimer na escola de Frankfurt acabaram trabalhando como analistas e propagandistas do governo dos EUA e da Segurança Nacional. Herbert Marcuse, Franz Neumann e Otto Kirchheimer foram todos empregados do Escritório de Informação de Guerra — Office of War Information (OWI) — antes de passarem para o Departamento de Pesquisa e Análise do OSS¹⁰. Leo Löwenthal também trabalhou para o OWI, e Friedrich Pollock foi contratado pela Divisão Antitruste do Departamento de Justiça. Essa foi uma situação bastante complexa, pois certos setores do governo dos EUA estavam interessados em recrutar analistas marxistas na luta contra o fascismo e o comunismo. Ao mesmo tempo, alguns destes assumiram posições políticas compatíveis com os interesses imperiais dos EUA. Esse capítulo da história da escola de Frankfurt merece, portanto, uma análise muito mais detida (Neumann et al., 2013; Katz, 1989; Müller, 2010).

Finalmente, a evolução da escola de Frankfurt para a sua segunda geração (Jürgen Habermas) e para a terceira (Axel Honneth, Nancy Fraser, Seyla Benhabib) não alterou em nada a sua orientação anticomunista. Pelo contrário, Habermas afirmou explicitamente que o socialismo de Estado estava falido e defendeu a criação de um espaço interno ao sistema capitalista e suas instituições supostamente democráticas para o ideal de um inclusivo “procedimento discursivo de formação da vontade” (Habermas, 1990, p. 69). Neo-habermasianos da terceira geração deram continuidade a essa orientação. Como argumentei num artigo que também aborda os outros pensadores em pauta, Honneth elevou a ideologia burguesa ao próprio quadro normativo da teoria crítica (Rockhill, 2021). Fraser apresenta-se incansavelmente como a mais à esquerda dentre os teóricos críticos, posiciona-se como social-democrata. No entanto, ela muitas vezes permanece bastante vaga quando se trata de esclarecer o que isso significa em termos concretos, admitindo abertamente que tem “dificuldade para definir um programa positivo” (Fraser, 2016, p. 35). O programa negativo é claro, no entanto: “Sabemos que [o socialismo democrático] não deve ser em nada parecido com uma economia de comando autoritário, o modelo de partido único do comunismo.” (Fraser, 2016, p. 35)

ZD: Como você entende o papel e a função das políticas identitárias e do multiculturalismo, prevalentes na esquerda ocidental?

GR: A política identitária, tal como o multiculturalismo a ela afiliado, é uma manifestação contemporânea do culturalismo e do essencialismo que há muito caracterizam a ideologia burguesa. Esta última procura naturalizar as relações sociais e econômicas que decorrem da história material do capitalismo. Em vez de se reconhecer, por exemplo, que as formas de identidade racial, nacional, étnica, de gênero, sexual e afins são construções históricas que variaram ao longo do tempo e que resultaram de forças materiais específicas, elas são naturalizadas e tratadas como base inquestionável para os círculos eleitorais. Tal essen-

¹⁰ N. do E. original: o cofundador da *Monthly Review*, Paul Sweezy, também trabalhou para o Departamento de Pesquisa e Análise do OSS durante a Segunda Guerra Mundial.

Num estudo muito importante baseado na análise estatística de múltiplas variáveis, Martin Gilens e Benjamin Page demonstraram que as elites econômicas e os grupos organizados que representam interesses empresariais causam um substancial impacto na política governamental dos EUA, enquanto os cidadãos médios e os grupos de interesse de massa exercem influência reduzida ou nula. Essa forma plutocrática de governo não opera apenas internamente, é claro, mas também internacionalmente

cialismo serve para obscurecer as forças materiais que operam por trás dessas identidades, bem como as lutas de classe travadas em torno delas. Isso é particularmente útil para a classe dominante e seus gestores: forçados a reagir às exigências da decolonização e das lutas materialistas antirracistas e antipatriarcais, que melhor forma de responder a elas do que com uma política identitária essencializante que propõe soluções falsas para problemas muito reais porque nunca aborda a base material da colonização, do racismo e da opressão de gênero?

As autoproclamadas versões antiessencialistas da política identitária que operam no trabalho de pensadores e pensadoras como Judith Butler não rompem fundamentalmente com essa ideologia (Barahona, 2022; Norton, 2019). Ao pretender desconstruir algumas dessas categorias, revelando-as como construções discursivas que indivíduos ou grupos de indivíduos podem questionar, interpretar ou “reperformar”, os pensadores e pensadoras que trabalham dentro dos parâmetros idealistas da desconstrução nunca fornecem uma análise materialista e dialética da história das relações sociais capitalistas que produziram essas categorias como âmbitos importantes da luta de classes coletiva. Tais pensadores também não se envolvem na história profunda da luta coletiva do socialismo real para transformar aquelas relações. Em vez disso, tendem a recorrer à desconstrução e a uma versão praticamente desistoricizada da genealogia foucaultiana para pensar discursivamente sobre o gênero e as relações sexuais, e são, na melhor das hipóteses, orientados para um pluralismo liberal conforme o qual a luta de classes é substituída pela defesa de grupos de interesse.

Em contraste, a tradição marxista — como Domenico Losurdo demonstrou em sua magistral obra *A luta de classes* — tem uma história profunda e rica de compreensão da luta de classes, no plural. Isso significa que ela inclui batalhas sobre a relação entre gêneros, nações, raças e classes econômicas (além de, poderíamos acrescentar, sexualidades). Uma vez que essas categorias assumiram formas hierárquicas muito específicas sob o capitalismo, os

melhores representantes da herança marxista procuraram compreender a proveniência histórica delas e transformá-las radicalmente. Isso pode ser visto na luta de longa data contra a escravidão doméstica imposta às mulheres, bem como na batalha para superar a subordinação imperialista das nações e dos seus povos racializados. Essa história tem-se desenrolado aos trancos e barrancos, é claro, e ainda há muito trabalho a fazer, em parte porque certas vertentes do marxismo — como a da Segunda Internacional — foram contaminadas por elementos da ideologia burguesa. No entanto, acadêmicos como Losurdo e outros demonstraram com notável erudição que os comunistas estão na vanguarda dessas lutas de classes para superar a dominação patriarcal, a subordinação imperialista e o racismo, indo às próprias raízes desses problemas, ou seja, as relações sociais capitalistas.

A política identitária, tal como se desenvolveu nos principais países imperialistas e particularmente nos Estados Unidos, procurou enterrar essa história para se apresentar como uma forma radicalmente nova de consciência, como se os comunistas nem sequer tivessem pensado na questão da mulher, ou na questão nacional/racial. Os teóricos do identitarismo tendem, portanto, a afirmar de forma arrogante e ignorante que eles são os primeiros a abordar tais questões, superando assim um pretense determinismo econômico levado a cabo por parte dos chamados marxistas reducionistas vulgares¹¹. Em vez de reconhecer essas questões como instâncias da luta de classes, eles tendem a usar a política identitária como uma cunha contra a classismo. Quando fazem algum gesto no sentido de integrar o conceito de classe a suas análises, geralmente reduzem-no a uma questão de identidade pessoal, em vez de relação estrutural de propriedade. As soluções que apresentam tendem, portanto, a ser epifenomenais, o que significa que se concentram em questões de representação e simbolismo, em vez de, por exemplo, buscarem a superação das relações laborais da escravidão doméstica e da superexploração racializada por meio de uma transformação socialista da ordem socioeconômica. Os identitaristas são, portanto, incapazes de conduzir a mudanças significativas e perenes porque não vão à raiz do problema. Como Adolph Reed Jr. tem frequentemente argumentado, com seu humor mordaz característico, eles ficam plenamente satisfeitos em manter as relações de classe existentes — incluindo as relações imperialistas entre nações, eu acrescentaria —, desde que exista a proporção necessária de representação dos grupos oprimidos no seio da classe dominante e do estrato gerencial.

Além de ajudar a deslocar a política e a análise de classe no campo da esquerda ocidental, as políticas identitárias deram uma grande contribuição para dividir a própria esquerda em debates isolados em torno de questões específicas de identidade. Ao invés de favorecer a unidade de classe contra um inimigo comum, ela divide — e conquista — as pessoas trabalhadoras e oprimidas, encorajando-as a identificarem-se, antes de mais nada, como membros de gêneros, sexualidades, raças, nações, etnias, grupos religiosos específicos. A esse respeito, a ideologia da política identitária é na verdade, num nível muito mais profundo, uma política de classe. É a política de uma burguesia que visa dividir os povos trabalhadores e oprimidos do mundo, a fim de governá-los mais facilmente. Não deveria surpreender, portanto, que essa seja a política de governo para o estrato da classe gestora profissional [*professional managerial class stratum*] no núcleo imperial. Ela domina as instituições e meios de comunicação e é um dos principais mecanismos de progressão de carreira no âmbito daquilo que Reed chama perspicazmente de *diversity industry* (indústria da diversidade). Ela encoraja cada envolvido a identificar-se com o seu grupo específico e a promover

¹¹ Ver, por exemplo, as críticas que faço a Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (Rockhill, 2021).

seu próprio interesse individual, fazendo-se passar pelo representante privilegiado do grupo. Devemos notar, além disso, que o “wokeísmo”¹² também tem o efeito de atirar algumas pessoas aos braços da direita. Se a cultura política dominante encoraja uma mentalidade de clã combinada com o individualismo competitivo, então não é surpreendente que os homens e as pessoas brancas também estejam — como resposta parcial à sua percepção de privação de direitos pela indústria da diversidade — promovendo agendas específicas na condição de “vítimas” do sistema. A política identitária desprovida de uma análise de classe é, portanto, absolutamente passível de conversões à direita e até mesmo ao fascismo.

Finalmente, eu seria negligente se não mencionasse que a política identitária, que tem as suas raízes ideológicas recentes na Nova Esquerda (New Left) e no chauvinismo social que Lênin tinha anteriormente diagnosticado na esquerda europeia, é uma das principais ferramentas ideológicas do imperialismo. A estratégia de dividir para conquistar tem sido usada para fragmentar países, promovendo conflitos religiosos, étnicos, nacionais, raciais ou de gênero¹³. A política identitária também serviu como justificativa direta para intervenções e ingerências imperialistas, bem como para campanhas de desestabilização, seja pelo apoio às supostas causas da libertação das mulheres no Afeganistão, dos *rappers* negros “discriminados” em Cuba, dos candidatos indígenas supostamente “ecossocialistas” na América Latina, da “proteção” das minorias étnicas na China ou de outras operações de propaganda bem conhecidas nas quais o império dos EUA se apresenta como o benevolente defensor das identidades oprimidas. Aqui podemos ver claramente a completa desconexão entre as políticas puramente simbólicas de identidade e a realidade material das lutas de classes, na medida em que as primeiras podem fornecer — e fornecem — uma fina cobertura para o imperialismo. Também nesse nível, então, a política identitária é, em última análise, uma política de classe: uma política da classe dominante imperialista.

ZD: O filósofo Slavoj Žižek é um acadêmico que tem tido ampla influência global nos atuais círculos acadêmicos de esquerda, e, claro, existem muitas controvérsias [a respeito dele]. Por que você o enxerga como um “bobo da corte capitalista” (Rockhill, 2023a)?

GR: Žižek é um produto da indústria da teoria imperial. Como salientou Michael Parenti, a realidade é radical, o que significa que os trabalhadores do mundo capitalista enfrentam lutas materiais muito reais por emprego, habitação, saúde, educação, ambiente sustentável, e assim por diante. Tudo isso tende a radicalizar as pessoas, e muitas gravitam em torno do marxismo porque este realmente explica o mundo em que elas vivem, as lutas que enfrentam, e apresentando-lhes soluções claras e viáveis. É por essa razão que o aparelho cultural capitalista tem de lidar com um interesse muito real no marxismo por parte das massas trabalhadoras e oprimidas. Uma tática que esse aparelho tem desenvolvido — especialmente para o público-alvo de jovens e membros do estrato da classe gestora profissional — é a promoção de uma versão altamente mercantilizada do marxismo, pervertendo-lhe sua substância fundamental. Tenta-se assim transformar o marxismo numa marca da moda para ser vendida como qualquer outra mercadoria, em lugar de reconhecê-lo como um arcabouço teórico e prático coletivo para a emancipação da sociedade orientada pelas mercadorias.

¹² N. do T.: *wokeism* é um neologismo usado normalmente de maneira pejorativa para se referir a movimentos que priorizam questões de identidade.

¹³ Gowans (2017) oferece vários e excelentes exemplos disso.

Žižek é perfeito para esse projeto de várias maneiras. Informante anticomunista nativo que cresceu na República Socialista Federativa da Iugoslávia (RSFI), ele afirma regu- larmente que a sua experiência subjetiva como intelectual pequeno-burguês que procurou a ascensão profissional no Ocidente lhe confere de alguma forma um direito especial de testemunhar a verdadeira natureza do socialismo. Histórias pessoais sobre sua experiência na RSFI substituem a análise objetiva. Não é de surpreender que, para um oportunista em busca de riqueza e glória, Žižek considere a sua pátria socialista inferior aos países capitalis- tas ocidentais que lhe proporcionaram tal ascensão — agora ele é reconhecido como um dos principais pensadores globais pela revista *Foreign Policy* (um braço virtual do Departamento de Estado dos EUA).

Žižek gaba-se abertamente do papel que desempenhou pessoalmente no desmante- lamento do socialismo na RSFI. Ele foi o principal colunista político de uma importante pu- blicação dissidente, *Mladina*, que o Partido Comunista Iugoslavo acusou de ser apoiada pela CIA. Ele também foi cofundador do Partido Liberal Democrata e concorreu como candidato presidencial daquele partido na primeira república separatista da Eslovênia, prometendo “aju- dar substancialmente na decomposição do aparato ideológico real-socialista do Estado [sic]” (Žižek, 2021). Perdendo as eleições por pequena margem, apoiou abertamente o Estado eslo- veno e o partido no poder após a restauração do capitalismo e, portanto, durante todo o pro- cesso brutal de terapia de choque capitalista que levou a um declínio catastrófico nos padrões de vida da maioria da população (mas não da vida dele — ah! ah! ah!). O partido pró-privatização que ele cofundou também estava claramente orientado para a integração no campo imperialista, uma vez que era o principal defensor da adesão à União Europeia e à Otan.

Vejo esse liberal do Leste Europeu como o bobo da corte do capitalismo porque ele transforma o marxismo em alvo de chacota, e é precisamente por isso que tem sido tão am- plamente promovido pelas forças dominantes da sociedade capitalista. Em vez de uma ciência coletiva de emancipação enraizada nas lutas materiais reais, o marxismo tal como ele o enten- de é, acima de tudo, um discurso provocativo de chicana intelectual que se resume à postura política pequeno-burguesa de um *enfant terrible* oportunista. Suas travessuras e seu *cosplay* de comunista encantam a burguesia e capturam a curta capacidade de atenção dos incultos. Ele é — como um bobo da corte — talentoso para provocar a irritação ou a risada das pessoas, o que na era digital se traduz facilmente em curtidas e cliques. Ele também é particularmente bom em vender os produtos de Hollywood e do aparelho cultural burguês em geral. O Rei Capital obviamente adora esse escroque, que encheu os bolsos durante o processo. Como qualquer bom bobo da corte, ele conhece os limites determinados pelo decoro cortesão e, em última análise, respeita-os, denegrindo o socialismo real, promovendo a acomodação capita- lista e, muitas vezes, até apoiando diretamente o imperialismo. Se ele é de fato “o intelectual mais perigoso” do mundo, como por vezes a imprensa burguesa o descreve, é porque põe em risco o projeto marxista de combater o imperialismo e de construir um mundo socialista.

Confirmando a bem conhecida relação entre ascensão objetiva e desvio subjetivo para a direita, Žižek tornou-se indiscutivelmente cada vez mais reacionário no seu apoio anticomunista ao imperialismo. Considere, por exemplo, o seu julgamento peremptório re- lativo aos atuais esforços para desafiar o neocolonialismo na África: “É claro que as revoltas ‘anticoloniais’ na África Central são ainda piores do que o neocolonialismo francês.” (Žižek, 2023b) Numa outra intervenção pública recente, ele deu nova demonstração notavelmente clara do tipo de revolução que apoia. Ao discutir as revoltas do verão de 2023 na França,



O filósofo esloveno Slavoj Žižek em palestra na Universidade de Brasília, 12 de março de 2013

na sequência do assassinato de Nahel Merzouk pela polícia, Žižek baseou-se na importante noção marxista — como frequentemente faz nas coisas coerentes que afirma — de que as revoltas fracassarão se não houver uma estratégia organizacional que possa levá-las à vitória. Ele então forneceu um exemplo de revolução bem-sucedida: “Os protestos públicos e as revoltas podem desempenhar um papel positivo se forem sustentados por uma visão emancipatória, como a revolta de Maidan de 2013-2014 na Ucrânia.” (Žižek, 2023a) Como amplamente documentado, a revolta de Maidan foi um golpe de Estado fascista fomentado e apoiado pela Segurança Nacional dos EUA¹⁴. Para Žižek, portanto, um golpe fascista apoiado pelo imperialismo, que Samir Amin chamou de “golpe euronazista”, é um “exemplo positivo de visão emancipatória” que levou a uma revolução bem-sucedida¹⁵. Essa sua posição, bem como o forte apoio que ele dá à guerra por procuração promovida pelos EUA e a Otan na Ucrânia, esclarece o que significa ser “o intelectual mais perigoso” do mundo: trata-se de um filofascista disfarçado de comunista.

ZD: Os Estados Unidos há muito são considerados pelo Ocidente como modelo de democracia liberal. No entanto, você considera que esse jamais foi uma democracia (Rockhill, 2017b). Poderia explicar seu ponto de vista?

GR: Objetivamente falando, os Estados Unidos nunca foram uma democracia. O país foi criado como uma república e os então chamados pais fundadores eram abertamente hostis à democracia. Isso é óbvio em *The federalist papers*, as notas tomadas na Convenção

¹⁴ Cf., por exemplo, Collon (2023).

¹⁵ Para Amin (2015, p. 23-36), a tríade organizou em Kiev aquilo a que se deveria chamar um “*putsch* euronazi”, e a retórica dos meios de comunicação ocidentais, segundo a qual as políticas da tríade visam promover a democracia, é simplesmente uma mentira.

A ideologia burguesa procura isolar a questão da liberdade de expressão das questões do poder e da propriedade, transformando-a assim num princípio abstrato que governa as ações de indivíduos isolados. Tal abordagem tenta excluir qualquer análise materialista dos meios de comunicação, além da importantíssima questão de identificar quem os detém e controla

Constitucional da Filadélfia, em 1787, nos documentos de fundação dos EUA e também na prática material de governança que foi originalmente estabelecida na colônia. Como todos sabem, a recém-criada república não concedeu direitos democráticos à população indígena dos Estados Unidos, referida como “os impiedosos índios selvagens” na “Declaração da Independência”, nem aos escravizados da África ou às mulheres (Grafton, 2000, p. 8; Dunbar-Ortiz, 2015; Smith, 2023). O mesmo vale para os trabalhadores brancos médios. A exemplo de outros estudiosos, Terry Bouton observou que a maioria dos homens brancos comuns não acreditava que a Revolução Americana resultara em governos cujo objetivo principal fosse o de realizar-lhes seus ideais e interesses — pelo contrário, estavam convencidos de que a elite revolucionária havia reconstruído o governo para beneficiar a si própria e minar a independência do cidadão comum (Bouton, 2007, p. 4). Afinal, a Convenção Constitucional não estabeleceu eleições populares diretas para a Presidência, a Suprema Corte ou o Senado. A única exceção foi a Câmara dos Deputados. No entanto, as qualificações do eleitorado foram definidas pelas legislaturas estaduais, que quase sempre exigiam a posse de propriedade como requisito para o direito ao voto. Não surpreende, portanto, que os críticos progressistas da época tenham chamado a atenção para esse fato. Patrick Henry afirmou categoricamente a respeito dos Estados Unidos: “Isto não é uma democracia!” (Ketcham, 2003, p. 199) George Mason descreveu a nova Constituição como a mais ousada tentativa de estabelecer uma aristocracia despótica entre homens livres que o mundo já testemunhou (Storing, 2008, p. 13).

Embora o termo *república* fosse amplamente utilizado para descrever os Estados Unidos naquela época, isso começou a mudar no final da década de 1820, quando Andrew Jackson — também conhecido como Indian Killer (assassino de índios), em razão de suas políticas genocidas — fez uma campanha presidencial populista. Ele se apresentou como democrata, isto é, um americano médio que poria fim ao governo dos patrícios de Massachusetts e Virgínia. Apesar de não terem implementado alterações estruturais no modo de governar, políticos como Jackson, outros membros da elite e seus gestores começaram a usar o termo *democracia* para descrever a república, dando a entender que esta servia aos

interesses do povo¹⁶. Essa tradição claramente perdurou: democracia é um eufemismo para domínio burguês oligárquico.

Ao mesmo tempo, houve dois séculos e meio de luta de classes nos Estados Unidos, e as forças democráticas frequentemente obtiveram da classe dominante concessões muito significativas. O universo das eleições foi ampliado para incluir o voto para o Senado e para a Presidência da República, embora o Colégio Eleitoral ainda não tenha sido abolido e os juízes da Suprema Corte sigam sendo nomeados vitaliciamente. O direito ao voto foi estendido a mulheres, afro-americanos e povos nativos. Essas são conquistas importantes que evidentemente devem ser defendidas, expandidas e tornadas mais substanciais através de reformas democráticas profundas em todo o processo eleitoral. Contudo, por mais importantes que sejam esses avanços democráticos, eles não alteraram fundamentalmente o sistema de domínio plutocrático.

Num estudo muito importante baseado na análise estatística de múltiplas variáveis, Martin Gilens e Benjamin Page demonstraram que as elites econômicas e os grupos organizados que representam interesses empresariais causam um substancial impacto na política governamental dos EUA, enquanto os cidadãos médios e os grupos de interesse de massa exercem influência reduzida ou nula (Gilens; Page, 2014, p. 564). Essa forma plutocrática de governo não opera apenas internamente, é claro, mas também internacionalmente. Os Estados Unidos vêm tentando impor a sua forma antidemocrática de governo empresarial sempre que possível. Entre o final da Segunda Guerra Mundial e 2014, de acordo com a investigação diligente de William Blum, os EUA esforçaram-se para derrubar mais de 50 governos estrangeiros, a maioria dos quais eleitos democraticamente (Blum, 2014). Os Estados Unidos são um império plutocrático, não uma democracia, em qualquer sentido significativo ou substantivo do termo.

Reconheço, claro, que expressões como *democracia burguesa*, *democracia formal* e *democracia liberal* são frequentemente utilizadas, por várias razões, para classificar essa forma de plutocracia. É também verdade, e vale a pena sublinhar, que a existência de certos direitos democráticos formais sob um regime plutocrático é uma grande vitória para os trabalhadores, cuja importância não deve de forma alguma ser minimizada. Em última análise, contudo, precisamos fazer uma avaliação dialética que dê conta da complexidade dos modos de governança, que nos Estados Unidos incluem o controle oligárquico do Estado e os importantes direitos que foram conquistados em decorrência da luta de classes.

ZD: Como você avalia a “liberdade de expressão” defendida pela burguesia? Essa liberdade de expressão” existe de fato no mundo burguês de hoje em dia?

GR: A ideologia burguesa procura isolar a questão da liberdade de expressão das questões do poder e da propriedade, transformando-a assim num princípio abstrato que governa as ações de indivíduos isolados. Tal abordagem tenta excluir qualquer análise materialista dos meios de comunicação, além da importantíssima questão de identificar quem os detém e controla. Assim, essa ideologia desloca todo o campo de análise da totalidade social para a relação abstrata entre princípios teóricos e atos isolados de discurso individual.

Uma das vantagens dessa tática é que o direito abstrato à liberdade de expressão pode

¹⁶ Embora com algumas ressalvas a esse quadro geral, apresento várias evidências empíricas dessas afirmações no terceiro capítulo do meu livro *Counter-history of the present* (Rockhill, 2017a).

Não esqueçamos que os próprios nazistas viam nos Estados Unidos a forma mais avançada de política de *apartheid* racial

ser concedido ao indivíduo justamente porque ele não tem o poder de ser ouvido. Essa é a condição da maioria das pessoas que vivem no mundo capitalista. Em princípio, elas podem expressar as suas opiniões individuais da forma que quiserem. Na realidade, porém, essas opiniões tornam-se em grande medida irrelevantes caso não correspondam aos pontos de vista que os proprietários dos meios de comunicação querem difundir. Simplesmente não será concedida nenhuma tribuna a elas. Dado que a classe dominante detém um poder tão

impressionante sobre os meios de comunicação que acabou por convencer muitas pessoas de que a censura não existe, tais opiniões podem até ser abertamente suprimidas ou proibidas, sem que o público em geral preste muita atenção a isso.

Quando posições estratégicas fora do *establishment* capitalista conseguem alcançar uma ampla audiência e começam a construir um poder real, nós sabemos o que a classe proprietária e o Estado burguês são capazes de fazer. Eles têm uma longa história de rejeição a todo e qualquer apelo à liberdade de expressão em nome da destruição dos seus inimigos de classe e de qualquer infraestrutura que apoie a livre circulação de ideias. Poderíamos citar como exemplos o Alien Act, a Lei de Sedição, os Ataques de Palmer, a Lei Smith, a Lei McCarran, a era McCarthy ou a “nova” Guerra Fria. Desde o início da operação militar especial russa na Ucrânia, o mundo teve uma lição prática a respeito do controle quase total da burguesia sobre os meios de comunicação nos Estados Unidos. Além da ampla censura no YouTube e nas redes sociais, aplicada particularmente ao *Russia Today* e ao *Sputnik*, todos os principais meios de comunicação marcharam em sincronia com o som da propaganda anti-Rússia e anti-China e do apoio inquestionável à guerra por procuração levada a cabo pelos EUA (embora mais recentemente alguns conservadores tenham visto aí uma oportunidade para de alguma forma se apresentar como contrários à guerra). O direito à liberdade de expressão defendido pela burguesia equivale à liberdade da classe dominante de possuir os meios de comunicação para decidir livremente quais pontos de vista são dignos de amplificação e extensa divulgação e quais devem ser marginalizados ou silenciados.

ZD: Você menciona em um de seus artigos que modos de governança fascistas são muito reais e se fazem presentes na então chamada “ordem mundial liberal” (Rockhill, 2020b). Por que pensa assim?

GR: Na pesquisa que fiz para um dos meus livros, provisoriamente intitulado *Fascism and the socialist solution* [fascismo e solução socialista], tenho desenvolvido um quadro explicativo que põe em cheque o paradigma dominante de “um Estado, um governo”. De acordo com a concepção hegemônica, a cada Estado — se este não estiver em guerra civil aberta — corresponderia somente um modo de governança num determinado momento. O problema desse modelo não dialético pode ser facilmente percebido nas chamadas democracias burguesas liberais do Ocidente, como os Estados Unidos.



Apoiadores do então presidente e candidato derrotado Donald Trump invadem o Capitólio, sede do Congresso dos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021, em uma tentativa frustrada de impedir a validação da vitória eleitoral de Joe Biden

Como eu documento num artigo sobre o tema, o governo dos EUA reabilitou dezenas de milhares de nazistas e fascistas na sequência da Segunda Guerra Mundial (Rockhill, 2020a). Muitos ganharam passagem segura para os Estados Unidos em virtude de operações como a Paperclip e foram integrados em programas científicos e de inteligência e em instituições militares (incluindo a Otan e a Nasa). Muitos outros foram incorporados a exércitos secretos em toda a Europa, bem como a redes de inteligência europeias e até mesmo a governos (como o marechal Badoglio na Itália)¹⁷. Outros, ainda, receberam passagens para a América Latina ou outras partes do mundo. No caso dos fascistas japoneses, foram em grande parte reconduzidos ao poder pela CIA. Assumiram o controle do Partido Liberal e transformaram-no num clube de direita para os antigos líderes do Japão imperial. Essa rede global de anticomunistas experientes, capacitados pelo império dos EUA, participou de guerras sujas, golpes de Estado, esforços de desestabilização política, sabotagens e campanhas terroristas. Se é verdade que o fascismo foi derrotado na Segunda Guerra Mundial, principalmente devido ao sacrifício monumental de cerca de 27 milhões de soviéticos e 20 milhões de chineses, não é de todo verdade que tenha sido eliminado, mesmo no seio das chamadas democracias liberais.

Poderíamos ficar tentados a dizer, como por vezes afirmam os especialistas liberais progressistas, que os Estados Unidos implementam formas fascistas de governança no estrangeiro mas mantêm a democracia no fronte interno. No entanto, isso não é exatamente verdade. A análise histórico-materialista, como argumentei em alguns dos meus trabalhos,

¹⁷ O marechal Badoglio, antigo colaborador de Benito Mussolini e responsável por terríveis crimes de guerra na Etiópia, foi autorizado a tornar-se o primeiro chefe de governo da Itália pós-fascista. Na zona liberta da Itália, o novo sistema assemelhava-se suspeitamente ao antigo e foi, por isso, considerado por muitos como um *fascismo senza Mussolini*, ou fascismo sem Mussolini (Pauwels, 2015, p. 119).

Trump encorajou as forças fascistas e as ações delas. É um supremacista branco ultranacionalista e um capitalista e imperialista radical (Foster, 2017). O fenômeno Trump é, no entanto, sintoma de uma crise maior na ordem imperialista

precisa sempre levar em conta três dimensões heurísticamente distintas: história, geografia e estratificação social. É importante, a esse respeito, examinar toda a população, e não apenas os indivíduos que pertencem ao mesmo segmento de classe que os especialistas liberais. Consideremos, por exemplo, os indígenas dos EUA. Sujeitos a uma política genocida de eliminação e depois sequestrados em reservas controladas e supervisionadas pelo Estado, muitos — especialmente os mais pobres — ainda são alvo do terror policial racista e lutam por direitos humanos e democráticos básicos (Dunbar-Ortiz, 2015). O mesmo se aplica a segmentos da população afro-americana pobre e da classe trabalhadora, bem como aos imigrantes. É assim que precisamos compreender a crítica incisiva de George Jackson aos Estados Unidos, a que ele chamou “o Quarto Reich” (Jackson, 1990, p. 9). Certas parcelas da população, os pobres racializados e a classe trabalhadora, que lutam pela sobrevivência, são muitas vezes governados principalmente por meio da repressão estatal e paraestatal, e não mediante um sistema de direitos e representação democráticos. Por que, então, presumiríamos que eles vivem numa democracia? Além disso, não esqueçamos que os próprios nazistas viam nos Estados Unidos a forma mais avançada de política de *apartheid* racial, usando-a explicitamente como modelo (Whitman, 2018).

O paradigma dos múltiplos modos de governança é dialético na medida em que atenta às dinâmicas de classe que operam na sociedade capitalista e ao fato de que vários segmentos da população não são governados de uma mesma forma. Os membros do estrato da classe gestora profissional nos Estados Unidos, por exemplo, gozam de certos direitos democráticos no sentido formal, e estes podem ser invocados com êxito em várias formas de luta de classes legal. Por outro lado, aqueles que estão sob a bota do capitalismo, na condição de população superexplorada, são muitas vezes governados de forma muito diferente, especialmente se começam a se organizar para retirar a bota de cima do pescoço, como no caso do Dragão (apelido de George Jackson). Eles são submetidos ao terror policial e à violência dos vigilantes, e seus supostos direitos são muitas vezes restringidos indiscriminadamente, como os 29 membros dos Panteras Negras e os 69 ativistas indígenas americanos mortos pelo FBI e pela polícia entre 1968 e 1976 (de acordo com os cálculos de Ward Churchill). Teóricos como Jackson, que passou a vida adulta na prisão e depois foi morto em circunstâncias suspeitas, não viram dificuldade em chamar a isso fascismo.

Para compreender como regimes de governo realmente funcionam sob o capitalismo, é importante adotar uma abordagem dialética refinada, que atente às diferentes mo-

dalidades do sistema. A chamada democracia liberal funciona como o “policial bonzinho” do capitalismo, prometendo direitos e representação a súditos submissos. É amplamente utilizado para governar a classe média e média-alta, bem como aqueles que aspiram chegar a esses estratos. O “policial malvado” do fascismo é lançado contra os segmentos pobres, racializados e descontentes da população, tanto internamente como no estrangeiro. É obviamente preferível ser governado pelo “policial bonzinho”, e a preservação e a expansão da democracia, ainda que de formas limitadas, são objetivos táticos dignos (particularmente quando diante do horror de uma completa tomada do aparelho de Estado pelos fascistas). Contudo, é estrategicamente importante reconhecer que — tal como no caso de um interrogatório policial — o “policial bonzinho” e o “policial malvado” trabalham juntos para o mesmo Estado e têm um objetivo em comum: manter, e até mesmo intensificar, as relações sociais capitalistas por meio da utilização da isca da democracia burguesa e do porrete do fascismo.

ZD: Muitas pessoas acreditam que a emergência do “fenômeno Trump” significa que o perigo do fascismo está aumentando. Qual a sua opinião sobre esse ponto de vista? Como vê o evento em que apoiadores do Trump invadiram o Capitólio, em 6 de janeiro de 2021?

GR: Trump encorajou as forças fascistas e as ações delas. É um supremacista branco ultranacionalista e um capitalista e imperialista radical (Foster, 2017). O fenômeno Trump é, no entanto, sintoma de uma crise maior na ordem imperialista. Devido ao desenvolvimento persistente de um mundo multipolar, à ascensão da China, aos fracassos do neoliberalismo financeirizado e ao declínio do poder dos principais Estados imperialistas, o fascismo está em ascensão em todo o mundo capitalista.

No contexto dos EUA, a campanha presidencial de Joe Biden para as eleições de 2020 foi em grande parte organizada em torno da ideia de que ele seria capaz de salvar o país do fascismo porque respeitaria a transferência pacífica de poder e o Estado democrático de direito. Claro que uma democracia burguesa é de longe preferível a uma ditadura fascista aberta, e a luta pela primeira e contra a última é de extrema importância. Por mais corrupta, disfuncional e mentirosa que a democracia burguesa tenda a ser, ela permite a certos setores da população uma importante margem de manobra para organização, educação política e construção de poder. No entanto, é um grave erro presumir que o Partido Democrata dos Estados Unidos é um baluarte contra o fascismo. Ao assumir o cargo, Biden não tomou medidas imediatas para prender Trump por sedição, e os fascistas da base geralmente têm sido tratados com luvas de pelica (muito poucos foram acusados de sedição, e várias das sentenças foram excepcionalmente leves). Só agora, anos após o acontecimento — e na preparação propagandística das eleições presidenciais de 2024 —, é que alguns dos conspiradores enfrentam condenações à prisão e o próprio Trump está sendo processado em diversas frentes. Além disso, a administração Biden não tomou medidas sérias para reverter o Estado policial dos EUA, a violência policial racista e o sistema de encarceramento em massa (que ele mesmo ajudou a construir), nem tomou medidas significativas para desmantelar organizações e milícias fascistas. Embora Joe Biden não tenha apoiado abertamente movimentos fascistas locais — ao contrário de Trump —, o que é claramente positivo, sua equipe tem seguido a agenda imperialista dos EUA e apoiado agressivamente o crescimento do fascismo em países como a Ucrânia (Rockhill, 2022b).

Reprodução



Os programas de rádio *The Alex Jones Show* (acima) e de TV *Tucker Carlson Tonight* (dir.), alinhados com a extrema direita estadunidense, alimentam narrativas conspiratórias pró-Trump



No que diz respeito à tomada do Capitólio, não constituiu simplesmente uma revolta espontânea contra a eleição de Joe Biden. Como afirmei num artigo sobre o tema, ela foi apoiada por um segmento da classe dominante capitalista, e os mais altos níveis do governo dos EUA permitiram que acontecesse (Rockhill, 2022a). A herdeira do supermercado Publix, Julie Jenkins Fancelli, forneceu cerca de US\$ 300 mil para o comício Stop the Steal (chega de roubo). O círculo familiar de Trump também esteve diretamente envolvido no financiamento do protesto: mais de US\$ 4,3 milhões foram angariados e doados aos organizadores da invasão (Massoglia, 2021). Longe de ser um movimento popular, o Seis de Janeiro foi uma operação secretamente patrocinada por ricos. Além disso, há sinais muito claros de que o alto-comando dos serviços de inteligência, os militares e a polícia permitiram — para dizer o mínimo — que o Capitólio fosse invadido. Qualquer pessoa familiarizada com as medidas de segurança draconianas utilizadas contra protestos progressistas no Capitólio reconheceu isso imediatamente, com base apenas nas imagens de vídeo e no fato de apenas um quinto da Polícia do Capitólio estar de serviço naquele dia, além de se encontrar mal equipada para o tão aguardado motim. Sabemos agora que o alto-comando do Exército foi diretamente responsável pelo atraso no envio da Guarda Nacional, e os agentes do Departamento de Segurança Interna em prontidão perto do Capitólio não foram mobilizados. Tudo isso e muito mais apontam para a cumplicidade dos mais altos níveis do governo dos EUA com o saque do Capitólio.

Para quem estuda ou estudou seriamente a extensa história das operações psicológicas levadas a cabo pela Segurança Nacional dos EUA, existem elementos do Seis de Janeiro que se sobrepõem a ela. Para ser claro, isso não significa que tenha sido uma conspiração no sentido idiota propagado pelos meios de comunicação burgueses, de que as pessoas que invadiram

o Capitólio estavam todas igualmente envolvidas ou conscientes do processo [*were all in on it*], ou que se tratava de atores pagos, ou algo absurdo desse tipo. Essas operações são realizadas com base no princípio do “conhecimento necessário”, o que significa que, em condições normais, apenas algumas pessoas no topo da cadeia de comando são cúmplices conscientes. Abaixo delas, há muitos que agem inconscientemente e por conta própria. Tal situação cria um elevado nível de imprevisibilidade e, portanto, promove a desejada aparência de uma ação espontânea vinda de baixo, o que dá cobertura aos tomadores de decisão no topo.

É preciso saber muito mais sobre os elementos da elite envolvidos no financiamento, promoção e permissão da tomada do Capitólio. Até que mais informações estejam disponíveis, como provavelmente acontecerá com o passar do tempo, por enquanto sabemos que foi um evento extremamente útil para a administração Biden. A tomada do Capitólio permitiu que Sleepy Joe¹⁸ chegasse ao poder ostentando a surpreendente auréola de “salvador da democracia”, o que forneceu uma cobertura muito tênue para os seus movimentos à direita e em prol da guerra permanente da classe dominante contra os trabalhadores. Trump foi reabilitado quase imediatamente, em vez de ser preso. Os fantoches midiáticos da administração dele — pessoas como Tucker Carlson e Alex Jones — ajudaram a construir uma narrativa confusa, segundo a qual Trump e os seus seguidores teriam sido vítimas de uma terrível conspiração governamental. Apresentando-se como um renegado amante da liberdade em oposição ao Big Government (grande governo), ele se preparou para outra candidatura presidencial no papel de suposto *outsider*. Não está claro até onde irão os atuais processos contra Trump, mas o *timing* é altamente suspeito, uma vez que eles surgem três anos após a invasão, num momento em que as próximas eleições presidenciais estão batendo na porta e teremos outro disputado confronto direto entre dois candidatos imperialistas.

ZD: Pensando na esquerda global, como deveríamos resistir à hegemonia ideológica da burguesia? Que tipo de teoria revolucionária deveríamos construir?

GR: No mundo capitalista, a hegemonia ideológica da burguesia é mantida pelo impressionante controle que ela exerce sobre os aparelhos culturais, ou seja, todo o sistema de produção, distribuição e consumo de cultura. MacLeod (2019) observou que apenas cinco gigantescas corporações controlam mais de 90% do que os EUA leem, assistem ou ouvem. Essas megacorporações trabalham em estreita colaboração com o governo estadunidense, conforme discutimos brevemente acima. Em linhas gerais, o objetivo dessas corporações já foi claramente declarado pelo diretor da CIA, William Casey, durante a primeira reunião com sua equipe, em 1981: “Só saberemos que nosso programa de desinformação foi concluído quando tudo em que o público dos EUA acreditar for falso” (Brasunas, 2023).

Essas são as condições objetivas do conflito ideológico num país como os Estados Unidos. É, portanto, ingênuo acreditar que basta desenvolver uma análise correta e compartilhar nossos pontos de vista individuais, convencendo as pessoas com base em diálogos e argumentos racionais. Para termos alguma força real, precisamos trabalhar coletivamente e encontrar maneiras de alavancar o poder a nosso favor. No livro em que estou atualmente trabalhando em parceria com Jennifer Ponce de León, que examina a cultura como campo de luta de classes, nós distinguimos heurísticamente três táticas.

¹⁸ N. do T.: Sleepy Joe, ou Joe Dorminhoco, é uma forma pejorativa de se referir ao presidente dos EUA, Joe Biden, que, dada a sua idade avançada, teria sido flagrado cochilando em pelo menos um evento público.

Longe de ser uma doutrina imutável, o marxismo é o que Losurdo chamou de processo de aprendizagem que muda com o tempo. Há muito trabalho a ser feito nessa frente. Para destacar três das questões mais prementes, precisamos desenvolver ainda mais uma teoria revolucionária capaz de compreender e pôr fim ao fascismo, à guerra mundial e ao colapso ecológico

outros, que o marxismo é criativo e precisa ser regularmente adaptado a novas situações (Enfu, 2021). Longe de ser uma doutrina imutável, o marxismo é o que Losurdo chamou de processo de aprendizagem que muda com o tempo. Há muito trabalho a ser feito nessa frente. Para destacar três das questões mais prementes, precisamos desenvolver ainda mais uma teoria revolucionária capaz de compreender e pôr fim ao fascismo, à guerra mundial e ao colapso ecológico²⁰. Uma vez que vivo e me organizo no núcleo imperial, acrescento que também é essencial desenvolver a teoria e a prática revolucionárias nesta região específica, que até agora tem sido imune a ações de tomada do poder estatal.

¹⁹ Site: <criticaltheoryworkshop.com>.

²⁰ Um dos marxistas mais importantes dos Estados Unidos, John Bellamy Foster, tem feito um trabalho extremamente importante nessas três frentes.

Primeiro, a tática do cavalo de Troia, que consiste em usar o aparelho cultural burguês contra ele mesmo, tirando vantagem da sua extraordinária infraestrutura para contrabandear — e portanto disseminar amplamente — mensagens contra-hegemônicas (Boots Riley é um belo exemplo de sucesso nisso). A segunda importante tática é o desenvolvimento de um aparelho alternativo para a produção, circulação e recepção de ideias. Existem muitas tentativas importantes em curso nessa frente, desde meios de comunicação e publicações alternativos até plataformas educativas, espaços culturais, redes de ativistas e centros comunitários. Ponce de León e eu estamos envolvidos no Critical Theory Workshop/Atelier de Théorie Critique, que se dedica a esse tipo de trabalho¹⁹. Finalmente, existem os aparelhos socialistas que foram desenvolvidos em países que retiraram o poder da burguesia. As notícias, a informação e a cultura que eles produzem proporcionam uma alternativa real ao aparelho cultural capitalista. Para citar apenas dois grandes exemplos no Hemisfério Ocidental, a Prensa Latina, em Cuba, e a Telesur, na Venezuela, vêm realizando um trabalho importantíssimo.

Quanto ao tipo de teoria revolucionária de que necessitamos, concordo plenamente com Cheng Enfu. Ele argumenta de forma convincente, seguindo e desenvolvendo o trabalho de muitos

No geral, a teoria revolucionária mais relevante é aquela que auxilia na complicada e difícil tarefa de construir o socialismo. Muitas surpresas apareceram e muito se aprendeu desde 1917. A situação global parece ser hoje muito diferente da experimentada no apogeu da Terceira Internacional ou durante a chamada Guerra Fria. Países socialistas vêm trabalhando em conjunto com países capitalistas empenhados no desenvolvimento nacional a fim de construir novas estruturas internacionais que resistam à ordem mundial imperial (Brics+, Iniciativa Cinturão e Rota, Organização de Cooperação de Xangai, Asean etc.). As recentes revoltas na África Ocidental e Central desafiam o regime neocolonial francês na região e o aprisionamento imposto pelo imperialismo ocidental. Compreender e fazer avançar essas e outras lutas pela libertação anticolonial e em favor do mundo multipolar emergente é uma tarefa vital não apenas teórica mas também prática. Ao mesmo tempo, é da maior importância elucidar como a contestação da ordem mundial imperialista e o desenvolvimento da multipolaridade podem ser trampolins para a expansão do projeto socialista. Essa é uma das questões mais prementes dos nossos dias.

* Diretor-executivo do Critical Theory Workshop/Atelier de Théorie Critique e professor de Filosofia na Universidade de Villanova (Pensilvânia). Atualmente está concluindo o seu quinto livro individual, *The intellectual world war: Marxism versus the imperial theory industry* [a guerra mundial intelectual: o marxismo contra a indústria da teoria imperial], a ser publicado pela Monthly Review Press.

** Pesquisador assistente do Instituto de Marxismo da Academia Chinesa de Ciências Sociais e editor da revista *World Socialism Studies*.

Tradução gentilmente realizada pelo prof. Cristhiano Duarte (University of Leeds/International Institute of Physics, Natal - Brazil), membro do Conselho Editorial de *Princípios*. Revisão de Ramiro Torres.

A versão em inglês a partir da qual foi realizada esta tradução pode ser encontrada em: <<https://monthlyreview.org/2023/12/01/imperialist-propaganda-and-the-ideology-of-the-western-left-intelligentsia>>.

► Texto recebido em 8 de janeiro de 2024; aprovado em 28 de fevereiro de 2024.

- AGEE, Philip; Wolf, Louis (Ed.). **Dirty work**: The CIA in Western Europe, 1st ed. Dorset: Dorset Press, 1978.
- ALFORD, Matthew; Secker, Tom. **National Security cinema**: the shocking new evidence of government control in Hollywood create space independent publishing platform, 2017.
- AMIN, Samir. Contemporary imperialism. **Monthly Review**, v. 67, n. 3, July-August 2015.
- BARAHONA, Tita. Judith Butler, la pope del “feminismo” postmoderno, y su apoyo al capitalismo yanqui. **Canarias-Semanal**, April 7, 2022.
- BECKER, Richard Palestine, Israel and the U.S. Empire. San Francisco: **PSL Publications**, 2009.
- BERNSTEIN, Carl. The CIA and the media. **Rolling Stone**, October 20, 1977.
- BLUM, William. **Killing hope**: U.S. military and CIA interventions since World War II. London: Zed Books, 2014.
- BOUTON, Terry. **Taming democracy**: the people, the founders, and the troubled ending of the American Revolution. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- BRASUNAS, Tony. **Is the CIA trying to deceive all Americans?**. February 9, 2023. Disponível em: <<https://tonybrasunas.com/did-cia-director-william-casey>>.
- CAPOTE, Raúl Antonio. **Enemigo**. Madrid: Akal, 2015.
- CHARPIER, Frédéric. **La CIA en France**: 60 ans d'ingérence dans les affaires françaises. Paris: Editions du Seuil, 2008.
- CHOMSKY, Noam et al. **The Cold War and the university**. New York: The New Press, 1997.
- CLINE, Ray S. **Secrets, spies, and scholars**. Washington, DC: Acropolis, 1976.
- COLEMAN, Peter. **The liberal conspiracy**: the Congress for Cultural Freedom and the struggle for the mind of postwar Europe. New York: The Free Press, 1989.
- COLLON, Michel; TEST MEDIA INTERNATIONAL. **Ukraine**: la guerre des images. Brussels: Investig'Action, 2023.
- CREWDSON, John M. Worldwide propaganda network built by the CIA. **New York Times**, December 26, 1977.
- DIAMOND, Sigmund. **Compromised campus**: the collaboration of universities with the intelligence community, 1945-1955. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, **France**: defection of the leftist intellectuals. Central Intelligence Agency, December 1, 1985.
- DUNBAR-ORTIZ, Roxanne. **An indigenous peoples' history of the United States**. Boston: Beacon Press, 2015.
- ENFU, Cheng. **China's economic dialectic**. New York: International Publishers, 2021.
- FOSTER, John Bellamy. **Trump in the White House**: tragedy and farce. New York: Monthly Review Press, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits 1954-1988**. Paris: Éditions Gallimard, 1994. v. 1.
- FRANCOVICH, Allan. **CIA documentary**: on company business [1980]. 175 min. YouTube, June 9, 2017. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=ZyRUlnSayQE>.
- FRASER, Nancy. Capitalism's crisis of care. **Dissent**, v. 63, n. 4, Fall 2016.
- GANSER, Daniele. **NATO's secret armies**. New York: Routledge, 2004.
- GILENS Martin; Page, Benjamin I. Testing theories of American politics: elites, interest groups, and average citizens. **Perspectives on Politics**, v. 12, n. 3, September 2014.
- GOWANS, Stephen. **Washington's long war on Syria**. Montreal: Baraka Books, 2017.
- GRAFTON, John (Ed.). **The Declaration of Independence and other great documents of American history 1775-1865**. Mineola, New York: Dover, 2000.
- GRÉMION, Pierre. **Intelligence de l'anticommunisme**: le Congrès pour la Liberté de la Culture à Paris, 1950-1975. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1995.
- GREENEWALD, John. CIA MKULTRA/Mind Control Collection. **The Black Vault**, September 1, 2019. Disponível em: <www.theblackvault.com/documentarchive/cia-mkultra-collection>.

- HABERMAS, Jürgen **The new conservatism**: cultural criticism and the historians' debate. Cambridge: MIT Press, 1990.
- JACKSON, George L. **Blood in my eye**. Baltimore: Black Classic Press, 1990.
- JEFFRIES, Stuart. **Grand Hotel abyss**: the lives of the Frankfurt School. London: Verso, 2016.
- JOHN Stockwell, **The praetorian guard**: the U.S. role in the new world order. Boston: South End Press, 1991.
- KATZ, Barry M. **Foreign intelligence**: research and analysis in the office of strategic services, 1942-1945. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- KETCHAM, Ralph Louis (Ed.). **The anti-federalist papers and the Constitutional Convention debates**. New York: Signet, 2003.
- KRAUSHAAR, Wolfgang (Ed.). **Frankfurter Schule und Studentenbewegung**: von der Flaschenpost zum Molotowcocktail 1946-1995. Hamburg: Rogner and Bernhard GmbH and Co. Verlags KG, 1998. v. 1.
- LASHMAR, Paul; Oliver, James. **Britain's secret propaganda war**: 1948-1977. Phoenix Mill, UK: Sutton Publishing Limited, 1998.
- LEVINE, Yasha. **Surveillance valley**. New York: Public Affairs, 2018.
- MACLEOD, Alan. Meet the ex-CIA agents deciding Facebook's content policy. **MintPress News**, July 12, 2022a.
- _____. National Security search engine: Google's ranks are filled with CIA agents. **MintPress News**, July 25, 2022b.
- _____. The Federal Bureau of tweets: Twitter is hiring an alarming number of FBI agents. **MintPress News**, June 21, 2022c.
- _____. The NATO to TikTok pipeline: why is TikTok employing so many National Security agents?. **MintPress News**, April 29, 2022d.
- _____. (Ed.). **Propaganda in the information age**: still manufacturing consent. New York: Routledge, 2019.
- MARCHETTI, Victor; Marks, John D. **The CIA and the cult of intelligence**. New York: Dell Publishing Co., 1974.
- MASSOGLIA, Anna. Details of the money behind Jan. 6 protests continue to emerge. **OpenSecrets News**, October 25, 2021.
- MÜLLER, Tim B. **Krieger und Gelehrte**: Herbert Marcuse und die Denksysteme im kalten Krieg. Hamburg: Hamburger Edition, 2010.
- NEUMANN, Franz et al. **Secret reports on nazi Germany**: the Frankfurt School contribution to the war effort. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- NORTON, Ben. **Postmodern philosopher Judith Butler repeatedly donated to "top cop" Kamala Harris**. December 18, 2019. Disponível em: <<https://bennorton.com/judith-butler-kamala-harris-donations>>.
- PAUWELS, Jacques R. **The myth of the good war**. Toronto: Lorimer, 2015.
- PEPPER, William F. **The plot to kill king**. New York: Skyhorse, 2018.
- ROCKHILL, Gabriel. Capitalism's court jester: Slavoj Žižek. **CounterPunch**, January 2, 2023a.
- _____. **Counter-history of the present**: untimely interrogations into globalization, technology, democracy. Durham: Duke University Press, 2017a.
- _____. **Critical and revolutionary theory**: for the reinvention of critique in the age of ideological realignment. in domination and emancipation: remaking critique. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, 2021.
- _____. Foucault: the faux radical. **Los Angeles Review of Books**, October 12, 2020a. Disponível em: <<https://thephilosophicalsalon.com/foucault-the-faux-radical>>.
- _____. Lessons from January 6th: an inside job. **CounterPunch**, February 18, 2022a.
- _____. Liberalism and fascism: the good cop and bad cop of capitalism. **Black Agenda Report**, October 21, 2020b. Disponível em: <www.blackagendareport.com/liberalism-fascism-good-cop-bad-cop-capitalism>.
- _____. Nazis in Ukraine: seeing through the fog of the information war. **Liberation News**, March 31, 2022b.
- _____. **Radical history and the politics of art**. New York: Columbia University Press, 2014a.

_____. The CIA and the Frankfurt School's anti-communism. **Los Angeles Review of Books**, June 27, 2022c. Disponível em: <<https://thephilosophicalsalon.com/the-cia-the-frankfurt-schools-anti-communism>>.

_____. The myth of 1968 thought and the French intelligentsia. **Monthly Review**, v. 75, n. 2, June 2023b, p. 19-49.

_____. The U.S. did not defeat fascism in WWII, it discretely internationalized it. **CounterPunch**, October 16, 2020c.

_____. The U.S. Is not a democracy, it never was. **CounterPunch**, December 13, 2017b.

RODNEY, Walter. **Decolonial Marxism**: essays from the Pan-African revolution. London: Verso, 2022.

_____. **Radical history and the politics of art**. New York: Columbia University Press, 2014.

_____. **The Russian Revolution**: a view from the Third World. London: Verso, 2018.

SAUNDERS, Frances Stonor. **The cultural Cold War**. New York: The New Press, 2000.

SCOTT-SMITH, Giles. **The politics of apolitical culture**: The Congress for Cultural Freedom, the CIA and post-war American hegemony. New York: Routledge, 2002.

SIMPSON, Christopher. **Science of coercion**: communication research and psychological warfare, 1945-1960. Oxford: Oxford University Press, 1996.

SMITH, David Michael. **Endless holocausts**. New York: Monthly Review Press, 2023.

STORING, Herbert J. (Ed.). **The complete anti-federalist**. Chicago: University of Chicago Press, 2008. v. 2.

TASK FORCE ON GREATER CIA OPENNESS. **Memorandum for director of central intelligence**, Task Force Report on Greater CIA Openness, December 20, 1991.

WHITMAN, James Q. **Hitler's American model**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

WILFORD, Hugh. **The mighty Wurlitzer**: how the CIA played America. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. **1990 election debate in Slovenia**: first round. 9 min. YouTube, May 18, 2021. Disponível em: <youtube.com/watch?v=942h8enHCZs>.

_____. **The left must embrace law and order**. **New Statesman**, July 4, 2023a.

_____. Why the west will keep losing in Africa: neocolonialism is giving birth to a wretched authoritarianism. **New Statesman**, September 4, 2023b.

Deus, pátria e família

Similaridades conjunturais e retórica conservadora durante os Factory Acts, a era Vargas e a ascensão do bolsonarismo no Brasil

God, homeland and family

Conjunctural similarities and conservative rhetoric during the Factory Acts, the Vargas era and the rise of Bolsonaroism in Brazil

wander Luis de melo cruz*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.009>

Wikimedia Commons



À esquerda, sessão doutrinária realizada no Brasil pela Ação Integralista na década de 1930. Encabeça as mensagens o lema “Deus, pátria e família”. O mesmo lema comparece nas manifestações da extrema-direita bolsonarista nos últimos anos (foto abaixo)

Sergio Lima / Poder 360



RESUMO

As interpretações sobre a ascensão de grupos conservadores que levaram Jair M. Bolsonaro à Presidência da República Federativa do Brasil têm sido motivo de controvérsias na imprensa especializada e entre intelectuais. Neste artigo, sustentamos a tese de que o materialismo histórico, com as lutas de classes como motor do processo histórico, ainda oferece o melhor sistema teórico econômico e social para compreendermos a crise política no Brasil. Para respaldar nosso argumento de que a tipologia dos conflitos atuais não é algo endêmico da realidade brasileira nem essencialmente “novo”, analisamos eventos de conflito de classes em dois recortes históricos distintos: os Factory Acts (leis fabris), no século XIX, na Inglaterra; e a era Vargas, entre os anos de 1930 e 1954 no Brasil. Em ambos os casos, destacamos eventos em que as práticas burguesas foram muito similares — às vezes idênticas — às vivenciadas no Brasil pré e pós-impeachment de Dilma Rousseff, incluindo as práticas antidemocráticas e o apelo a slogans como “Deus, pátria e família”.

Palavras-chave: Crise política no Brasil. “Deus, pátria e família”. Factory Acts. Era Vargas. Bolsonarismo.

ABSTRACT

Interpretations of the rise of conservative groups that led Jair M. Bolsonaro to the Presidency of the Federative Republic of Brazil have been the subject of controversy in the specialized press and among intellectuals. In this article, we support the thesis that historical materialism, with its concept of class struggles as the engine of the historical process, still offers the best economic and social theoretical system to understand the political crisis in Brazil. To support our argument that the typology of current conflicts is not something endemic to the Brazilian reality, nor is it essentially “new”, we analyze events of class conflicts in two different historical cuts: the Factory Acts, in the 19th century England; and the Vargas era, between 1930 and 1954 in Brazil. In both cases, we highlight events in which bourgeois practices were very similar — sometimes identical — to those experienced in Brazil before and after Dilma Rousseff’s impeachment, including anti-democratic practices and the appeal to slogans such as “God, homeland and family”.

Keywords: Political crisis in Brazil. “God, homeland and family”. Factory Acts. Vargas era. Bolsonarism.

1. INTRODUÇÃO

A segunda década do século XXI trouxe novamente à evidência movimentos fortemente conservadores em muitos países — como nos casos dos Estados Unidos, da França, da Itália, da Argentina —, fenômeno que não era visto desde o final da Guerra Fria. A eleição de políticos conservadores, o fortalecimento da xenofobia na Europa e nos Estados Unidos e a explosão de denúncias de racismo e homofobia estampavam as páginas dos principais jornais dos países ocidentais. Porém, certamente em pouquíssimos lugares do mundo essa guinada reacionária ganhou mais força do que no Brasil.

Diante desse contexto, no Brasil, grupos conservadores das igrejas cristãs enalteciam o armamento; houve casos de militares e policiais que ameaçaram insubordinar-se; alguns juízes e procuradores tentaram manipular o ambiente político para influenciar os resultados das eleições; setores da imprensa tradicional colaboraram com a difusão de notícias falsas; no campo, fiscais e ambientalistas eram constantemente ameaçados e, em alguns casos, até mesmo assassinados. Em meio a esse caos conjuntural, o governo facilitou o acesso ao porte de armas de fogo. E se engana quem pensa que os adeptos desse movimento perenticiam essencialmente a estratos da burguesia nacional; muitos pobres aderiram à onda conservadora, sobretudo pela grande influência das igrejas neopentecostais nas periferias das médias e grandes cidades do Brasil. Muitos caminhoneiros também se tornaram simpatizantes de movimentos reacionários. Entre os anos de 2016 e 2022, não era nada difícil encontrarmos pelas rodovias veículos com o slogan “Deus, pátria e família”, que se tornou uma das “marcas” do bolsonarismo no Brasil.

Nesse quadro de efervescência política, com grandes embates políticos em redes sociais, nas famílias, nas empresas, nas escolas e nas universidades, várias interpretações emergiram entre intelectuais, jornalistas e analistas políticos. Algumas análises eram originais e bem elaboradas, enquanto outras eram mais simplórias — e, infelizmente, mais difundidas —, compondo o quadro de reflexões sobre o que estava ocorrendo no país.

A interpretação de que o Brasil estaria vivendo uma subespécie de fascismo (neofascismo) é talvez a mais difusa e grosseiramente replicada. É bem comum a esquerda brasileira acusar a direita bolsonarista de (neo)fascismo, como fazem, por exemplo, Barroco (2022) e Boito Jr. (2023)¹. No Brasil, assim como ocorre nos Estados Unidos, muitos intelectuais são tentados a definir como “fascista” qualquer movimento conservador ou prática autoritária de governos reacionários. O filósofo Gianni Fresu² nos lembra que o fascismo é um fenômeno tipicamente italiano, nascido de causas precisas, devidas à profundidade da crise europeia antes e depois da Primeira Guerra Mundial (Fresu, 2017). Contudo, evidentemente, a influência do fenômeno vai bem além daquela realidade histórica e geográfica. Apesar de algumas práticas e atos simbólicos do bolsonarismo remeterem ao fascismo — e também a outros movimentos conservadores, como o nazismo —, há grandes diferenças estruturais, históricas e metodológicas entre ele e o regime político característico da Itália na primeira metade do século XX. Em nosso entendimento, caracterizar o governo de

¹ Boito Jr. (2023), apesar de recorrer ao termo *neofascista* para caracterizar o bolsonarismo, admite a existência de controvérsias sobre o uso do termo.

² Gianni Fresu é doutor em pesquisa filosófica (sob orientação de Domenico Losurdo) pela Università degli Studi di Urbino Carlo Bo, e presidente da International Gramsci Society Brasil. Atualmente, é professor de Filosofia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Jair Bolsonaro como (neo)fascista mais ofusca do que favorece a compreensão das suas particularidades.

Diegues (2022), em seu *O ovo da serpente* — livro em que narra os eventos que foram a base para a ascensão de Bolsonaro —, entende que no Brasil emergiu uma nova direita, composta por estratos sociais distintos, os quais tipificavam as particularidades do bolsonarismo.

Outro autor que se dedicou a buscar compreender essa guinada à direita no Brasil contemporâneo foi o sociólogo Jessé Souza (2015; 2019). O autor do bem-sucedido livro *A elite do atraso* (Souza, 2019) sustenta a tese de que o comportamento truculento, preconceituoso e antinacional da elite brasileira é produto essencialmente do passado escravocrata do país. O mesmo autor, influenciado pela sociologia weberiana e pela noção de capital cultural do sociólogo francês Pierre Bourdieu, afirma que para compreender os conflitos de classe no Brasil atual é necessário abandonar a noção de luta de classes tal como é apresentada por Karl Marx e pelos marxistas, pois a considera “simplista” e “economicista” (Souza, 2019, p. 90, 93). O mesmo autor também não é simpático a alguns dos clássicos estudiosos da construção social do Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, os quais acredita serem responsáveis por inserir na academia alguns preconceitos sobre a formação do Brasil.

Inversamente a Jessé Souza, objetivamos defender neste artigo a tese de que o materialismo histórico ainda é um sistema teórico-social perfeitamente capaz de nos fornecer ricas interpretações sobre a realidade brasileira contemporânea. Nossa leitura foi inicialmente motivada por dois grandes representantes do materialismo histórico como lente analítica para os conflitos de classe hodiernos: o filósofo italiano Domenico Losurdo, entre cujos últimos escritos está *A luta de classes* (2015), e a historiadora estadunidense Ellen M. Wood, que, inclusive, é grande crítica do pós-marxismo, devido ao abandono da discussão de classes e à sua substituição pela política do discurso e enaltecimento do simbólico. Wood (2011) nos lembra que o marxismo atribui primazia determinante à luta de classes. Não porque a classe seja a única forma de opressão, nem mesmo a forma mais frequente, consistente ou violenta de conflito social, mas porque seu terreno é a organização social da produção, a qual cria as condições materiais da existência. Para a mesma autora, “o primeiro princípio do materialismo histórico não é a classe, nem a luta de classes, mas a organização da vida material e da reprodução social” (Wood, 2011, p. 99). É também Wood (2011) quem vai nos alertar sobre o fato de que Weber é costumeiramente convocado pela intelectualidade burguesa para contestar o marxismo³, e que foi ele, e não Marx, quem viu o mundo através do prisma da concepção unilinear, teleológica e eurocêntrica da história. Marx, mais do que qualquer outro pensador ocidental, tentou erradicar a referida visão de mundo⁴.

3 “Marx versus Weber sempre foi uma das fixações favoritas entre os acadêmicos — ou, para ser mais precisa, Weber foi um dos chicotes preferidos para castigar os marxistas: [para os weberianos,] Marx é um reducionista, um determinista econômico; Weber tem uma compreensão mais sofisticada das causas múltiplas, a autonomia ideológica e política; a visão de Marx da história é teleológica e eurocêntrica, a de Weber, mais afinada com a variabilidade e a complexidade da cultura humana e dos padrões históricos.” (Wood, 2011, p. 129)

4 Sobre a teoria social, Wood (2011, p. 129) afirma que “Weber a reduziu a uma teleologia pré-marxista, em que toda a história é um movimento no mais das vezes tendencioso em favor do capitalismo, em que o destino capitalista é sempre percebido nos movimentos da história, e em que as diferenças entre as várias formas sociais estão relacionadas aos modos particulares com que incentivam ou obstruem o movimento histórico único.

Mandeville repudiava qualquer intervenção legislativa do Estado destinada a proteger “aquela parte mais mesquinha e pobre da sociedade”, condenada a desenvolver um “trabalho sujo e digno de escravos”. Em compensação, “recomendava enfaticamente que fossem obrigatórias para os pobres e iletrados a doutrinação religiosa e a frequência à Igreja aos domingos”

Outro aspecto interessante a ressaltar é a surpresa de alguns analistas políticos brasileiros em relação à adesão de consideráveis parcelas de estratos populares aos movimentos conservadores, não raro e equivocadamente interpretando o fato como inédito ou endêmico. Domenico Losurdo (2015, p. 168) já nos advertia que, “assim como os povos em condição subalterna, as classes subalternas também podem desenvolver um papel reacionário”.

Para validarmos nosso argumento de que o materialismo histórico ainda é adequado para compreender os fatos recentes da conjuntura política brasileira, e também para refutarmos a interpretação de que a recente ascensão conservadora é um fenômeno essencialmente novo, recorreremos ao resgate de eventos históricos em lugares e momentos distintos, dos quais algumas práticas remetem aos fatos do Brasil atual. Escolhemos o período inicial dos Factory Acts (leis fabris), na primeira metade do século XIX no Reino Unido, e a era Vargas (1930-1954), no Brasil, porque em ambas as conjunturas os avanços destinados à classe trabalhadora foram conquistados em meio a ações truculentas da burguesia, promoção de teorias falsas, moralismo religioso, divisão da opinião pública etc. Assim como no bolsonarismo, temas como “Deus, pátria e família” faziam parte da retórica conservadora, que acusava a esquerda de destruir esses valores. A escolha de recortes históricos — bem como de suas narrativas — certamente foi a tarefa mais complexa deste trabalho, contudo buscamos suporte em uma bibliografia cujo destaque temático é a luta de classes como elemento-chave para elucidar os embates políticos dos respectivos eventos históricos.

Aqui achamos oportuna uma indagação a que buscamos responder neste artigo: seriam mesmo a esquerda e o socialismo os responsáveis pela ebulição dos valores tradicionais do mundo ocidental? Sendo assim, tendo em vista que nosso fio condutor de interpretação da história é o materialismo histórico, faz-se importante que o leitor tenha clareza dos sig-

nificados de *Deus* (cristianismo⁵), *pátria* (Estado burguês com face nacionalista⁶) e *família* (família tradicional cristã ocidental⁷) na obra de Marx e Engels, idealizadores da referida teoria social.

2. FACTORY ACTS

A primeira metade do século XIX apresentou ao mundo grandes mudanças qualitativas e quantitativas no mundo trabalhista. O capitalismo, especialmente o inglês, estava em grande efervescência. As novas formas de interação entre o homem e o meio natural passaram a ser cada vez mais mediadas por máquinas e ferramentas. O desenvolvimento das forças produtivas na grande manufatura possibilitou mudanças nas relações de produção, e teve como um de seus resultados o advento do trabalho fabril de mulheres e crianças⁸, culminando, assim, em uma nova organização social, inclusive na esfera familiar. As paisagens bucólicas desapareciam, impulsionadas pela política de cercamento inglesa⁹, resultando em intenso êxodo rural e urbanização acelerada. Cidades como Londres, Manchester e Birmingham se caracterizavam pelas clareiras que liberavam poluição no ar, oriunda da queima do carvão mineral, enquanto os galpões fabris se multiplicavam (Dobb, 1983). Período este chamado por Hobsbawm (2019) de “era das revoluções”.

Não obstante, as mudanças causadas pelo novo modo de acumulação também se caracterizavam por submeter à insalubridade e a condições desumanas os trabalhadores das manufaturas britânicas, que passavam cada vez mais a incorporar crianças, mulheres e imi-

5 Marx e Engels (2007, p. 249) afirmam que “a única razão pela qual o cristianismo quis nos libertar do domínio da carne e dos ‘anseios como fator de impulsão’ foi o fato de encarar nossa carne, nossos anseios como algo estranho a nós; a única razão por que ele quis nos salvar da determinação natural foi o fato de considerar nossa própria natureza como não pertencente a nós”. Engels (2019, p. 158) ainda aprofunda a crítica ao cristianismo, julgando-o “completamente inocente no que se refere à extinção gradativa da escravidão. Ele compactuou com a escravidão no Império Romano durante séculos e, mais tarde, não impediu o comércio de escravos pelos cristãos, nem o dos alemães no Norte, nem o dos venezianos no Mediterrâneo, nem o posterior tráfico de negros”.

6 Sobre o nacionalismo, os referidos autores afirmam que “a estreiteza nacionalista é repulsiva onde quer que apareça, mas particularmente na Alemanha ela se torna asquerosa, porque aqui vem acompanhada da ilusão de se estar acima da nacionalidade e de todos os interesses reais, e nessa versão é lançada no rosto daquelas nacionalidades que admitem abertamente que sua estreiteza nacionalista está baseada em interesses reais. Aliás, em todos os países pode-se constatar que a insistência na nacionalidade afeta apenas os burgueses e seus escritores.” (Marx; Engels, 2007, p. 453)

7 Em um de seus últimos escritos, o livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels (2019) mostra como a noção de família variou temporalmente e geograficamente ao longo da história, desmistificando a ideia de que o conceito de família seja imutável e eterno, como alegam os representantes do cristianismo.

8 Karl Marx demonstra que a emancipação do trabalho feminino e infantil é diretamente condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas: “À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Assim, esse poderoso meio de substituição do trabalho e de trabalhadores transformou-se prontamente num meio de aumentar o número de assalariados, submetendo ao comando imediato do capital todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade” (Marx, 2013, p. 468). Engels (2019) também relata como o desenvolvimento do capitalismo alterou a estrutura familiar, especialmente da classe operária.

9 As leis de cercamento se referem ao cerco de campos abertos e terras comuns a partir do século XVII na Inglaterra e no País de Gales, criando direitos de propriedade sobre a terra anteriormente de uso comum. Com a permissão do governo, os camponeses sem terra foram compelidos a deixar o campo e migrar, em massa, para as cidades, em busca de trabalho. Assim se garantia a oferta de mão de obra abundante e barata para a indústria. Outros emigravam para as colônias inglesas na América, em busca de trabalho.

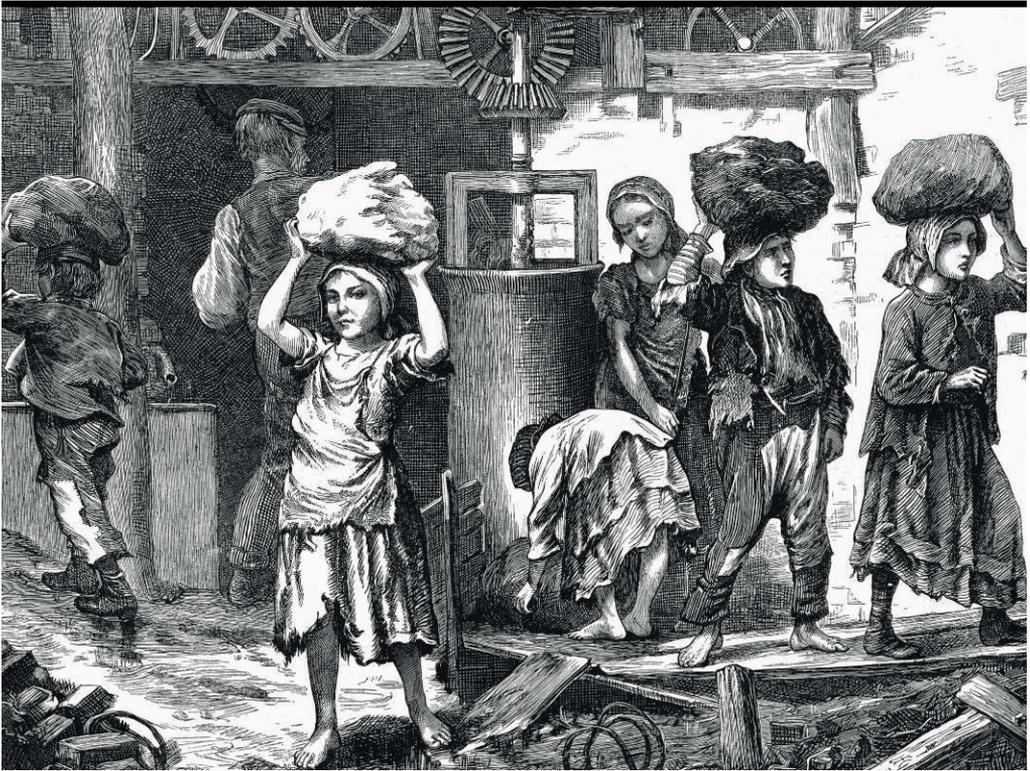


Ilustração da época retrata a exploração do trabalho infantil durante a Revolução Industrial no século XIX

grantes — sobretudo irlandeses — ao seu quadro de operários (Engels, 2008). É bem farta a bibliografia que relata os abusos sofridos pela classe trabalhadora na primeira metade do século XIX, entre os quais podemos destacar: jornadas de trabalho de até 16 horas diárias; crianças acorrentadas em máquinas para não fugir do trabalho; galpões com pouca iluminação solar e ventilação baixa; salários que mal atendiam às necessidades de subsistência; mulheres trabalhando durante o puerpério; proliferação de doenças respiratórias devido à ausência de condições mínimas de higiene nos ambientes industriais, entre outros¹⁰.

Como reação a essa conjuntura, emergiram várias associações trabalhistas, sindicatos, partidos de orientação proletária. A partir disso, surgem intensos debates em torno do direito trabalhista, especialmente com os *Factory Acts*, que foram uma série de leis, elaboradas pelo Parlamento inglês, para a regulação do trabalho nas fábricas (como a duração da jornada de trabalho, as condições do trabalho infantil etc.) (Moos, 2021).

Buscando frear a onda trabalhista e a crescente adesão às pautas sindicais, parcela da burguesia inglesa resolveu promover alguns intelectuais, os quais divulgavam teses contrárias aos *Factory Acts*, a exemplo de Nassau W. Senior¹¹, contrário à lei de 1833, que introduziu limitações ao trabalho infantil, também se opondo à proposta de limitação da jornada diária de trabalho a dez horas. Senior afirmava categoricamente que o lucro líquido da indústria de algodão inglesa dependia da “última hora de trabalho”. Portanto, segundo ele, reduzir a jornada

¹⁰ Certamente o melhor registro empírico feito sobre a vida dos trabalhadores industriais na primeira década do século XIX é de autoria de Friedrich Engels e intitula-se *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845). Inclusive, esse registro influenciou o próprio Karl Marx em muitos de seus trabalhos.

¹¹ De acordo com Marx (2013, p. 229), os “fabricantes o elegeram seu espadachim” para antagonizar os *Factory Acts*.

de trabalho comprometeria sua existência, lembra-nos Marx (2013). Já o dr. Andrew Ure, autor de *The philosophy of manufactures*, não recomendava que crianças e jovens tivessem as jornadas de trabalho reduzidas nem em uma única hora, pois,

se crianças e jovens menores de 18 anos, em vez de permanecerem 12 horas na atmosfera acolhedora e pura da fábrica, forem expulsas “1 hora” mais cedo e jogadas no hostil e frívolo mundo exterior, elas serão privadas, pelo ócio e pelo vício, de toda a esperança de salvação para suas almas (Marx, 2013, p. 302).

Ainda no início do século XVIII, Bernard Mandeville (2017), um dos mais célebres intelectuais da burguesia inglesa, sustentava, sem nenhum pudor, a necessidade de manter grandes contingentes populacionais em condições de pobreza, criando teses que eram compartilhadas entre as elites favoráveis ao arrocho salarial e à manutenção de jornadas de trabalho extensas¹². Além disso, o mesmo autor era favorável à manutenção da baixa escolarização das classes trabalhadoras:

[É] necessário que a grande maioria permaneça tão ignorante quanto pobre. O conhecimento expande e multiplica nossos desejos, e quanto menos um homem deseja, tanto mais facilmente se podem satisfazer suas necessidades (Mandeville, 1723 *apud* Marx, 2013, p. 691-692).

Mandeville repudiava qualquer intervenção legislativa do Estado destinada a proteger “aquela parte mais mesquinha e pobre da sociedade”, condenada a desenvolver um “trabalho sujo e digno de escravos”. Em compensação, “recomendava enfaticamente que fossem obrigatórias para os pobres e iletrados a doutrinação religiosa e a frequência à Igreja aos domingos” (Belluzzo, 2013, p. 16).

Apesar dos esforços de grupos conservadores, a campanha da burguesia inglesa fracassou e a Lei das 10 Horas entrou em vigor em 1º de maio de 1848. Apesar da derrota dos industriais nos tribunais, o embate não deixou de provocar profundas cicatrizes nos movimentos dos trabalhadores britânicos, visto que os líderes do partido cartista foram encarcerados e sua organização, fragmentada (Marx, 2013; Losurdo, 2015). Em seguida, a insurreição de junho, em Paris, e a violenta repressão, provocou na Inglaterra, do mesmo modo que na Europa continental, a união de grandes frações das classes dominantes para evitar o ocorrido na França:

[P]roprietários fundiários e capitalistas, chacais das bolsas de valores e varejistas, protectionistas e livre-cambistas, governo e oposição, padres e livres-pensadores, jovens pros-

12 Mandeville afirmava: “Onde quer que a propriedade esteja suficientemente protegida, seria mais fácil viver sem dinheiro do que sem pobres, pois (do contrário) quem faria o trabalho? [...] Assim como se deve cuidar para que os trabalhadores não morram de fome, também não se lhes deve dar nada que valha a pena ser poupado. Se aqui e ali alguém da classe mais baixa, mediante um esforço incomum e apertando o cinto, consegue elevar-se acima das condições em que se criou, ninguém deve impedi-lo; sim, não se pode negar que o plano mais sábio para cada pessoa privada, para cada família na sociedade, é ser frugal, mas é do interesse de todas as nações ricas que a maior parte dos pobres jamais esteja inativa e, no entanto, gaste continuamente o que ganha [...] os que ganham a vida com seu trabalho diário [...] não têm nada que os estimule a serem serviçais senão suas necessidades, que é prudente mitigar, mas insensato curar. A única coisa que pode tornar diligente o homem trabalhador é um salário moderado. Um pequeno demais o torna, a depender de seu temperamento, desanimado ou desesperançado; um grande demais o torna insolente e preguiçoso. [...] Do que expusemos até aqui segue que, numa nação livre, em que escravos não sejam permitidos, a riqueza mais segura está numa multidão de pobres laboriosos. Além de constituírem uma inesgotável fonte de homens para a marinha e o exército, sem eles não haveria qualquer satisfação e nenhum produto de nenhum país seria valorizável.” (Mandeville, 1723 *apud* Marx, 2013, p. 691-692)



Joedson Alves - Agência Brasil

Acima, bolsonaristas depredam prédios públicos de Brasília em 8 de janeiro de 2023 em uma tentativa frustrada de golpe; ao lado, movimentação no Palácio da Guanabara, em maio de 1938, após um grupo de aproximadamente oitenta integralistas tentar atacar a então residência e sede da Presidência da República



Acervo Iconographia

titutas e velhas freiras, sob a bandeira comum da *salvação da propriedade, da religião, da família e da sociedade!* [Grifos nossos.] A classe trabalhadora foi por toda parte execrada, proscrita, submetida à “*loi des suspects*” [lei dos suspeitos]. Os senhores fabricantes já não tinham mais por que se constranger. Revoltaram-se abertamente não só contra a Lei das 10 Horas, mas contra toda legislação que, desde 1833, procurava de algum modo restringir a “livre” exploração da força de trabalho. Foi uma rebelião *pro-slavery* [pró-escravidão] em miniatura, conduzida por mais de dois anos com um cínico despudor e uma energia terrorista, ambos tanto mais banalizados quanto o capitalista rebelde não arriscava nada além da pele de seus trabalhadores (Marx, 2013, p. 357).

Após a aprovação da Lei das 10 Horas pelo Parlamento inglês, os donos de fiações de linho espalhadas entre os condados de Dorset e Somerset imputaram a alguns de seus trabalhadores a autoria de uma petição contrária que dizia, entre outras coisas, o seguinte: “Os peticionários, que são pais, creem que 1 hora adicional de lazer não terá outro efeito senão a desmoralização de seus filhos, pois o ócio é a porta de entrada de todo vício.” (Mandeville, 1723 *apud* Marx, 2013, p. 303) De fato, não era tarefa complicada para a burguesia subjugar alguns trabalhadores, ou até mesmo líderes trabalhistas, para usá-los como porta-vozes de seus interesses. Até na maioria dos países capitalistas isso não é complicado, tendo em vista as condições materiais e, sobretudo, intelectuais da classe trabalhadora. Friedrich Engels, grande estudioso da classe trabalhadora inglesa no século XIX, foi categórico sobre a questão da educação dos trabalhadores: “Na medida em que a burguesia só lhes concede o mínimo vital indispensável, compreende-se que no plano cultural só lhes propicie aquilo que atenda aos interesses burgueses — o que, na verdade, não é muito.” (Engels, 2008, p. 149)

Losurdo (2015) recorda que alguns trabalhadores ingleses eram contrários aos Factory Acts. Isso porque nutriam em seu íntimo o sonho de ser industriais, além de seguirem orientações patronais e religiosas que, inclusive a essa altura da história, estavam alinhadas no combate aos avanços dos direitos trabalhistas. O mesmo autor faz um paralelo entre esse fato e o que ocorria do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos, durante a Guerra de Secessão, quando, em meados do século XIX, o estadunidense William Walker conquista a Nicarágua e reintroduz a escravidão com o apoio de brancos pobres, fazendo “relampejar diante de seus olhos a esperança de que um dia eles mesmos poderão ser proprietários de escravos” (Losurdo, 2015, p. 176).

Como se percebe, já no século XIX eram fartos os exemplos da ausência de consciência de classe por parte de estratos populares, bem como do alinhamento das camadas médias da sociedade aos interesses da elite, contrária às demandas da classe trabalhadora.

3. A ERA VARGAS

Antes de iniciarmos a discussão sobre a era Vargas¹³, precisamos fazer uma breve contextualização da conjuntura internacional, pois é preciso lembrar que, no período entre as duas guerras mundiais, houve grande agitação política causada por movimentos trabalhistas, com destaque para a Revolução Russa (1917), que inflamou movimentos operários orientados por partidos comunistas em várias nações. Também surgiram movimentos anti-comunistas em diversos países, os quais contribuíram para barrar o avanço das revoluções trabalhistas, como o caso dos Freikorps na Alemanha, que impediram a revolução socialista germânica em 1918 e 1919, prendendo vários revolucionários e assassinando seus líderes, como a filósofa Rosa Luxemburgo, em Berlim. Na Itália emerge o movimento reacionário que ganhou maior fama mundial, o fascismo, liderado por Benito Mussolini. O fascismo prendeu e assassinou vários líderes e simpatizantes do Partido Comunista Italiano (PCI), tendo ganhado destaque a prisão do então deputado Antonio Gramsci, em 1926¹⁴, considerada um dos maiores símbolos da ditadura do *Duce* (Vacca, 2012).

No Brasil, é importante destacarmos que, na década de 1920, o engenheiro militar gaúcho Luiz Carlos Prestes era um dos antagonistas da República Velha. Prestes — que era simpatizante das revoluções socialistas e, posteriormente, se tornaria líder do Partido Comunista do Brasil (PCB) — liderou rebeldes no Sul do Brasil, formando a chamada Coluna Prestes. Inicialmente, Prestes apoiou Getúlio Vargas, chegando a ser convidado a comandar militarmente a Revolução de 1930. O PCB foi formado em 1922¹⁵ e gozou de apenas cinco anos de legalidade, passando a existir de forma clandestina após 1927¹⁶.

13 Assim como Bastos (2012), entendemos que o recorte temporal da era Vargas se estende da Revolução de 1930 até o suicídio de Vargas, em 1954, o que inclui o período do governo do general Dutra (1946-1950). Apesar de gozar de autonomia administrativa, Dutra não deixou ser influenciado e pautado por Getúlio Vargas em momento algum. Mesmo que seu governo tenha aplicado políticas econômicas contrárias ao trabalhismo do PTB varguista, Dutra é produto de decisões políticas de Getúlio Vargas para barrar o avanço da UDN na figura de seu grande rival, o brigadeiro Eduardo Gomes.

14 Gramsci ficou preso até adoecer gravemente próximo à sua morte, em 1937.

15 Os idealizadores do PCB foram Manuel Cendon, Joaquim Barbosa, Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta, Luís Peres, José Elias da Silva, Hermogênio Silva, Abílio de Nequete e Cristiano Cordeiro.

16 O PCB continuou nos 18 anos seguintes atuando de forma clandestina, voltando à legalidade somente em 1945, no final do Estado Novo, mas voltou à ilegalidade em 1947, no governo Dutra. Apenas em 1985 o partido torna a atuar de forma legal.

Alguns equívocos interpretativos em relação à era Vargas decorrem de analisá-la apenas sob a lente do período do Estado Novo, o que é um erro grosseiro. A vida política de Vargas foi altamente dinâmica e mutável no que tange ao espectro político. Grosso modo, pode-se afirmar que Vargas estava à direita quando iniciou seu governo em 1930, e foi guinando para o centro até o final do Estado Novo, afastando-se gradualmente do liberalismo econômico. Durante o governo Dutra (1946-1950), e em seu governo democrático (1951-1954), Vargas muitas vezes flertou com a centro-esquerda

Opostamente, no início da década de 1930, emergia o movimento integralista brasileiro, liderado por Plínio Salgado, o qual fundou a Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932. Plínio Salgado, que havia visitado Mussolini na Itália, tinha claras inspirações no fascismo, sendo, inclusive, financiado pela embaixada italiana no Brasil (Araújo, 1978). Além de clara antipatia ao materialismo dos movimentos operários, Salgado tinha aversão às tendências liberalizantes e individualistas, engendradas pelo capitalismo. Desaprovou as mudanças na sociedade brasileira causadas pelo avanço do capitalismo no país, como o trabalho feminino nas manufaturas, a urbanização e o êxodo rural etc. Considerava que o capitalismo liberal era ateu da mesma forma que o comunismo e, por isso, também levaria à degeneração moral da sociedade (Araújo, 1978). O lema do AIB era “Deus, pátria e família”. O movimento reacionário defendia a manutenção da ordem oligárquica e semifeudal¹⁷, característica primordial do Brasil até a década de 1920 (Rangel, 2005)¹⁸.

17 Araújo (1978, p. 178), ao analisar o pensamento de Plínio Salgado, chega à seguinte conclusão sobre seus objetivos: “Com a destruição da civilização burguesa e do capitalismo, teríamos uma retomada das tradições e dos valores medievais, que, aliados ao desenvolvimento tecnológico, constituiriam a quarta humanidade. Esta, portanto, não deixa de incluir as inovações técnicas produzidas na humanidade ateuista, cuidando apenas de subordiná-las aos princípios espirituais. A síntese integralista parece ser, dessa forma, uma ampliação da fusão medieval.”

18 Além de Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães foram alguns dos mais importantes intelectuais brasileiros a destacar a presença de relações feudais na formação econômico-social (FES) do país. O geógrafo Armen Mamigonian (USP) insistiu em alertar, por grande parte de sua vida acadêmica, que negar a existência de relações feudais na formação socioespacial brasileira levou muitos intelectuais a formularem teses equivocadas sobre o Brasil.

Com o advento do Estado Novo (1937-1945), o período ditatorial de Getúlio Vargas foi marcado pela dura perseguição aos comunistas, havendo mais de 4 mil presos políticos pelo país nesse período (Atlas Histórico do Brasil, 2022), sobretudo pessoas que integravam a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Alguns dos famosos prisioneiros do Estado Novo foram o escritor Graciliano Ramos e o economista Ignácio Rangel. Sabe-se que o chefe do aparelho de repressão estatal, Filinto Müller¹⁹, era simpatizante do nazismo da Alemanha (Schwarcz; Starling, 2015), e não teve clemência com Olga Benário, judia alemã e então esposa de Luiz Carlos Prestes, deportada para a Alemanha nazista, onde a executaram em uma câmara de gás, no campo de concentração de Bernburg.

Todavia, engana-se quem pensa que apenas militantes da esquerda foram presos e perseguidos no Estado Novo. Em 1937, a AIB foi extinta, e no ano seguinte o levante integralista no Palácio do Guanabara²⁰ foi severamente reprimido, sendo alguns membros do levante fuzilados e mais de mil homens presos. Nesse momento, Plínio Salgado foi condenado ao exílio em Portugal por seis anos (Fausto, 2004; Silva, 2012; Schwarcz; Starling, 2015).

Alguns equívocos interpretativos em relação à era Vargas decorrem de analisá-la apenas sob a lente do período do Estado Novo, o que é um erro grosseiro. A vida política de Vargas foi altamente dinâmica e mutável no que tange ao espectro político²¹. Grosso modo, pode-se afirmar que Vargas estava à direita quando iniciou seu governo em 1930, e foi guinando para o centro até o final do Estado Novo, afastando-se gradualmente do liberalismo econômico²². Durante o governo Dutra (1946-1950), e em seu governo democrático (1951-1954), Vargas muitas vezes flertou com a centro-esquerda, tanto que escolheu Café Filho — conhecido por seu claro alinhamento com as pautas da esquerda²³ da época — para ser seu vice na campanha vitoriosa pela Presidência da República em

19 Diretor da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desp).

20 De acordo com Silva (2012, p. 339), no dia 11 de maio de 1938 “os integralistas desencadearam um assalto ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro (residência e sede da Presidência da República), com o objetivo de assassinar Getúlio e tomar o poder. Durante o assalto, o Palácio ficou isolado por várias horas e nenhuma unidade militar defendeu o presidente, apesar de seus assessores próximos clamarem desesperadamente pela ajuda do Exército e da polícia. Os generais Dutra, Góes Monteiro, Canrobert Pereira da Costa, Cordeiro de Farias e Filinto Müller deixaram o tempo passar para ver quem venceria a luta. Essa atitude parece confirmar a hipótese de que Vargas estava longe de ter o apoio irrestrito do Exército. Vencidos, os revoltosos foram duramente reprimidos.”

21 De acordo com Bastos (2012, p. 7), há dupla definição na literatura sobre Vargas: por um lado, ele é tido “como o mártir que se sacrificou na defesa do interesse do povo-nação contra seus inimigos — trustes e cartéis que exploravam a economia popular, filiais estrangeiras que sangravam nossas reservas cambiais, países contrariados com nosso desenvolvimento e oligarquias e camadas médias, civis e militares resistentes à ampliação dos direitos de trabalhadores e da população pobre em geral. Mas também há uma memória negativa — do ditador, do político demagogo e do caudilho — consagrada pelas forças de oposição ao varguismo. E estas vão desde os grupos conservadores que lhe fizeram oposição, liderados pela União Democrática Nacional, a UDN, até intelectuais de esquerda, os quais consagraram a crítica acadêmica ao denominado populismo.”

22 O historiador Boris Fausto (USP) afirma: “Costuma-se tomar a data de 1930 como o marco inicial do processo de substituição de importação de produtos manufaturados pela produção interna. Há certo exagero nessa afirmativa, pois, como vimos, esse processo começará nas décadas anteriores. Não há dúvidas, porém, de que as dificuldades de importação decorrentes da crise mundial de 1929 e a existência de uma indústria de base e de capacidade ociosa das indústrias, principalmente no setor têxtil, impulsionaram o processo de substituição.” (Fausto, 2004, p. 391)

23 Café Filho foi exilado na Argentina durante o Estado Novo, foi contra o cancelamento do registro do PCB e era favorável à legalização do divórcio.

Ascom MPF


<https://memorialdemocracia.com.br/>


Ao lado, militares que integravam, na década de 1950, a chamada “república do Galeão” (comitê investigativo constituído pelo comando da Aeronáutica à revelia da lei, que convocava depoimentos e procedia a buscas e prisões sem autorização judicial). Acima, procuradores da Lava Jato, figuras centrais da “república de Curitiba”

1950, além de aceitar coligações políticas que o aproximavam de Luiz Carlos Prestes²⁴.

Vargas foi protagonista da criação da Consolidação das Leis de Trabalho, a qual implementou juridicamente um conjunto de benefícios sociais, tais como limites à jornada de trabalho, férias remuneradas, aposentadoria etc. A Justiça do Trabalho passou a ser um dos palcos da luta de classes perante a legislação “outorgada” pelo velho presidente — recentemente enfraquecida pela lei nº 13.467, de 2017, no governo de Michel Temer; o salário mínimo era objeto de luta política e as variações de seu valor influenciavam a vida de milhões de brasileiros; a ampliação do crédito agrícola e habitacional através de bancos estatais também se tornou primordial para a economia nacional. Outra característica da era Vargas foi a criação de instituições públicas para o fomento da industrialização, agricultura, ciência e desenvolvimento regional²⁵. Essas mudanças provocaram profundas alterações nas forças produtivas e nas relações de produção de um país ainda com fortes vestígios da escravidão negra e onde se concebiam as relações de vassalagem no campo com certa naturalidade.

24 No dia 4 de novembro de 1947, Getúlio Vargas e Luiz Carlos Prestes subiram ao mesmo palanque no Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, para apoiar a candidatura do deputado Cirilo Júnior ao cargo de vice-governador de São Paulo. O comício contou com mais de 10 mil espectadores. Lira Neto (2014, p. 135) afirma que “comunistas, quemeristas, petebistas e pessedistas se congraçavam na mesma euforia interpartidária”. Em entrevista a Fernando Morais, Prestes explicou a aproximação a Vargas sem nenhum arrependimento: “Os interesses do Brasil estão acima de minhas tragédias pessoais.” O relato está disponível no documentário *O Velho* (1997), biografia de Prestes, podendo ser facilmente acessado no streaming da Amazon Prime.

25 Dentre alguns dos principais feitos da era Vargas, podemos destacar as criações de: Petrobras, Fundo Nacional de Eletrificação, Eletrobras, Plano Nacional do Carvão, Comissão de Desenvolvimento Industrial (e seu Plano Geral de Industrialização), Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis, Capes, Carteira de Colonização do Banco do Brasil, Instituto Nacional de Imigração, Comissão Nacional de Política Agrária, Banco do Nordeste do Brasil, Plano Nacional do Babaçu, Companhia Nacional de Seguros Agrícolas e Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais (Bastos, 2012).

Uma das pautas que dividiam o país no período pós-Estado Novo foi a legalização do divórcio, de forma que os candidatos que defendiam a medida eram tachados de “divorcistas”, e os opositores, considerados “a favor da família”

triais, já afetados pelo Imposto sobre Lucros Extraordinários, a reforçar a “campanha liberal, unificando comércio, indústria e agricultura no repúdio à intervenção estatal e polarizando o cenário político, à medida que o ex-presidente se aproximava de sindicatos e movimentos sociais urbanos” (Bastos, 2012, p. 370).

Após o fim do Estado Novo, em 1945, os militares novamente passaram a reivindicar maior participação na vida política brasileira, o que resultou na circunstância de que os principais candidatos à Presidência da República eram o general Eurico Gaspar Dutra, que contava com o apoio de Getúlio Vargas, e o brigadeiro Eduardo Gomes, que tinha o apoio da União Democrática Nacional (UDN) e dos setores mais conservadores da sociedade. Os militares, cujo papel fundamental estava na consolidação da República e na modernização do Estado pós-período imperial²⁷, nutriam forte nostalgia pelo período em que atuavam

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, longe de ser pacífico, teve muita resistência de grande parte da elite conservadora, sendo o jornalista Carlos Lacerda seu maior representante na imprensa, bem como o maior crítico de Getúlio Vargas. Também havia políticos altamente conservadores, como o ex-governador de São Paulo Ademar de Barros, que, inclusive, era nostálgico do período imperial²⁶.

Se até o final do Estado Novo Vargas ainda contava com aliados na elite brasileira, esse cenário mudaria radicalmente com o decreto-lei nº 7.666, de 22 de junho de 1945, apelidado pela oposição de Lei Malaia (Bastos, 2012), que atribuía a responsabilidade pela inflação aos trustes e cartéis formados para cometer atos contrários à economia nacional, explorando a miséria e a impotência do povo. A reação de Vargas, porém, impeliu setores indus-

26 Lira Neto (2014, p. 178) registra algumas falas de Ademar de Barros ao final da década de 1940: “Acorda e levanta-te, Brasil!”, discursou Ademar ao microfone, com a voz fanhosa que fazia a alegria dos imitadores de rádio. ‘O liberalismo político, nos seus fundamentos religiosos, filosóficos e políticos, é anticristão, materialista, antitradicional e, portanto, antinacional, corrupto, corruptor, desagregador e, em suma, meus caros patricios, satânico’, definiu o governador. ‘O liberalismo expulsou do Brasil o imperador dom Pedro I, que era antiliberal, e quase conseguiu retalhar a nossa pátria em republiquetas sem expressão.’”

27 Huntington (1969, p. 203 *apud* Silva, 2012, p. 326) afirma que, “nessas etapas iniciais da modernização política, os oficiais militares desempenham um papel altamente modernizador e progressivo. Eles desafiam a oligarquia e promovem uma reforma econômica e social, a integração nacional e, em certa medida, a extensão da participação política. Eles atacam o desperdício, o atraso e a corrupção, e introduzem na sociedade ideias da classe média como eficiência, honestidade e lealdade nacional. Como os empreendedores protestantes da Europa Ocidental, os soldados em sociedades reformadoras não ocidentais encampam e promovem um puritanismo que, embora talvez não tão extremo quanto o dos revolucionários radicais, não deixa de ser uma inovação em suas sociedades. Os líderes e grupos militares desempenharam este papel inovador em sociedades maiores e mais complexas da América Latina, no final do século XIX. No Brasil, no México e em outros países, militares e seus aliados civis adotaram o positivismo como sua filosofia de desenvolvimento.”

de forma mais incisiva na política nacional. Por isso, sentiam-se autorizados a interferir na esfera política nacional (Ferreira, 2012; Silva, 2012).

Lira Neto (2014, p. 45) lembra que, nesse momento, o panorama eleitoral assumiu um grau de radicalismo poucas vezes visto na história republicana. Após 15 anos “impedidos de participar de eleições livres para a Presidência, os brasileiros testemunhavam uma disputa inflamada, na qual não faltavam golpes baixos, fabricação de boatos, produção de dossiês caluniosos”. O candidato Iedo Fiúza, do PCB, por exemplo, era retratado com a feição de camundongo em charges do *Diário Carioca* — estratégia similar à empregada nas ilustrações dos panfletos nazistas sobre os judeus — e apelidado por Carlos Lacerda de “Rato Fiúza”. Lacerda fazia campanha diária em seus jornais para associar o nome de Iedo à corrupção²⁸. Também houve ações policiais para influenciar no pleito eleitoral, como a batida policial ocorrida às vésperas das eleições na sede do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no Rio de Janeiro²⁹.

Uma das pautas que dividiam o país no período pós-Estado Novo foi a legalização do divórcio, de forma que os candidatos que defendiam a medida eram tachados de “divorcistas”, e os opositores, considerados “a favor da família”, como bem nos lembra Lira Neto (2014). Como o Brasil era um país naquele momento fortemente influenciado pelo catolicismo, os candidatos que se apresentavam favoráveis ao divórcio naturalmente perdiam muitos eleitores, por isso muitos políticos favoráveis à implementação do divórcio evitavam manifestar-se sobre o tema³⁰. O brigadeiro Eduardo Gomes, por exemplo, se apresentava como o candidato em favor da família e dos valores conservadores, como podemos ver:

Como costuma ocorrer em tais casos, o discurso em nome da moralidade pública logo derivou para o campo do moralismo. “A exemplo das demais instituições atingidas pela rajada subversiva dos últimos tempos, a família se viu abalada em seus alicerces”, argumentou o *Correio* em editorial intitulado “Em defesa do lar”. O jornal fazia coro a um discurso de Eduardo Gomes que criticara os comunistas e os demais partidários da implantação do divórcio no Brasil. “Falsamente apresentado como índice de civilização que deva ser invejado, o divórcio é um germe de enfraquecimento e de desordem social”, argumentara o brigadeiro. “O testemunho dos fatos comprova, sem exceção, que o divórcio, introduzido nas legislações em momento de subversão social e de rebaixa-

28 A candidatura de Fiúza foi atacada de forma violenta: “Que diabo de doença tem o sr. [Luiz Carlos] Prestes, que lhe inspira a candidatura de um rato à Presidência do país?”, indagou Carlos Lacerda, cunhando o apelido pelo qual passaria a se referir à então vítima preferencial de seus artigos: “Rato Fiúza”. Nas edições do final de novembro, a primeira página do *Diário Carioca* foi ilustrada com a figura estilizada de um camundongo, acompanhada em dias sucessivos das fotografias de três casas de arquitetura moderna e de um prédio de apartamentos. Segundo Lacerda, todos os imóveis estavam em nome do candidato do PCB. O jornalista acusava Iedo de ter enriquecido à custa de irregularidades à frente da prefeitura de Petrópolis e, em especial, na direção do DNER, onde teria cobrado propinas a fornecedores e empreiteiros em contratos sem licitação. “O sr. Iedo Fiúza é conhecido pelo curioso apelido de ‘Dez por Cento’, apontou Lacerda” (Lira Neto, 2014, p. 47).

29 Ordenada pelo chefe de polícia interino do Distrito Federal, desembargador Álvaro Ribeiro da Costa, apreendeu 140 mil exemplares de cartazes e panfletos do “Ele disse” sob a justificativa de se tratar de material subversivo (Lira Neto, 2014).

30 A Constituição de 10 de novembro de 1937 reiterou que a família é constituída pelo casamento indissolúvel, sem se referir à sua forma (art. 124). O mesmo preceito foi repetido nas constituições de 1946 e de 1967. O divórcio foi instituído oficialmente com a emenda constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977, regulamentada pela lei nº 6.515, de 26 de dezembro do mesmo ano. De autoria do senador Nelson Carneiro, a nova norma foi objeto de grande polêmica na época, principalmente pela influência religiosa que ainda pairava sobre o Estado. Até o ano de 1977, quem casasse permaneceria sob vínculo jurídico para o resto da vida (A trajetória..., 2010).

mento dos costumes, teve efeitos profundamente maléficos no enfraquecimento moral da sociedade, no decréscimo demográfico e na criminalidade infantil.” Como consequente desdobramento da cruzada moralista, a religião não demorou a entrar também, ela própria, na agenda eleitoral. Ao buscar uma identificação direta com a população de maioria católica, Eduardo Gomes passou a ser acusado pelos adversários de intolerância religiosa. Espalhou-se o boato de que quando respondera pelo comando da Segunda Zona Aérea, no Recife, chegara a mandar prender soldados evangélicos que teriam se recusado a ir à missa (Lira Neto, 2014, p. 47-48).

A vitória de um governo militar, na figura do general Dutra, não poderia ter sido em um momento menos oportuno. Com a complexificação da economia brasileira e as mudanças no papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, os militares apresentavam-se como gestores obsoletos, com uma mentalidade presa ao quadro nacional do final do século XIX³¹. A diminuição da demanda de produtos dos países periféricos por parte da Europa e dos Estados Unidos foi expressiva no início do período pós-II Guerra, o que levou muitas economias periféricas à crise econômica e social, e o caso brasileiro não foi diferente (Rangel, 2005). Bielschowsky (2000) lembra que houve multiplicação de greves por toda parte³², em busca da recuperação dos salários reais, desvalorizados pela forte inflação dos anos de guerra. A ascensão do Partido Comunista, que alcançava 10% do eleitorado nacional e que em 1947 já tinha cerca de 200 mil membros, e os primeiros sintomas da Guerra Fria constituíam razões objetivas suficientes para que se definissem os limites da democracia que as classes dominantes estavam dispostas a implantar.

No ano seguinte, o combate à inflação foi tentado por via do controle creditício rigoroso, medida que não teve resultados positivos. Dutra já começava a perder o apoio da imprensa e de setores do comércio, que em documento de órgãos representativos da classe comercial afirmavam estar “o Brasil vivendo um dos mais angustiosos períodos de sua história” (Bielschowsky, 2000, p. 313). Sobre a inflação, é interessante analisar os argumentos da época:

Consensualmente, a grande causa da inflação, segundo as análises econômicas de todo o período, estariam sendo os déficits públicos — argumento típico do empresariado, aquele que mais lhe convém, pelo menos no que diz respeito a seus interesses de curto prazo. Ao final da guerra, a recomendação mais enfática encontrada na literatura econômica era a de que se deveriam contrair as despesas públicas. Dutra, como candidato, pretendia fazê-lo (Bielschowsky, 2000, p. 315).

As diferenças de Getúlio com o governo de Dutra logo se tornaram intransponíveis. No Catete, como consequência do alinhamento incondicional do governo brasileiro aos Estados Unidos, o general pôs em prática uma política econômica lastreada na abertura

31 Finer (1969, p. 14 *apud* Silva, 2012, p. 329) afirma que os “militares enquanto membros de uma corporação sofrem de duas fraquezas estruturais: a primeira é sua inabilidade técnica para administrar, que só lhes permite fazê-lo em sociedades muito atrasadas; a segunda é sua falta de legitimidade, isto é, a falta de um título moral para governar”.

32 Sobre o período, Lira Neto (2014, p. 75) recorda: “Como efeito do pós-guerra, faltavam pão, carne, farinha, legumes, grãos e outros produtos de primeira necessidade nas prateleiras das mercearias, mercados e armazéns brasileiros. Nessa conjuntura de escassez e repressão policial, as greves se tornaram endêmicas. Funcionários dos Correios, empregados da Light, bancários, estivadores e ferroviários, entre outras categorias que atuavam em serviços essenciais, cruzaram os braços exigindo melhores salários e em protesto pela [contra a] alta da inflação.”

do mercado às importações e na elevação da taxa de câmbio. Era uma fórmula destinada a combater a inflação, incentivando a entrada de artigos importados no país, para com isso tornar mais baixos os preços dos produtos nacionais, pela força da concorrência. Silva (2012) nos lembra que a possibilidade de um grande fluxo de capitais estadunidenses virem para o Brasil depois da guerra animava a equipe econômica do governo Dutra. Porém, a expectativa foi desmentida no pós-guerra, quando os Estados Unidos se voltaram totalmente para a Europa com o Plano Marshall, e nem mesmo as reparações de guerra pretendidas pelo Brasil foram concedidas.

É importante lembrar que o salário mínimo ficou congelado durante o governo Dutra, quando houve forte repressão aos sindicatos e às greves (proibidas legalmente), além de Dutra pôr o PCB novamente na clandestinidade, em 1947. Os descontentamentos gerados por esses fatos explicam em parte os pedidos pelo retorno de Vargas, bem como a vitória dele na eleição seguinte (Bastos, 2012).

Antes da eleição, com a crescente popularidade da campanha de Vargas em 1949, os militares estavam de prontidão para uma possível intervenção militar, mostrando claramente seu posicionamento contrário ao retorno do gaúcho de São Borja à Presidência da República, o que já evidenciava as dificuldades que o novo governo enfrentaria (Lira Neto, 2014). Ferreira (2012) lembra que Vargas fez campanha eleitoral sem nenhum apoio da imprensa. Na verdade, foi hostilizado por ela³³. Fazia comícios em cima de boleias de caminhão, munido de alto-falantes e distribuindo panfletos. No entanto, era recebido pelo povo com imenso carinho. Na campanha, ele defendeu o aceleramento da industrialização do país como forma de superar a pobreza e o subdesenvolvimento, bem como apoiou a expansão e o fortalecimento da Previdência Social. O brigadeiro Eduardo Gomes, por sua vez, contou com a simpatia e o patrocínio dos jornais e das estações de rádio. Muito dinheiro foi gasto em publicidade, embora sem sucesso:

A vitória de Vargas foi um choque para os liberais udenistas. O ditador do Estado Novo voltava ao poder, democraticamente, pelo voto popular. Os udenistas não aceitaram o resultado e tentaram anular a eleição. Entraram com recurso no Supremo Tribunal Eleitoral alegando que Vargas não obtivera a maioria absoluta, ou seja, 50% mais 1 voto (Ferreira, 2012, p. 300-301).

Com a vitória de Vargas, o cenário político nacional se radicalizou de forma inédita, de modo que as elites nacionais — em grande medida representadas politicamente pela UDN —, o Clube Militar, setores conservadores da sociedade e a grande mídia uniram-se para desestabilizar o governo Vargas, desgastando-o de diversas formas. Houve, por exemplo, uma série de escândalos em torno de acusações de corrupção e ineficiência dos órgãos de administração federal (Cexim, Cofap etc.), acusações de financiamento de “repúblicas

33 Uma das estratégias para derrotar Getúlio seria destruir sua reputação perante a opinião pública, e a oposição, em coro com a imprensa lacerdista, usava desse artifício quando acusava Getúlio pelo trágico assassinato do udenista mineiro Virgílio de Melo Franco na residência deste, no Jardim Botânico. O expediente seria incorporado também ao repertório dos adeptos das teorias conspiratórias. Virgílio morreu após ser atacado por um ex-empregado, Pedro Santiago Pereira, no dia 29 de outubro, quando a deposição de Getúlio Vargas completava exatos três anos. As circunstâncias do crime jamais foram esclarecidas, o que deu ensejo às mais variadas suposições, inclusive a de que o político teria sido eliminado por encomenda expressa do ex-presidente. “Procuraram espalhar [...] ter sido eu o mandante da morte do Virgílio”, indignou-se Getúlio. “Custa-me crer que haja gente tão canalha, capaz de afirmar isso; ou tão idiota, para [o] supor. De qualquer forma, canalhas ou idiotas não merecem resposta.” (Lira Neto, 2014, p. 156-157)

sindicalistas” na América do Sul³⁴ e combate ao que era chamado de “tendência socializante” da política econômica corrente (aí incluído o pedido de extinção do antigo BNDE e até mesmo do Conselho Nacional de Educação, órgão de ideologia antiestatizante). Ainda mais importante, para provocar mobilizações golpistas os membros mais ativos da UDN se aproveitaram da insatisfação militar contra a política trabalhista do ministro João Goulart e de eventos como a “denúncia de João das Neves”³⁵ e o atentado a Carlos Lacerda³⁶ (Bielschowsky, 2000; Bastos, 2012).

A fundação da Petrobras, em 1953, também foi alvo de grandes críticas por parte da oposição, cujos integrantes consideravam antiquado o modelo de negócio que legitimou o monopólio estatal na extração de petróleo. Para os críticos da época, o modelo da empresa era resultado de um “nacionalismo tacanho”, “aventura de nacionalistas rasteiros”, produto de uma “onda comunista” etc., além de acreditarem que a empresa teria vida breve, como podemos verificar em relatos e manchetes dos jornais da época (Lira Neto, 2014)³⁷.

Com um conjunto de frentes antagonicas ao governo, que imputavam a Vargas todas as mazelas reais e fictícias que ocorriam na nação, naturalmente a reputação do apelidado Pai dos Pobres ficou arranhada em alguns estratos sociais, especialmente na elite carioca, fato que foi verificado durante o Grande Prêmio Brasil de Turfe, no Hipódromo da Gávea, em 1º de agosto de 1954, quando a presença de Getúlio causou muitas vaias da plateia (Lira Neto, 2014).

Lira Neto (2014) demonstra na biografia de Vargas que Getúlio não tinha o apoio dos militares desde o final do Estado Novo, e que, com a guinada dos militares na política

34 Bastos (2012, p. 410) relata que “o deputado da UDN Aliomar Baleeiro já havia discursado no Congresso propondo um golpe preventivo, em março, e em maio o líder partidário Afonso Arinos propôs o impeachment de Vargas a pretexto das denúncias de Carlos Lacerda sobre suposta conspiração entre os governos de Brasil, Argentina e Chile para apoiar ‘repúblicas sindicalistas’ no Cone Sul. A proposta de impeachment foi derrotada por 136 votos contra 35, mas políticos da UDN e editoriais da imprensa, animados pelos argumentos de Lacerda e Baleeiro, pregavam abertamente uma intervenção preventiva contra a presumida conspiração continuísta de Getúlio, com o recado alarmista de que ela não se apoiava só em alguns militares golpistas, como em 1937, mas em um movimento de massas ainda maior do que em 1945, no estilo do peronismo argentino.”

35 De acordo com João das Neves, Vargas tinha acordos secretos com Perón para a formação de um superbloco de integração econômica na América do Sul.

36 O referido atentado ocorreu no dia 5 de agosto de 1954, na rua Tonelero, em Copacabana, Rio de Janeiro. A vítima em questão foi o jornalista, político e, à época, maior opositor do presidente Getúlio Vargas. Esse atentado tornou-se emblemático porque Lacerda veio a público acusando o presidente Vargas de ter ordenado o crime. A acusação de Lacerda tornou-se verossímil quando as investigações policiais apontaram para a figura de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas.

37 Lira Neto (2014, p. 265-266) mostra alguns dos relatos de desaprovação ao modelo da Petrobras publicados nos jornais da época: “No *Diário da Noite*, Assis Chateaubriand escreveu o artigo ‘Capricho caro’, reprovaando a opção brasileira pelo monopólio nacional. ‘Os americanos do Norte não tiveram até hoje um só dos seus governos que se submetesse à tentação de nacionalizar a pesquisa ou a indústria de petróleo; assim como os canadenses’, comparou Chatô. ‘Se essa lição parte das duas nações melhor administradas na terra, por que fomos adotar aqui um sistema peculiar a xenófobos de países atrasados, inferiores? O *Correio da Manhã* classificou a Petrobras como uma *aventura de nacionalistas rasteiros* que defendiam *monstruosidades como o monopólio estatal petrolífero*. ‘Já não dispomos de tempo para experiências que estão sempre sujeitas a fracassar’, argumentou o *Correio*, que comparava o Brasil a uma casa entregue ao fogo. ‘Esse projeto não constitui apenas um entrave à solução do problema do petróleo; significa fechar as portas ao capital estrangeiro’, declarou aos *Diários Associados* o deputado udenista Plínio Pompeu, que seguia o mesmo raciocínio e discordava do apoio de seu partido à aprovação da matéria. ‘[A Petrobras] é um convite para que se retirem do Brasil os que colaboram conosco. A culpa é do governo, que não teve coragem de resistir à onda comunista e nos deu esse projeto horrível que aí está’, avaliou o político. ‘O nacionalismo tacanho levará ao fracasso, dentro de um ano, no máximo, a exploração de petróleo no Brasil.’”

após 1945, a antipatia dos militares pelo político gaúcho de São Borja só aumentou. O brigadeiro Eduardo Gomes, derrotado em 1946 e em 1950, inicialmente tentava um “golpe branco” — por via de aparelhamento judicial — sobre o governo recém-eleito, e, posteriormente, passou a articular uma insurreição armada no âmbito das Forças Armadas³⁸. Membros da UDN reuniam-se frequentemente com a cúpula militar, servindo-lhe jantares, para articulações de cunho conspiracionista. O temor era de que Vargas levasse o Brasil a tornar-se uma “república sindicalista” — mesmo pretexto utilizado anos depois, em 1964, para depor João Goulart da Presidência da República.

Em face do iminente golpe de Estado, os militares publicaram um manifesto intitulado “Memorial dos coronéis”³⁹ em 1954 — brilhantemente resgatado por Lira Neto (2014) na extensa biografia de Vargas —, expondo suas angústias e insatisfações, que abrangiam do temor ao comunismo até a desaprovação da elevação do salário mínimo:

Com o comunismo solerte sempre à espreita, serão os próprios quadros institucionais da nação ameaçados, talvez, de subversão violenta. [...] No antepenúltimo parágrafo, lia-se uma advertência clara ao governo: “A elevação do salário mínimo, que, nos grandes centros do país, quase atingirá o dos vencimentos máximos de um graduado, resultará, por certo, se não corrigida de alguma forma, em aberrante subversão de todos os valores profissionais (Lira Neto, 2014, p. 274).

Bielschowsky (2000) afirma que, em agosto de 1954, a fração golpista da UDN, liderada por Carlos Lacerda, teria finalmente sucesso na mobilização dos líderes radicais das Forças Armadas para a derrubada do presidente. Nessa mesma época, já operava o que se chamou de “república do Galeão”, sendo esta um comitê investigativo constituído pelo comando da Aeronáutica à revelia da lei, e que se arrogara o direito de convocar depoimentos e proceder a buscas e prisões sem autorização judicial (Bastos, 2012).

Os golpistas só não contavam com o suicídio de Getúlio, no dia 24 de agosto, atitude que deu novo fôlego ao movimento trabalhista e postergou em dez anos o golpe militar, consumado somente em 1964. Naquele contexto político que antecedeu o suicídio de Vargas, a crise econômica figurava apenas como um elemento complicador. Bielschowsky (2000) acredita que dificilmente ela terá sido um elemento causador da crise política, sobretudo porque a economia continuava crescendo e gerando elevadas taxas de lucro. Por razões políticas e ideológicas da oposição conservadora, a “crise” era apresentada como resultado do excessivo grau de intervenção do governo nos assuntos econômicos, revelador de sua “tendência socializante” e da má gestão de política monetária e cambial. Argumentavam os opositores que a libertação ante os mecanismos de mercado e o freio à estatização seriam os meios básicos para restabelecer o equilíbrio econômico.

38 “O brigadeiro Eduardo Gomes, eterno pretendente ao Catete, procurou o deputado e professor Afonso Arinos para tentar convencê-lo a encaminhar, ele próprio, do alto de toda a sua autoridade jurídica, o requerimento pedindo o impedimento do presidente da República.” (Lira Neto, 2014, p. 283) Não conseguindo o que desejava, disse ele: “[É] necessário para que se forme, no meio militar, a consciência de que não há solução legal’, sugeri o brigadeiro. Pelo raciocínio assumido por Eduardo Gomes, uma vez esgotados os recursos pelas vias institucionais, só haveria uma forma de afastar Getúlio Vargas de uma vez por todas do Catete, como eles tanto desejavam: o golpe armado.” (Lira Neto, 2014, p. 284)

39 O “Memorial dos coronéis” foi assinado por “82 coronéis e tenentes-coronéis, entre os quais se destacavam os nomes de Adalberto Pereira dos Santos, Alfredo Souto Malan, Amaury Krueel, Antônio Carlos Muricy, Euler Bentes Monteiro, Golbery do Couto e Silva, Jurandir Bizarria Mamede, Silvío Coelho Frota e Sizen Sarmento, todos futuros participantes do golpe militar que deporia Jango exatos dez anos depois, em 1964” (Lira Neto, 2014, p. 274).

Muitas das instituições criadas na era Vargas tornaram-se importantes alicerces da sociedade brasileira no século XX nas áreas da educação, da geração de energia, da economia, da seguridade social, dos transportes etc.

Sobre o legado de Vargas, podemos dividi-lo entre fracassos e êxitos, como bem faz Bastos (2012). Isso porque o projeto nacional de Getúlio não foi capaz de superar restrições políticas e econômicas e porque, em vida, ele não conseguiu levar o país à industrialização pesada e, muito menos, converter a burguesia nacional e as elites políticas e militares ao ideário trabalhista de justiça social. Não obstante, o suicídio seguiu-se ao fracasso de seu projeto, adiou o golpe conservador e permitiu, nesse ínterim, que parte de suas instituições, projetos e fundos financeiros formasse a base do Plano de Metas de Kubitschek, além de consolidar o ideário desenvolvimentista e trabalhista, com efeitos políticos de longo prazo. Nesse sentido, muitas das instituições criadas na era Vargas tornaram-se importantes alicerces da sociedade brasileira no século XX nas áreas da educação, da geração de energia, da economia, da seguridade social, dos transportes etc.

4. IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF E ASCENSÃO DO BOLSONARISMO

Com o início dos governos federais petistas, em 2003, houve em sua primeira década uma série de avanços no campo econômico e social brasileiro. Até então, o último período de considerável crescimento havia sido o “milagre econômico” (1968-1973) do então ministro Antônio Delfim Netto, durante a ditadura militar. Diferentemente do “milagre”, o crescimento econômico brasileiro da primeira década do século XXI trouxe consigo maior redução das desigualdades. As transferências de renda, por meio do programa Bolsa Família, a valorização real do salário mínimo e a inclusão no mercado de consumo de uma parte significativa da população brasileira levaram à expansão de setores cuja produção demandava uma mão de obra menos qualificada. É o caso de muitos setores de serviços e da construção civil, que cresceram de forma expressiva no período (Carvalho, 2018).

Ao provocarem o aumento acelerado dos salários das ocupações que exigiam menor qualificação, tais alterações no padrão de consumo e na estrutura produtiva colaboraram com o círculo virtuoso de dinamismo do mercado interno e do mercado de trabalho que vigorou até 2010. Em síntese, o processo de redução de desigualdades no Brasil durante esse



Reprodução

Assim como Getúlio Vargas no Hipódromo da Gávea, em 1954, Dilma também foi alvo de ira da classe média brasileira, que vaiou em coro a presidenta nas aberturas da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo de 2014 (foto acima)

período explica-se, essencialmente, por mudanças na base da pirâmide social, consequência, em boa parte, das políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo. Essas transformações, por sua vez, repercutiram no padrão de consumo das famílias brasileiras: produtos e serviços antes consumidos apenas pelos mais ricos passaram a ser consumidos também pela população de baixa renda. Vale lembrar que Paulo Guedes, ministro da Economia do governo de Jair Bolsonaro, demonstrou seu desprezo elitista ao analisar a política cambial dos governos petistas, quando revelou incômodo com a presença de empregadas domésticas na Disneylândia⁴⁰. A alta do preço das commodities e os três pilares do crescimento econômico — distribuição de renda, expansão do crédito e aumento dos investimentos públicos — explicam a melhora no desempenho da economia brasileira em relação às duas décadas anteriores.

Na administração de Dilma Rousseff, especialmente entre 2011 e 2014, Carvalho (2018) recorda que houve o fim do ciclo de expansão dos investimentos públicos em infraestrutura e sua substituição por uma política de redução de impostos, concessões e outros estímulos ao setor privado, que retiraram da economia brasileira um de seus principais motores⁴¹. O fraco desempenho econômico, somado à inflação de combustíveis, energia elétrica

40 No dia 12 de fevereiro de 2020, Guedes proferiu a seguinte frase: “Não tem negócio de câmbio a R\$ 1,80. Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para a Disneylândia, uma festa danada.” (Ventura, 2020)

41 Após o impeachment, a ex-presidente Dilma Rousseff classificou a política de desonerações como um dos seus principais erros. Na autocrítica, feita em diversas entrevistas a veículos estrangeiros no ano de 2017, Dilma disse que esperava que as renúncias fiscais estimulassem as empresas a realizar investimentos e gerar empregos, mas que os empresários acabaram utilizando a política para aumentar suas margens de lucro. De fato, a maior parte das desonerações fiscais concedidas parece ter servido como política de transferência de renda para os mais ricos, contribuindo também para deteriorar sobremaneira as contas públicas (Carvalho, 2018, p. 74).

Em cenários de crise econômica, o comportamento característico da burguesia é se rebelar contra a estrutura legal do Estado, por não querer abrir mão da forma mais rudimentar de extrair mais-valor, a mais-valia absoluta. Para conseguir atingir suas reivindicações, a burguesia dissemina na sociedade sua superestrutura, alçando intelectuais, teorias, conceitos etc., além de recorrer às instituições que possibilitam cristalizar estruturas sociais

e transportes públicos urbanos, germinou descontentamento em parcelas significativas da população, culminando em grandes protestos contra o governo:

Protestava-se contra tudo: contra a má qualidade dos serviços públicos, contra os gastos exorbitantes com os megaeventos esportivos, em especial as construções de estádios a valores superfaturados, que começavam a ser reveladas pela imprensa —, contra o oligopólio dos meios de comunicação, principalmente o da TV Globo, contra os políticos, contra a dominação dos partidos sobre os movimentos populares, contra a violência policial, contra a miséria, contra o desemprego. As palavras de ordem iam de “Queremos hospitais e escolas padrão Fifa” — numa crítica às despesas com a Copa e ao baixo investimento em programas sociais — até “Os governantes agora somos nós” (Dieguez, 2022, p. 30).

Assim como Getúlio Vargas no Hipódromo da Gávea, em 1954, Dilma também foi alvo de ira da classe média brasileira, que vaiou em coro a presidenta nas aberturas da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo (2014). Nesse contexto de insatisfação popular, emergiram alguns grupos conservadores que se apropriaram de pautas das manifestações, como o Movimento Brasil Livre (MBL). Fundado em 2014, o MBL reunia nas redes sociais jovens e adolescentes ativos, com pouca instrução política. Posteriormente, o MBL seria um dos maiores grupos organizados em campanha contra o governo de Dilma Rousseff, e alguns de seus principais membros se elegeriam vereadores e deputados, como os casos de Kim Kataguirí, de Fernando Holiday e de Arthur do Val.

Analistas e imprensa demoraram a compreender a guinada do Brasil para a direita. Os novos grupos eram vistos como exóticos ou radicais, e foram tratados com desdém por jornalistas e acadêmicos. Nesse contexto, havia um novo fator a ser explorado: as redes sociais. Seus jovens usuários não precisavam mais da mídia tradicional para divulgar ideias, e passaram a ter seus próprios meios de difusão.



O torturador Brilhante Ustra em depoimento à Comissão Nacional da Verdade em maio de 2013

Para deixar a conjuntura política ainda mais conturbada, começava a ganhar força a operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014 e que, um ano depois, ampliaria investigações sobre um esquema de corrupção na Petrobras, com a participação de partidos aliados do governo e de diretores por eles indicados à estatal. Objeto de sublimação por parte da mídia, que desde o primeiro momento a exaltou numa cobertura acrítica, a Lava Jato foi crucial para a derrocada de Dilma. Embora já houvesse claros sinais da condução enviesada da operação, ela só seria comprovada quatro anos depois, com o vazamento de mensagens demonstrando que a acusação atuou em conluio com então o juiz Sergio Moro. A “república de Curitiba”, similar à “república do Galeão”, no final da era Vargas, cometeu uma série de irregularidades jurídicas por via da operação Lava Jato, buscando eliminar as bases da administração petista, usando de forma desvirtuada o recurso da delação premiada para incriminar pessoas previamente designadas.

Além de a economia não ir bem, a classe média mostrar-se cada vez mais irrisignada com o governo e a Lava Jato buscar destruir as reputações da base governista, um outro fator que minou o governo Dilma — e que não pode ser ignorado — é a antipatia dos militares brasileiros com o referido governo. Victor (2022), em um brilhante estudo sobre o papel dos militares na vida política brasileira, demonstra como eles passaram a antagonizar o governo Dilma após a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011⁴². Mais tarde, a contrariedade dos militares com o PT fica evidente quando o general Villas Bôas, comandante do Exército Brasileiro, posta em suas redes sociais uma indireta em forma de ameaça ao Supremo Tribunal Federal (STF)⁴³, antes da votação do habeas corpus que re-

⁴² A CNV tinha por objetivo esclarecer as mortes e práticas de tortura realizadas durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

⁴³ Villas Bôas confirmou em entrevista que a pressão feita sobre o STF para que o tribunal não aceitasse o habeas corpus de Lula foi tramada pela cúpula militar (Em livro..., 2021).

A família patriarcal cristã atendia adequadamente à estrutura feudal, mas tornou-se antiquada para o capitalismo urbanizado, cada vez mais atomizado e individualista. Culpar os socialistas ou os partidos de esquerda pela dissolução da família patriarcal cristã e seus valores é, no mínimo, hipocrisia

sultaria na impugnação da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para as eleições de 2018.

Com o impeachment de Dilma em 2016, o presidente interino Michel Temer impôs duríssimas políticas, ferindo diretamente os interesses das classes populares, como a Lei do Teto de Gastos (emenda constitucional nº 95/2016), a Reforma Trabalhista (2017) e o Novo Ensino Médio (2017).

Em meio a uma radicalização dos movimentos conservadores no Brasil, a figura do deputado Jair Messias Bolsonaro foi ganhando cada vez mais adeptos nas redes sociais. Bolsonaro, que era um militar reformado, tornou-se deputado em 1991 pelo Rio de Janeiro⁴⁴, onde, inclusive, era conhecido pela luta por melhorias nos salários e nos planos de carreira dos militares, e também pelo obscuro envolvimento com milícias, junto com seus familiares. É interessante notar que nos anos 1990 Bolsonaro era visto como figura desprezível pela alta cúpula militar⁴⁵, e digno de chacota na Câmara dos Deputados, onde por 27 anos conseguiu aprovar apenas dois projetos.

O grande trunfo de Bolsonaro foi a capacidade de reunir ao seu redor: evangélicos, que cresceram assustadoramente no Brasil durante os governos do PT; empresários e ruralistas; operadores do mercado financeiro; militares; jovens ativistas; eleitores de centro, ressentidos por serem chamados de fascistas, além de milhões de desertores, que deixaram de votar no PT após o ex-presidente Lula ser impedido pelo Supremo de concorrer à Presidência em 2018.

Os valores exaltados pelo seu governo provinham do velho jargão “Deus, pátria e família”, tradicionalmente utilizado por grupos reacionários para defender seus interesses. Nas áreas agrícolas, os produtores rurais se queixavam das invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) às suas propriedades, além de temer a possibilidade

⁴⁴ É importante destacarmos que Bolsonaro ingressou na política dois anos antes, em 1989, como vereador na capital fluminense.

⁴⁵ O ex-presidente Ernesto Geisel declarou em 1993: “Presentemente, o que há de militares no Congresso? Não contemos o Bolsonaro, porque o Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mau militar.” (Victor, 2022, p. 110)



Em 24 de agosto de 1954, dia em que o presidente Getúlio Vargas se suicidou, veículos de O Globo foram incendiados por populares no Rio de Janeiro; jornal foi acusado de alimentar noticiário contra Vargas

de criação de novos assentamentos de reforma agrária. Os evangélicos, contra o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, criticavam as pautas da esquerda e a acusavam de destruir os valores da família cristã. Os agentes do mercado financeiro nunca viram com bons olhos as intervenções governamentais na economia feitas pelas administrações petistas e mostravam-se contrários à política de assistência social. Além disso, Bolsonaro contou com apoio de consideráveis parcelas da burguesia nacional (comercial e industrial), jovens ativistas na internet, eleitores de centro, militares e minorias conservadoras. Bolsonaro se apresentava como o salvador da pátria para esses grupos descontentes com a gestão do PT, que não em vão o apelidaram de Mito.

Bolsonaro arrebanhou os votos de brasileiros que, de uma hora para outra, passaram a se identificar como “de direita”. O fenômeno ganhou um nome corriqueiro: bolsonarismo. Apesar de o nome do então candidato e posteriormente presidente da República (2019-2022) ser tomado de empréstimo, o movimento direitista-conservador brasileiro não se limitou aos bolsonaristas. Pelo contrário: reuniu sob um mesmo “guarda-chuva” grupos tão díspares como os conservadores dos costumes, os liberais na economia, os defensores da intervenção militar e os caçadores de corruptos nascidos na operação Lava Jato, entre outros grupos minoritários.

As pesquisas de Diguez (2022) e Victor (2022) foram alguns dos trabalhos pioneiros que se aventuraram a compreender o bolsonarismo. Ambas as obras demonstraram que a campanha de Bolsonaro em 2018 foi orientada por pautas morais, conspirações e, sobretudo, desinformação espalhada pelas redes sociais. A campanha potencializou exponencialmente, portanto, um “antipetismo que já era latente nos meios militares e em outros setores conservadores do país, que na verdade não passava do velho anticomunismo com um novo verniz e aplicado pela operação Lava Jato” (Victor, 2022, p. 191). Nesse contexto, os bolsonaristas

Getúlio não “getulianizou” as Forças Armadas, assim como sabemos que os governos do PT não fizeram os militares alinharem-se aos projetos progressistas, o que possibilitou a permanência na instituição do pensamento reacionário do início do século XX

exploraram exaustivamente uma faceta ascendente do conhecido fenômeno: o antipetismo cultural⁴⁶ — prática que foi aprimorada por Olavo de Carvalho, guru intelectual da família Bolsonaro —, ou a exploração de temas religiosos e comportamentais associados à família, à moral e aos bons costumes.

Ancorado na ascensão dos evangélicos e na vultosa adesão desses fiéis a Bolsonaro, o antipetismo cultural soube manejar eleitoralmente valores caros à enorme fatia conservadora da população. Mas também manipulou, distorceu e criou falácias, como no caso do chamado kit gay, apregoando que alunos das escolas brasileiras sofriam doutrinação marxista — queixa ecoada no fundamentalismo do projeto Escola sem Partido, de censura a professores —, chegando a aberrações como a “mamadeira de piroca”, uma fake news que se espalhou pelas redes sociais, segundo a qual, para combater a homofobia e a discriminação de gênero, prefeituras administradas pelo PT haviam “distribuído nas creches mamadeiras com bico em formato da genitália masculina, para que o então candidato a presidente Fernando Haddad, caso eleito, replicasse tal programa em todo o país” (Victor, 2022, p. 191-192).

A eleição de Bolsonaro definiu-se na tarde de 6 de setembro de 2018, durante uma caminhada de campanha em Juiz de Fora (MG), no controverso episódio em que o candidato levou uma facada de Adélio Bispo. Com o suposto atentado contra o candidato, houve grande mobilização da imprensa e das redes sociais, que pintavam Jair Bolsonaro como um mártir. Gozando de grande vantagem nas pesquisas eleitorais, o candidato decidiu cancelar as atividades de campanha e se negou a participar dos debates dos candidatos presidenciais, tanto na reta final do primeiro turno quanto no segundo turno, contra Fernando Haddad (PT), que passou longe de incomodar a liderança de Bolsonaro nas pesquisas.

46 Vale lembrar que o antipetismo cultural tem sua gênese nos textos e falas do jornalista Reinaldo Azevedo, que difundiu termos como petralhas, mortadelas, entre outros, em grandes meios de comunicação como a revista Veja e a rádio Jovem Pan, em São Paulo. No entanto, para sermos justos com Reinaldo Azevedo, é importante destacar que o jornalista, posteriormente, tornou-se um grande opositor de Jair Bolsonaro na imprensa, inclusive apoiando Lula nas eleições de 2022.



Evangélicos fazem “arminha” (gesto que simbolizou a campanha presidencial de Bolsonaro em 2018) durante culto. Ancorado na ascensão dos evangélicos e na vultosa adesão desses fiéis a Bolsonaro, o antipetismo cultural soube manejar eleitoralmente valores caros à fiação conservadora da população

Bolsonaro foi eleito em 2018 com 55% dos votos válidos. Em seus primeiros discursos defendeu valores conservadores e prometeu mais segurança para a população, a liberalização da posse de armas e o restabelecimento da “ordem” no país. Disse que trabalharia para “unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores”, e definiu o dia de sua posse como aquele em que “o povo começou a se libertar do socialismo [e] da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto” (Victor, 2022, p. 201). A constante presença de bandeiras dos Estados Unidos no ambiente político de Bolsonaro e seu clã, somada à clara submissão do Itamaraty aos interesses da Casa Branca e ao alinhamento ideológico do governo com as pautas de Steve Bannon (conselheiro de Donald Trump), reacendeu o debate sobre a questão do imperialismo, dando atualidade a teorias clássicas sobre o tema, como as de Vladímir I. Lênin e Eric Hobsbawm⁴⁷.

Na prática, o governo Bolsonaro (2019-2022) acabou sendo um dos piores da história do Brasil, tendo em vista que horrorizou o mundo com a forma com que enfrentou a pandemia de covid-19, usando de teorias de negação da ciência, corrupção na compra de vacinas, falhas logísticas na distribuição de oxigênio para hospitais, sucessivas trocas de ministros da Saúde etc.; erros que resultaram em cerca de 690 mil mortos no país (Oliveira, 2022).

Além do desastre na pandemia, podemos destacar o aumento do desmatamento na Amazônia; os elevados índices de inflação nos preços de alimentos e combustíveis; o esfacelamento da diplomacia brasileira, que passou a ser completamente orientada pelos Estados Unidos; a Reforma da Previdência (2019), que aumentou o tempo de contribuição dos trabalhadores, embora não tenha alterado o regime previdenciário de militares e parlamentares; a privatização da Eletrobras, e a tentativa de privatização dos Correios. O fracasso do governo Bolsonaro foi tamanho que o mandatário foi o primeiro presidente do Brasil a não conseguir se reeleger desde a redemocratização (1985), perdendo as eleições de 2022 para um velho conhecido do povo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva.

⁴⁷ A respeito da retomada da discussão sobre o imperialismo, recomendamos a leitura de Wood (2014).

O governo Bolsonaro buscou sustentação nas castas conservadoras das Forças Armadas, às quais não se cansou de conceder privilégios



5. CONCLUSÃO

Feita a análise de conjuntura apresentada neste artigo, a questão a que devemos responder é: qual o principal elemento em comum identificado no período dos Factory Acts, no final da era Vargas e na ascensão do bolsonarismo? A resposta é que em todos esses recortes histórico-geográficos o avanço das relações capitalistas e a melhoria dos direitos dos mais pobres entraram em conflito com as velhas formas de organização social. Em todos os casos, as crises econômicas precederam as crises políticas, como no esgotamento da Primeira Revolução Industrial, no período dos Factory Acts; na retração da balança comercial brasileira após o fim da Segunda Guerra Mundial, ao final da era Vargas, e na crise econômica, aprofundada pela diminuição dos investimentos públicos pós-Copa do Mundo no Brasil, que influenciou a conjuntura pré-impeachment de Dilma Rousseff.

Em cenários de crise econômica, o comportamento característico da burguesia é se rebelar contra a estrutura legal do Estado, por não querer abrir mão da forma mais rudimentar de extrair mais-valor, a mais-valia absoluta. Para conseguir atingir suas reivindicações, a burguesia dissemina na sociedade sua superestrutura, alçando intelectuais, teorias, conceitos etc., além de recorrer às instituições que possibilitam cristalizar estruturas sociais, beneficiando as elites ameaçadas pelas crises do capitalismo, como é o caso das religiões (cristãs, diga-se) que passam a dar legitimidade sagrada ou moral às pautas burguesas.

O capitalismo nasce na Inglaterra a partir da expropriação das terras comunais — política de cercamento —, criando proprietários de meios de produção e uma massa de desapropriados que precisam vender sua força de trabalho. O próprio capitalismo sentencia à morte a família paternalista cristã tradicional quando a insere na manufatura e proletariza mulheres e crianças. Pautas como a legalização do divórcio e do aborto nada mais são do que consequência das necessidades objetivas que o avanço das forças produtivas do capitalismo engendra nas relações de produção. A família patriarcal cristã atendia adequadamente à estrutura feudal, mas tornou-se antiquada para o capitalismo urbanizado, cada vez mais atomizado e individualista. Culpar os socialistas ou os partidos de esquerda pela dissolução da família patriarcal cristã e seus valores é, no mínimo, hipocrisia.

As ameaças de golpe militar — bem como o alinhamento das Forças Armadas aos interesses da burguesia — não são um fenômeno endêmico do Brasil, nem novo. Losurdo (2015), com base em Marx e Engels, lembra que em formações sociais nas quais não existe uma oligarquia capaz de dirigir o Estado e a sociedade em prol dos interesses da burguesia, ao contrário da Inglaterra e dos Estados Unidos, é comum a implantação de semiditaduras bonapartistas⁴⁸, como ocorreu na Alemanha de Bismarck. A elite corteja os militares concedendo-lhes privilégios, e eles, por sua vez, agem como guardiões dos interesses burgueses no Estado. No caso brasileiro, desde a fundação da República, os militares têm posição de casta do funcionalismo público, com regras previdenciárias e planos de carreira muito melhores do que os da maioria dos servidores, e por várias vezes atuando como força independente em relação ao Poder Executivo (Victor, 2022).

Silva (2012, p. 357) lembra que Getúlio não “getulianizou” as Forças Armadas, assim como sabemos que os governos do PT não fizeram os militares alinharem-se aos projetos progressistas, o que possibilitou a permanência na instituição do pensamento reacionário do início do século XX. Soma-se a isso o fato de que, entre os países da América do Sul que atravessaram ditaduras nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil é um dos poucos onde a retomada da democracia não resultou em punição dos militares pelos crimes cometidos em nome do Estado, diferentemente do que aconteceu na Argentina e no Chile, como bem observou Dieguez (2022).

Analisando a história do Brasil republicano, percebe-se que as elites respeitam os resultados do voto democrático apenas quando os eleitos são representantes de seus interesses. Caso contrário, a história mostra que a burguesia busca, primeiramente, formas “legais” — manobras parlamentares ou “golpes brancos” — de anular o processo eleitoral, questionando a idoneidade deste, como fizeram o brigadeiro Eduardo Gomes e Aécio Neves. Em casos de maior radicalização, a burguesia também pode recorrer às práticas antidemocráticas, como em 1964 ou na derrota de Jair Bolsonaro, em 2022. O caso brasileiro evidencia a contradição, rigorosamente estudada por Wood (2011), entre capitalismo e democracia.

A democracia brasileira é, sem sombra de dúvidas, terreno em que se pode ver claramente a luta de classes, pois basta entendermos que quem votava no PTB de Vargas ou, mais recentemente, no PT de Lula sabia o que estava fazendo. Votava pelas empresas estatais, pela reforma agrária, pela manutenção e ampliação dos direitos sociais. Quem votava na UDN ou em Jair Bolsonaro também sabia o que estava fazendo. Votava contra o trabalhismo, com sentimento anticomunista, pela abertura das empresas públicas ao capital estrangeiro, pela diminuição do Estado na sociedade e por uma democracia restritiva, abertamente contrária ao movimento sindical e demais movimentos sociais.

48 Sobre a recorrência às ditaduras bonapartistas em sociedades capitalistas não desenvolvidas: “Eis em que termos, em uma carta enviada a Marx, desde Manchester, em 13 de abril de 1866, Engels descreve o advento na Alemanha do ‘bonapartismo’ bismarckiano: Ao que parece, o burguês alemão depois de alguma resistência curvará a cabeça, porque o bonapartismo é efetivamente a verdadeira religião da burguesia moderna. Cada vez mais fica claro para mim que a burguesia é incapaz de comandar diretamente e que por isso, onde não existe uma oligarquia que em troca de uma boa remuneração, como aqui na Inglaterra, se pode encarregar de dirigir o Estado e a sociedade no interesse da burguesia, a forma normal é uma semiditadura bonapartista; ela defende os interesses materiais essenciais da burguesia até contra a burguesia, mas ao mesmo tempo não lhe concede acesso ao poder. Por outro lado, essa mesma ditadura, por sua vez, se vê obrigada, contra sua vontade, a fazer seus os interesses materiais da burguesia. Assim, vemos agora o senhor Bismarck adotar o programa da união nacional [a organização por excelência da burguesia liberal]” (Losurdo, 2015, p. 208).

Entendemos que a crítica ao capitalismo — mesmo que esteja fora de moda na esquerda ocidental — ainda é o terreno mais fértil para se compreenderem os problemas políticos do Brasil contemporâneo. É justo afirmar que um conjunto de obras criadas para estudar o capitalismo no século XIX não é adequado para as condições do início do século XXI. Mas não é evidente que haja surgido qualquer outra coisa durante esse período que ofereça uma base melhor — nem mesmo remotamente próxima — para a análise crítica do capitalismo. Concordamos com Wood (2011) no entendimento de que o mínimo que se pode dizer do materialismo histórico é que ele tem uma vantagem inestimável sobre todos os outros sistemas teóricos econômicos ou sociais os quais se propuseram a superá-lo, ou seja, tem vantagem pelo fato de submeter ao exame crítico não apenas o capitalismo em si, mas também as categorias analíticas a ele associadas.

Conclui-se, com isso, que no Brasil alguns intelectuais que buscam explicar a sociedade contemporânea muitas vezes parecem mais preocupados em mostrar que “superaram” autores clássicos do que, de fato, em compreendê-los com rigor filológico.

* Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Ourinhos. Mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador dos grupos Redes e Organização Territorial e Formação Socioespacial: Progresso Técnico e Desenvolvimento Econômico (GEOTDE), ambos registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil (DGP) do CNPq. Membro do Conselho Científico da revista *Geografia* (Unesp Rio Claro). Assessor de direção na Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina (SED). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1017-9070>

► Texto recebido em 7 de maio de 2024; aprovado em 21 de maio de 2024.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. As classificações de Plínio: uma análise do pensamento de Plínio Salgado entre 1932 e 1938. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, n. 23, v. 3, p. 161-180, jun.-set. 1978.

ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL. **Presos políticos no Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/marcos/ditadura-do-estado-novo/mapas/presos-politicos-no-estado-novo>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

A TRAJETÓRIA do divórcio no Brasil: a consolidação do Estado democrático de direito. **Jusbrasil**, 2010. Disponível em: <<https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/2273698/a-trajetoria-do-divorcio-no-brasil-a-consolidacao-do-estado-democratico-de-direito>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

BARROCO, Maria Lucia da S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan.-abr. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.268>>. Acesso em: 19 maio 2024.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. *In: _____*; FONSECA, Paulo César Dutra (Org.). **A era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 361-454.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOITO JR., Armando. Os conflitos de classe na recente história política do Brasil. **Princípios**, v. 42, n. 166, p. 9-30, 8 mar. 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.002>>. Acesso em: 19 maio 2024.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018

DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente**: nova direita e bolsonarismo, seus bastidores, personagens e a chegada ao poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. Tradução Manuel do Rego Braga. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

EM LIVRO, Villas Boas confirma que pressão sobre o STF contra Lula foi articulada pela cúpula do Exército. **Carta Capital**, 10 fev. 2021. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/politica/em-livro-villas-boas-confirma-que-pressao-sobre-o-stf-contralula-foi-articulada-pela-cupula-do-exercito>. Acesso em: 21 abr. 2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Tradução Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019 [1884].

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução Bernhard A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008 [1845].

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. *In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Paulo César Dutra (Org.). A era Vargas*: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 295-322.

FRESU, Gianni. **Nas trincheiras do Ocidente**: lições sobre fascismo e antifascismo. Ponta Grossa: UEPG, 2017.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. Tradução Maria T. Teixeira e Marcos Panchel. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. Tradução Sílvia de Bernardins. São Paulo: Boitempo, 2015.

MANDEVILLE, Bernard. **A fábula das abelhas ou Vícios privados, benefícios públicos**. Tradução Bruno Costa Simões. São Paulo: Editora Unesp, 2017 [1723].

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução Rubens Enderle et al. São Paulo: Boitempo, 2007 [1846].

MOOS, Katherine. The political economy of state regulation: the case of the British Factory Acts. **Cambridge**

Journal of Economics, n. 45, p. 61-84, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/cje/beaa034>>. Acesso em: 19 maio 2024.

NETO, Lira. **Getúlio**: da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

OLIVEIRA, Cida de. Os sete erros de Bolsonaro que permitiram 75% das 690 mil mortes por covid no Brasil. **Rede Brasil**, 27 nov. 2022. Disponível em: <www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/sete-erros-bolsonaro-covid-brasil>. Acesso em: 21 abr. 2023.

RANGEL, Ignácio. A dualidade básica da economia brasileira. In: BENJAMIN, César (Org.). **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005 [1957]. v. 1, p. 285-354.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Lígia Osório. A “política do Exército” no primeiro governo Vargas: 1930-1945. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Paulo César Dutra (Org.). **A era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 323-361.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

_____. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

VACCA, Giuseppe **Vida e pensamento de Antônio Gramsci (1926-1937)**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

VENTURA, Manoel. Guedes diz que dólar alto é bom: “empregada doméstica estava indo para Disney, uma festa danada”. **O Globo**, 12 fev. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

VICTOR, Fábio. **Poder camuflado**: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Tradução Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O império do capital**. Tradução Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

A vida e a obra de Saint-Simon

O nascimento do socialismo

The life and work of Saint-Simon
The birth of socialism

Francisco quartim de Moraes*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.010>



Ilustração de autor desconhecido. Reproduzida de <https://www.meisterdrucke.de/>

RESUMO

Ainda jovem, o conde de Saint-Simon (1760-1825) participou da Guerra de Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa. Posteriormente contribuiu significativamente com o desenvolvimento das ideias políticas e da formação do pensamento socialista. O que ajuda a explicar por que ele foi, durante a Guerra Fria, um dos únicos pensadores homenageados tanto nos EUA quanto na URSS. Não são poucos os estudiosos estrangeiros de suas ideias que as consideram inspiradoras das grandes correntes político-filosóficas do século XIX. O marxismo, o liberalismo, o positivismo, o feminismo e o catolicismo social teriam tido forte inspiração nos seus escritos e nos de seus seguidores. É tempo de trazer para o debate brasileiro, rompendo o desconhecimento quase completo de sua obra, as grandes questões que ela continua suscitando. Qual foi a obra de Saint-Simon? Como isso se relacionou com sua turbulenta biografia? Seria Saint-Simon um socialista ou um precursor do socialismo? Qual foi a influência de seu pensamento sobre o marxismo? Quais são as bases políticas de sua filosofia? São algumas das questões a que objetivamos responder neste trabalho, parcialmente biográfico mas também resultado de uma profunda análise das fontes primárias e secundárias sobre esse autor.

Palavras-chave: Saint-Simon. Marxismo. Socialismo. Positivismo. Revolução Francesa.

ABSTRACT

As a young man, the Count of Saint-Simon (1760-1825) participated in the American War of Independence and in the French Revolution. Later he contributed significantly to the development of political ideas and the formation of socialist thought. It helps to explain why he was, during the Cold War, one of the only thinkers honored in both the USA and the USSR. There are many foreign scholars who consider him the inspirer of the most important political-philosophical currents of the 19th century. Marxism, liberalism, positivism, feminism and social Catholicism have had strong inspiration in his texts and those of his followers. It is time to bring to the Brazilian debate, breaking the almost complete lack of knowledge of his work, the great questions that it continues to raise. What was Saint-Simon's work? How did this relate to his turbulent biography? Was Saint-Simon a socialist or a precursor of socialism? What was the influence of his thinking on Marxism? What are the political bases of his philosophy? These are some of the questions we aim to answer in this work, which is partially biographical but also the result of an in-depth analysis of primary and secondary sources about this author.

Keywords: Saint-Simon. Marxism. Socialism. Positivism. French Revolution.

1. O FUNDADOR DOS FUNDADORES

Se a sociologia reconhecer sua descendência de Saint-Simon mais do que de Comte, ela adquirirá não somente um pai, mas um pária como irmão, o socialismo.

Alvin Gouldner *apud* Durkheim (1959, p. xi, tradução nossa)

Não é preciso concordar plenamente com as ideias de Saint-Simon para rejeitar a imagem meramente depreciativa associada ao chamado socialismo utópico. Fala alto o silêncio sobre o tema, fora da França quase não existem estudos sobre esse autor que, até para entender o Brasil¹, consideramos fundamental. Existem, é claro, valorosas exceções como Carlos Estevam Martins (1975) e Gleison Vieira (2011). A nosso ver, além da influência do pensamento de Saint-Simon no Brasil, faltam trabalhos em português que analisem a relação entre o marxismo e as ideias desse precursor do socialismo. Ainda que possibilite interpretações distintas, a obra de Saint-Simon vincula o estudo da sociedade (ou “fisiologia social”, nos termos dele) à formulação de uma pioneira doutrina socialista.

Existe aí um debate intrínseco sobre a possibilidade de considerar Saint-Simon socialista ou não. Desde logo é sabida a sua classificação pelo cânone marxista como socialista utópico, mas Engels, ao levantar a questão, afirma em seu livro *Anti-Dühring* que Saint-Simon não era socialista pois não questionava a propriedade privada². Ao mesmo tempo, como profundo admirador de Saint-Simon, Engels dizia também que ele possuía “amplitude de visão genial, que faz com que todas as ideias não estritamente econômicas dos socialistas posteriores a ele estejam contidas em germe na sua teoria” (Engels, 1950, p. 299, tradução nossa). Foi no movimento

Lênin, no livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, deu um passo além: para ele, Saint-Simon era marxista antes de Marx: “Ainda estamos longe da realização dessas palavras de Saint-Simon, mas chegaremos lá: isso é marxismo, diferente do concebido por Marx, mas apenas na forma!”

¹ Para mais informações sobre a influência de Saint-Simon no Brasil, consultar a tese de doutorado *Positivismo social: o legado de Saint-Simon e sua recepção no Brasil* (Moraes, 2022).

² Não questionou o caráter da propriedade privada, mas fez outras propostas subversivas. Defendeu, por exemplo, o preceito de que a propriedade deveria ser reorganizada sob o controle do Estado, com vistas a prover o maior número possível de pessoas (Leroy, 1950, p. 231). Também lembramos que foram os discípulos diretos de Saint-Simon, logo após sua morte e antes de Engels e Marx, que se posicionaram pela primeira vez em defesa da socialização dos meios de produção (Bazard; Carnot, 1829; 1830).

saint-simoniano, mais especificamente no jornal *Le Globe*, que surgiram muitos termos caros aos socialistas, como *questão social*, *os trabalhadores* e *classe trabalhadora*, *os miseráveis*³ etc. Terminologia essa que é hoje absolutamente arraigada no pensamento social. Lênin, no livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, deu um passo além: para ele, Saint-Simon era marxista antes de Marx: “Ainda estamos longe da realização dessas palavras de Saint-Simon, mas chegaremos lá: isso é marxismo, diferente do concebido por Marx, mas apenas na forma!” (Lênin, 1960, p. 327, tradução nossa)

Um momento fundamental do estudo sobre as ideias saint-simonianas é o curso proferido por Émile Durkheim na Faculdade de Letras de Bordeaux entre 1895 e 1896. O primeiro curso de Sociologia dado em uma universidade versou sobre esse intelectual francês. Lá Durkheim afirmou que Saint-Simon foi um dos fundadores do socialismo⁴, do positivismo⁵ e da Sociologia (Durkheim, 1928). Durkheim planejava escrever uma longa história do socialismo, com destaque para Saint-Simon e Karl Marx. Mas suas pesquisas o levaram a outros caminhos. Proferiu somente o primeiro curso, que gozou de grande prestígio e foi depois publicado em livro. A importância atribuída a Saint-Simon é tanta que o título original em francês é *Le socialisme: sa définition, ses débuts, la doctrine saint-simonienne* (o socialismo: sua definição, seus começos, a doutrina saint-simoniana) e a versão em inglês é *Socialism and Saint-Simon* (socialismo e Saint-Simon). Dois dos socialistas franceses mais importantes dessa época, Jean Jaurès e Jules Guesde, declararam concordar com Durkheim (Gouldner *apud* Durkheim, 1959, p. xxii). Segundo Marcel Mauss, colaborador de Durkheim, vários dos alunos desse curso se converteram ao socialismo.

Também é notável a influência de Saint-Simon em outras correntes de pensamento importantes do século XIX e XX, em especial no anarquismo (através de Proudhon⁶), em todas as formas de tecnocracia, no feminismo, no fascismo, na doutrina social católica e nas sociais-democracias⁷. Pode parecer exagerado afirmar que Saint-Simon inspirou ou fundou tantas correntes de pensamento tão diferentes entre si. Como encontrar uma unidade entre a teoria da ciência e o socialismo? Entre a Sociologia e o catolicismo? Durkheim respondeu: essas correntes de pensamento, aparentemente completamente diferentes, têm um antepassado em comum (Durkheim, 1959, p. 122).

Mas ele não foi o único intelectual a estudar profundamente Saint-Simon. Entre os muitos autores influenciados por sua obra, encontramos expressões das mais opostas posições políticas: Marx, Engels, Proudhon e Lênin, de um lado, Friedrich Hayek e Alfredo

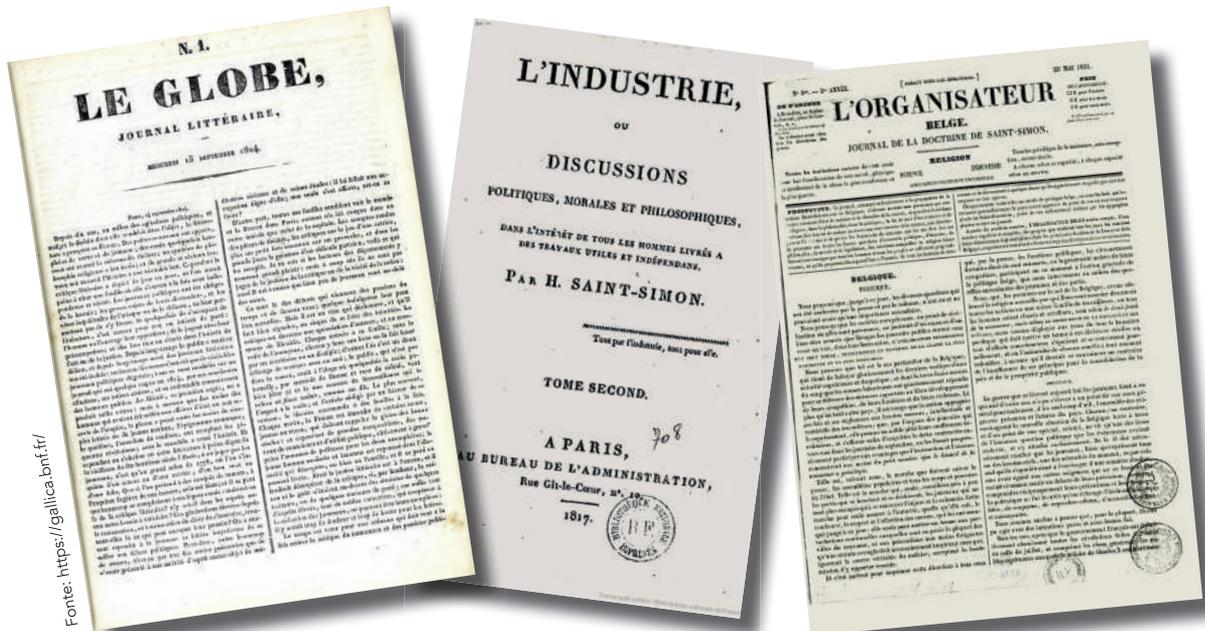
3 O próprio Victor Hugo, autor de *Os Miseráveis* (1862), foi grande admirador de Saint-Simon.

4 Segundo o dicionário Lalande, a primeira vez que o termo socialismo foi usado de maneira precisa e designando uma doutrina foi na França, em escritos do saint-simoniano Pierre Leroux em 1833. Ainda que ele faça a ressalva de que o termo *socialista* já aparecia na Inglaterra no mesmo período (Lalande, 1926, p. 998-999). Ver também o artigo de Carl Grünberg sobre a origem das palavras socialismo e socialista (Grünberg, 1909).

5 Segundo Durkheim, as “bases da filosofia positivista” podem ser encontradas já em Saint-Simon: “Portanto, é para ele que devemos, com completa justiça, dar a honra dada hoje em dia para Comte.” (Durkheim, 1959, p. 67, tradução nossa).

6 Aos interessados na influência do positivismo no anarquismo de Proudhon, vale consultar o livro de Maxime Leroy *Histoire des idées sociales en France* (Leroy, 1950) e a tese de doutorado de Pierre Ansart, *Socialisme et anarchisme: Saint-Simon, Proudhon, Marx* (Ansart, 1969).

7 Todas essas hipóteses foram exploradas em nossa tese de doutoramento (Moraes, 2022).



Fonte: <https://gallica.bnf.fr/>

Capas de órgãos de imprensa saint-simonianos: *Le Globe*, *L'Industrie*, *L'Organisateur* (século XIX)

Rocco⁸, do outro. Durkheim também não foi o único a atribuir a Saint-Simon a origem de algumas das mais importantes correntes de pensamento do século XIX e XX. Maxime Leroy, historiador e jurista francês, em sua monumental *Histoire des idées sociales en France* (história das ideias sociais na França, obra em três volumes publicados entre os anos 1940 e 1950), afirma: “Não é uma coincidência desprovida de ensinamentos que Saint-Simon tenha sido, entre 1802 ou 1803 e 1825, o primeiro socialista da Era Moderna, o primeiro sociólogo e ao mesmo tempo o anunciador de um novo cristianismo.” (Leroy, 1950, p. 223, tradução nossa)

As pesquisas mais recentes apontam também para essa direção. O organizador de um colóquio internacional sobre Saint-Simon realizado em 2004, Pierre Musso⁹, também lhe atribui papel original: para ele, Saint-Simon seria o “fundador dos fundadores” (Musso, 2004, p. 14). Reforça Musso que as correntes que dominaram o século XIX e XX — liberalismo, socialismo, positivismo, anarquismo e marxismo — foram bastante influenciadas por Saint-Simon. Este também teria contribuído com a origem de várias disciplinas, como as Ciências Políticas e a Sociologia (Musso, 2004, p. 10). Não nos interessa estabelecer quem foi o “criador” dessas teorias. Bem se sabe que o pensamento não avança só com iniciativas individuais, mas com a continuidade coletiva. Se reforçamos a originalidade de Saint-Simon, o fazemos para concatenar cronologicamente ideias importantes para a compreensão dos séculos XIX e XX e mostrar a importância desse autor, por vezes esquecido. Dada a falta de estudos específicos em nossa língua, resolvemos fazer um estudo de sua vida e obra.

8 Rocco foi o principal articulador da união dos nacionalistas com os fascistas que deu origem ao Partido Nacional Fascista. Presidente da Câmara dos Deputados, autor da lei sindical de 14 de abril de 1926, ministro da Justiça e amigo de Mussolini, foi também o principal redator da *Carta del lavoro*. Em sua juventude, “o arquiteto do estado fascista” foi ávido leitor de Saint-Simon (Tarquini, 2017).

9 Especialista em Saint-Simon e professor na Télécom Paristech (Escola Nacional de Comunicações da França, que faz parte do Institut Polytechnique de Paris) e na Universidade Rennes 2.

2. VIDA E OBRA DE SAINT-SIMON

*Toda a Europa está se massacrando, e o que você está fazendo para parar essa carnificina?
Nada, eu afirmo!*

Saint-Simon (1813, p. 40, tradução nossa)¹⁰

Claude-Henri de Rouvroy, o conde de Saint-Simon, nasceu em Paris no dia 17 de outubro de 1760. A primeira passagem de sua vida que merece uma observação é sua recusa em fazer a primeira comunhão, atitude que não deveria ser comum em meados do século XVIII. Sua rebeldia contra o pai (Balthazar-Henri de Saint-Simon-Sandricourt) lhe valeu um confinamento no convento de Saint-Lazare. De lá só saiu graças à intervenção de uma tia, iniciando então seus estudos com o eminente enciclopedista D'Alembert.

Em 1779, o jovem nobre Saint-Simon partiu para os Estados Unidos para participar da Revolução Americana. Lá, foi ferido, condecorado e preso pela Marinha Britânica ao tentar retornar. Antes disso, no México, ele defendeu a criação de um grande canal que ligasse o Pacífico ao Atlântico (Reinach, 1926, p. 113)¹¹. Seu desapareço pela violência já aparecia; segundo ele, sua ida para os Estados Unidos foi para lutar pela liberdade industrial e para se ocupar de “ciências políticas, e não de táticas militares”. A guerra não lhe interessava, o ofício das armas o enojava (Saint-Simon, 1951, p. 55, tradução nossa). Só saiu da prisão na Inglaterra e retornou para a França depois de firmados os tratados de paz.

Sua família não escapou ao processo de pauperização da nobreza francesa. Consta que seu pai e mãe tiveram um final de vida pobre, o que fez Saint-Simon trabalhar para ganhar a vida. Com o início da Revolução Francesa, datado de 5 de maio de 1789, Saint-Simon começou a participar de atividades revolucionárias. Em novembro de 1790, o conde jacobino Claude-Henri de Saint-Simon foi nomeado pelos camponeses de Falvy presidente da assembleia. Em seu discurso, ele proclamou: “Não existem mais senhores, cavalheiros; aqui nós somos todos iguais, e, para evitar que o título de conde vos induza ao erro de crer que tenho direitos superiores aos vossos, eu vos declaro que renuncio para sempre a esse título, que enxergo como bastante inferior ao título de cidadão [...]” (Saint-Simon, 1951, p. 13, tradução nossa)

Fez ainda outros discursos revolucionários, pela igualdade na humanidade e contra o Antigo Regime. A historiografia nota que ele participou ativamente de sociedades jacobinas, embora os seus seguidores tenham escondido os documentos que provavam essa relação, talvez pela aparente contradição entre os seus textos pacifistas e a participação em movimentos violentos. Conforme a revolução se desenvolvia, a aliança entre o campesinato pobre e a burguesia revolucionária foi se firmando. Uma das reivindicações era a distribuição de terras, em especial as propriedades da Igreja Católica, detentora de enormes latifúndios. Essas terras começaram a ser confiscadas e vendidas como “bens nacionais”, Saint-Simon contraiu empréstimos, comprou essas terras, partilhou-as e vendeu-as pelo mesmo preço da aquisição, de modo que camponeses com menos recursos pudessem ter acesso a elas (Leroy, 1950, p. 199-200).

¹⁰ Em 16 de março de 1813, a Prússia declarou guerra à França de Napoleão Bonaparte.

¹¹ Um pouco mais tarde, proporia ao rei da Espanha a construção de um enorme canal que ligasse Madri ao mar. As grandes obras públicas eram uma obsessão desse filósofo francês.



Gravura de Berthaut retrata pilhagem do convento de Saint-Lazare, em Paris, levada a cabo por revolucionários em 13 de julho de 1789. Saint-Simon estudou nessa instituição

Na revolução travou novas amizades com intelectuais como Babeuf e Condorcet¹². Dois homens que, junto com D'Alembert e com o abade de Saint-Pierre¹³, foram grandes influências em seu pensamento (Saint-Simon, 1951, p. 14-16). Babeuf, o principal articulador da Conspiração dos Iguais, tentou radicalizar socialmente a revolução. Por defender o fim da distinção entre ricos e pobres, passando por cima inclusive da propriedade privada, foi guilhotinado em maio de 1797. O clima de ameaças levou Saint-Simon a se afastar das disputas políticas, e no processo se tornou um dos grandes industriais franceses. Desenvolveu então um jogo de cartas revolucionário, no qual o rei seria um intelectual genial, as damas, a liberdade, e os valetes, a igualdade. Logo após esse período de enriquecimento, sua vida passou a ser agitada por lutas políticas. Por causa de uma de suas empresas no ramo do transporte público e de suas posições em defesa da paz, Saint-Simon participou de uma série de reuniões em 1797, que buscavam o fim do conflito entre Inglaterra e França. Terminou preso em 4 de setembro de 1797, sob a acusação de que suas empresas serviam clandestinamente aos interesses da realeza.

Essa foi a primeira vez que ele foi preso na França, seus textos de protesto foram publicados em vários jornais e não é exagerado dizer que ele quase foi guilhotinado. Quando Napoleão Bonaparte assumiu de vez o poder no famoso 18 Brumário, Saint-Simon, já em liberdade, tentou se afastar da política, acreditando que a revolução continuaria seu rumo. Saint-Simon passou a enviar seus textos para Napoleão tentando influenciá-lo politicamente,

¹² Babeuf o inspiraria com suas ideias radicalmente revolucionárias de igualdade e Condorcet, com seu republicanismo e sua concepção da ordem e do progresso social.

¹³ O abade de Saint-Pierre (1658-1743) foi um defensor da paz perpétua e de organizações internacionais reguladoras. É considerado um dos precursores da ONU.

pois achava que uma das maneiras de transformar a sociedade era educando os poderosos. Mas sua confiança foi sendo minada pela realidade e pelo tempo. Reafirmou a sua profunda convicção republicana em face da transformação do regime bonapartista, que caminhava para uma espécie de monarquia hereditária. Para ele, a guerra justa que travara Napoleão, representando a revolução ilustrada contra a Europa feudal, havia degenerado em uma guerra imperialista de conquista.

Sua análise da Revolução Francesa diferia da dos autores liberais, que defendiam 1789 como o fim de um processo. Saint-Simon achava que a revolução não havia terminado, que mal havia começado, e que nada no processo histórico era estático. Para ele o objetivo da revolução e do contrato social que dela deveria emanar tinha de ser a felicidade social. Não a liberdade ou a igualdade formal, que seriam ideias demasiadamente abstratas. Segundo ele: “Agora, a vaga e metafísica ideia de liberdade, como está em circulação hoje, se continuarmos a tomá-la como base das doutrinas políticas, irá tender eminentemente a impedir a ação das massas sobre os indivíduos.” (Saint-Simon, 2013, p. 2348, tradução nossa) A felicidade social só viria com uma organização social sólida que defendesse o interesse da maioria.

3. AS CARTAS DE GENEBRA E A DEFESA DA PAZ

A nação francesa não gozará de liberdade enquanto conservar o desejo de dominar as outras nações [...]. A primeira medida a ser tomada para estabelecer a liberdade é, portanto, dispensar o exército pago.

Saint-Simon (2013, p. 1847)

Entre 1802 e 1803, na Bélgica, Saint-Simon publicou sua primeira obra completa, *Lettres d'un habitant de Genève à ses contemporains* (cartas de um morador de Genebra a seus contemporâneos). Quando saiu seu primeiro texto, ele já tinha mais de 40 anos de idade, e toda a sua obra, portanto, pode ser considerada da maturidade. Nela, afirmou que a Revolução Francesa fora uma luta de classes entre a nobreza, a burguesia e os sem-posses. Engels, em *Anti-Dühring*, lhe fez grande elogio ao dizer que aquela foi uma das descobertas mais geniais (Engels, 1950, p. 298). Ele voltou a falar das cartas de Genebra no livro *Do socialismo utópico ao socialismo científico*¹⁴, onde ressaltou o preceito saint-simoniano “Todos os homens devem trabalhar!”, também expressou a importância da ideia de que durante o período da Revolução Francesa conhecido como Terror governaram as massas despossuídas.

Saint-Simon defendia a história como ciência, ressaltando a importância da indústria, que seria um demonstrativo do momento histórico de determinada sociedade: “É na indústria que residem, em última análise, todas as forças reais da sociedade.” (Saint-Simon, 1803 *apud* Droz, 1972, p. 338, tradução nossa) Sua definição de indústria englobava todas

¹⁴ Uma tradução mais literal do título desse livro seria: *O desenvolvimento do socialismo da utopia à ciência*. No título original, em alemão, o substantivo socialismo ocorre uma única vez. Essa correção traz uma mudança dialética, o título na tradução consagrada em português faz referências a dois tipos de socialismo separados, enquanto nossa tradução do título original, *Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft*, remete ao mesmo socialismo se desenvolvendo da utopia à ciência ao longo da história. Saint-Simon e Marx se inscrevem em momentos diferentes do desenvolvimento do mesmo socialismo. Por isso a tradução oficial em português, ao separar o socialismo em dois objetos, obscurece a dialética da passagem da utopia para a ciência. Não é mera disputa semântica, sem Saint-Simon não existiria o marxismo, ao menos não esse que conhecemos.

Ele apresenta uma sociedade ideal, sem indicar o modo de chegar lá, ainda que algumas medidas práticas sejam mencionadas, como o fim da herança. Outra concepção importante nessas cartas é a ideia de que as mudanças na ordem social implicavam mudanças nos regimes de propriedade. Por isso a Revolução Francesa seria a disputa dos proprietários com os que não possuem. É notável que já em 1803 ele defendesse o sufrágio universal assim como a possibilidade de eleição feminina

as forças produtivas de determinada sociedade, todos que cumprissem papel produtivo; excluía-se os nobres, rentistas e especuladores. Essa concepção é importante, parte dela sua noção de harmonia social: burgueses e proletários fariam parte de um grupo cujo interesse seria o de desenvolver as forças produtivas. A oposição entre capital e trabalho, fundamental na teoria marxista, não se manifesta na concepção inicial saint-simoniana¹⁵.

Na introdução do texto há um discurso para os sábios, cientistas e artistas, outro para os burgueses, que ele chama de senhores, e um discurso para os proletários, que ele chama de “meus amigos”. Ele apresenta em seguida uma sociedade ideal, sem indicar o modo de chegar lá, ainda que algumas medidas práticas sejam mencionadas, como o fim da herança¹⁶. Outra concepção importante nessas cartas é a ideia de que as mudanças na ordem social implicavam mudanças nos regimes de propriedade. Por isso a Revolução Francesa seria a disputa dos proprietários com os que não possuem. É notável que já em 1803 ele defendesse o sufrágio universal assim como a possibilidade de eleição feminina: “É permitido às mulheres se inscreverem; elas podem ser nomeadas.” (Saint-Simon, 1803, p. 77-78, tradução nossa)

Nesse texto fica evidente a convivência entre o materialismo e concepções religiosas. De um lado ele afirma que Deus é criação do homem, por outro lado ele se utiliza de conceitos religiosos, pois Deus seria a única ideia que estimularia o ser humano a seguir o preceito de amar o próximo. Pode parecer contraditória sua defesa do uso das religiões se considerarmos que ele havia afirmado não acreditar em Deus¹⁷. Uma hipótese que levantamos para elucidar essa aparente incongruência é a de que Saint-Simon identificava na Igreja

15 Ainda que, ao longo do tempo, Saint-Simon tenha modificado ligeiramente sua posição. A realidade política concreta o levou a se afastar da grande burguesia e dos industriais, passando a se dirigir cada vez mais aos trabalhadores.

16 A defesa do fim das heranças era direcionada tanto às heranças nobiliárquicas como às heranças financeiras. Marx e Engels retomariam essa fórmula em 1848, no *Manifesto comunista*.

17 “O homem, depois de inventar Deus, se enxerga como um ser muito importante [...]. O pensamento é uma atração material: ele é o resultado do movimento de um fluido nos nervos.” (Saint-Simon, 1951, p. 23)

a principal forma de organização social da época; aliás, *ecclesia* em grego significa “assembleia”. Outro ponto fundamental para se compreender a defesa do uso da religião era o fato de que Saint-Simon viveu em uma França ainda majoritariamente camponesa e analfabeta. O uso de subterfúgios como jogos revolucionários e uma “religiosidade científica e solidária” era um modo de dialogar com as massas através de linguagens já conhecidas. Ele defendia, no entanto, a completa separação entre poder temporal e espiritual.

Começou então um momento difícil para Saint-Simon; vários trechos de seus textos são usados por inimigos para difamá-lo, alguns amigos e pupilos começam a se afastar dele, em especial aqueles ligados aos grandes industriais. Toda a sua fortuna foi sendo gasta na publicação de suas obras e no mecenato em prol de intelectuais e artistas franceses. Isso só parou quando seu dinheiro acabou. Segundo Durkheim, em 1797 ele era um homem bastante rico e em 1805 já não tinha mais nada. Acrescenta Durkheim que ele perdeu sua fortuna de maneira consciente (Durkheim, 1959, p. 76).

Saint-Simon passa a pedir ajuda para amigos e conhecidos. Seu prestígio não serve para quase nada e muitas portas se fecham para ele. Finalmente consegue uma indicação e passa a trabalhar como copista, revisor e empregado de uma livraria. Nesse período ele junta dinheiro para publicar suas obras. Em 1807, em sua *Introduction aux travaux scientifiques du dix-neuvième siècle* (introdução aos trabalhos científicos do século XIX), ele reafirma seu ateísmo, dizendo-se materialista, mas sustentando que o conceito de divindade ainda seria politicamente importante, por ser a melhor maneira de motivar politicamente as pessoas e de promover legislações positivas para os trabalhadores (Saint-Simon, 1951, p. 23). Vale notar que Saint-Simon propõe uma ciência que sirva à humanidade, e é notável o seu desejo de melhorar objetivamente a condição de vida dos mais pobres. O momento de agitação revolucionária seria propício a esse fim.

Um dos motivos para sua já citada profunda desilusão com Napoleão foi a insistência do imperador em seguir guerreando: Saint-Simon não renunciava à paz entre os povos. O estabelecimento de uma relação pacífica entre Inglaterra e França foi uma obsessão que lhe trouxe muitos problemas, mas também muita admiração. Em *Mémoire sur la Science de l'Homme* (memória sobre a Ciência do Homem¹⁸), de 1813, ele fez mais um apelo enérgico à paz direcionado aos militares, políticos e cientistas:

Que direito você tem de ocupar neste momento o lugar da vanguarda? A humanidade se acha engajada em um dos momentos de maior crise desde o começo de sua existência, mas qual esforço você faz para acabar com essa crise? Toda a Europa está se massacrando, e o que você está fazendo para parar essa carnificina? Nada, eu afirmo! É você quem aperfeiçoa os meios de destruição; é você quem direciona o seu uso. Em todos os exércitos, vemos você na direção da artilharia; e é você que está conduzindo a execução do ataque! O que você está fazendo, pergunto de novo, para reestabelecer a paz? Nada. O que você pode fazer? Nada. O conhecimento da Ciência do Homem é a única coisa capaz de liderar a descoberta de meios para reconciliar o interesse das pessoas, e você não estuda essa ciência de nenhuma maneira... Pare de dirigir o laboratório científico! (Saint-Simon, 1813, p. 40, tradução nossa)

O alcance de sua desilusão era expandido a todos que poderiam lutar pela paz mas

18 O termo *Ciência do Homem* era utilizado por Saint-Simon para se referir ao que foi, depois, consagrado como Sociologia. O termo Sociologia foi inventado por um de seus alunos, Augusto Comte.

não o faziam. O caminho, para ele, era claro: reorganizar a sociedade. Ao mesmo tempo, continua com sua tática de ilustração dos poderosos, enviando seus livros para o czar Alexandre I e para o rei Luís XVIII (após a Restauração), implorando que esses reis promovessem uma “monarquia científica e industrial”. Também se corresponde com políticos de menor expressão, como deputados, e industriais. Para ele, a felicidade da humanidade era também uma questão de escolha dos detentores do poder econômico e político.

Em 1814, ele lançou um texto: *De la réorganisation de la société européenne*¹⁹. Ele aí preconiza para a Europa um parlamentarismo que respeitasse as fronteiras e as independências nacionais. Também passa a advogar que se crie um congresso franco-inglês cuja preponderância seria inglesa, pelo fato de seu parlamentarismo ser

mais antigo. Defende também a criação de uma assembleia geral europeia (instituição criada em 10 de setembro de 1952, quase 140 anos depois de sua proposta). Nela as nações estariam submetidas a um conjunto de regras que submeteriam as soberanias nacionais ao interesse universal dos povos, de modo a construir a paz perpétua²⁰.

Dizia que, para se obter a paz, França e Inglaterra deveriam ter uma moeda comum, bancos em comum e um pacto comercial. Nessa sua visão de Europa, não deveriam existir armas. Diversas organizações mundiais deveriam atribuir a Saint-Simon parte de sua gênese: a Internacional, a ONU e o Parlamento Europeu são os exemplos mais notáveis. O livro de Saint-Simon foi apreendido e censurado pela polícia de Luís XVIII. Sua insistência em defender a paz com a Inglaterra no país que havia sido derrotado por ela em Waterloo exigia coragem, o que levou Engels a mais uma vez elogiá-lo fortemente (Engels, 1950, p. 298-299).

Além da paz entre os povos colonizadores, Saint-Simon defendia também a paz na relação entre colônias e metrópoles. Não compactuava com os que defendiam a paz na Europa enquanto exploravam as riquezas coloniais à custa de sangue indígena e negro. É também, portanto, um dos precursores do anticolonialismo e das lutas de libertação colonial. Ele até aceitava a ideia de colônias de povoamento, desde que fosse permitida a emancipação quando elas o desejassem, usando como exemplo os Estados Unidos e ressaltando que a Inglaterra errou ao ir à guerra. Ele irritou extremamente a oligarquia francesa ao defender em 1816 a imediata emancipação das colônias francesas de exploração (Saint-Simon, 1951, p. 104-105).

19 O título completo era: *De la réorganisation de la société européenne: de la nécessité et des moyens de rassembler les peuples de l'Europe en un seul corps politique en conservant à chacun son indépendance nationale* (Da reorganização da sociedade europeia: sobre a necessidade e os meios de reunir os povos da Europa em um único corpo político, mantendo a independência nacional de cada um).

20 Ele remete à ideia desenvolvida pelo abade de Saint-Pierre, que visava obter a paz perpétua e mundial (Leroy, 1950, p. 226-230).

Não compactuava com os que defendiam a paz na Europa enquanto exploravam as riquezas coloniais à custa de sangue indígena e negro. É também, portanto, um dos precursores do anticolonialismo e das lutas de libertação colonial

Juntando sua verve anticolonial e seu pacifismo, defendeu também a extinção dos exércitos regulares. Segundo ele: “A nação francesa não gozará de liberdade enquanto conservar o desejo de dominar as outras nações [...]. A primeira medida a ser tomada para estabelecer a liberdade é, portanto, dispensar o exército pago.” (Saint-Simon, 2013, p. 1847, tradução nossa). Ficam evidentes aí ideias que seriam caras aos socialistas e comunistas ao longo da história: o internacionalismo, o anticolonialismo, a solidariedade e a defesa da paz entre os povos. Preceitos cravados no principal mote dos comunistas, “Proletários de todo o mundo, uni-vos!”, e na letra da Internacional.

4. A RADICALIZAÇÃO POLÍTICA

Pois os únicos homens cujos trabalhos são positivamente úteis à sociedade são subordinados pelos príncipes e outros governantes que não passam de conservadores mais ou menos incapazes.

(Saint-Simon, 2012, p. 2123, tradução nossa)

A partir da publicação de seus textos e da polêmica que eles geravam, Saint-Simon ganhou algum espaço na imprensa. Em um artigo publicado em fevereiro de 1815 na revista *Le Censeur*, ele formulou uma primeira definição original de partido político:

Um partido é organizado quando todos aqueles que o compõem, unidos por princípios comuns, reconhecem um líder que concilia todos os movimentos e dirige todas as operações, para que haja unidade tanto na ação como nas opiniões, e a fim de que, conseqüentemente, a força do partido seja a maior possível (Saint-Simon, 1951, p. 27, tradução nossa)²¹.

Saint-Simon sustentava que a ideologia não era suficiente para constituir um partido político, mas que uma classe social teria de encontrar a ideologia apropriada para desenvolver suas reivindicações por meio de um partido. A partir do segundo semestre de 1815, enquanto os aristocratas pareciam vitoriosos com a restauração da monarquia, Saint-Simon e outros intelectuais começavam a desenvolver planos de educação e tentar aplicá-los através das *sociétés d'instruction primaire* (sociedades de instrução primária)²². Nelas os alunos mais velhos ajudavam a ensinar os mais novos, uma espécie de monitoria repetida pelos colégios até hoje, que ele chamava de *enseignement mutuel* (ensino mútuo)²³.

Em 1817, ele conhece um ex-aluno da Escola Politécnica, Augusto Comte, que, entre 1818 e 1824, passa a ser seu aluno e secretário pessoal. Um dos primeiros trabalhos em conjunto da dupla foi a publicação de uma revista chamada *L'Industrie*. Uma das finalidades dessa revista era a criação de consciência de classe no grupo industrial (não só industrial) francês. Vale ressaltar que industriais ou industriosos, para Saint-Simon, eram todos os pro-

²¹ Há semelhanças com o conceito de centralismo democrático e com a visão de partido de Lênin.

²² As mais antigas associações de ensino francesas, datando de 1815, voltadas para as camadas mais pobres da sociedade e visando à criação de escolas. Uma de suas principais diretrizes era a ideia de que a educação é o principal meio para formar uma sociedade justa e virtuosa. Entre os primeiros diretores dessa empreitada estava Saint-Simon.

²³ Existe um livro, escrito por Gleison Vieira, focado na relação entre as ideias de Saint-Simon e de seus epígonos e os desenvolvimentos no campo da educação (Vieira, 2020).

Ele nega importância social apenas aos nobres e aos burgueses que vivem de renda e sem trabalhar. Seu inimigo é o capital financeiro especulativo, que ele não confunde com o sistema bancário que invista em produção

dutores; assim como um artista, um produtor agrário era, em seu conceito, um industrial. Aliás, segundo Maxime Leroy e Eric Hobsbawm, foi Saint-Simon quem inventou a palavra *industrial*, em 1817 (Leroy, 1950, p. 206; Hobsbawm, 1980, p. 47)²⁴. O termo designava todos os que produzem. Segundo Saint-Simon:

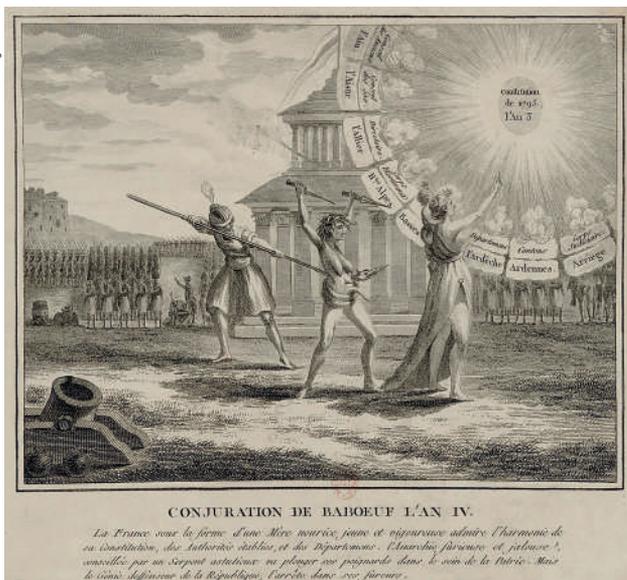
Observo que é essencial dar à ideia de trabalho toda a latitude de que ela é capaz. Um funcionário público de qualquer tipo, uma pessoa envolvida na ciência, nas artes plásticas, na manufatura e na agricultura trabalham de forma tão positiva como o trabalhador que lavra a terra, como o carregador que leva os fardos (Saint-Simon, 1817 *apud* Leroy, 1950, p. 201).

Ele nega importância social apenas aos nobres e aos burgueses que vivem de renda e sem trabalhar. Seu inimigo é o capital financeiro especulativo, que ele não confunde com o sistema bancário que invista em produção. Ele deseja acabar com a exploração dos que trabalham pelos ociosos. Aos que não produzem, Saint-Simon dedica palavras fortes: parasitas, preguiçosos e ladrões. Aqueles que são somente proprietários, ele rejeita como ociosos (Leroy, 1950, p.206). Os saint-simonianos usavam a terminologia *exploradores* e *explorados* (Mazerolle, 2006, p. 122).

Saint-Simon trocou a fórmula clássica de respeito à propriedade e aos proprietários pela de respeito à produção e aos produtores. Para ele, os banqueiros que investiam em produção eram industriais, mas, organizados em companhias, deveriam distribuir crédito aos mais necessitados, aos que mais trabalhavam, aos produtores mais ativos e inteligentes (Leroy, 1950, p. 208-210). Suas ideias passam a ser consideradas radicais e, se até certo ponto os burgueses acompanhavam a teoria de desenvolvimento industrial, quando ele começou a defender com maior veemência a melhora objetiva da classe trabalhadora, passou a ser considerado perigoso. Até porque, além de se opor ao lucro extravagante dos burgueses e industriais, ele ainda se opunha à nobreza. No ano de 1819 ele escreveu *La Parabole* e publicou o trabalho em sua revista chamada *L'Organisateur*. A radicalidade do discurso é evidente:

A sociedade atual é um verdadeiro mundo invertido. A nação admitiu como princípio fundamental que [...] *os menos favorecidos se privem diariamente de uma parte do seu*

²⁴ Segundo Pierre Musso em entrevista à rádio France Culture, Saint-Simon teria inventado também o conceito de vanguarda (*avant-garde*).



Cartoon político francês deprecando a Conspiração dos Iguais, 1796, liderada pelo jornalista revolucionário François-Noël (Gracchus) Babeuf

necessário para aumentar o supérfluo dos grandes proprietários. Os maiores culpados, [...] que espremem a totalidade dos cidadãos [...], estão encarregados de punir os pequenos delitos contra a sociedade. A ignorância, a superstição, a preguiça e o gosto pelos prazeres dispendiosos formam o privilégio dos chefes supremos da sociedade, e os que são capazes, econômicos e trabalhadores só são empregados como subalternos e como instrumentos [...] os homens incapazes são os encarregados de dirigir os capazes; os homens mais imorais, chamados a formar a virtude dos cidadãos, são os grandes culpados designados para punir os erros dos pequenos delinquentes (Saint-Simon, 2012, p. 2123, tradução e grifos nossos).

Saint-Simon imagina uma situação hipotética em que desapareceriam 30 mil dos principais intelectuais, poetas, produtores agrários, industriais e trabalhadores, prevendo o desastre que isso seria para o país. Segundo ele:

Suponhamos que a França perca subitamente os seus 50 melhores médicos, os seus 50 melhores químicos, os seus 50 melhores banqueiros, os seus 600 melhores agricultores, os seus 50 melhores ferreiros [ele continua aqui enumerando hipóteses de exclusão dos principais profissionais da indústria]. Como esses homens são os franceses mais essencialmente produtivos, aqueles que dão os produtos mais importantes, a nação tornar-se-ia um corpo sem alma no momento em que os perdesse; cairia imediatamente num estado de inferioridade em relação às nações de que é hoje rival e continuaria a ser subalterna a eles (Saint-Simon, 2012, p. 2120, tradução nossa).

A hipótese de perda dos 30 mil produtores mais importantes dizimaria a França. Mas ele segue com a analogia, imagina uma situação em que desapareceriam 30 mil dos nobres, políticos e usuários mais importantes da França, incluindo sem diferenciação os 10 mil franceses mais ricos. Ele cita, nominalmente, os membros da família real, concluindo que o desaparecimento deles causaria tristeza, mas que, economicamente, o Estado não sofreria. Para ele, a função da sociedade é a organização e o desenvolvimento da produção das

riquezas²⁵. Esses “chefes supremos” ou “ladrões gerais”, os “homens mais imorais” roubando a sociedade, seriam absolutamente dispensáveis. As classes produtivas e as classes ociosas corresponderiam a um corte histórico entre o passado e o futuro, e, enquanto durasse essa disputa, burgueses industriais e proletariado deveriam estar unidos.

A reação provocada por esse texto nos nobres e na alta burguesia francesa é imediata, o texto é classificado como uma ameaça à ordem social. Essas são as acusações que constam do processo sofrido por Saint-Simon, que é preso, como bem lembra Lênin ao recuperar essa parábola (Lênin, 1970, p. 667). Considerado elemento subversivo, ele é levado a julgamento em março de 1820²⁶, poucos meses após a publicação de *La Parabole*. Uma das acusações foi de que o texto teria estimulado o assassinato do duque de Berry²⁷, ocorrido em fevereiro de 1820, por tê-lo citado como um dos nobres cujo desaparecimento não seria prejudicial ao país. A acusação era absurda: o assassino foi o militante bonapartista Louis Louvel, preso em flagrante e executado quatro meses depois. Mas ainda reverberava no pescoço da nobreza francesa o medo do fio gelado das guilhotinas da revolução.

5. O TRABALHO E OS TRABALHADORES

A cada um segundo suas capacidades, a cada capacidade segundo suas obras.

Divisa do jornal saint-simoniano *Globe*²⁸

A defesa dos mais pobres é central em Saint-Simon, ele deixa isso claro várias vezes e isso assustava os grandes industriais. Por exemplo, em uma de suas cartas de 1822, com o título de *Henry Saint-Simon à messieurs les ouvriers* (Henry Saint-Simon aos senhores operários), a primeira frase é: “O principal objetivo a que me proponho nos meus trabalhos é o de melhorar tanto quanto possível a vossa situação.” (Saint-Simon, 2012, p. 2628, tradução nossa) Mas em alguns trechos transparece certa perspectiva oligárquica. Ele, por exemplo, defende a ideia de que as massas têm de ser educadas através da religião, pois as luzes racionais ainda não os podiam iluminar.

De fato, existe uma preponderância do trabalho intelectual sobre o braçal defendida inicialmente pelo autor francês. Por outro lado, Karl Marx argumenta que somente em seu último livro, *Nouveau christianisme* (novo cristianismo), de 1825, Saint-Simon se apresenta diretamente como porta-voz da classe trabalhadora (Droz, 1972, p. 346). Já Maxime Leroy sustenta que em 1818 ele já havia pensado e redigido as bases do que seria o socialismo moderno (Leroy, 1950, p. 201). Para nós, a tendência de Saint-Simon era defender cada vez mais os trabalhadores. Sua própria situação de isolamento em relação aos grandes industriais

25 Aí um aspecto original do pensamento saint-simoniano: para além da distribuição justa das riquezas, lhe interessava o desenvolvimento dessas riquezas.

26 Foi preciso grande empenho dos advogados de defesa de Saint-Simon para inocentá-lo. Os gastos jurídicos levaram a revista *L'Organisateur* à falência, e ele próprio, que um dia possuía fortuna, à beira da indigência.

27 Sobrinho do rei Luís XVIII e filho do futuro rei Carlos X.

28 No original: *A chacun selon ses capacités, a chaque capacité selon ses oeuvres*. Esse era a forma inicial dessa frase no movimento socialista do início do século XIX. Ao longo do tempo ela foi sendo alterada. Quando Marx debate essa frase na primeira parte da *Crítica ao programa de Gotha*, em maio de 1875, ela aparece como: “De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades” (Marx, 2012, p. 28; 70; 76-82).

e potentados da política francesa o empurrava para esse lado. Reforça essa tese uma afirmação, repetida ao longo de toda a sua obra: “Toda a sociedade deve trabalhar para a melhoria moral e física da classe mais pobre; a sociedade deve organizar-se da forma mais adequada para atingir esse objetivo.” (Saint-Simon, 2012, p. 3185, tradução nossa)

Para Saint-Simon, a tendência social era que os industriais (em seu sentido amplo, de produtores) terminariam por ser “a única classe existente” (Leroy, 1950, p. 214). Frase retomada por Karl Marx posteriormente, trocando *industriais* por *proletariado*. A diferença era que Saint-Simon defendia uma grande coalizão de produtores (sentido extenso), enquanto Karl Marx se definia pela associação dos operários. Essa diferença passa pela identificação de quais produtores seriam úteis à sociedade.

Para Saint-Simon, são as leis que devem proteger os mais fracos dos abusos dos mais fortes, esse é o papel do Estado: “O princípio dos militares é que a sociedade deve se deixar governar pelos mais fortes. O princípio dos burgueses ou das comunas é que a lei deve ter por objeto proteger a sociedade da dominação dos mais fortes.” (Saint-Simon, 2012, p. 1732, tradução nossa). Para nós existe uma virada em sua orientação política e em seu público, cada vez mais associados aos trabalhadores. Segundo Saint-Simon, os trabalhadores já não necessitavam de supervisão especial, pois sua inteligência e capacidade de previsão estavam suficientemente desenvolvidas. Essas posições, levando-se em conta o contexto em que ele as assumiu, diminuem a importância em sua obra de atitudes oligárquicas em relação aos trabalhadores. Depois de Saint-Simon, os pobres, cuja única função anteriormente era receber as esmolas de caridade, passam a ser agentes da produção e do progresso político e social, transformam-se em atores sociais: os trabalhadores (Leroy, 1950, p. 232)²⁹.

Existe um processo de revalorização do trabalho na sociedade, ponto fundamental de sua obra, que gira o tempo inteiro em torno desse tema. No cerne de sua interpretação está uma releitura favorável ao trabalho (e aos trabalhadores), em franca oposição à concepção corrente no Antigo Regime de que o bom era não trabalhar. Para ele, o trabalho é um dever social, aquilo que torna a humanidade humana: devia-se trabalhar pelas necessidades da vida, não somente no sentido pessoal e estreito de garantir a sua existência, mas no sentido amplo de desenvolver e melhorar a sociedade como um todo. Para Saint-Simon, “o trabalho não é mais considerado como um castigo original mediante o qual a massa dos homens é condenada pela glória de Deus” (Saint-Simon, 2013, p. 1557, tradução nossa). O trabalho não é mais coisa de servo ou escravo, mas o modo como se desenvolve a humanidade. Conforme as aspirações de Saint-Simon vão se tornando mais claras, os industriais franceses, que até então o apoiavam, passam a odiá-lo. O objetivo deles era o aumento de sua lucratividade, não uma distribuição justa das riquezas. É uma das primeiras vezes em que se escancara a luta de classes entre burgueses e proletários, afinal estamos falando de poucos anos pós-Revolução Francesa.

Projetando seu pacifismo na luta dos trabalhadores, Saint-Simon desaconselha o uso da violência pelo proletariado. Além da paz entre nações e da paz entre metrópole e colônias, ele defende a paz social no interior das sociedades. O que não restringe a defesa dos trabalhadores feita por ele a uma simples melhora da condição de vida. Para Saint-Simon, a exploração de uma classe pela outra não deveria ser diminuída, mas abolida: “Para melhorar a sorte

²⁹ Contribuiu para essa visão o economista e historiador Jean Simon de Sismondi, cuja importância reside nas análises sobre o proletariado e sobre a relação da geração de valor com o trabalho. Leroy (1950) dedica um capítulo de sua *Histoire des idées sociales en France* a esse autor.

Em abril de 1825, ele publicou sua última obra: *Nouveau christianisme* (novo cristianismo), uma convocatória aos intelectuais para que utilizassem o cristianismo primitivo, única moral solidária realmente conhecida pelas massas, para direcionar a fraternidade católica em prol do proletariado

da massa, não é suficiente trocar os privilégios, devemos destruí-los completamente, não é suficiente trocar os abusos, é preciso os abolir.” (Saint-Simon, 1821 *apud* Droz, 1972, p. 346, tradução nossa) Ele sustentava que um Estado forte deveria garantir o trabalho aos válidos e o socorro aos inválidos; é dele que começa a emanar essa ideia do trabalho como um direito que toma sua força maior na Revolução de 1848 (Reinach, 1926, p. 115). Durante o movimento, Proudhon, remetendo a Saint-Simon, afirmava que o “nome” da Revolução de 1848 era “Direito ao Trabalho”; ele foi rapidamente seguido por Louis Blanc, que também repetia a frase do movimento saint-simoniano, já adaptada por ele: “De cada um segundo suas capacidades e a cada um segundo suas necessidades.”³⁰ (Reinach, 1926, p. 115, tradução nossa) O único ponto em que concordavam os diferentes grupos socialistas franceses reunidos em torno de Proudhon, Cabet, Pierre Leroux e Louis Blanc era o “direito ao trabalho”. É, pois, direta a ligação entre a teoria de Saint-Simon, os socialistas franceses e o direito dos trabalhadores.

A ideia da associação era central no pensamento saint-simoniano: segundo ele, a nação deveria ser encarada como “uma vasta oficina industrial, onde os trabalhos de cada membro se combinam com o trabalho dos outros” (Saint-Simon, 2013, p. 1686, tradução nossa). Em sua visão, a “sociedade é o conjunto e a união dos homens engajados em trabalhos úteis” (Saint-Simon, 2012, p. 1468, tradução nossa), em oposição às doutrinas segundo as quais a sociedade se constitui conforme o interesse dos governantes. A nova sociedade preconizada por ele “deve combinar a associação conforme o interesse da maioria dos associados” (Saint-Simon, 2013, p. 2426-2427, tradução nossa). Nas mãos do movimento dos trabalhadores, a ideia teve uma evolução importante. Em suas primeiras manifestações, na década de 1830, ela significava associações de produtores, sociedades de ajuda mútua, entre outras formas organizativas. Mas a repressão, seguida das devastações provocadas pela mudança tecnológica e pela exploração capitalista, transformou *associação* em uma palavra-chave para a resistência de classe (Harvey, 2015, p. 477). Como já mostramos, Saint-Simon defendia uma ideia ainda mais radical, a de uma associação universal englobando toda a

30 Essa frase, cuja origem remete à Bíblia, foi amplamente utilizada pelo movimento saint-simoniano, mais especificamente no jornal *Le Globe* e por Bazard e Carnot. Cada pensador socialista a adaptava segundo suas concepções; ela foi reiterada, entre outros, por Étienne Cabet, Claire Démar, Proudhon, Louis Blanc, Ferdinand Lassalle e Karl Marx. Também constava na Constituição Soviética de 1936.

humanidade. Não chegou a formular uma tese tão sintética quanto “Proletários de todo o mundo, uni-vos!”, nem lançou uma Associação Internacional dos Trabalhadores. Mas acreditava que, de tentativa em tentativa, a humanidade chegaria a uma associação universal promotora da paz (Leroy, 1950, p. 230). Segundo o autor: “Não faz sentido uma sociedade sem ideias comuns, sem ideias gerais: cada pessoa ama sentir os laços que a vinculam aos outros e que servem de garantia da união recíproca.” (Saint-Simon, 2012, p. 1506, tradução nossa)

6. CONCLUSÃO DO TEXTO E DA VIDA DE SAINT-SIMON

Honra a nós, filhos da indústria! Honra, honra a nossos felizes trabalhos!

Rouget de Lisle, *Chant des industriels* (canto dos industriais), 1821

Já mencionamos a tentativa de Saint-Simon de influenciar figuras importantes na vida política e industrial francesa e mundial. Enquanto enviava cartas para o rei Luís XVIII, ele publicou a primeira e a segunda parte de *Du système industriel* (do sistema industrial), onde ele clama por um sistema industrial e científico organizado por uma ditadura republicana que aboliria todos os privilégios de nascimento. Posição que agredia tanto nobres como burgueses, e até seu correspondente, o rei, o qual, como esperado, se mostrou contrário (Saint-Simon, 1950, p. 33-34). A sociedade³¹ ideal de Saint-Simon teria caráter nacional e popular, e, sem gerar interesse na oligarquia, ele direciona seus esforços aos operários, elaborando uma espécie de tentativa de conscientização musical que chama de *Chant des industriels*. O primeiro canto foi composto por Claude Rouget de Lisle, compositor de “A Marselhesa”, a pedido de Saint-Simon. Esse esforço de conscientização musical se somava ao baralho revolucionário como método alternativo de ilustração das massas. A perspectiva de fundação de um “novo cristianismo” também registra seu esforço de divulgação política de sua filosofia. A dificuldade imposta pela falta de alfabetização das massas e pelo incipiente grau de desenvolvimento das camadas mais exploradas, aliada à vontade de ser compreendido por todos, levou Saint-Simon a pensar em diversas formas educacionais não convencionais.

A tática de enviar seus escritos para pessoas específicas também era um método de pedir ajuda: além do texto, ia uma carta solicitando ajuda financeira. Na maioria das vezes não obtinha resposta, mas em março de 1823 ele recebeu de um amigo uma quantia de cerca de 5 francos. Sem dinheiro, isolado e deprimido, Saint-Simon deixou uma carta pedindo que os amigos cuidassem de sua companheira, a situação econômica dos dois beirava a indigência. O nobre que havia se tornado um rico industrial viveu anos na base de pão e água e não tinha nem lenha para queimar no inverno. Até que, no fatídico 9 de março de 1823, desesperado, Saint-Simon disparou uma bala contra sua própria cabeça. Segundo seu biógrafo: “Mas a morte recusa aquele que ama a existência com tanto ardor: ela não leva a sério um único ato de desespero; o cérebro não é tocado, só o olho direito é perdido.” (Dautry *apud* Saint-Simon, 1951, p. 37, tradução nossa)

O pacifista que dizia que o ofício das armas o enojava, que defendeu uma sociedade europeia desarmada, a extinção dos exércitos e a paz perene e mundial só apontaria uma arma para si mesmo. Ele voltou a escrever e, entre dezembro de 1823 e junho de 1824, publicou três

31 Um saint-simoniano famoso, Pierre Leroux, se recusava a usar o termo sociedade, considerado por ele demasiadamente abstrato. Ele defendia o uso do termo humanidade no lugar daquele (Leroy, 1950, p. 242).



Pintura de François Bouchot retrata o 18 Brumário (9-10 de novembro de 1799), golpe de Estado protagonizado por Napoleão Bonaparte

livros de nome *Catéchisme des industriels* (catecismo dos industriais), em direta colaboração com Augusto Comte. Uma briga levou os dois a romperem, e o quarto e último livro foi escrito sem colaboração. Em abril de 1825, ele publicou sua última obra: *Nouveau christianisme* (novo cristianismo), uma convocatória aos intelectuais para que utilizassem o cristianismo primitivo, única moral solidária realmente conhecida pelas massas, para direcionar a fraternidade católica em prol do proletariado. Assim a sociedade se mobilizará para “melhorar as condições da classe mais numerosa”³² (Saint-Simon, 1825, p. 39, tradução nossa).

No dia 19 de maio de 1825, completados seus 65 anos, Saint-Simon morreu. Foi enterrado no tradicional cemitério de Père-Lachaise, ao lado de heróis da Revolução Francesa. Em sua tumba simples e hoje em dia coberta de limo está escrito: “Claude-Henri Rouvroy de Saint-Simon. *Economiste*.” Seus amigos e companheiros de luta foram os únicos presentes, nenhum membro da família Saint-Simon compareceu ao enterro. Consta que seu amigo Léon Halévy teria declarado naquele dia, ao lado da tumba: “Ele dormiu sonhando com a felicidade pública.” Em maio de 1825, parou de funcionar um dos mais importantes cérebros da passagem do século XVIII para o XIX, cuja influência, difícil de estimar, alcança os nossos dias. Que se estude Saint-Simon menos do que outros autores, não mais importantes do que ele, não deixa de ser um sintoma de insuficiências em nossa vida intelectual.

* Doutor em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Autor do livro *1932: a história invertida* (Ed. Anita Garibaldi, 2018).

► Texto recebido em 22 de dezembro de 2023; aprovado em 13 de maio de 2024.

32 A expressão *mais numerosos* é recorrentemente utilizada por Saint-Simon para definir as massas pauperizadas.

ANSART, Pierre. **Socialisme et anarchisme**: Saint-Simon, Proudhon, Marx. Tese (Doutorado em Letras) — Faculté des Lettres et Sciences Humaines de la Université de Paris, Paris, 1969.

BAZARD, Saint-Amand; CARNOT, Hyppolyte (Org.). **Exposition de la doctrine de Saint-Simon**. Paris: Première Année, 1829.

_____. **Exposition de la doctrine de Saint-Simon**. Paris: Deuxième Année, 1830.

DROZ, Jacques. **Histoire générale du socialisme**: des origines à 1875. Paris: PUF, 1972.

DURKHEIM, Émile. **Le socialisme**: sa définition, ses débuts, la doctrine saint-simonienne. Bordeaux: Jean-Marie Tremblay, 1928.

_____. **Socialism and Saint-Simon**. London: Routledge, 1959.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. Paris: Editions Sociales, 1950.

_____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global, 1986.

GRÜNBERG, Carl. Origine des mots “socialisme” et “socialiste”. **Revue d’Histoire des Doctrines Économiques et Sociales**, v. 2, p. 289-308, 1909.

HARVEY, David. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

HOBBSAWM, Eric (Org.). **História do marxismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1980. v. 1: O marxismo no tempo de Marx.

LALANDE, André. **Vocabulaire technique et critique de la philosophie**. Paris: Quadrige; PUF, 1926.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Cahier de l’impérialisme**. Paris; Moscou: Editions Sociales; Editions du Progrès, 1970. t. 39.

_____. **Œuvres**: decembre 1915-juillet 1916. Paris; Moscou: Editions Sociales; Editions en Langues Etrangères, 1960. t. 22.

LEROY, Maxime. **Histoire des idées sociales en France**: de Babeuf à Tocqueville. Paris: NRF, 1950.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAZEROLLE, Fabrice. **Histoire des faits et des idées économiques**. Paris: Gualino, 2006.

MORAES, Francisco Quartim de. **Positivismo social**: o legado de Saint-Simon e sua recepção no Brasil. 2022. Tese (Doutorado em História Econômica) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

MUSSO, Pierre. **Saint-Simon et le saint-simonisme**. Paris: PUF, 1999.

_____. (Org.). **L’actualité du saint-simonisme**: Colloque de Cerisy. Paris: PUF, 2004.

REINACH, Salomon. **Lettres a Zoe**: sur l’histoire des philosophies. Paris: Librairie Hachette, 1926. v. 3: De l’Encyclopédie a nos jours.

SAINT-SIMON, Claude-Henri de. **Du système industriel**. Paris: Antoine-Augustin Renouard, 1821.

_____. **La physiologie sociale**: œuvres choisies par Georges Gurvitch. Paris: PUF, 1965.

_____. **Lettres d’un habitant de Genève à ses contemporains**. Geneve, 1803.

_____. **Mémoire sur la Science de l’Homme**. Paris, 1813.

_____. **Nouveau christianisme**: dialogues entre un conservateur et un novateur. Paris: Lachevardière Fils, 1825.

_____. **Œuvres choisies**. Paris: PUF, 2018.

_____. **Œuvres complètes**. Paris: PUF, 2012.

_____. **Textes choisis**. Paris: Edition Sociales, 1951.

TARQUINI, Alessandra. ROCCO, Alfredo. In: **Dizionario biografico degli italiani**. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana Fondata da Giovanni Treccani, 2017. v. 88. Disponível em: <www.treccani.it/enciclopedia/alfredo-rocco_%28Dizionario-Biografico%29>. Acesso em: 14 dez. 2023.

VIEIRA, Gleison. **Saint-Simon e educação**: os referenciais filosóficos de educação a partir de Saint-Simon e do movimento saint-simoniano. Curitiba: CRV, 2020.

“Revolução brasileira”

Usos e contextos

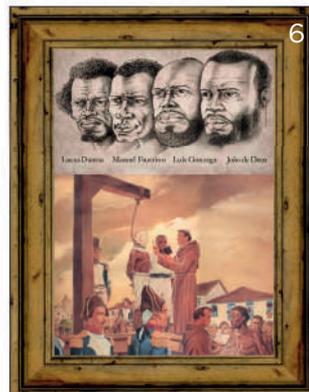
“Brazilian revolution”
Uses and contexts

ricardo ramos shiota*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.011>



Ilustrações e pinturas retratam as revoluções Francesa (1789-1799) [1], Haitiana (1791-1804) [2] e Cubana (1953-1959) [3], além de, no Brasil, a Revolução Pernambucana de 1817 [4], a Revolta da Armada (1891-1894) [5] e a Conjuração Baiana (1798-1799) [6]



RESUMO

O artigo pondera a existência de continuidades, rotinizações, instabilidade e ruptura semântica nos diferentes usos da categoria *revolução brasileira* no pensamento político e social elaborado da proclamação da República, em 1889, até 1966. Reconstrói uma linhagem intelectual que mobilizou a categoria para compreender e transformar o Brasil com diferentes propósitos políticos. O conceito tem dezenas de empregos, que variam conforme os contextos, mas que podem ser distinguidos e agrupados entre aqueles usados para se referir às quarteladas, às insurreições, aos movimentos armados e aos golpes, consoante a história política republicana, e aqueles que mobilizaram a categoria teoricamente com critérios de análise distintos e mais qualificados, em vista da defesa de ideias utópicas e projetos políticos e sociais para o país.

Palavras-chave: História dos conceitos. Brasil republicano. Historiografia.

ABSTRACT

The article considers the existence of continuities, routinizations, semantic instability and ruptures in the different uses of the category Brazilian revolution into the political and social thought elaborated in the republican Brazil (1889-1996). It reconstructs an intellectual lineage that mobilized the category to understand and transform the country with different political purposes. It shows that the Brazilian revolution category was used to refer to barracks, insurrections, armed movements and coups, in accordance with the republican political history. It argues that it acquires more density and utopia when it is used, from the 1940s, with specific theoretical horizons, with different criteria with the proposal of the realization of utopian ideas and future projects.

Keywords: History of concepts. Republican Brazil. Historiography.

1. REVOLUÇÃO: USOS, CONTEXTOS E SIGNIFICADOS

Para Koselleck (2012), revolução é um conceito político fundamental da modernidade que se generalizou a partir da Revolução Francesa e abarca dois campos de experiência histórica que não pertencem necessariamente à mesma categoria. De um lado, refere-se aos distúrbios violentos de uma sublevação que pode se transformar em guerra civil ou que provoca uma mudança na Constituição. De outro lado, o conceito indica uma transformação estrutural com origem no passado e que pode afetar o futuro, no sentido de revolução permanente ou processo de evolução que transcende o político e abrange toda a sociedade. Embora delinhe a semântica do conceito, ele admite que o seu “significado preciso sofre variações dramáticas de um país a outro, de uma situação política a outra” (Koselleck, 2012, p. 61, tradução nossa).

O conceito moderno de revolução tem sido elaborado e utilizado nas lutas políticas e sociais em diferentes momentos, situações e conjunturas históricas pelos atores políticos e sociais com vistas à defesa de interesses e à realização de projetos de futuro. No mundo ibero-americano (1780-1870), o conceito de revolução foi encarado com suspeição, adquiriu feições particulares conforme as experiências históricas ocorridas na região e alhures, experiências interpretadas pelos atores históricos como sendo revolucionárias, em razão de trazerem sérias implicações para o *status quo*. Além disso, sob a influência da filosofia do progresso, o Estado adquiriu importância como agente da expansão da civilização capitalista (Padilla, 2014).

No Brasil, o medo e o horror despertado pelos acontecimentos da Revolução Francesa e da Revolução Haitiana fizeram com que o conceito de revolução circulasse de modo curioso mediante usos atrelados a uma semântica conservadora, regeneradora, restauradora e, no limite, reformista da ordem, ante as visões catastrofistas. O conceito suscitava o temor do caos e da desordem institucional, aceitava-se a mudança, mas sem a ruptura com a ordem monárquica e escravista vigente. Admitia-se a regeneração e a restauração da ordem, o fim dos abusos cometidos pelas autoridades, sem que jamais se alterassem as relações de poder instituídas. Desejavam-se reformas úteis, mas sem os inconvenientes da revolução (Neves, L.; Neves, G., 2014).

No século XIX, no momento da Independência, falou-se de *revolução do Brasil* como sinônimo de autonomia e liberdade. Com a abdicação de Pedro I (1831), rompia-se definitivamente com Portugal, assume o poder um soberano nascido e criado no país: revolução sem uma gota de sangue, era o que se desejava; vivia-se o espírito regenerador e reformador do século XIX. Bernardo Pereira de Vasconcelos dizia que revolução é o direito de resistir à tirania, mas sem o recurso da violência, sem romper com a monarquia. O sentido de destruição da ordem, resultante de experiências concretas, como no Período das Regências (1831-1840), reiterou o vocabulário catastrofista do conceito, com a admissão da mudança política apenas se realizada pelas camadas dominantes e grupos dirigentes. Revolta, levante, perturbação da ordem, agitação violenta, guerra civil, motim, insurreição e sedição, sangue, medo, terror fazem parte dos vocábulos do conceito de revolução no mundo ibérico, hostil aos valores jacobinos (Neves, L.; Neves, G., 2014).

Em suma, não obstante o impulso de entusiasmo despertado pela revolução de 7 de abril de 1831, fazendo com que o Império do Brasil começasse a discutir o conceito, derivado de Montesquieu e entendido como modificação da estrutura política, o sentido moderno de uma ruptura profunda, embora conhecido, permaneceu inaceitável para as elites

políticas e intelectuais até 1870. Posteriormente à Revolução Francesa, via-se preterido pelo exemplo inglês, que, paulatinamente, com “recordações e contradições históricas”, alcançara o sistema constitucional. Na linguagem política do período, revolução continuava a constituir, predominantemente, um processo que desestabilizava o tempo físico e transformava a natureza das coisas, destinado pela Providência divina para o flagelo dos povos, ao final do qual, porém, numa perspectiva cíclica, retornava-se à situação anterior. Nessas condições, somente poucos, sem conseguir desprender-se tampouco de uma situação reformista, pareciam dotados de condições para superar essa visão litúrgica do mundo e reconhecer o potencial dos homens para intervir na vida pública em seu próprio proveito (Neves, L.; Neves, G., 2014, p. 76, tradução nossa).

No século XIX, os usos da categoria variavam a despeito de manter reservas com a ideia de ruptura da ordem, pois até mesmo os usos mais radicais não tinham perspectivas de rompimento com o passado e estavam orientados pelos princípios da linguagem do humanismo cívico, republicanismo que remonta a Aristóteles, nas formulações de figuras como Frei Caneca (Neves, L.; Neves, G., 2014). Foi apenas no ano de 1882 que o jornal *Revolução*, de orientação editorial realista, republicana e socialista, chegou a defender a “revolução violenta” como único meio de salvação do país (Neves, L.; Neves, G., 2014), admitindo o rompimento com a ordem. A despeito dessa dimensão catastrofista, regeneradora, de fraco reformismo que se mantém presente no século XX, produziu-se uma literatura que usou a categoria *revolução* qualificando-a como brasileira por romper com a ordem, delineando claramente projetos emancipadores de futuro, como que revolucionando a categoria.

No âmbito dessa história do conceito de revolução, este artigo procura demonstrar que a categoria não foi construída de forma inábil pelas esquerdas no Brasil, como sugere Garcia (1997). Ela, em seus usos mais abstratos, despojou-se daquela semântica catastrofista, conservadora, vinda do passado e corroborada pela história política republicana, na qual golpes, movimentos armados, guerras civis, quarteladas eram chamados de revolução. Nas mãos das esquerdas no interregno democrático (1945-1964), os usos inovadores da categoria revolução exprimem a emergência de linguagens políticas novas. A categoria passa a recobrir uma nova argumentação na qual a mudança social e política passa a depender da ação do povo e das massas e deixa de ser obra de grupos dirigentes. Os efeitos da revolução passam a ser concebidos como catastróficos apenas para uma minoria que perderia os seus privilégios. Revolução torna-se, então, conceito usado de modo abstrato, teórico e articulado a diferentes projetos de futuro em sintonia com o contexto histórico democrático do pós-guerra, quando “o país estava irreconhecidamente inteligente” e vivia-se “a fase mais interessante e alegre da história brasileira” (Schwartz, 2009, p. 21). A categoria revolução codifica um campo interpretativo e político sem dissociar essas dimensões.

Neste artigo são analisados e comentados os significados da categoria *revolução brasileira* no Brasil republicano (1889-1966), a partir de livros com essa categoria no título. O levantamento dos livros ocorreu mediante pesquisa nos catálogos das bibliotecas Octavio Ianni (IFCH-Unicamp), Florestan Fernandes (FFLCH-USP) e Nacional. Questiono: o que esses textos e livros dizem sobre esse conceito? Como usam a categoria? Mediante quais critérios? O que pretendiam dizer ao usá-lo? O que desejavam justificar? Quais eram os contextos histórico e intelectual nos quais circulava a categoria com os seus diferentes usos pelas forças políticas e sociais?

Para responder a essas questões e alcançar o objetivo proposto, este artigo se fundamenta na perspectiva da história dos conceitos, tal como proposta por Skinner (Crespo, 2007), a qual problematiza as relações entre autor e obra e as condições semânticas de produção ou o contexto de emergência da obra. Para ele, a compreensão do sentido dos textos exige situar o

contexto intelectual em que foram concebidos os principais textos — o contexto das obras ante-

riores e dos axiomas herdados a propósito da sociedade política, bem como o contexto das contribuições mais efêmeras da mesma época ao pensamento social e político. Pois é evidente que a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas (Skinner, 1996, p. 11).

Na América do Sul, segundo Blackey (1982), golpes e rebeliões têm sido endêmicos no século XX, enquanto as revoluções teriam sido raras

Skinner (2007) sustenta que os usos dos conceitos dependem dos critérios subjacentes que condicionam a semântica adotada. Ademais, os conceitos trazem consigo um vocabulário através do qual são selecionados, discutidos, possuem um conjunto de termos normativos e avaliativos correspondentes.

Na perspectiva da história conceitual,

[u]m conceito histórico não é uma invenção livre da subjetividade do historiador, mas uma totalidade semântica produzida na contingência histórica. Portanto, cabe ao pesquisador recuperar essas dimensões disponíveis nos vestígios e na própria continuidade histórico-cultural. Recuperar os significados em disputa dos conceitos históricos exige uma reconstrução complexa de seus contextos de enunciação, tanto em sua dimensão sincrônica quanto diacrônica. Essa exigência materializa-se em um novo olhar sobre os textos canônicos lidos e relidos pela história intelectual e pela história das ideias. Obras até então negligenciadas de grandes autores, ou mesmo autores esquecidos pelas visões hegemônicas, são recuperados como momentos fundamentais para a compreensão do contexto discursivo (Araujo, 2008, p. 48).

Para dar conta das questões propostas, o texto foi dividido em três partes, além desta. A seguir, são apresentados os usos da categoria revolução que estão em sintonia com a história política brasileira. Em seguida, mostro a contribuição do pensamento político-social mais abstrato e teórico para a reflexão acerca da categoria *revolução brasileira*. Por fim, são feitas as últimas considerações à luz da indeterminação dos acontecimentos históricos e das promessas contidas na categoria com vista a “arrancar a transmissão da tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela” (Benjamin, 1994, p. 224), e resgatar as ideias utópicas do esquecimento.

2. REVOLUÇÃO BRASILEIRA: QUARTELADA, INSURREIÇÃO, MOVIMENTOS ARMADOS E GOLPES

Blackey (1982) argumenta que as revoluções estão entre os fenômenos sociais mais extraordinários. Interpretam, marcam o passado e criam promessas de futuro. O sonho da revolução envolve o desejo de as pessoas poderem controlar os seus próprios destinos, planejarem o futuro e construir uma vida, comunidade, nação ou república extremamente melhorada, ou desconstruída e totalmente renovada.

A ideia moderna de revolução significou a possibilidade de criação de uma nova ordem e de um “novo ser humano”, o início de uma história renovada. Revoluções tendem a envolver mais de um país e dar solução a problemas internacionais. Como os golpes e rebeliões tendem a ser endêmicos, são geralmente previsíveis e frequentes. As revoluções, em vez disso, são epidêmicas: ocorrem de forma inesperada e são pouco usuais. Na América do Sul, segundo Blackey (1982), golpes e rebeliões têm sido endêmicos no século XX, enquanto as revoluções teriam sido raras.

A história política brasileira no período em análise (1889-1966) foi esculpida por golpes, revoltas, insurreições e movimentos armados. Desde a fundação da República brasileira, no ano de 1889, até o ano de 1966, houve ao menos 33 golpes, revoltas, movimentos armados e insurreições (Amaral, 1963; Ianni, 1971). Isso significa que tais eventos têm sido recorrentes na nossa história republicana. Em virtude dessa circunstância histórica, na cultura política brasileira e no senso comum, revolução tornou-se sinônimo de luta armada, insurreição, intentona, quartelada, golpe de Estado promovido pelas Forças Armadas, com a Marinha mais alinhada aos interesses das classes sociais dominantes (Moraes, 1991; 2005).

Os militares envolvidos em rebeliões desde 1922 passaram a se designar como revolucionários. Nas disputas políticas desse período, para cada grupo de adversários “[r]evolução é aquele movimento que segue os rumos de seus próprios objetivos políticos” (Borges, 1992, p. 119). As Forças Armadas tomaram o poder e tornaram-se suas guardiãs em 1889, 1930, 1937, 1945, 1964 e 1969. Além disso, em 1935, o Partido Comunista tentou conquistar o poder pelas armas, porém sem sucesso.

A categoria *revolução brasileira* surge no vocabulário político logo após a fundação da República, no final do século XIX, e esteve durante décadas associada ao desenvolvimento capitalista nacional. A expressão aparece como título de livro logo após a abolição da escravidão e associada a um fato histórico: o golpe das Forças Armadas que deu origem à República, a primeira experiência dos militares no poder estatal. Marechal Deodoro, Floriano Peixoto, Benjamin Constant, lideranças do Exército brasileiro, tomaram o poder em novembro de 1889, à frente das oligarquias (Moraes, 1991; 2005).

Não se trata, portanto, de uma categoria engendrada pelo tenentismo, como sugere Freitas (1998). Porque a expressão tenentismo é criada somente em 1931 e, posteriormente, desenvolvida como categoria explicativa pela historiografia, conforme Borges (1992). O termo também não foi elaborado por um militar, já que, no levantamento que realizei, o primeiro livro a conter no título a categoria *revolução brasileira* é de Urias Antônio da Silveira (1890), médico e civil que participou do governo provisório do marechal Deodoro. Apesar de ser visto pela historiografia como um livro de “narrativas militaristas”, gestado na cultura política do positivismo, é significativo por um motivo especial: o livro enuncia promessas que, desde a fundação da República até hoje, não foram cumpridas pelas classes sociais dominantes:

Na cultura política brasileira e no senso comum, revolução tornou-se sinônimo de luta armada, insurreição, intentona, quartelada, golpe de Estado promovido pelas Forças Armadas, com a Marinha mais alinhada aos interesses das classes sociais dominantes

a lei, a justiça, a igualdade para todos, a extinção dos privilégios, a unidade do povo, a soberania absoluta da nação, o progresso contínuo, o arrimo dos fracos e desherdados, a independência dos espíritos e dos corpos, a abolição de todas as espécies de tyrantias [sic] (Silveira, 1890, p. 53).

Silveira (1890) defende uma concepção republicana avançada para uma sociedade recém-egressa do escravismo e da monarquia. Assim, ao surgir, a categoria *revolução brasileira* foi usada com base num critério republicano radical. Porém, a identificação com o golpe de 1889 faz confundir revolução e *Putsch*, outra modalidade de explosão coletiva, de tentativa armada de golpe de Estado, que se distingue da revolução (Sztompka, 1998). Essa narrativa subjacente ao uso do conceito por Silveira (1890) contribuiu para identificar revolução, rebelião, insurreição, levante, *Putsch*, quartelada e movimentos armados. Além disso, contribuiu para enaltecer o protagonismo político das Forças Armadas no Brasil.

O termo reaparece, em outro contexto de enunciação, no livro de Juarez Távora de 1927. Após instaurado o federalismo, apenas o Exército, como instituição nacional, dispunha de meios para desafiar o poder das oligarquias (Moraes, 1991). Os militares do Exército, envolvidos em rebeliões desde 1922, passaram a se designar como revolucionários.

A revolta tenentista de São Paulo, em 1924, contou com a participação de Távora, que, três anos depois, iniciou a publicação das memórias do episódio e da sua participação na Coluna Miguel Costa-Prestes em livro no qual atribui a esses eventos o caráter de *revolução*. O uso do termo coincide com o feito por Silveira (1890) apenas na identificação entre revolução, levante e insurreição e no enaltecimento do protagonismo das Forças Armadas. A mudança do contexto de enunciação e as crenças de Juarez Távora estão presentes nas formulações do autor (Távora, 1927; 1928), centradas nos agentes e portadores de nacionalismo de direita, moralismo, patriotismo, elitismo e autoritarismo. O diagnóstico, inspirado em Alberto Torres, aponta a degeneração do modelo liberal democrático da Constituição de 1891 na realidade brasileira.

Contra a desorganização política do país, obra de “nossa elite dirigente”, Távora (1927; 1928) tinha como projeto de futuro medidas racionais e moralizantes de reorganiza-

ção institucional, unificação do ensino público, adoção do voto universal e secreto, liberdade de imprensa para controle do Executivo, unificação e autonomia do Judiciário. Elege como agentes da mudança as Forças Armadas, sobretudo os altos escalões, capazes de proteger a nação contra os excessos da indisciplina popular e dos governos que vilipendiam as leis e a Constituição. Defende a implantação de uma ditadura militar instrumental como meio para a instituição da ordem e da disciplina coletiva.

Às vésperas de 1930 havia um forte consenso sobre a necessidade de meios extralegais para tirar o poder político das mãos da oligarquia do café e livrar a República da corrupção eleitoral (Moraes, 1991). A revolução entendida como insurreição e golpe armado foi posta em prática pela Aliança Liberal. Tomado o poder pela Aliança Liberal, as forças derrotadas se organizaram numa frente política para derrubar Getúlio Vargas pelo caminho da guerra civil, no entanto sem sucesso.

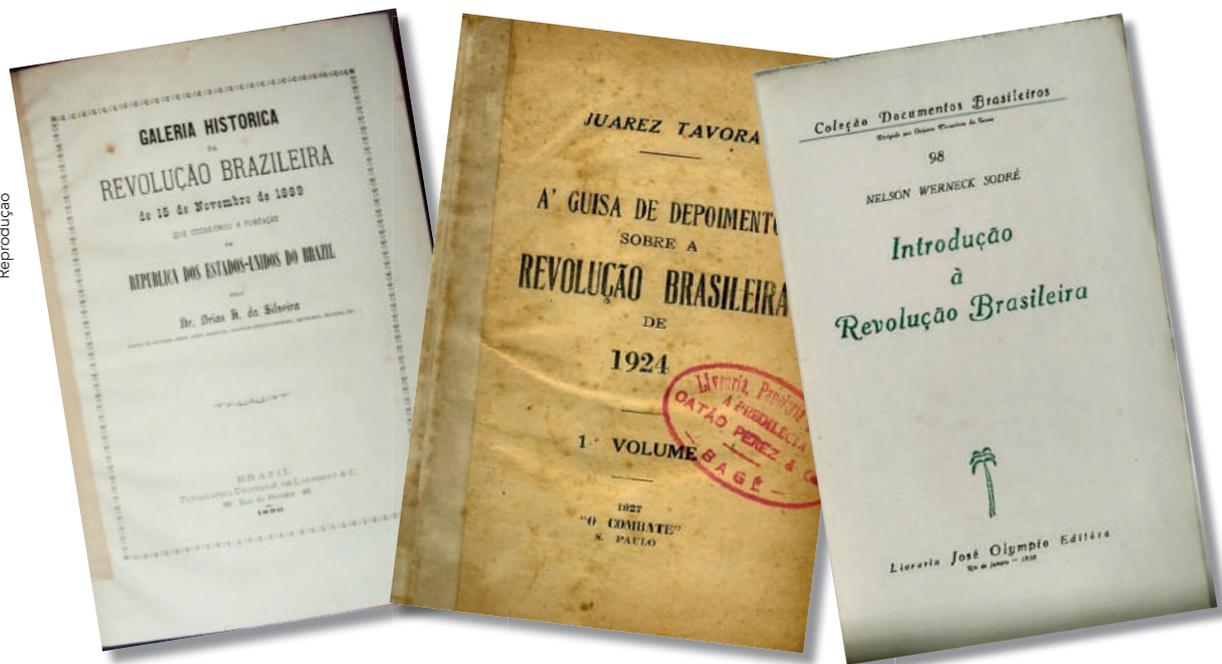
Essa identificação entre golpes armados, levantes militares, *Putsch*, guerra civil e revolução e o enfoque nos agentes se repete nas interpretações contemporâneas do episódio político ocorrido em 1930, apresentadas no ano seguinte no livro do militar egresso das fileiras tenentistas Amílcar Salgado dos Santos, que narra as epopeias da 14ª Companhia do Batalhão de Caçadores Manaus, mas de modo a confundir a política com a guerra no seu uso da categoria revolução. O livro, em tom épico exaltando os grandes heróis, foi escrito com vistas a esclarecer o

que se passou durante o mês de Outubro naquela vasta região, a respeito da gloriosa Revolução, que libertou nossa Patria da opressão em que vivia, por parte de mãos de políticos, e que foi vitoriosa, graças aos três grandes e fortes elementos: o Norte, com Juarez Távora à frente, o Rio Grande do Sul e Minas Gerais [*sic*] (Santos, 1931, p. 4).

A reação paulista de 1932 na forma de guerra civil também segue esse mesmo uso da categoria *revolução brasileira* ao ser designada pelos protagonistas como *Revolução Constitucionalista*.

Ainda nesse contexto, entre 1931 e 1934, Ignacio Amaral, um dos expoentes do pensamento autoritário e reitor da antiga Universidade do Brasil entre 1945 e 1948, escreveu um livro, publicado pela Marinha em 1963. O autor, ao identificar revolução com a “perturbação do equilíbrio” dos sistemas sociais, inspirado por uma visão de mundo positivista e organicista, a despeito de uma perspectiva estrutural, não ultrapassou o *mainstream* da época, que consistia na identificação entre insurreição, golpes, movimentos armados, quarteladas e revolução. Adotou uma postura de desdém da revolução como forma de mudança social, priorizou modificações sociais evolutivas, as quais manteriam a organicidade dos sistemas. Enfatizou o “problema educacional” brasileiro e soluções para os problemas que considerassem “nossos valores” e as necessidades impostas pelas condições locais. No entendimento de Amaral (1963), a categoria contém uma conotação autoritária e conservadora e um nacionalismo de direita.

Após tomar o poder, Vargas o conservou por 15 anos. Reprimiu a contrarrevolução paulista de 1932, a experiência malograda do Partido Comunista do Brasil (PCB), único partido da América Latina que tentou tomar o poder pela força das armas, assim como refreou os integralistas. Com o Estado Novo, Vargas implantou um regime ditatorial de direita inspirado nas ideias dos pensadores autoritários brasileiros dos anos 1920, o qual conteve as massas e as ideologias mediante perseguições políticas, tortura e prisões.



Urias Antônio da Silveira e Juarez Távora são os primeiros autores a usar o termo *revolução brasileira*, cujo entendimento seria elevado a novo patamar por Nelson Werneck Sodré

Durante o Estado Novo, essa tendência de confundir revolução e levantes das Forças Armadas continua a se verificar nos livros que contêm a categoria revolução brasileira em seus títulos. Com a criação do Departamento Nacional de Propaganda (DNP) pelo Estado Novo, em 1938, teve início o programa *Hora do Brasil*, transmitido diariamente por todas as estações de rádio do país. Diniz Junior defende Vargas e o Estado Novo em livro que trata de um discurso proferido pelo presidente naquele programa em 3 de novembro de 1938, em comemoração do oitavo aniversário do governo. Em 1940, o jornalista Danton Jobim, ex-comunista que apoiou a implantação da ditadura varguista, compara o governo Vargas com o New Deal, enaltecendo os feitos do governo revolucionário que tomou o poder pelas armas.

Ainda durante o Estado Novo, alguns livros contendo a categoria no seu título evocaram os ensinamentos do passado brasileiro de forma conservadora. Sebastião Pagano, monarquista convicto e integralista, equipara a Revolução Pernambucana de 1817 com a *revolução brasileira*, mas de modo a criticar o reformismo ilustrado do marquês de Pombal e fazer apologia da ação repressora do conde dos Arcos contra aquela insurreição (Pagano, 1938).

Igualmente, Custódio José Mello, que fez carreira na Marinha, em compilação de textos publicados *a posteriori* pela Companhia Editora Nacional, associa os episódios históricos da Revolta da Armada (1891-1894) com a *revolução brasileira*, expondo causas e alegações do motim da esquadra contra Floriano Peixoto. Revolução aparece associada à guerra e com sentido reacionário contra a república e em favor da monarquia (Mello, 1938). De modo menos conservador, Walter Spalding, que se destacou como historiador, identifica a Revolução Farroupilha com essa revolução. Ele afirma que os rio-grandenses se inspiraram na Revolução Francesa e na Revolução Americana. Também identifica revolução e guerra civil, não obstante esses conceitos se distinguiem (Spalding, 1939).

Exceto em Silveira (1890), nesses livros analisados a categoria *revolução brasileira* não carregava a utopia de uma sociedade livre e igualitária. Essa semântica reaparece na formulação de Ruy Afonso, para quem a Conjuração dos Alfaiates (1798) foi a primeira revolução social brasileira. O autor resgata os ideais anticoloniais e igualitaristas, as reivindicações contra privilégios sociais e étnicos presentes na Conjuração Baiana e inspirados na Revolução Francesa.

Não se trata de um motim de quartéis, uma inquietação de descontentes ou levante de escravos, mas de trabalho lento, persistente, de massas doutrinadas, conscientes, proclamando como pretendida finalidade “as melhoras física, intelectual e moral do maior número”, de que Saint Simon, precursor do socialismo da esquerda, levantaria a bandeira nos primeiros anos de 1800 (Afonso, 1942, p. 12).

O autor manifesta um nacionalismo de esquerda e afirma, de modo categórico e bem documentado, que a Conjuração dos Alfaiates foi a primeira “revolução proletária” do Brasil.

Os integralistas também se referiram à *revolução brasileira*; não obstante os contornos ambivalentes e até contraditórios dos usos da categoria, conceberam-na como um processo de caráter violento, sem perder a dimensão cultural, o vínculo com autoridade, disciplina e liberdade (Ramos, 2011). Os integralistas mobilizaram a categoria como parte da linguagem do movimento. A despeito do significado peculiar, os usos da categoria estavam em sintonia com o sentido, muito empregado na época, de insurreição, intentona, tomada violenta do poder de Estado.

Quando em 1964 o golpe empresarial-militar se autodenominou *revolução, revolução brasileira*¹, resgatou não apenas a semântica épica e golpista do conceito como também o vocabulário integralista. Pois, como será visto adiante, o que a ditadura empresarial fez em nome da categoria em nada coincide com o que pretendiam fazer os pensadores da *revolução brasileira* que a teorizaram de forma utópica como projeto político e social de futuro.

3. REVOLUÇÃO BRASILEIRA: PROCESSOS HISTÓRICOS, IDEIAS UTÓPICAS E PROJETOS DE FUTURO

Como visto, o conceito de revolução no mundo ibérico tem, nas suas origens, uma conotação restauradora. Conservadores e liberais brasileiros do século XIX tinham horror à revolução e a pintavam de forma negativa, devido ao terror que emergia numa fase da Revolução Francesa. Falava-se em revolução do espírito para reformar a ordem. Hipólito da Costa, como Burke, a vê como crise e ruptura, além de condená-la, sugerindo, em vez de revolução, a aprovação de mudanças graduais e melhoramentos nas leis. Além disso, as reformas jamais deveriam ser feitas pelo povo, pois isso acarretaria efeitos maus. Os reformadores deveriam garantir a ordem e a submissão, evitando os tumultos e ameaças ao direito de propriedade (Neves, L.; Neves, G., 2014). Em seguida, desde a fundação da República e ao longo das primeiras quatro décadas do século XX, era lugar-comum na historiografia a associação entre golpes, insurreições, movimentos armados, quarteladas, guerras civis, intentonas, tomada do poder de Estado pela violência e a categoria *revolução brasileira*.

No entanto, em atinência às transformações capitalistas da sociedade que se adensam na década de 1920 e aprofundam-se na década de 1930, a categoria *revolução brasileira*

¹ Ilustram essa afirmação Ayres Filho (1964) e Barros (1976).

Vieira Pinto defendia um capitalismo nacional vigoroso com base na iniciativa pioneira do Estado interventor e na ruptura com o capital estrangeiro. Não obstante, inova ao usar a categoria *revolução brasileira*, por ter como critério para pensá-la a elaboração de uma consciência crítica e por conceber o protagonismo das massas

muda e assume um novo sentido qualitativo, abstrato, teórico, como projeto de futuro, e passa a ser usada sob a perspectiva de horizontes teóricos utópicos contra um léxico que faz identificação da revolução com a guerra civil, com a desorganização e com a catástrofe. Essa herança ibero-americana da semântica da categoria serve de contraponto para entender o deslocamento teórico empreendido pelos intérpretes do Brasil a partir da década de 1930.

Nas contribuições dos historiadores Sérgio Buarque de Holanda (Holanda, 1973), Nelson Werneck Sodré (Sodré, 1958) e Caio Prado Júnior (Prado Júnior, 1966); do filósofo Vieira Pinto (1960a; 1960b); do economista Celso Furtado (Furtado, 1962); dos sociólogos Guerreiro Ramos (Ramos, 1961; 1963), Florestan Fernandes (Fernandes, 1968) [1965] e Pessoa de Morais (Morais, 1965), a categoria remete a um processo de revolução burguesa com renovação cultural, independência econômica, democracia e soberania nacional.

A despeito das mudanças que fez na segunda edição (1948) de *Raízes do Brasil*, Holanda (1973) se recusava a identificar a “nossa revolução” com um episódio épico ou quarte-lada, tomada do poder de Estado pelas armas. Embora não use a categoria *revolução brasileira*, o autor se refere à revolução como um projeto de futuro de transformações estruturais no plano da cultura e desfaz o *continuum* entre cultura e personalidade, que fundamentava as especulações sobre o caráter nacional. Um aspecto importante a ser considerado é que a problemática do livro consiste em compreender o processo de transição sociopolítica no Brasil, processo que vem desde a transferência da corte e que ganha fôlego com a abolição da escravidão, na concepção do autor.

A história dos conceitos ensina que o silêncio em torno de uma categoria exprime uma atitude, pois “podemos indicar nossa discordância simplesmente eliminando de nosso vocabulário o termo correspondente” (Skinner, 2007, p. 286, tradução nossa). Talvez essa recusa da semântica golpista da categoria *revolução brasileira*, naqueles idos, tenha levado

Holanda (1973) a não a empregar. Em todo caso, o critério subjacente ao uso do conceito de revolução é a suplantação das raízes ibéricas², ainda operantes na sociedade brasileira.

A grande inovação na discussão da categoria *revolução brasileira*, todavia, foi dada por Sodré (1958), a despeito de já usar o conceito em outras ocasiões entre 1935 e 1947. Com as transformações da sociedade em urbana e industrial, avultadas a partir da década de 1930 e adensadas no interregno democrático (1945-1964) devido à implantação da indústria de base, o conceito de revolução mudou. Nesse novo momento histórico-social de revolução capitalista, durante a experiência do governo de Juscelino Kubitschek, no ano de 1958, Sodré (1958) desenterra a categoria, criada pelas forças avançadas nacionais em situações históricas anteriores, por republicanos centralistas e tenentes, mas inova ao usá-la. Faz uso dela com critério diferente daquele golpista, insurrecional e épico. Utiliza-a para assinalar a necessidade de uma transformação substantiva relativamente ao passado colonial, para apontar a urgência de suplantar o que há de negativo no quadro brasileiro ao longo de séculos.

Para Sodré (1958; 1963), a *revolução brasileira* é um processo tardio de revolução burguesa, no qual os latifundiários e elementos da alta burguesia se punham do lado da contrarrevolução, e a burguesia nacional, a pequena burguesia, os estudantes, o campesinato e o proletariado se alinhavam ao outro lado. Ela teria se iniciado em 1930, quando surgem as bases para a formação de uma economia nacional.

Sodré acreditava que a revolução burguesa brasileira não havia sido concluída, estava em disputa entre as classes dominantes. Os critérios usados por Sodré (1958; 1963) para pensar o conceito de *revolução brasileira* são: manutenção das liberdades democráticas para impedir que a reação conflaguasse a contrarrevolução; libertação do Brasil do imperialismo; nacionalização do capitalismo por via do Estado; emancipação do latifúndio, por meio da reforma agrária com distribuição da propriedade da terra, com vistas a integrar o latifúndio na economia de mercado. Sodré (1958; 1963), assim como o PCB, defendia o protagonismo do proletariado na frente única, apesar de considerar frações da burguesia nacional como aliadas. Delineia um projeto de futuro no sentido de: ampliação do regime democrático; estatização da exploração das riquezas nacionais; reforma agrária, e desenvolvimento econômico independente.

Vieira Pinto também se posiciona contrário à semântica épica e golpista do conceito:

Uma revolução historicamente ocorrida, ou projetada para o futuro, pode não passar de grave e sangrenta ingenuidade, quando não se reduzir a ridículos motins de obtusos e reacionários salvadores, se tiver sido desencadeada ou for pensada sob a égide do conceito inválido de totalidade nacional (Vieira Pinto, 1960b, p. 157).

E dizia mais:

O conceito de revolução e o verídico espírito revolucionário nada têm em comum com a impetuosidade, a indignação, o protesto, o quixotismo, próprios da consciência ingê-

2 Para Holanda (1973), as raízes ibéricas operantes estão relacionadas à influência do catolicismo, à cultura da personalidade, à ética da aventura, à predominância do rural, à fragilidade dos laços de trabalho, ao horror ao trabalho manual, à primazia do privado sobre o público, à precedência do Estado em relação à sociedade, à centralização política, ao repúdio às luzes, ao apego ao obscurantismo, ao conservadorismo, ao tradicionalismo, ao individualismo aristocrático, à suposição da desigualdade natural dos indivíduos, à conciliação, à cordialidade, ao ideal de independência individual, ao pacto social entre grupos privados dominantes, à família patriarcal, ao Estado patrimonial. Traços que contrariam o universalismo dos valores liberais etc.

Reprodução



Fundo Correio da Manhã



A Proclamação da República, em 1889 (retratada ao lado em tela de Benedito Calixto), e a Revolução de 1930 (foto) deflagraram transformações na sociedade brasileira a partir de levantes militares

nua. [...] Porque quem não possui a ideia correta da realidade que deseja alterar não está habilitado a empreender o trabalho exigido para esse fim [...]. A mentalidade singela, ao contrário, vê a revolução como salto num futuro indefinido e desconhecido, como lance histórico de efeitos imprevisíveis (Vieira Pinto, 1960b, p. 252).

Ele foi um dos primeiros intelectuais a reagir, de modo veemente, à orientação do primeiro Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) de conceber a burguesia industrial como sujeito histórico da revolução brasileira. No *mainstream* das convicções das esquerdas da época, amálgama de crenças cepalinas e terceiro-internacionalistas, via a revolução como um projeto de futuro de ruptura com o subdesenvolvimento, com o imperialismo e com o latifúndio. Vieira Pinto (1960a; 1960b) defendia um capitalismo nacional vigoroso com base na iniciativa pioneira do Estado interventor e na ruptura com o capital estrangeiro. Não obstante, inova ao usar a categoria *revolução brasileira*, por ter como critério para pensá-la a elaboração de uma consciência crítica e por conceber o protagonismo das massas.

É um engano pensar que existe continuamente uma consciente intenção revolucionária na massa; esta só aparece em condições especiais, após longo período de propaganda ideológica, de politização prática, exige demorado processo evolutivo das bases materiais e nem sempre se organiza de maneira eficaz. Não é a revolução que os ricos devem temer, é a revolta (Vieira Pinto, 1960a, p. 253).

A singularidade de Caio Prado Júnior é que ele conservou uma atitude paulista diante de Getúlio Vargas, assim como Holanda (1973) e Fernandes (1968), os quais se recusavam a ver como início do processo de revolução brasileira a Revolução de 1930, reportando-o ao século XIX

Para o filósofo isebiano, a *revolução brasileira* consistiria na superação do subdesenvolvimento, na elevação do nível de vida e na maior participação política das massas nos processos decisórios, envolveria a defesa da democracia e das liberdades individuais com participação popular. Ambos os conceitos elaborados pelo filósofo, consciência crítica e protagonismo das massas, antecipavam a atuação política do último Iseb, que ele e Sodré dirigiram.

Furtado (1962) também recusa a semântica golpista, insurrecional e épica do conceito de revolução, e o pensa como projeto de futuro. Usa, como critério para pensar a categoria, o processo de industrialização em bases nacionais através do que denomina “internalização do controle dos centros decisórios”. Isto é, a conquista dos mecanismos que permitem a elaboração de uma política econômica independente — na qual as decisões básicas da economia são tomadas sem subordinação aos interesses externos — do comércio e das finanças e de grupos concorrentes no mercado mundial. Também concebe o ano de 1930 como início do processo de *revolução brasileira*.

Nessa mesma linha, Ramos (1961) usa a categoria tendo como critério a reforma política democrática, capaz de criar partidos ideológicos e melhorar a representatividade, pois os partidos políticos não estariam à altura das novas instituições criadas pela Constituição de 1946 e do amadurecimento do eleitorado — na época, 6 milhões, com a exclusão dos analfabetos. Ramos (1963) também usa como critério para pensar a categoria *revolução brasileira* o fomento do que designa como “atitude parentética”, isto é, consciência crítica e rebeldia contra o fato organizacional, em defesa da liberdade e autonomia dos indivíduos. Mostrava a necessidade de uma alteração do pacto de poder que viabilizasse as reformas de base. Tinha em vista a defesa do jogo político num regime democrático representativo, revolução pacífica ou revolução pelo voto. Aspirava à criação de um movimento revolucionário adulto do ponto de vista da organização, da ideologia e da liderança.

Morais (1965) também pensa a revolução como transformação prolongada e projeto de futuro, não um acontecimento épico ou insurrecional. Usa como critério para pensar

a categoria *revolução brasileira* a coexistência de formas patriarcal, burguesa e proletária e a dificuldade de superar o passado, porquanto a tradição patriarcal se sobrepõe e constringe o processo de transformação capitalista no Brasil, afetando as lideranças populares e os agentes do processo. E Prado Júnior (1966), ao atacar as principais teses do Partido Comunista Brasileiro e versar sobre a categoria, tinha como critérios a necessidade de considerar a realidade concreta ou o concreto pensado — naqueles idos, uma discussão sobre a questão agrária e como mobilizar os trabalhadores rurais — e a descolonização da economia nacional. A singularidade de Caio Prado Júnior é que ele conservou uma atitude paulista diante de Getúlio Vargas, assim como Holanda (1973) e Fernandes (1968), os quais se recusavam a ver como início do processo de revolução brasileira a Revolução de 1930, reportando-o ao século XIX.

Após a Revolução Cubana há uma nova mudança na categoria *revolução brasileira*, manifesta sobretudo quando ocorre a ruptura de relações diplomáticas da ilha com os EUA, em outubro de 1961. Para realizar as reformas defendidas no programa dos guerrilheiros, Cuba alinhou-se à União Soviética, e a revolução, inicialmente mais de caráter cepalino e centrada na questão nacional, declarou-se marxista-leninista. Com isso foi reabilitada a semântica socialista da categoria, presente nos militantes da velha guarda como Astrojildo Pereira e Octavio Brandão. A crise interna provocada pela renúncia de Jânio Quadros também contribuiu para essa mudança conceitual.

Apenas no ano de 1961 os intelectuais reabilitam a semântica socialista para usar a categoria *revolução brasileira*, que passa a ter como encaminhamento a transição socialista pela via pacífica ou armada. Na elaboração de jovens militantes e intelectuais de esquerda como Franklin Oliveira, Theotonio dos Santos Júnior e Moisés Vinhas, o processo poderia ocorrer de modo pacífico. Já para outros jovens militantes, como Jamil Almansur Haddad, Bolívar Costa, Marcos Peri³ e Moniz Bandeira, a revolução brasileira socialista ocorreria mediante meios épicos. Eram, entretanto, vozes minoritárias.

Oliveira (1962a; 1962b) usa como critérios para pensar a revolução brasileira socialista o direito de revolução e a liberdade de viver. Santos Júnior (1962) delineia uma estratégia ao mostrar quem eram os inimigos do povo, os quais resistiam às transformações democráticas e ao socialismo e precisavam ser combatidos. Vinhas (1963) questiona a linha política do PCB de se aliar à burguesia nacional. Como quadro do partido, usa o protagonismo de operários e camponeses como critério para empregar a categoria *revolução brasileira*.

A categoria, porém, ao ser usada como referência à transição para o socialismo de forma épica, pela tomada violenta do poder de Estado, reabilitou a semântica golpista, mais tenentista do que dialética, na tradição do pensamento político-social autóctone. Nesse registro, grosso modo, mediante a crise geral, a vanguarda da classe trabalhadora tomaria de assalto o poder de Estado para instituir o socialismo. Concepção inspirada nas revoluções soviética, chinesa e cubana, ocorridas em países de formação histórica completamente diversa da brasileira. De forma contundente, todavia, na primeira edição de *Raízes do Brasil*, citando Hermann Graf von Keyserling, Holanda é elucidativo ao dizer que o Estado brasileiro está assentado em bases mais seguras e menos vulneráveis: “[F]osse a Rússia governada como o Brasil e jamais o seu povo se teria rebelado.” (Holanda, 1936, p. 142)

Porém, nas narrativas de Haddad (1961), Costa (1962) e Peri (1962) seria possível a implantação do socialismo no Brasil — um país continental e, naqueles idos, já alinhado aos

3 Pseudônimo usado para não expor o autor ou autores do livro dentro do Partido Comunista à polícia política, no contexto das divergências internas que deram origem ao PCdoB em 1962.

interesses dos EUA —, a partir da criação de um foco guerrilheiro, à maneira de Cuba. Mais realista, Bandeira (1962) reconhecia que, passado o efeito-surpresa da Revolução Cubana, o imperialismo estadunidense impediria a repetição de novos eventos dessa natureza.

Ao prever a possibilidade de um golpe reacionário a ser desferido pela burguesia, Bandeira (1962) propunha uma insurreição defensiva. Uma vez que havia muitos quadros de esquerda nas Forças Armadas, sobretudo no baixo escalão, ele propunha que a vanguarda dos trabalhadores reagisse com um contragolpe, valendo-se dos ensinamentos de Lênin. O critério do autor para pensar a revolução socialista brasileira era a insurreição defensiva no interior das Forças Armadas. A experiência foi diferente da expectativa, o fortuito, do planejado, e tais instituições sofreram maior expurgo e perseguição política no pós-1964.

Florestan Fernandes se posicionou nesse debate da revolução brasileira em texto de 1965, questionando o descuido com o processo histórico, que “não se conta através de instantes, horas e dias, mas de séculos” (Fernandes, 1968, p. 186). Ao se restringir à dimensão conjuntural e de curta duração da história brasileira, essa literatura passou a “encarar a revolução como se ela fosse produto puro e simples da atividade de uma geração — ou, melhor, da parcela de uma geração que representasse os papéis de atores do drama” (Fernandes, 1968, p. 189). Na apreciação do autor,

[i]sso impediu que se visse a “revolução brasileira” como algo contínuo e *in flux*, provocando uma atomização da consciência da realidade sem paralelos e uma ingênua mistificação da natureza do processo global, raramente entendido como autêntica *revolução burguesa*. Tal visão só podia ser alimentada por um estado de espírito particularista, pulverizador e imediatista; e teve o condão de exagerar enormemente a significação que

Wikimedia



O líder comunista Luiz Carlos Prestes, ao centro, durante julgamento no Tribunal de Segurança, em 1937. Ele fora preso por ter sido um dos líderes da Insurreição Comunista de 1935

Após a Revolução Cubana declarar-se marxista-leninista em 1961, é reabilitada a semântica socialista da categoria *revolução brasileira*, usada como alusão à transição pacífica mediante os critérios: direito de revolução; liberdade de viver; conhecimento dos inimigos do povo; e protagonismo de operários e camponeses. Também foi usada como referência à transição violenta para o socialismo através dos parâmetros: criação de um foco guerrilheiro, que desconsiderava a formação social brasileira; e insurreição defensiva

se fazia e do que se podia fazer, em detrimento do que devia ser feito. Em suma, perdeu-se de vista não só o encadeamento das diversas fases de nossa revolução social, como também os caracteres que ela assumia na duração histórica, que singularizam o nosso padrão de desenvolvimento histórico-social. Sua lentidão, sua irregularidade, sua falta de homogeneidade, que exigiam atenção, explicação e correção, foram negligenciadas, embora se soubesse que fenômenos análogos haviam transcorrido em outros países de forma bem diversa (Fernandes, 1968, p. 189).

Na apreciação desse autor, a historiografia da revolução brasileira teria sofrido as deformações e inconsistências do horizonte cultural dos agentes históricos presos às condições estruturais impostas pela sociedade. Essa historiografia, ao apostar na agência dos sujeitos, desconsiderou as estruturas, os processos sociais, a perspectiva de totalidade e a natureza burguesa (e não socialista) daquela revolução que começara na segunda metade do século XIX e, com temporalidade de média e longa duração, continuava em fluxo, a despeito das características lentas, irregulares e heterogêneas desse processo histórico de transformação capitalista da sociedade brasileira. O fato é que a categoria *revolução brasileira* teve diversos usos, sofreu transformações, rupturas e continuidades, conforme os diversos contextos que a condicionaram e permitem elucidá-la, alcançando nessas formulações um nível maior de abstração.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, desde o seu surgimento, a categoria revolução brasileira transformou-se de modo significativo diversas vezes. Para compreender essas diferenças semânticas ligadas às experiências, às expectativas passadas e às promessas não realizadas, a pesquisa que deu origem a este artigo voltou-se para os usos e os contextos (histórico e linguístico) nos quais a categoria foi empregada, considerando o ensinamento de Skinner (Crespo, 2007) conforme o qual é preciso dar importância também para o estudo de textos e autores menores, não consagrados nos cânones das escrituras atuais, para a reconstrução de contextos intelectuais.

Na história monárquica do Brasil, o medo e o horror despertado pelos acontecimentos da Revolução Francesa e da Revolução Haitiana fizeram com que o conceito de revolução circulasse de modo curioso, mediante usos atrelados a uma semântica conservadora, regeneradora, restauradora e reformista da ordem, ante as visões catastrofistas do fenômeno social. O conceito suscitava o temor do caos e da desordem institucional. Aceitava-se a mudança, mas sem a ruptura com a ordem monárquica e escravista vigente. Admitia-se a regeneração e a restauração da ordem, a contenção dos abusos cometidos pelas autoridades, desde que jamais se alterassem as relações de poder instituídas. Desejavam-se reformas úteis, mas sem os inconvenientes da revolução (Neves, L.; Neves, G., 2014).

Durante pelo menos as quatro primeiras décadas do século XX, revolução era sinônimo no Brasil de quarteladas, intentonas, movimentos armados, tomada do poder de Estado pelas Forças Armadas, guerra civil. Esse significado do conceito está ligado, além da experiência histórica, ao conceito ibero-americano de revolução, aos usos vigentes no século XIX e, no século XX, à influência do organicismo, do positivismo, do tenentismo, do stalinismo e do integralismo.

Com o desenvolvimento capitalista, a categoria revolução brasileira muda. Adquire aportes teóricos e passa a ser usada para se referir a projetos políticos e sociais de futuro, com base em diferentes critérios: superação do iberismo; ruptura com o latifúndio e com o imperialismo; ampliação do regime democrático; estatização da exploração das riquezas nacionais; consciência crítica e protagonismo das massas; “internalização do controle dos centros decisórios”; reforma política democrática e “atitude parentética”; suplantação do patriarcado; descolonização; sensibilidade para o concreto pensado.

Além disso, o conceito muda devido à polarização entre socialismo e capitalismo. Após a Revolução Cubana declarar-se marxista-leninista em 1961, é reabilitada a semântica socialista da categoria *revolução brasileira*, usada como alusão à transição pacífica mediante os critérios: direito de revolução; liberdade de viver; conhecimento dos inimigos do povo; e protagonismo de operários e camponeses. Também foi usada como referência à transição violenta para o socialismo através dos parâmetros: criação de um foco guerrilheiro, que desconsiderava a formação social brasileira; e insurreição defensiva, não posta em prática no fatídico 31 de março de 1964.

Skinner (2007) e Koselleck (2012), a despeito das concepções teóricas distintas, concordam que as categorias políticas fundamentais carregam consigo elementos culturais, normativos e avaliativos que são passíveis de contestação. Além disso, para ambos, conceitos e ações legitimam-se, se influenciam e potencializam-se de forma mútua e recíproca. Assim, os conceitos mudam de semântica, são dinâmicos e questionáveis, sujeitos a transformações contextuais, são condicionados por seus usos e contextos. Podem inclusive desaparecer de

circulação, como ocorreu com a categoria após o golpe de 1964. A inflexão política provocada pela ditadura empresarial-militar engendrou o ostracismo e esquecimento do conceito, substituído, nos estertores do regime, por outras palavras-chave do vocabulário político, como democracia, autoritarismo e sociedade civil.

A categoria *revolução brasileira* voltou a ser uma palavra-chave fundamental em disputa no século XXI. Desde a década passada ela vem sendo retomada e usada por pensadores políticos de polos opostos, como Sampaio Jr. (2017), Nildo Ouriques e Arcary (2013), de um lado, e Carvalho (2018), de outro lado. Na história republicana, comunistas, socialistas, integralistas, desenvolvimentistas, nacionalistas, democratas e negacionistas usaram a categoria *revolução brasileira* para dizer e fazer coisas distintas.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) de pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: rrshiota@gmail.com

Este artigo foi escrito para uma apresentação no GT “Pensamento social no Brasil”, do XVII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado em Brasília (DF), de 26 a 29 de julho de 2017. Não foi publicado nos anais do congresso e ficou esquecido pelo autor, que, em 2023, resolveu publicá-lo, sem modificações, como testemunho de um momento da sua trajetória intelectual – a não ser pela inclusão, nas considerações finais, de uma menção a um negacionista que usou a categoria *revolução brasileira*, mas sem prejuízo à argumentação tecida.

► Texto recebido em 25 de abril de 2023; aprovado em 21 de junho de 2023.

Referências bibliográficas

- AFONSO, Ruy. **A primeira revolução social brasileira (1798)**. São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.
- AMARAL, Ignacio Manuel de Azevedo do. **Ensaio sobre a revolução brasileira: 1931-1934** (contribuição para o estudo dos problemas da brasilidade). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1963.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. **Forum Almanack Brasileiro**, n. 7, p. 47-55, maio 2008.
- ARCARY, Valério. Esquerda apanha e se junta: mas qual é mesmo o objetivo?. **Viomundo**, 4 jul. 2013. Disponível em: <www.viomundo.com.br/politica/valerio-arcary-esquerda-que-apanhou-unida-se-juntou-mas-qual-e-mesmo-o-objetivo.html>. Acesso em: 25 maio 2017.
- AYRES FILHO, Paulo. **A revolução brasileira**. [S.l.]: [s.n.], 1964.
- BANDEIRA, Moniz. **O caminho da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Melso, 1962.
- BARROS, Adirson de. **Março: Geisel e a revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Antemova, 1976.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-234.
- BLACKKEY, Robert. Introduction. In: _____. **Revolutions and revolutionists: a comprehensive guide to the literature**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 1982. p. 10-50.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- CARVALHO, Olavo de. **A revolução brasileira e o estamento burocrático**. YouTube, 1 out. 2018. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=H38NissxuAQ>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- CHAUÍ, Marilena. **O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CORTÊS, Norma. **Esperança e democracia: as ideias de Álvaro Vieira Pinto**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; Luperj, 2003.
- COSTA, Bolívar. **Quem pode fazer a revolução no Brasil?**. Rio de Janeiro, 1962. (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 7).
- CRESPINO, Enrique Bocardó. La historia de mi historia: una entrevista con Quentin Skinner; Cinco ensayos de Quentin Skinner. In: _____. **El giro contextual: cinco ensayos de Quentin Skinner y seis comentarios**. Madrid: Editorial Tecnos, 2007. p. 43-212.
- DINIZ JUNIOR. **Uma etapa da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: DNP, 1938.
- FERNANDES, Florestan. A revolução brasileira e os intelectuais. In: _____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Global, 2006.
- FREITAS, Marcos Cezar de. **Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama**. São Paulo: Cortez, 1998.
- FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. São Paulo: Global, 2004.
- _____. **Sobrados & mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977a. t. 1.
- _____. **Sobrados & mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977b. t. 2.
- FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- GARCIA, Marco Aurélio. As esquerdas no Brasil e o conceito de revolução: trajetórias. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira**. São Paulo: Scritta, 1997. p. 37-47.
- HADDAD, Jamil Almansur. **Revolução cubana e revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- _____. _____. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. **O colapso do populismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- JOBIM, Danton. **A experiência Roosevelt e a revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos: estudos sobre semântica y pragmática del lenguaje político y social**. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

- MELLO, Custódio José. **O Governo Provisório e a Revolução de 1893**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- MORAES, Denis de. **A esquerda e o golpe de 64**. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**: da Coluna à Comuna. São Paulo: Siciliano, 1991.
- _____. **A esquerda militar no Brasil**: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MORAIS, Pessoa de. **Sociologia da revolução brasileira**: análise e interpretação do Brasil de hoje. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. Brasil. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**: conceptos políticos fundamentales, 1770-1870. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Universidad del País Vasco, 2014. t. 9, p. 65-80.
- OLIVEIRA, Franklin de. **Que é a revolução brasileira?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962a. (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 9).
- _____. **Revolução e contrarrevolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962b.
- PADILLA, Guillermo Zermeno. Revolución en Iberoamérica (1770-1870): análisis y síntesis de un concepto. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**: conceptos políticos fundamentales, 1770-1870. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Universidad del País Vasco, 2014. t. 9, p. 15-48.
- PAGANO, Sebastião. **O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817**. São Paulo: Nacional, 1938.
- PERI, Marcos. **Perspectivas da revolução brasileira**. São Paulo: Autores Reunidos, 1962.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A crise do poder no Brasil**: problemas da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- _____. **Mito e verdade sobre a revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- RAMOS, Alexandre Pinheiro. Uma "revolução necessária": o conceito de revolução nos textos dos intelectuais da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). **Dimensões**, Vitória, v. 26, 2011.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. A crise política brasileira expressa o colapso do pacto político cristalizado na Constituição de 1988. **Esquerda Diário**, 23 maio 2017. Disponível em: <www.esquerdadiario.com.br/Plinio-Sampaio-A-crise-politica-brasileira-expressa-o-colapso-do-pacto-politico-cristalizado-na?fb_comment_id=1195384697257059_1197916557003873>. Acesso em: 25 maio 2017.
- SANTOS JÚNIOR, Theotonio. **Quais são os inimigos do povo?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 2).
- SANTOS, Amílcar Salgado dos. **A revolução brasileira na Amazônia**: notas para à história da Amazônia. São Paulo: [s.n.], 1931.
- SCHWARTZ, Roberto. **Cultura e política (1967-1969)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- SILVEIRA, Urias Antônio da. **Galeria histórica da revolução brasileira de 15 de novembro de 1889**: que ocasionou a fundação da República dos Estados-Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1890.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Tradução Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Lenguaje, política e historia**. Bernal: Universidade Nacional de Quilmes, 2007.
- SPALDING, Walter. **A Revolução Farrroupilha**. São Paulo; Rio de Janeiro: Nacional, 1939.
- SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- _____. **Introdução à revolução brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- TÁVORA, Juarez. **À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924**. São Paulo: O Combate, 1927. v. 1.
- _____. **À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924**. São Paulo: O Combate, 1928. v. 3.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional**: a consciência ingênua. Rio de Janeiro: Iseb, 1960a.
- _____. **Consciência e realidade nacional**: a consciência crítica. Rio de Janeiro: Iseb, 1960b.
- VINHAS, Moisés. **Operários e camponeses na revolução brasileira**. São Paulo: Fulgor, 1963.

A desigualdade social e a condição de saúde das mulheres no município de Londrina (PR)

Social inequality and the health condition of women in the city of Londrina, state of Paraná

nathália cristina de carvalho*
Ana Patrícia Pires Nalesso**

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.012>



A multiplicidade de tarefas, domésticas e profissionais, que as mulheres precisam enfrentar repercute negativamente nos indicadores de saúde

RESUMO

A presente pesquisa insere-se em um projeto mais amplo em andamento, intitulado “Análise da desigualdade social em Londrina: leitura continuada articulando indicadores sociais e econômicos”, e propõe um aprofundamento que leva em conta especificidades da desigualdade de gênero e seus impactos na saúde da mulher. A premissa subjacente é que a análise e o trato dos indicadores sociais e epidemiológicos permitem a apreensão e proposição de políticas para a melhoria da condição de saúde das mulheres. Considerando que as pessoas adoecem segundo suas condições materiais de vida e que as mulheres apresentam especificidades, o objetivo desta pesquisa é compreender a relação entre a desigualdade social e as condições de saúde no município de Londrina a partir do exame de indicadores que inter cruzem a condição de gênero, aspectos de adoecimento específicos para as mulheres e os impactos resultantes do nível de acesso delas aos serviços de saúde. Em face dessas questões, ao explorar os processos relacionados à saúde das mulheres, a metodologia adotada baseou-se em uma sólida revisão bibliográfica sobre o tema, conduzindo uma pesquisa qualiquantitativa, de fonte secundária. Em última análise, os resultados apontaram que, embora as melhorias nos programas e serviços de saúde tenham sido significativas, as disparidades de gênero na saúde persistem tanto em nível nacional quanto municipal.

Palavras-chave: Indicadores sociais. Saúde da mulher. Desigualdade social.

ABSTRACT

The present research is part of a broader ongoing project titled “Analysis of social inequality in Londrina: continuous reading linking social and economic indicators”. It delves into a specific field that recognizes the nuances of gender inequality and its impacts on women’s health. The underlying premise is that the analysis and handling of social and epidemiological indicators enable the apprehension and proposition of policies for improving women’s health conditions. Considering that individuals fall ill based on their material living conditions and that women have specificities, the objective of this research is to understand the relationship between social inequality and health conditions in the municipality of Londrina. This involves defining indicators that intersect with gender, specific aspects of illness for women, and the resulting impacts on the level of access to health services. Facing these issues, in exploring the health and illness processes of women, the adopted methodology was based on a robust review of the topic, conducting a qualitative and quantitative research from secondary sources. In conclusion, the results indicated that, although improvements in health programs and services have been significant, gender disparities in health persist at both the national and municipal levels.

Keywords: Social indicators. Women’s health. Social inequality.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com a saúde é uma constante para os brasileiros. Durante muito tempo, a saúde foi concebida como ausência de doenças físicas ou mentais. Em 1947, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a reconhecer a saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, rompendo com a ideia de que a saúde se limita à ausência de doença. Embora essa definição tenha sido considerada avançada na época, hoje compreendemos que a saúde não pode ser definida apenas pela ausência de enfermidades ou por uma integridade inalcançável.

Nesse sentido, a concepção de saúde foi ampliada após a promulgação da Constituição de 1988, que a reconheceu como um “direito de todos e dever do Estado, garantido por meio de políticas sociais e econômicas” (Brasil, 1988). Mais tarde, a saúde passou a ser considerada “um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (Brasil, 1990), conforme o artigo 2º da lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Ademais, a saúde, em seus diferentes níveis, reflete a organização social e econômica do país, com diversos fatores determinantes e condicionantes, como alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, atividade física, transporte, lazer e acesso a bens e serviços essenciais (Brasil, 1990). A saúde, em vista disso, deve ser analisada em sua totalidade e confrontada com a realidade em que está inserida.

Considerando que as pessoas adoecem segundo suas condições de vida e que as mulheres apresentam especificidades que vêm suscitando um olhar específico das atenções em saúde, este estudo tem como objetivo compreender a relação entre a desigualdade social e as condições de saúde das mulheres em Londrina, a partir do exame de indicadores que inter cruzam a condição de gênero, aspectos do adoecimento específicos para as mulheres e os impactos resultantes do nível de acesso delas aos serviços de saúde.

E para tanto partimos da premissa de que o gênero é um elemento que intensifica as desigualdades sociais em saúde. Conforme Barreto (2017), algumas clivagens sociais se sustentam em diferenças, como as que se dão entre homens e mulheres, transformando-se em desigualdades, especialmente quando analisamos as relações de poder, o acesso e a posse aos bens, serviços e riquezas, que são distribuídos desigualmente. O campo da saúde é frequentemente atingido por essas desigualdades, se materializando nos níveis de risco à saúde e de dificuldade de acesso ao sistema e aos serviços de saúde de qualidade.

Conforme Barreto (2017), quando as desigualdades se convertem em iniquidades, é imperativo desenvolver estratégias para formulação de políticas concretas destinadas a reduzir tais disparidades. Diante dessas questões, este artigo se organiza da seguinte maneira: primeiramente, examina os determinantes sociais do processo saúde-doença e explora a relação entre desigualdade de gênero em saúde e os papéis socialmente atribuídos às mulheres. Em seguida, analisa os processos de saúde e doença das mulheres, destacando a relevância dessa abordagem no âmbito da saúde. Para isso, nossa metodologia se baseou em uma revisão bibliográfica do tema, com ênfase na análise das condições de vida das mulheres

Priorizamos o uso de dados produzidos por fontes confiáveis, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus) e a Vigilância Sanitária do município de Londrina. Essa abordagem nos permite uma aproximação do real, pois qualquer tentativa de propor medidas de recuperação da saúde da mulher passa, necessariamente, pela apropriação, tratamento e análise dos indicadores epidemiológicos e sociais.

brasileiras e das principais questões de saúde que as afetam. Portanto, realizamos uma análise detalhada dos dados, incluindo indicadores sociais e informações epidemiológicas. Priorizamos o uso de dados produzidos por fontes confiáveis, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus) e a Vigilância Sanitária do município de Londrina. Essa abordagem nos permite uma aproximação do real, pois qualquer tentativa de propor medidas de recuperação da saúde da mulher passa, necessariamente, pela apropriação, tratamento e análise dos indicadores epidemiológicos e sociais.

2. SER MULHER E TER SAÚDE

Segundo Laurell (1982), a saúde não é apenas influenciada por fatores biológicos ou comportamentos individuais, mas também é profundamente moldada por determinantes sociais. A teoria da determinação social do processo saúde-doença se baseia na organização da sociedade, considerando os processos de reprodução social como fundamentais. Saúde e doença estão intrinsecamente ligadas ao contexto social, afetadas por fatores econômicos, históricos, culturais e sociais. Como se trata de uma relação social, aspectos como acesso aos serviços de saúde, condições de vida, distribuição de renda, emprego, educação, moradia e outros desempenham um papel significativo na saúde das pessoas. Dessa maneira, a saúde e a doença variam ao longo do tempo e espaço, dependendo do grau de desenvolvimento econômico e social de cada região. Embora tenha raízes biológicas, a natureza humana manifesta-se pela vida em sociedade.

Na sociedade moderna, a divisão de classes estabelece relações de produção e reprodução que exercem um impacto significativo no cotidiano das pessoas, influenciando

diretamente as condições de saúde e qualidade de vida. Essas relações estão intrinsecamente ligadas à hegemonia da estrutura social. De acordo com Engels (2010), a primeira divisão do trabalho ocorreu entre homens e mulheres, com o propósito de procriação. Ele também observa que a primeira opressão de classe coincidiu com a opressão das mulheres pelos homens. Essa hierarquização da divisão sexual do trabalho, centrada na instituição familiar, resultou na perpetuação da desigualdade de gênero.

As mulheres pertencentes à classe trabalhadora, ao serem designadas para o trabalho reprodutivo, acabam por prover o cuidado para suas famílias de forma não remunerada, incluindo os cuidados de saúde. Isso, por sua vez, dificulta a participação das mulheres no mercado de trabalho formal. Quando inseridas no mercado de trabalho, especialmente sob o contexto do capitalismo tardio e periférico, as mulheres brasileiras são submetidas a estruturas naturalizadas do sistema patriarcal. Sujeitar as mulheres a desempenhar certos papéis socialmente impostos, como parte do processo de acumulação de capital, é considerado necessário em um país que discrimina minorias sociológicas

para camuflar sua incapacidade intrínseca de promover justiça social, isto é, de realizar distribuição equitativa do produto social, de considerar socialmente iguais todos os seus membros e de permitir que desabrochem e desenvolvam-se todas as potencialidades de cada ser humano (Saffioti, 1978, p. 408).

Somente nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, as políticas nacionais de saúde começaram a incluir as mulheres, mas com um foco limitado às questões relacionadas à reprodução biológica, ou seja, gravidez e parto. Nessa abordagem, os programas materno-infantis eram estratégias voltadas para a proteção dos grupos mais vulneráveis, como gestantes e crianças. Assim, as mulheres eram predominantemente enquadradas em papéis sociais de mães ou donas de casa, responsáveis pela reprodução da vida, criação e educação dos filhos, bem como pelo cuidado com a saúde deles e de outros membros da família (Brasil, 2004). A subordinação da mulher à função de “mãe” contribuiu ao longo dos anos para a limitação da sua saúde ao contexto da reprodução e maternidade, deixando uma influência duradoura na maneira como as mulheres abordam sua saúde até os dias atuais.

Esses programas revelam um olhar reducionista sobre as mulheres, restringindo-lhes o acesso à saúde e priorizando a intervenção apenas nos corpos das mulheres-mães, visando à reprodução social de mão de obra (Rodrigues, 2015). No final dos anos 1970, o movimento feminista brasileiro desempenhou um papel fundamental ao destacar questões até então negligenciadas na agenda política nacional. O foco estava na denúncia das desigualdades nas condições de vida, no acesso à saúde de qualidade, na sexualidade, reprodução, contracepção, prevenção de doenças e na carga de trabalho das mulheres. Elas reivindicavam ações abrangendo aspectos econômicos, sociais, culturais e emocionais, superando a discussão de saúde restrita ao período gravídico-puerperal, tendo em vista que tais problemas de saúde eram agravados pela desigualdade de gênero. O movimento buscava transformações sociais para melhorar a qualidade de vida das mulheres como detentoras de direitos.

Em 1984, o Ministério da Saúde elaborou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism), marcando o rompimento com os antigos pressupostos da política de saúde das mulheres e elegendo critérios prioritários nesse campo (Brasil, 1984). A implementação do Paism reformulou a atenção básica, incorporando princípios como descentra-



Maternidade do Hospital Universitário (HU) de Londrina

lização, hierarquização e regionalização dos serviços, além de promover a integralidade e equidade na assistência à saúde. Isso ocorreu durante o surgimento do Movimento Sanitário, que conceituava o SUS (Brasil, 2004).

As diretrizes gerais do programa previam a capacitação do sistema de saúde para atender às necessidades da população feminina, enfatizando as ações dirigidas ao controle das patologias mais prevalentes nesse grupo; estabeleciam também a exigência de uma nova postura de trabalho de equipe de saúde em face do conceito de integralidade do atendimento; pressupunham uma prática educativa permeando todas as atividades a serem desenvolvidas, de forma que a “clientela” pudesse apropriar-se dos conhecimentos necessários a um maior controle sobre sua saúde (Osis, 1998, p. 14).

Ao se compreender que a saúde é influenciada por fatores sociais que permeiam nossas relações sociais, a desigualdade de gênero emerge como um elemento central para a discussão da saúde da mulher. Na próxima seção, abordaremos as distintas facetas da saúde e da doença das mulheres, considerando os papéis de reprodutora, cuidadora, chefe de família e trabalhadora, reconhecendo as especificidades inerentes nesse processo.

3. MULHERES E SEUS PROCESSOS DE SAÚDE-DOENÇA: UM OLHAR SOBRE INDICADORES

Silva (2010) destaca que, para avaliar a desigualdade de gênero em saúde, consideram-se dois aspectos: a taxa de mortalidade, aferida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2021), de cujo exame se conclui que as mulheres vivem, em média, sete anos a mais que os homens; e a morbidade, que pondera sobre o estado de saúde e a qualidade de vida dos sujeitos; em relação a este último aspecto, apesar de o índice de mortalidade

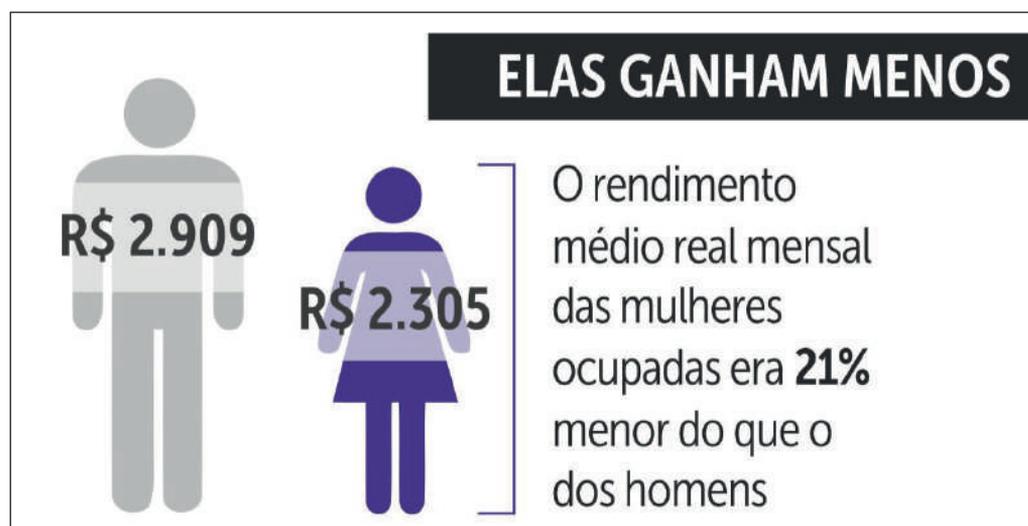
ser menor que o dos homens, as mulheres apresentam índices de morbidade mais altos, vivenciando uma qualidade de vida inferior e padrões mais precarizados.

Sob a ótica de gênero, a divisão desigual do trabalho pode fazer com que elas disponham de menos recursos e limitem o tempo disponível para cuidar da própria saúde. Outra causa da morbidade pode se relacionar às atividades laborais mal remuneradas e precárias. Essas diferenças são reflexo das diferenças de gênero, isto é, “decorrentes da divisão sexual do trabalho, da construção social e cultural do masculino e do feminino em nossa sociedade, bem como dos distintos modos de vida determinados pela inserção social dos indivíduos, mas modulados pela posição e pelas relações de gênero” (Barata, 2009, p. 80).

As implicações dessa disparidade ficaram evidentes durante a pandemia da covid-19 e o agravamento da crise econômica, afetando desproporcionalmente as mulheres e prejudicando seu acesso aos serviços de saúde. Nesse sentido, devido à histórica menor taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho em comparação com a dos homens, elas acabam em posições de subemprego ou desemprego, o que resulta em maior precariedade socioeconômica. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) publicada pelo IBGE em 2021 ressaltou que durante o primeiro ano da pandemia de covid-19 o nível de emprego formal entre as mulheres diminuiu em 5,5 pontos percentuais em relação a 2019, acentuando a desigualdade de gênero. Embora tenha havido uma recuperação modesta em 2021, a lacuna ainda permanece significativa (IBGE, 2021).

O declínio da empregabilidade das mulheres durante a pandemia está ligado ao fato de que elas são encarregadas dos cuidados, enfrentando os desafios relacionados às suas próprias condições de saúde e às de seus familiares. Apesar de as mulheres serem a maioria da população brasileira (51,1%), ao se considerar a participação dos sexos no total de desocupados, 55,5% são mulheres e os outros 44,5%, homens; além disso, elas recebem salários 21% menores que eles (IBGE, 2022), como mostra a figura 1.

Figura 1 — Rendimento médio real mensal das mulheres e dos homens — Brasil, 2022



Fonte: IBGE (2022)

Elaboração: Dieese

A feminização da pobreza, que se intensificou sob os ditames neoliberais, está diretamente relacionada ao desmantelamento das políticas sociais em setores como educação, saúde e previdência, juntamente com a ausência de políticas que abordem eficazmente a condição de vulnerabilidade

Faz-se notável que o desemprego feminino é mais lucrativo para o capital, pois [n]as épocas de crise econômica, o sexo opera como fator de seleção dos trabalhadores, expulsando as mulheres muito mais do que os homens da estrutura ocupacional. Tomando-se a família como unidade de consumo, o desemprego feminino afeta menos o orçamento familiar do que o masculino, uma vez que o salário da mulher é, via de regra, inferior ao do homem (Saffioti, 2013, p. 493).

Além da discrepância na empregabilidade entre homens e mulheres no Brasil, a divisão de gênero no mercado de trabalho resulta em uma sobrecarga significativa para as mulheres no que diz respeito às responsabilidades domésticas e aos cuidados não remunerados. A manutenção dessa divisão sexual beneficia o sistema capitalista ao submeter as mulheres da classe trabalhadora ao trabalho reprodutivo, assegurando o cuidado de maneira não remunerada, abrangendo até mesmo os cuidados de saúde. Ademais, essa atribuição dificulta a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho. Em contraste, os homens assalariados recebem um salário que não abrange os gastos com a reprodução da vida, pois não cobre as atividades domésticas, como lavar, passar, cozinhar e, principalmente, cuidar dos filhos e idosos. Essas responsabilidades recaem sobre os corpos femininos e seu trabalho não remunerado de cuidados.

Nessa dinâmica, as mulheres, ao ocuparem cargos de trabalhos domésticos, contribuem ativamente para a produção das riquezas socialmente produzidas, ainda que frequentemente ocupem posições com salários inferiores aos dos homens. Isso, por sua vez, resulta em maiores lucros para os empregadores. Conforme afirma Saffioti,

a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia-relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho

humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (Saffioti, 2013, p. 67).

No setor de serviços domésticos, as mulheres compõem 91% da força de trabalho, no entanto recebem em média 20% a menos que os empregados homens (IBGE, 2022). Quando se trata das tarefas domésticas e do trabalho de cuidado não remunerado, dados da Pnad Contínua publicados pelo IBGE em 2024 revelam que as mulheres dedicam a esses afazeres quase o dobro de tempo em comparação com os homens. Elas dedicam, em média, 21,3 horas por semana a tais atividades, contra 11,7 horas dos homens. As mulheres negras ou pardas estão ainda mais sobrecarregadas, com uma média de 22 horas semanais, em comparação com as 20,4 horas despendidas pelas brancas (IBGE, 2024).

As mulheres estão submetidas a uma maior carga de trabalho e, ao mesmo tempo, recebem salários menores. A feminização da pobreza, que se intensificou sob os ditames neoliberais, está diretamente relacionada ao desmantelamento das políticas sociais em setores como educação, saúde e previdência, juntamente com a ausência de políticas que abordem eficazmente a condição de vulnerabilidade (Brasil, 2004).

A pobreza feminina, então, é uma consequência histórica da desigualdade de gênero:

Em contextos de baixa renda, a desigualdade sexual possui canais de transmissão, na forma de estruturas sociais que perpetuam a exclusão das mulheres do convívio pleno em sociedade, inclusive do acesso à educação. Esses canais de transmissão da desigualdade são relacionados, compondo um sistema cíclico. Um exemplo desse ciclo é o casamento infantil forçado ou a gravidez precoce, que excluem as garotas da escola, impedindo-as de trabalhar posteriormente, o que torna sua renda menor ou inexistente, que por sua vez aumenta o número de filhos, diminuindo ainda mais suas chances de inserção no mercado de trabalho, da obtenção de estudo e da independência financeira, também associada à saúde física e vulnerabilidade social das mulheres (Carmo, 2019, p. 26).

Essa condição de maior fragilização das condições de vida das mulheres é sentida por elas, como revela o estudo realizado pelo IBGE (2020) apontado na tabela 1, que apresenta a autoavaliação de saúde dos homens e mulheres brasileiros, abordando um panorama geral da desigualdade de gênero em saúde.

Tabela 1 — Autoavaliação do estado de saúde em adultos (18 a 65 anos), por gênero (em %) — Brasil, 2020

Estado de saúde	Gênero	
	Homem	Mulher
Bom/muito bom	70,4	62,3
Regular	25,3	30,6
Ruim/muito ruim	4,3	7,1
Total	100	100

Fonte: IBGE (2020)

O câncer de mama e o de colo de útero envolvem questões complexas que transcendem a saúde individual das mulheres, revelando as influências da estrutura socioeconômica. Essa situação evidencia uma deficiência na prevenção das doenças, cujas estratégias deveriam abordar não apenas a disponibilidade de exames preventivos, mas também os determinantes sociais do processo saúde-doença

Ao analisar a tabela, constata-se que a vantagem é dos homens em todos os quesitos. A autoavaliação de saúde é um indicador que engloba tanto elementos físicos e emocionais dos indivíduos quanto aspectos do bem-estar e de satisfação com a própria vida (IBGE, 2020). Considerada a soma das respostas correspondentes aos estados de saúde “bom” e “muito bom”, os homens apresentam uma avaliação mais positiva que as mulheres: 70,4% contra 62,3%. Por outro lado, enquanto 7,1% das mulheres consideraram seu estado de saúde como “ruim” ou “muito ruim”, essa percepção era compartilhada por somente 4,3% dos homens. O que nos faz refletir sobre a busca por serviços médicos, pois os homens procuram atendimento de saúde sobretudo em postos de emergência e em decorrência de questões relacionadas ao trabalho ou ao seguro social. Por outro lado, as mulheres são as principais usuárias do SUS, buscando os serviços não apenas para o seu próprio cuidado de saúde, mas também para acompanhar filhos e familiares (IBGE, 2020).

Os dados corroboram a constatação de que, embora as mulheres tenham uma expectativa de vida maior do que a dos homens, estão mais propensas a adoecer e tendem a perceber sua condição de saúde como desvantajosa em relação à deles. A suscetibilidade a doenças nas mulheres da classe trabalhadora está mais relacionada com a situação de discriminação na sociedade do que com fatores biológicos (Brasil, 2004).

Quanto às causas de óbito das mulheres, o *Boletim Epidemiológico*¹ (Brasil, 2021), realizado pelo Ministério da Saúde, indica que em 2019 as quatro principais foram: doenças do aparelho circulatório (DAC), como o infarto agudo do miocárdio e o acidente vascular

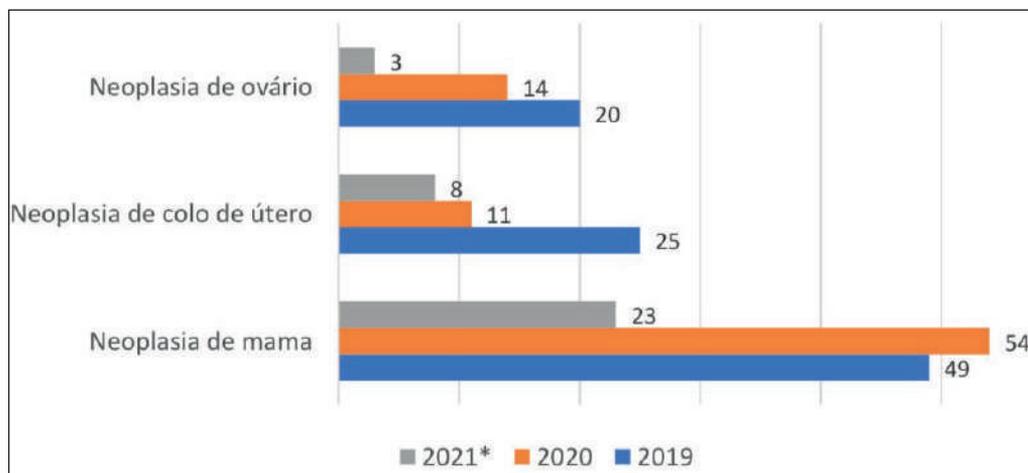
¹ O *Boletim Epidemiológico* do Ministério da Saúde calcula as taxas brutas de mortalidade segundo as causas básicas de óbito baseando-se nos capítulos da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, na sua 10ª revisão (CID-10).

cerebral (AVC); neoplasias (tumores), entre as quais se destacam o câncer de mama e o de colo do útero; doenças do aparelho respiratório, as pneumonias; e doenças endócrinas, com destaque para o diabetes.

O câncer de mama, uma das principais causas de mortalidade entre mulheres, é uma questão de saúde pública muitas vezes difícil de prevenir e frequentemente diagnosticado tardiamente (Brasil, 2004). O acesso à saúde desempenha um papel fundamental na mortalidade, como indicado por um estudo do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism) entre 2000 e 2017. O estudo enfatiza o aumento da mortalidade entre mulheres negras e pardas, destacando disparidades no acesso a políticas de saúde, prevenção e controle. Mulheres negras e pardas muitas vezes recebem diagnósticos em estágios avançados das doenças, devido a um sistema de saúde que não atende plenamente às necessidades delas, dificultando a detecção precoce e afetando a qualidade dos serviços. Ademais, após o diagnóstico, essas mulheres enfrentam atrasos no início do tratamento em razão dos desafios socioeconômicos, tanto no sistema de saúde público quanto no privado.

No que concerne ao município de Londrina, o câncer de mama tem alta incidência, sendo a primeira causa de morte das mulheres. O gráfico 1 mostra a quantidade de óbitos por neoplasias entre 2019 e 2021. Sabemos que a detecção precoce é crucial para a cura das neoplasias. Chamamos aqui a atenção para a mortalidade por câncer de colo de útero, visto que esse tipo de câncer é facilmente detectado nas suas fases iniciais e geralmente curável. Nos 5 primeiros meses de 2021, já haviam ocorrido 8 óbitos, número próximo do verificado no ano anterior inteiro, 11 (Londrina, 2021).

Gráfico 1 — Óbitos por neoplasias, por tipo de câncer — Londrina, 2019-2021



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade Municipal, 2021. *Dados até maio de 2021

O câncer de mama e o de colo de útero envolvem questões complexas que transcendem a saúde individual das mulheres, revelando as influências da estrutura socioeconômica. Essa situação evidencia uma deficiência na prevenção das doenças, cujas estratégias deve-



Usuários do SUS, maioria mulheres, formam fila para atendimento no Hospital de Olhos de Londrina (Hoftalon)

riam abordar não apenas a disponibilidade de exames preventivos, mas também os determinantes sociais do processo saúde-doença. A realidade material dessas mulheres impacta diretamente seu acesso a serviços de saúde de qualidade. Para promover o autocuidado, especialmente em se considerando que essas doenças afetam principalmente a faixa etária em que as mulheres se inserem no mercado de trabalho, é crucial implementar políticas que visem à redução das desigualdades sociais (Londrina, 2021).

Outro indicador de saúde relevante para as mulheres é a mortalidade materna, que está associada ao ciclo gravídico-puerperal e ao aborto, refletindo as desigualdades sociais e de saúde. Vale destacar que a mortalidade materna poderia ser evitada em 92% dos casos (Brasil, 2004). A inconsistência na apresentação dos dados de mortalidade materna no Brasil ocorre devido a erros no preenchimento dessas informações específicas. A falha pode ocorrer devido à falta de especificação, uma vez que a causa básica da morte, quando declarada pelo médico, não necessariamente informa se a morte estava ou não relacionada à gravidez, ao parto e ao puerpério (Brasil, 2021).

Em Londrina, durante os primeiros 5 meses de 2021, foram registrados 5 casos de mortalidade materna, mostrando um aumento em comparação com o ano anterior, quando ocorreram 7 óbitos, conforme apresentado na tabela 2. A análise da faixa etária revela que a mortalidade materna afeta principalmente mulheres em idade economicamente ativa e a situação no período considerado por ser reflexo da pandemia de covid-19.

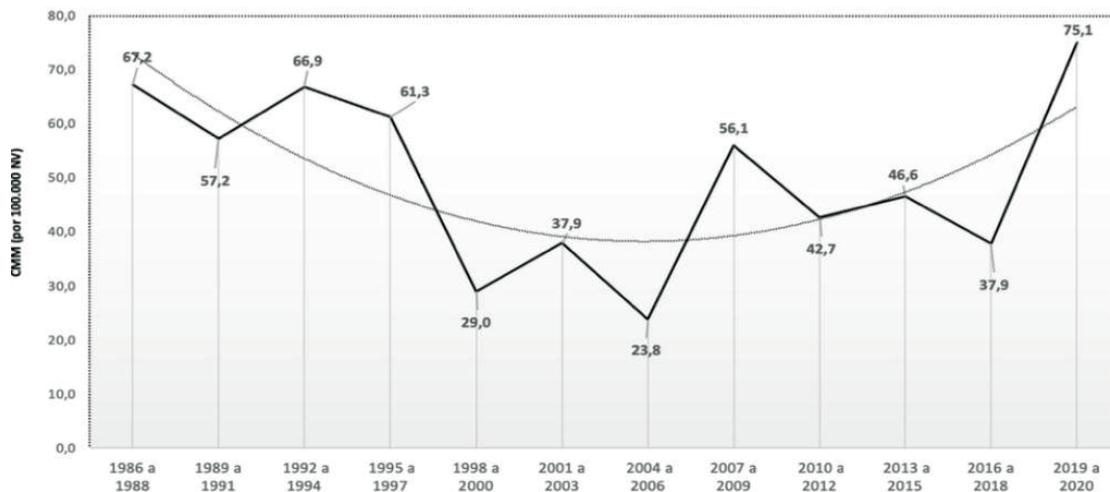
Tabela 2 — Frequência de óbitos materno, por faixa etária — Londrina, 2019-2021

Ano de óbito	15-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46 ou mais	Total
2019	1	1	0	0	0	1	0	3
2020	0	0	3	3	1	0	0	7
2021*	0	0	2	1	1	1	0	5

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade Municipal, 2021. *Dados até maio de 2021

No gráfico 2, abaixo, apresentamos a evolução do coeficiente de mortalidade materna a cada 3 anos em Londrina, com base em óbitos maternos a cada 100 mil nascidos vivos. Nota-se que, desde 1986, o período de 2019 a 2020 registrou as taxas mais elevadas, atingindo um pico alarmante e indicando uma piora na situação epidemiológica. Isso pode ser relacionado à situação da atenção dada à saúde das mulheres durante a pandemia, que resultou na reorganização dos serviços e afetou diretamente o acesso às medidas de prevenção e tratamento da saúde reprodutiva feminina.

Gráfico 2 — Coeficiente de mortalidade materna (CMM), por triênio (óbitos maternos a cada 100 mil nascidos vivos) — Londrina, 1986-2020



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade Municipal, 2021. Não há dados disponíveis para 2021

As mulheres estão sujeitas a condições de saúde precárias e possíveis doenças devido aos padrões de comportamento moldados pelos papéis de gênero e pela estrutura socioeconômica. Elas cumprem uma carga de ocupações adicional, pois muitas vezes desempenham dupla ou tripla jornada, cuidando das tarefas domésticas e dos filhos enquanto também participam do mercado de trabalho

Desse modo, a morte devido a complicações durante a gravidez, parto, aborto ou pós-parto reflete o índice de desenvolvimento humano e a eficácia dos sistemas de saúde disponíveis para a população, especialmente em relação à qualidade da prestação de cuidados à saúde da mulher durante a gravidez, parto e pós-parto. Portanto, as elevadas taxas de mortalidade materna em Londrina podem sugerir que as mulheres enfrentam desafios no acesso a serviços de saúde essenciais, possivelmente devido a barreiras geográficas, econômicas ou culturais. Outra possível razão está relacionada à feminização da pobreza, na qual as mulheres em situação de vulnerabilidade podem estar mais expostas a riscos durante a gravidez. Por último, essas altas taxas evidenciam a necessidade de melhorias nos serviços de saúde, desde a infraestrutura até os sistemas de cuidados médicos. Em suma, a mortalidade materna envolve fenômenos complexos e multifacetados, demandando uma análise minuciosa do contexto em que ocorre.

As mulheres estão sujeitas a condições de saúde precárias e possíveis doenças devido aos padrões de comportamento moldados pelos papéis de gênero e pela estrutura socioeconômica. Elas cumprem uma carga de ocupações adicional, pois muitas vezes desempenham dupla ou tripla jornada, cuidando das tarefas domésticas e dos filhos enquanto também participam do mercado de trabalho (Siqueira, 2014). Desse modo, o estilo de vida das mulheres é diferente do dos homens, e “a distinção da manifestação de doenças entre homens e mulheres pode estar associada ao sistema maior de desigualdade de gênero, representado pelo privilégio masculino em espaços públicos e pela vulnerabilidade física das mulheres” (Siqueira, 2014, p. 14).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo nos aproximamos da leitura da desigualdade de gênero, ainda patente na sociedade brasileira, e buscamos descrever como essa desigualdade impacta o processo saúde e doença das mulheres, contribuindo para seu agravamento.

Em resumo, a análise revelou que as mulheres apresentam indicadores de morbidade mais elevados em razão da desigualdade de gênero na área da saúde, resultando em uma qualidade de vida inferior para elas. A distribuição desigual das responsabilidades no trabalho é o fator principal de morbidade das mulheres, uma vez que elas assumem a maior parte dos cuidados com filhos e familiares, limitando o tempo destinado a cuidar da própria saúde. Além disso, as mulheres têm menos recursos à disposição, o que contribui para o aumento da feminização da pobreza. Outro fator significativo está relacionado a empregos mal remunerados e precários, que prejudicam o acesso aos cuidados de saúde.

Doenças com maior incidência entre as mulheres, como as relacionadas ao sistema circulatório, neoplasias, problemas respiratórios e doenças endócrinas, representam um desafio significativo para a saúde pública. O câncer de mama, principal causa de morte entre as mulheres em Londrina, e o câncer de colo de útero estão diretamente ligados à dificuldade de acesso às políticas de saúde, diagnóstico, prevenção e tratamento. Um outro dado de saúde que veio à tona, a mortalidade materna, relacionada ao ciclo gravídico-puerperal e ao aborto, não é apenas um indicador de saúde, mas também resultado da violação dos direitos humanos das mulheres, uma vez que é evitável na maioria dos casos. Essas questões refletem as condições socioeconômicas do município e vão além do bem-estar individual das mulheres.

Os dados de Londrina refletem tendências nacionais de agravamento do cenário epidemiológico, incluindo o aumento nas taxas de neoplasias e a elevada taxa de mortalidade materna. Atualmente, os recursos de saúde permitem a detecção precoce do câncer de mama, aumentando as chances de sobrevivência e reduzindo sequelas. Ademais, é importante ressaltar que a mortalidade materna pode ser evitada por meio do acompanhamento pré-natal oferecido na atenção básica e da utilização de recursos tecnológicos e conhecimentos disponíveis durante o parto, tornando-o seguro. Ao concluirmos este estudo, fica evidente que os avanços técnicos na área da saúde e as medidas de prevenção preconizadas pelo SUS podem não estar chegando efetivamente às mulheres de Londrina.

Em síntese, esses dados indicam a urgente necessidade de melhorar o acesso aos serviços de saúde e as condições materiais de vida. Isso destaca o impacto das desigualdades sociais na eficácia dos sistemas de saúde disponíveis para a população. Portanto, é fundamental implementar políticas que visem reduzir as disparidades sociais, uma vez que as questões de saúde das mulheres estão intrinsecamente ligadas à qualidade da assistência à saúde e ao acesso a medidas de prevenção e tratamento de qualidade.

* Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Ex-bolsista de iniciação científica (2022-2023) pelo CNPq.

** Graduada em Serviço Social pela UEL, mestra em Serviço Social: Prática Profissional e Política Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutora em Serviço Social e Política Social pela UEL. Professora adjunta na UEL, concentrando suas atividades principalmente em temas como serviço social, política social, medicalização e indisciplina no espaço escolar.

► Texto recebido em 2 de dezembro de 2023; aprovado em 16 de maio de 2024.

BARATA, Rita Barradas. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

BARRETO, Mauricio Lima. Desigualdades em saúde: uma perspectiva global. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 22, v. 7, p. 2097-2108, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 set. 1990.

_____. Ministério da Saúde. **Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher**: bases da ação programática. Brasília: Ministério da Saúde, 1984.

_____. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde. Mortalidade proporcional por grupos de causas em mulheres no Brasil em 2010 e 2019. **Boletim Epidemiológico**, v. 52, 2021.

CARMO, Camila Leotti Bicalho do. **Feminização da pobreza no Brasil no período 2004-2015**. 2019. 56 f. Tese (Bacharelado em Ciências Econômicas) — Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

_____. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

_____. **Outras formas de trabalho 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

_____. **Pesquisa Nacional de Saúde 2019**: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social, 1982. In: NUNES, Everardo Duarte. **Medicina social**: aspectos históricos e teóricos. São Paulo: Global, p. 7-25, 1982.

LONDRINA. Conselho Municipal de Direitos das Mulheres. **Nota pública**: 28 de maio, Dia Internacional de Ação pela Saúde das Mulheres e Dia Nacional de Redução da Morte Materna. Londrina, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.londrina.pr.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2024.

OSIS, Maria José Martins Duarte. Pasm: um marco na abordagem de saúde reprodutiva no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 25-32, 1998.

RODRIGUES, Thaís Ferreira. Desigualdade de gênero e saúde: avaliação de políticas de atenção à mulher. **Revista Cantareira**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 203-216, jan.-jul. 2015.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. O trabalho feminino sob o capitalismo dependente: opressão e discriminação. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 1., 1978, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Abep, 1978.

SILVA, Fabiola Paulino. **Desigualdade de gênero em saúde no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Juiz de Fora, 2010.

SIQUEIRA, Natalia Leão. **Gênero e saúde no Brasil**: a (re)produção de desigualdades. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2014.

Pronera como resistência da classe trabalhadora ao projeto hegemônico e autocrático na formação social brasileira

Do pós-golpe de 2016 ao governo Bolsonaro

Pronera as working class resistance to the hegemonic and autocratic project in Brazilian social formation

From 2016 coup to the Bolsonaro government

michelle sena rosa de Araújo*

Os “radicais” terão de decidir de que lado estão: pela continuidade da ordem ou pela revolução social.

Florestan Fernandes, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.013>



Incrá/MA

RESUMO

O artigo propõe uma análise teórico-crítica acerca do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) como resistência da classe trabalhadora do campo ao projeto hegemônico capitalista e autocrático na formação social brasileira (do pós-golpe de 2016 ao governo Bolsonaro). Considera as contribuições de Florestan Fernandes e seus intérpretes sobre os conceitos de capitalismo dependente, padrão de hegemonia capitalista e autocracia burguesa.

Palavras-chave: Pronera. Padrão de hegemonia burguesa. Autocracia. Formação social brasileira.

ABSTRACT

The article proposes a theoretical-critical analysis of Pronera (National Education Program in Agrarian Reform) as resistance of the rural working class to the hegemonic capitalist and autocratic project in the Brazilian social formation (after the 2016 coup to the Bolsonaro government), considering the contributions of Florestan Fernandes and his interpreters on the concept of dependent capitalism, pattern of capitalist hegemony and bourgeois autocracy.

Keywords: Pronera. Pattern of capitalist bourgeois hegemony. Autocracy. Brazilian social formation.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende apresentar uma análise teórico-crítica acerca do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) como resistência da classe trabalhadora do campo ao projeto hegemônico e autocrático da burguesia capitalista na formação social brasileira do pós-golpe de 2016 até o governo Bolsonaro, considerando as contribuições de Florestan Fernandes para o pensamento social e político brasileiro acerca dos conceitos de capitalismo dependente, autocracia e padrão de hegemonia burguesa capitalista.

O texto está estruturado em dois eixos discursivos, além desta introdução e das considerações finais, a saber: análise teórica e crítica sobre a formação social brasileira, o padrão de hegemonia e autocracia burguesas em Florestan Fernandes, e o Pronera enquanto resistência da classe trabalhadora do campo ao projeto hegemônico e autocrático capitalista no Brasil durante o pós-golpe de 2016 e o governo Bolsonaro.

2. FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, PADRÃO DE HEGEMONIA E AUTOCRACIA BURGUESAS EM FLORESTAN FERNANDES

As formações histórico-sociais latino-americanas são sociedades de classes complexas e típicas cujo modelo capitalista concreto que vingou e se mantém é o capitalismo dependente. Embora tenha lançado suas raízes na crise do antigo sistema colonial e sistema estamental pelo padrão compósito de hegemonia burguesa, o capitalismo dependente não se desvencilhou das relações oligárquicas tradicionais, mantendo características patrimonialistas e de uso autocrático das instituições democráticas na América Latina.

As formações histórico-sociais latino-americanas são sociedades de classes complexas e típicas cujo modelo capitalista concreto que vingou e se mantém é o capitalismo dependente. Embora tenha lançado suas raízes na crise do antigo sistema colonial e sistema estamental pelo padrão compósito de hegemonia burguesa, o capitalismo dependente não se desvencilhou das relações oligárquicas tradicionais, mantendo características patrimonialistas e de uso autocrático das instituições democráticas na América Latina



Famílias do MST do Maranhão reivindicam regularização fundiária e direitos como saúde e educação do campo durante jornada de lutas. Encontro de mobilização aconteceu no acampamento Maria Aragão, no município de Duque Bacelar (MA) em 15 de abril de 2024

De acordo com Fernandes (1975), sob esse novo padrão de hegemonia burguesa, as classes dominantes latino-americanas têm se reorganizado, se modernizado e recomposto o seu padrão de dominação historicamente, aceitando formas de associação privilegiadas com outros grupos e subgrupos das classes dominantes e setores intermediários em regra constituídos por agentes econômicos estrangeiros (capital internacional), comerciantes e profissionais liberais. Tal associação tem fortalecido o processo de superprivilegiamento, em que os privilégios internos e externos da classe dominante subordinada à burguesia hegemônica internacional são mantidos às custas da exploração e expropriação capitalista de setores da população assalariados (classe trabalhadora) e destituídos (os “condenados pelo sistema” a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial e ocasional, à pobreza, à miséria, à marginalidade, à exclusão socioeconômica, cultural e política etc.).

O padrão de hegemonia burguesa nas formações sociais latino-americanas, que é um produto do caráter dependente e subdesenvolvido da economia capitalista, permanece inalterado (hegemonia burguesa monolítica). Esse padrão de hegemonia tem essa característica monolítica pois busca salvaguardar os privilégios econômicos, sociais e políticos, que se perpetuam mediante a apropriação do excedente econômico nacional, e estimula uma racionalidade capitalista conservadora, na qual prevalece o intento de proteger a ordem, a propriedade e a iniciativa privadas, a livre empresa e a associação dependente, vistas como fins instrumentais para a perpetuação do superprivilegiamento econômico, sociocultural e político das classes dominantes.

Nesse “arranjo societário inerente ao sistema de produção capitalista” (Fernandes, 1975, p. 33), a sociedade de classes apresenta uma estratificação típica, em que a situação econômica regula o privilégio positivo ou negativo dos diferentes extratos sociais, condicionando os processos de concentração social de riqueza, de prestígio social e poder

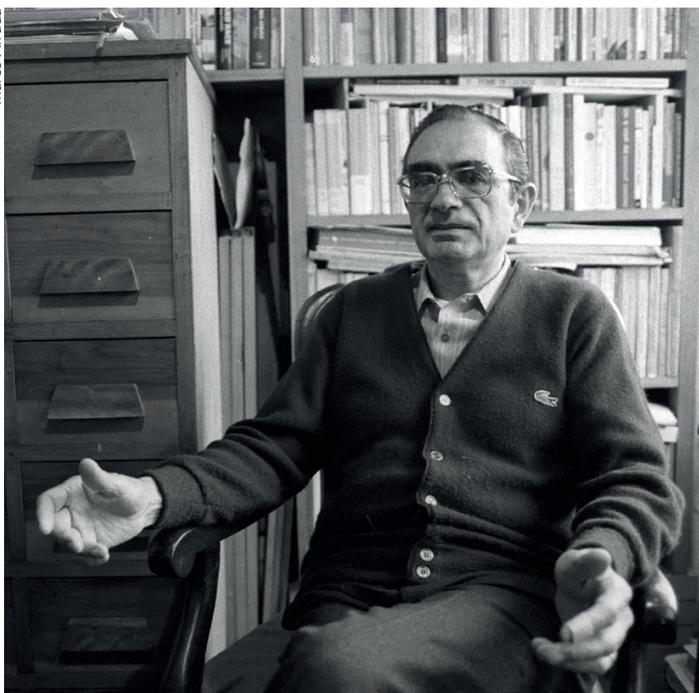
(sobretudo o poder político institucionalizado e, portanto, o Estado e suas funções), além dos mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudanças sociais.

Historicamente, o superprivilegiamento das posições de classes dominantes tem demonstrado tendências autoritárias e autocráticas que, segundo Fernandes (1975), demonstram que a tentativa de conciliar o irreconciliável criou certas tendências típicas da América Latina e culminou numa crise crônica das instituições políticas. Tal crise política provocou, em primeiro lugar, persistentes e fortes pressões das “classes baixas” e, por vezes, também das “classes médias” (classes trabalhadoras) contra os privilégios econômicos, socioculturais e políticos; em segundo lugar, levou as “classes altas” e “médias” (classes dominantes) a enrijecer os controles políticos, numa reação extrema de autodefesa do seu processo de dominação política e econômica que acabou se institucionalizando.

A concepção de Poulantzas (2000) sobre o Estado capitalista, que para o autor é condensação material de uma relação e correlação de forças desigual, dado que as classes e frações de classes dominantes exercem dominação sobre as demais classes, subordinadas (classe trabalhadora), contribui para a apropriação do conceito e papel desse Estado capitalista, que é regido pelo capitalismo dependente, conceito formulado por Florestan Fernandes no que se refere à dominação política e econômica. O papel do Estado capitalista se expressa na aliança das frações de classe, em que os interesses conflitantes variam segundo o contexto político-econômico do desenvolvimento das forças produtivas do capital e da sociedade de classes, em que uma ou mais destas têm a necessidade de exercer dominação sobre as demais, cabendo ao Estado o papel de mediador e organizador político entre as classes, com vistas a evitar sua própria destruição. Porém essa mediação e a conciliação promovidas pela ação estatal são direcionadas para garantir a hegemonia do capital sobre o conjunto da sociedade civil e da própria estrutura estatal. Entretanto, o Estado, apesar de, histórica e hegemonicamente, organizar as classes dominantes e desorganizar as classes dominadas (classe trabalhadora), exercendo o papel corretivo, poderá, nunca por iniciativa própria mas em reação a contestações organizadas e recorrentes da classe trabalhadora, ser disfuncional para os interesses de uma burguesia intransigente e dar respostas, com medidas e ações formuladas e implementadas, para a mitigação de conflitos, mantendo sua própria ordem e hegemonia conforme a lógica capitalista.

Portanto, Fernandes (1975) diz que é impossível introduzir regras democráticas se as classes sociais aceitam a ordem social competitiva (capitalista) que favorece a continuidade das desigualdades sociais e a rejeitam onde a democracia admite pressões corretivas, fundadas no uso legítimo da competição e do conflito nas relações de poder entre as classes sociais, pois enquanto o superprivilegiamento prevalece, o resultado aparece em sistemas de governo aparentemente democráticos que transformam a dita “democracia participativa ampliada” em uma variante da democracia restrita das velhas oligarquias.

A exceção à regra autocrática surge onde a classe trabalhadora logra oportunidade de contrabalançar ou desfazer a hegemonia burguesa, pois a tendência predominante das sociedades de classes capitalistas dependentes é manter o superprivilegiamento de classe, através da constante reformulação constitucional das relações autocráticas e autoritárias. As classes dominantes só fizeram a conciliação de classes quando foram pressionadas pela classe trabalhadora, o que resultou no aparecimento de um Estado democrático, capaz de salvaguardar a democracia e garantir o desenvolvimento com segurança. Porém esse Estado é burguês, típico da América Latina capitalista, já que não resolve as contradições de uma



O sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995)

sociedade de classes dependente e subdesenvolvida porque concretiza o ideal político de uma democracia circunscrita às classes privilegiadas e assegura a legitimação constitucional conquistada revolucionariamente para o uso de medidas excepcionais e discricionárias aplicadas em favor da consolidação da hegemonia burguesa em um período crítico de reorganização do capitalismo dependente na América Latina.

No que se refere à relação entre classe e poder, esse “Estado democrático” favorece o superprivilegiamento das posições das classes dominantes e dá continuidade ao modelo de desenvolvimento capitalista por associação dependente. Segundo Fernandes (1975), nas modalidades mais estáveis esse Estado é autocrático e autoritário, basicamente pré-fascista, profascista (Leher, 2019); nas modalidades mais rígidas de institucionalização da revolução, esse Estado tem características totalitárias e dissimuladamente fascistas.

O Brasil, país latino-americano capitalista dependente, sob o governo Bolsonaro (2019 a 2022) constitui-se em um exemplo de Estado autocrático e autoritário com características profascistas, neofascistas (Leher, 2019; Boito Jr., 2023), às quais se referiu Florestan Fernandes ao analisar o capitalismo dependente nas formações histórico-sociais latino-americanas.

Para garantir a manutenção do padrão hegemônico burguês, as classes dominantes no Brasil, sob os blocos no poder organizados, diante da crise político-econômica de 2015 a 2016 (Boito Jr., 2023) deram o golpe jurídico-parlamentar e midiático (Araújo, 2021; Frigotto, 2018). Afirma Boito Jr. (2023, p. 11-12):

Desde a crise política de 2015-2016, que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), o arranjo político que dava estabilidade ao bloco no poder sob a hegemonia da grande burguesia interna e sua política neodesen-

volvimentista foi substituído por outro, que representa a hegemonia da grande burguesia associada ao capital estrangeiro. Essa nova hegemonia, porém, e diferentemente da anterior, afirma-se com muitas dificuldades numa situação de instabilidade política. Michel Temer (2016-2018), que substituiu o governo Dilma, não logrou estabelecer uma situação que poderíamos denominar de estabilidade hegemônica. Era um governo sob forte pressão oriunda de investigações e processos promovidos pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pelo Judiciário. Na sequência, o governo Bolsonaro (2019-2022), embora mais sólido e estável que o de Temer, representa uma aliança inusitada no Brasil entre neoliberalismo e neofascismo, a aliança à qual o campo neoliberal teve de recorrer devido ao declínio de seus partidos políticos tradicionais. Foi o recurso ao neofascismo que permitiu à grande burguesia associada bloquear o retorno do Partido dos Trabalhadores e de sua política neodesenvolvimentista ao governo na eleição presidencial de 2018, mas tal recurso teve um custo, que foram a limitação do programa de reformas neoliberais, tanto no plano da política econômica quanto no plano da política social, e a continuidade do conflito entre as instituições do Estado — as ameaças do Executivo, sob o comando de Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal (STF) são constantes e desestabilizadoras.

De acordo com Boito Jr. (2023), a debilitação das instituições e dos valores democráticos liberais (burgueses) no Brasil começou a se apresentar no golpe de Estado de 2016 e seguiu durante o governo Bolsonaro, que, derrotado nas eleições presidenciais de 2022, questionou e rejeitou a credibilidade e legitimidade das urnas eletrônicas. Tal postura autocrática e autoritária resultou, no início de 2023, na malograda tentativa de mais um golpe de Estado e na intervenção do Judiciário e das Forças Armadas no processo político e eleitoral brasileiro, que deu vitória a Lula da Silva (PT) para a Presidência da República, assumindo um mandato que se estenderá até 2026. A pertinente análise de Frigotto explica a postura recorrente à instauração de golpes de Estado pelas classes dominantes na formação social brasileira para vetar resultados eleitorais obtidos por voto popular, como ocorreu no golpe de 2016, que interrompeu a frágil ordem democrática e o Estado de direito, pois

toda vez que há avanços na conquista de direitos pela classe trabalhadora, por menores que sejam, a classe dominante brasileira, com a violência das armas e pelo arbítrio da violência das leis, promove ditaduras ou desfere golpes de Estado (Frigotto, 2018, p. 25).

Conforme pode ser depreendido, o resultado das eleições presidenciais de 2022, com a vitória de Lula da Silva (após o golpe de Estado de 2016 e a ascensão de Bolsonaro ao poder em 2018), demonstrou também a retomada do processo democrático no país, além de evidenciar a disputa entre a burguesia interna e a associada ao capital internacional pelo controle da hegemonia capitalista, mantendo os conflitos das classes dominantes com a classe trabalhadora. Para Boito Jr. (2023), no que se refere ao aspecto econômico, a base social da burguesia associada ao capital estrangeiro, apegada ao neoliberalismo, foi o segmento mais engajado e mobilizado, não cabendo à “alta classe média” ter sido a dirigente do golpe de 2016 nem do programa neoliberal da frente golpista, focado na retirada dos direitos sociais

O Pronera, no decorrer de sua gênese e implementação e do avanço nas conquistas para a escolarização em todos os níveis dos sujeitos residentes no campo, foi um programa em contradição com o bloco no poder que opera o agronegócio no campo, podendo ser percebido em alguns aspectos de sua caracterização como política pública oriunda das lutas da classe trabalhadora do campo

da classe trabalhadora. O papel da “classe média” foi o de principal força motriz das manifestações de rua no processo de instauração do golpe de 2016.

Porém, a ascensão do governo Bolsonaro trouxe o neofascismo, além dos retrocessos nas conquistas de direitos e importantes políticas públicas. Conforme destaca Boito Jr. (2023), o governo Bolsonaro e o movimento bolsonarista podem ser caracterizados como neofascistas (protofascistas) por apresentarem um reacionarismo de massa (característica do regime fascista) demonstrado no anticomunismo, na crítica pequeno-burguesa autoritária à democracia, na defesa da “pureza” e homogeneidade da nação e na defesa dos valores ligados ao patriarcalismo. Leher e Santos (2023) contribuem para essa análise ao postularem que o bolsonarismo preexistente (extrema direita militante), que ganhou força em 2014, encontrou seu Bolsonaro nas eleições de 2018, contexto marcado por crises sucessivas nas quais a extrema direita foi assumindo um papel relevante, embora não tenha liderado a preparação e instauração do golpe de 2016, cabendo ao bloco de poder manejado pelos aparelhos privados de hegemonia (APHs) empresariais e às frações burguesas dominantes esse mister.

De acordo com a análise de Leher e Santos (2023), a força motriz que desencadeou todos os retrocessos da era Bolsonaro foi o processo do golpe engendrado pelo bloco no poder cujos substratos históricos têm suas raízes lançadas sobre o capitalismo dependente (Fernandes, 1975) e as manifestações particulares das crises cíclicas do capitalismo mundial.

Acerca da complexa relação entre a autocracia burguesa (bloco da classe dominante no Brasil) e o fascismo, explicam os referidos autores que a confluência da autocracia burguesa em 2018 com o que denominaram de “lumpesinato bolsonarista”, os seus APHs da extrema direita e as forças militares é mais explicitamente neofascista do que a que Florestan Fernandes investigou em seus clássicos.

Outra característica do governo Bolsonaro foi o retrocesso das conquistas de direitos sociais e importantes políticas públicas que favoreciam a classe trabalhadora na área educacional, como o Pronera, desativado sob o referido governo, conforme será analisado a seguir.

3. PRONERA COMO RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA AO PROJETO HEGEMÔNICO CAPITALISTA E AUTOCRÁTICO (DO PÓS-GOLPE DE 2016 AO GOVERNO BOLSONARO)

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), criado pela portaria nº 10/1998 e instituído pelo decreto presidencial nº 7.352/2010, constitui processo e resultado das lutas e conquistas da classe trabalhadora do campo pelo direito à educação do campo com qualidade, em vigência sob tensão durante o golpe de Estado de 2016, e foi desativado no governo Bolsonaro (2019-2022) pelo decreto nº 20.252/2020.

O Pronera, política pública de educação do campo, tem demonstrado uma contradição em sua dinâmica, característica de políticas sociais implementadas em formações sociais latino-americanas, historicamente conformadas ao sistema de acumulação do capital, como o Brasil, por ser este um país capitalista dependente, cuja forma-Estado dos últimos anos tem sido a ultraneoliberal. O movimento contraditório que estabelece o Pronera como processo e resultado das relações complexas e contraditórias entre Estado e sociedade civil é o mesmo que mostra a essência e particularidade do programa enquanto conquista das lutas da classe trabalhadora do campo organizada e como estratégia política e pedagógica de enfrentamento da questão agrária, na luta pela terra e por reforma agrária. Tal estratégia política e pedagógica se efetiva com o processo de organização, formação política e elevação da consciência de classe *em si* para classe *para si* dos sujeitos do campo, demonstrando o papel da educação como estratégia política da classe trabalhadora por sua emancipação do processo de alienação, exploração e expropriação capitalista.

O Pronera, no decorrer de sua gênese e implementação e do avanço nas conquistas para a escolarização em todos os níveis dos sujeitos residentes no campo, foi um programa em contradição com o bloco no poder que opera o agronegócio no campo, podendo ser percebido em alguns aspectos de sua caracterização como política pública oriunda das lutas da classe trabalhadora do campo.

O programa, com o avanço de suas ações, tornou-se ainda mais incômodo à classe dominante, que não tem interesse em que a classe trabalhadora do campo venha emancipar-se do processo de alienação, superexploração e expropriação ocasionado pelo agronegócio. E o contexto político pós-golpe de Estado de 2016, por intermédio dos governos ultraneoliberais e autocráticos Temer e Bolsonaro, tornou-se mais desfavorável à continuidade do programa, uma vez que as medidas e ações estatais daquelas gestões se caracterizaram pelo processo de descontinuidade de políticas educacionais importantes para a elevação da escolaridade da classe trabalhadora, cuja proposta pedagógica contraria os interesses do capital internacional, tanto na cidade quanto no território camponês, em que o processo de expropriação do trabalhador de suas terras tem se acirrado. Tal contexto político demonstra o que Fernandes (1975) afirmou sobre as relações entre poder político e as classes sociais em presença, as transformações estruturais da ordem social vigente em que o padrão de hegemonia burguesa se mantém por permitir a criação de novas estruturas de poder por meio das quais as classes privilegiadas restabelecem o monopólio social do poder a partir do topo da socie-



O anticomunismo é uma das ideias-força do discurso reacionário sustentado por Bolsonaro e seus apoiadores. Na foto, painel bolsonarista instalado às vésperas das eleições de 2022 em prédio de Porto Alegre (RS)

dade nacional. Essas novas relações estruturais da ordem social adequaram a legitimação da ordem econômica, sociocultural e política ao privilégio de seus interesses, posições e formas de solidariedade de classe, e inovaram os seus controles sobre o Estado, tornando-os mais efetivos e eficientes para aquilo a que aspiram suas elites dirigentes.

Sob o aspecto do ordenamento jurídico, a referida política educacional logrou muitos avanços devido à amplitude e força de suas ações e foi alçada a política nacional de Estado de educação do campo sob o decreto nº 7.352/2010. Ademais, tiveram destaque a integração do programa, em 2004, no Plano Plurianual (PPA), instrumento que assegura a inclusão de uma ação específica no Orçamento-Geral da União, sua inclusão, em 2005, na previsão de recursos orçamentários para a execução de suas ações e o compromisso do governo de executar o referido programa educacional (Santos, 2012). Além do decreto nº 7.352/2010, houve a inclusão do artigo 33 na lei nº 11.947/2009 do Congresso Nacional, que autorizou o Poder Executivo a instituir o Pronera. Há, também, a lei nº 12.695/2012, que dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, que no artigo 14 dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo aos professores da rede pública de educação e aos estudantes do programa. A lei e o decreto constituem avanços no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, pois conferem ao Pronera o status de política permanente, sendo os referidos instrumentos necessários para a continuidade da política educacional no exercício de qualquer governo federal (Brasil, 2014; Santos, 2012).

O início da implementação do Pronera foi marcado por estratégias de ação política estatal de controle da participação dos movimentos sociais no processo de gestão do programa, com o controle de suas ações pelo Incra durante o período de 2000 a 2003, quando passou a ser proibida a celebração de convênios no âmbito do Pronera sem a expressa auto-

Cabe à classe trabalhadora o desafio de seguir na luta pela desfascistização do senso comum, pelos direitos sociais conquistados e sua ampliação, forjando alternativas diante da ofensiva autocrática deixada como desastroso legado do governo Bolsonaro

rização da Coordenação-Geral de Projetos Especiais, à qual o Pronera estava vinculado (Molina, 2003 *apud* Diniz; Lerrer, 2018). Esse aspecto revela a postura autoritária e autocrática do governo na execução da referida política educacional, inviabilizando a gestão participativa e colegiada do Pronera no fundamental, naquele período, e impossibilitando a participação dos movimentos sociais no processo de controle social das políticas públicas para além de beneficiários do programa, como sujeitos políticos e de políticas públicas.

Essa dimensão do Pronera revela duas características do Estado neoliberal brasileiro daquele período, em que, apesar do reconhecimento formal dos direi-

tos sociais, das garantias e prerrogativas cidadãs conquistadas com a Constituição Federal de 1988, arrefeceram-se movimentos sociais por meio de duas estratégias articuladas: a cooptação de lideranças sindicais, com vistas a gerar o imobilismo das bases a partir da implementação de políticas sociais compensatórias subordinadas à lógica do capital; e a criminalização dos movimentos sociais, que mantiveram o enfrentamento e autonomia em relação ao Estado (Araújo, 2019). A instauração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “da Terra”, criada no Congresso Nacional em 2003, e o respectivo “Relatório dos trabalhos da CPMI ‘da Terra’” (2005) são registros evidentes desse processo de criminalização e arrefecimento dos movimentos sociais pelo Estado neoliberal e trazem elementos para a análise do embate ideológico ao fazerem um discurso apologético da ideologia da classe dominante e de sua fração ligada ao agronegócio, ao latifúndio e à produção de *commodities*, facilmente encontrados nos relatos do referido documento. Fator que faz dele importante fonte de informações para esta pesquisa, sobretudo nas seções que se referem aos convênios do Pronera e ao MST, cuja ação política de ocupação de terras é distorcida pelo relatório da CPMI da Terra, que denomina o movimento de grupo econômico violento e invasor de terras produtivas de trabalhadores e pecuaristas, acusa-o de ser financiado pelos “cofres públicos” em grande medida e de representar uma ameaça à paz no campo e ao ordenamento jurídico vigente no país (Brasil, 2005, p. 6, 180).

Ainda de acordo com Molina (2003 *apud* Diniz; Lerrer, 2018, p. 259), a gestão participativa e compartilhada do Pronera, com base no tripé Estado-Universidades-movimentos sociais e sindicais populares do campo, que consta no *Manual de operações* (Brasil, 2014), só foi implementada durante o governo neodesenvolvimentista de Lula da Silva (em 2004), como parte de um conjunto de medidas e ações voltadas para a educação do campo durante o período de 2003 a 2016. Essas ações adotadas, formuladas e executadas estrategicamente

pelo Estado, com o objetivo de atender às demandas por políticas educacionais para o campo, significaram avanço e conquistas para as lutas e movimentos sociais do campo, uma vez que a educação do campo passou a integrar a agenda governamental, mas, conforme se verá a seguir, essas medidas não romperam com o processo de conformação do Estado ao capital, cujas consequências para o futuro do Pronera também serão abordadas.

Tais aspectos da caracterização do Pronera destacam sua interconexão com o projeto contra-hegemônico de desenvolvimento para o campo e de emancipação humana da classe trabalhadora do campo, com vistas não somente ao enfrentamento, mas à superação do processo de dominação, superexploração, humilhação e alienação realizado pelo capital, expresso nas relações sociais e econômicas, sobretudo em áreas de assentamento da reforma agrária, e imposto pelo agronegócio, projeto hegemônico operacionalizado pela classe dominante que obstaculiza a reforma agrária e toda a educação que viabilize o processo de emancipação da classe trabalhadora do campo. Trata-se, pois, de projetos radicalmente antagônicos, inscritos nas lutas de classes sociais do Estado capitalista, em que as classes e frações de classes dominantes que compõem o bloco no poder e a classe trabalhadora, que historicamente têm disputado o território camponês (material e imaterial) na formação social brasileira, demonstram seu caráter ideológico ao expressarem concepções de mundo distintas, as quais interagem em meio às determinações de caráter social, econômico, político e cultural, que se dão no movimento contraditório da totalidade concreta — a sociedade capitalista burguesa (Fernandes *et al.*, 2020; Poulantzas, 2000).

Nesse sentido, faz-se necessária a compreensão das mudanças havidas na questão agrária brasileira e suas interconexões com o Pronera, uma vez que aquela ganhará contornos distintos dos definidos no período de sua gênese (forma-Estado neoliberal, no governo FHC) e de seu processo de implementação e consolidação como política de Estado em 2010, sob a égide dos governos neodesenvolvimentistas Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2016) — que resultarão no agravamento da questão agrária no após o golpe de 2016 e a ascensão do governo Bolsonaro em 2019, com a retomada do Estado neoliberal, em sua fase ultraneoliberal e de extrema direita, com tendências profascistas (Leher, 2019).

Assim, estudos recentes de pesquisadores da Rede Dataluta são fundamentais para a compreensão desses movimentos da questão agrária na atual conjuntura política, a lógica de funcionamento de sua estrutura por meio das territorialidades de subordinação, resistência e emancipação dos sujeitos do campo e as territorialidades de dominação do capitalismo, expressas pela territorialização do latifúndio e do agronegócio, cujas políticas têm suporte do Estado, que passou a negligenciar políticas públicas importantes para o campo, como o Pronera em 2020, comprometidas com o enfrentamento do agronegócio, e a paralisar a reforma agrária, que passa pela maior retração da história (Fernandes *et al.*, 2020). Dentre as evidências mais graves do adensamento da questão agrária brasileira na atual fase ultraneoliberal e ultradireitista, e que tornam patente a estratégia do governo Bolsonaro (de 2019 a 2020) de não realizar a reforma agrária, está a defesa do uso de armas e da força policial contra a ocupação de terras, acirrando os conflitos no campo que marcaram 2019 com ações de despejo e violências contra comunidades tradicionais, indígenas, acampamentos e assentamentos. Em relação às políticas de implementação de assentamentos, as pesquisas do *Boletim Dataluta* têm registrado que não houve a criação de nenhum assentamento nem a desapropriação de terras para fins de reforma agrária, tendo sido reconhecidos apenas dois territórios, cujas áreas já haviam sido delimitadas em anos anteriores pelo Programa Nacio-

nal de Reforma Agrária. Desse quadro de agravamento da questão agrária, salta aos olhos a retomada da estratégia de criminalização dos movimentos sociais (utilizada na década de 1990 pelo governo FHC) e a defesa explícita das frações de classe do capital agrário, os ruralistas e latifundiários, demonstrando o papel, retomado por um Estado subordinado aos interesses da classe dominante que opera o agronegócio, de disciplinar, controlar e desorganizar as lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais do campo (Mészáros, 2002; Poulantzas, 2000).

Outra característica da estratégia política de resolução dos conflitos no campo utilizada pelo governo Bolsonaro foi a reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — Incra, autarquia responsável pelo financiamento do Pronera —, por meio de atos normativos, com interrupção de processos desapropriatórios, redução orçamentária e diversas medidas administrativas, ao nomear quadros profissionais com posicionamento contrário à reforma agrária. Sob a nova direção, que anistia os ruralistas e interrompe a reforma agrária, o Incra passa a atuar na segunda etapa das suas funções, que é a legalização de terras desapropriadas e emissão de títulos, com a suspensão e interrupção de processos de compra e desapropriação de terras. O atual Estado ultraneoliberal, de igual modo, interrompe a execução do Pronera, por decreto presidencial e desidratação da linha de financiamento dos recursos orçamentários destinados à política educacional.

Contudo, se o capital impõe seu controle à classe trabalhadora, articulado ao Estado (estrutura corretiva, que condensa relações materiais), negando direitos conquistados e minando o processo de democratização brasileira com a retomada da ofensiva de políticas ultraneoliberais, a luta camponesa é ainda mais fundamental, por via da retomada das estratégias políticas da classe trabalhadora e da ação política dos movimentos sociais antissistêmicos, sendo necessário que as lutas sociais venham renascer das próprias contradições internas.

Nessa perspectiva é importante notar que o próprio conceito de educação do campo, formulado na proposta político-pedagógica do Pronera, que nasce do contexto das lutas sociais pela garantia do direito a uma educação de qualidade e pela reforma agrária, possui essa capacidade de resgatar a autoestima e a formação da consciência de classe desses sujeitos, sobretudo por uma educação emancipatória como estratégia política, com raízes na educação popular (Leher, 2014). Assim, a educação do campo irá contribuir para a construção de uma memória coletiva do resgate da identidade dos sujeitos do campo, ao fortalecer seu sentimento de pertencimento ao segmento social no qual estão realmente inseridos (Caldart, 2008; Coutinho, 2009). Outro aspecto relevante é que a formação da consciência de classe não é algo espontâneo e necessita de rupturas com as ideologias dominantes. Conforme postula Leher (2014), para que a classe trabalhadora tenha uma formação política, é necessário um ambiente que favoreça a disseminação da cultura proletária, com base na tradição marxista, em sindicatos classistas e autônomos, partidos políticos e movimentos sociais antissistêmicos, uma vez que esse tipo de formação requer o protagonismo de lutas de classes que se afirmem em confronto evidente com o capitalismo. Ou seja, “só a ação educa a classe explorada, só ela lhe dá a medida de suas forças, amplia seu horizonte, desenvolve suas capacidades, ilumina sua inteligência e tempera sua vontade” (Gramsci, 1982 *apud* Leher, 2014, p. 9). Nesse sentido é fundamental repensar a autonomia e função universitária, bem como o papel intelectual do professor, as novas formas de organização democrática da universidade e uma outra maneira de dialogar com os trabalhadores para além do diletantismo e proselitismo (Leher, 2019).



Lula em visita a assentamento do MST em Londrina (PR), março de 2022

4. CONCLUSÃO

A análise teórico-crítica proposta propiciou demonstrar que as formações histórico-sociais latino-americanas são sociedades de classes que se desenvolveram sob o capitalismo dependente, caracterizado pelo subdesenvolvimento e dependência da hegemonia do capital internacional, que, associado às burguesias locais, mantém o processo de dominação política e econômica, utilizando-se do poder político (Estado autocrático e autoritário) para manter o superprivilegiamento das classes dominantes sobre as classes dominadas (classe trabalhadora).

A formação social brasileira historicamente tem se desenvolvido sob o capitalismo dependente, em que as classes sociais dominantes, em disputa pelo controle da hegemonia burguesa, têm se associado ao capital hegemônico internacional e ao Estado capitalista para manter o processo de exploração e expropriação da classe trabalhadora, que luta pela sua emancipação humana perante o capital.

Buscou-se trazer as contribuições do Pronera para o processo de emancipação da classe trabalhadora, especificamente do território camponês, por ser aquele programa uma política pública educacional que, alçada a política nacional de Estado de educação do campo em 2010, foi desativada em 2020 sob o governo Bolsonaro, por estar em contradição com os blocos no poder da classe dominante que operacionalizavam o agronegócio no campo, estabelecendo-se como um projeto contra-hegemônico ante o capital.

Demonstrou-se que, por ser processo e resultado da complexa relação entre Estado e sociedade civil, o Pronera possui um aspecto contraditório em sua formulação, caracteris-

O atual contexto político, com a vitória democrática de Lula da Silva apesar de suas limitações e conformações ao capital, com as complexas alianças políticas estabelecidas com setores da burguesia nacional, lança luz sobre a redemocratização das relações políticas e institucionais, constituindo um desafio a reconstrução e retomada de importantes agendas e políticas educacionais, como o Pronera, comprometidas com a emancipação da classe trabalhadora

tico das políticas sociais implementadas nas formações sociais latino-americanas, que é sua conformação ao processo de acumulação do capital, no que se refere a suas relações institucionais com a estrutura de poder político estatal do Brasil sob o capitalismo dependente, que mantém o padrão de hegemonia burguesa das classes dominantes.

Ademais, conforme destacou Leher (2023), constatou-se que cabe à classe trabalhadora o desafio de seguir na luta pela desfascistização do senso comum, pelos direitos sociais conquistados e sua ampliação, forjando alternativas diante da ofensiva autocrática deixada como desastroso legado do governo Bolsonaro. O autor postula que

o enigma da esfinge no Brasil atual consiste em indagar sobre como organizar e produzir ideias em curto prazo, que mobilizem — e instem à ação — grandes massas em prol da democracia e do bem-viver frente aos intentos neofascistas da guerra cultural, de ruptura institucional e do extremo neoliberalismo do governo Bolsonaro (Leher, 2023, p. 215).

Por fim, compreende-se que o atual contexto político, com a vitória democrática de Lula da Silva (PT) na disputa pela Presidência do Brasil (para o mandato de 2023 a 2026), apesar de suas limitações e conformações ao capital, com as complexas alianças políticas estabelecidas com setores da burguesia nacional, lança luz sobre a redemocratização das relações políticas e institucionais, constituindo um desafio a reconstrução e retomada de importantes agendas e políticas educacionais, como o Pronera, comprometidas com a emancipação da classe trabalhadora.

* Pedagoga e mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). Funcionária pública efetiva da rede de educação básica do Estado do Maranhão. Pesquisadora dos grupos de pesquisa Gepolis e Deab (UFMA) e da Rede Universitas, eixo 7 – Educação Superior do Campo. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-0207-3487>>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6291232931056258>>. *E-mail*: michelle.sena.slz@gmail.com

► Texto recebido em 1º de setembro de 2023; aprovado em 16 de outubro de 2023.

ARAÚJO, Michelle Sena Rosa de. Poder político e ação política do MST por Educação do Campo no Brasil em tempos de negacionismo dos direitos sociais. **Princípios**, v. 40, n. 161, p. 245-269, 30 abr. 2021.

_____. **Relação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST — com o Estado na construção de políticas públicas de Educação do Campo no Maranhão (2003-2016)**. 2019. 190 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Relatório de trabalhos da CPMI “da Terra”**. Brasília: Congresso Nacional, 2005.

_____. INCRA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária — Pronera**: manual de operações. Brasília: MDA; Incra; Pronera, 2014.

BOITO JR., Armando. Os conflitos de classe na recente história política do Brasil. **Princípios**, v. 42, n. 166, p. 9-30, 8 mar. 2023.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: _____ et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. Do direito à Educação do Campo: a luta continua! **Aurora**, Marília, n. 5, p. 40-48, 2009.

DINIZ, Daise Ferreira; LERRER, Débora Franco. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): uma política pública para a democratização do Estado no Brasil. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 259-280, jan.-abr. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/46105>>. Acesso em: 17 set. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. **Boletim Dataluta**, n. 145, p. 333-362, jan. 2020.

FERNANDES, Florestan. Classes sociais na América Latina. In: _____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p. 33-122.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: STAUFFER, Anakeila de Barros (Org.). **Hegemonia burguesa na educação pública**: problematizações no curso Tems (EPSJV/Pronera). Rio de Janeiro: EPSJV, 2018. p. 5-16.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

_____. Experiências de lutas em contexto dito pós-neoliberal no Brasil: 2003-2013. **Revista Encuentros Latinoamericanos**, Montevideú, v. 8, n. 2, p. 99-169, dez. 2014.

_____. Forjando alternativas diante da ofensiva autocrática do governo Bolsonaro. In: _____ (Org.). **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 215-236.

_____; Santos, Maria Rosimary Soares dos. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. In: LEHER, Roberto (Org.). **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 9-43.

MÉSZÁROS, István. A ordem de reprodução sociometabólica do capital. In: _____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 94-132.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Clarice Aparecida. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 631-639.

LOSURDO, Domenico.
Imperialismo e questão europeia.
 São Paulo: Boitempo, 2023.
 263 p.



A arte de isolar o inimigo principal

The art of isolating the main enemy

marcelo pereira fernandes*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.014>

Muito bem-vinda a publicação de mais uma obra do filósofo italiano Domenico Losurdo (1941-2018) pela editora Boitempo. O livro traz uma coletânea de artigos — 11 ao todo — publicados entre os anos de 1979 e 2017, além de uma introdução e um apêndice, escritos pelo organizador da obra, Emiliano Alessandrini, e um posfácio, de Stefano Azzarà. Como o leitor poderá conferir, a crítica impiedosa de Losurdo vai da esquerda à direita do espectro político, sem poupar ninguém.

O fio condutor da obra é mostrar que atualmente o imperialismo seria, sobretudo, estadunidense. Os Estados Unidos seriam o centro incontestado da dominação imperialista e o principal inimigo dos povos. Logo no capítulo 1, texto de 1979, “Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo: os Estados Unidos, a Europa e a China”, Losurdo apresenta a sua proposta mais importante: é preciso isolar o inimigo principal. E, como ficará claro no restante do livro, o inimigo principal a ser combatido é o imperialismo estadunidense. No capítulo seguinte, “A ideologia de guerra e o mito do *translatio imperii* da Europa para os Estados Unidos”,

Losurdo busca demonstrar que, apesar de todas as contradições que povoam a União Europeia, ela pode se tornar um freio contra as aspirações de domínio de Washington. Em 1916, o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, culpava toda a Europa pela Primeira Guerra Mundial. Porém, conforme avançava a intervenção estadunidense a favor da Entente, os alemães passaram a ser acusados de bárbaros e selvagens que estariam abaixo “dos peles-vermelhas da América e das tribos negras da África” (Losurdo, 2022, p. 36). Do lado europeu, da Alemanha em particular, o desprezo pelos Estados Unidos seria semelhante. Porém, após duas guerras mundiais e o começo da Guerra Fria, a Europa Ocidental foi subjugada pelos Estados Unidos.

No terceiro capítulo, “Marxismo ou populismo”, Losurdo faz uma crítica dura ao que denomina de populismo. Ele questiona se as mudanças ocorridas no capitalismo mundial na chamada “globalização” são tão profundas que tornariam Marx obsoleto, como supõem os populistas. O autor lembra que a história do capitalismo, conforme analisado por Marx, seria a história da constituição do mercado mundial. A força que impulsiona o comércio em todo o mundo também levaria à destruição das formas tradicionais de civilização, com todas as consequências negativas (Losurdo, 2022, p. 44). Em razão das características pouco idílicas da “globalização”, “abre-se um grande espaço para o arrependimento nostálgico do mundo antigo e sua transfiguração”, diz Losurdo (2022, p. 44).

O marxismo e o leninismo teriam se desenvolvido no sentido da luta contra o populismo, mas hoje o ideário populista estaria sendo revivido, por exemplo, na exaltação da sociedade tibetana em contraposição ao desenvolvimento econômico chinês. O populismo seria hostil à China devido ao rápido crescimento econômico do país. Não importa se esse crescimento é fundamental para romper o embargo tecnológico promovido pelos Estados Unidos e para melhorar as condições sociais da população chinesa (Losurdo, 2022, p. 46). O problema para os populistas é que, com isso, supostamente triunfariam os valores negativos do “Ocidente materialista”, afirma Losurdo (2022, p. 47). Mencionando Deng Xiaoping, Losurdo lembra que socialismo e miséria são inconciliáveis, e que Marx e Engels, já no *Manifesto do Partido Comunista*, sublinhavam que o proletariado, ao controlar os meios de produção, busca desenvolver o mais rápido possível as forças produtivas.

O populista tenderia a enxergar a humanidade entre pobres e ricos ou proprietários e não proprietários. Daí que um populista como Pierre-Joseph Proudhon via o nascente movimento feminista como uma “pornocracia”, ou as aspirações de independência dos povos oprimidos como uma querela obscurantista merecedora de troca. Esse seria o mesmo sentimento que o filósofo italiano Toni Negri dispensou aos povos que lutam por sua independência: “últimos chauvinistas da nacionalidade” (Losurdo, 2022, p. 48). No plano internacional, os populistas perceberiam apenas a contradição entre os países centrais e os do Terceiro Mundo. A questão é que os países centrais não podem ser considerados de forma homogênea.

Citando os Estados Unidos, Japão, Rússia, França, Alemanha e a União Europeia em sua totalidade, Losurdo destaca que, embora sejam países capitalistas, não podem ser postos em pé de igualdade. Isso seria um erro e uma falta de compreensão que o movimento comunista precisa evitar. Num caso exemplar, que ajuda a explicar a atual guerra da Ucrânia, o autor lembra que a Rússia, “cada vez mais pressionada pela expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para o leste, deve enfrentar pressões separatistas e secessionistas, muitas vezes alimentadas de fora e que, não surpreendentemente, ocorrem

Mencionando Deng Xiaoping, Losurdo lembra que socialismo e miséria são inconciliáveis, e que Marx e Engels, já no *Manifesto do Partido Comunista*, sublinhavam que o proletariado, ao controlar os meios de produção, busca desenvolver o mais rápido possível as forças produtivas

ao longo das rotas estratégicas do petróleo” (Losurdo, 2022, p. 50). A mensagem de Losurdo é que mesmo aqueles países com tradição imperialista não podem ser considerados como se estivessem no mesmo nível. Muito acima de todos os outros países estariam os Estados Unidos, que, lembrando as palavras de Lênin na Primeira Guerra Mundial, alcançaram uma “vitória napoleônica” em 1991, com o fim da Guerra Fria.

Essa tendência de enxergar o mundo dividido entre ricos opressores e pobres oprimidos, sem maiores contradições, seria uma característica central do populismo. A justiça, sob este esse ponto de vista, seria um atributo exclusivo dos pobres. Nesse caso, Marx e Engels não teriam espaço. Aliás, eles mesmos vindo de famílias mais abastadas, chamavam a atenção para a posição contrarrevolucionária do lumpemproletariado. O retorno do populismo estaria, conforme Losurdo, em movimentos como o do “povo de Seattle”, em que partidos comunistas já não são bem-vindos. Pois estes, na versão populista, seriam dominados por burocratas que sempre acabam traindo ou abandonando as massas oprimidas, as únicas que verdadeiramente querem alcançar o reino da justiça social.

No quarto capítulo, “Existe um imperialismo europeu hoje?”, escrito em 2004, Losurdo examina a principal questão da obra, isto é, a tese de que o imperialismo estadunidense é o “inimigo principal”, e contra ele a esquerda precisa apontar suas baterias. Primeiramente, o “cancelamento da categoria de imperialismo”, justificado também pelos populistas, “corresponde à renovada transfiguração das guerras coloniais” (Losurdo, 2022, p. 60). Assim, para o filósofo Michael Hardt, a agressão da Otan contra a Iugoslávia não passou de uma operação supranacional para proteger os direitos humanos. Na realidade, ao contrário do que imagina Hardt, entre outros, o fim da Guerra Fria não abriu caminho para a paz perpétua, mesmo a paz dos poderosos, mas sim para o agravamento da situação internacional e o aumento das guerras.

Imperialismo é uma categoria inevitável para entender o sistema internacional que emergiu com o fim da Guerra Fria. Mas quais países deveríamos chamar de imperialistas?

Losurdo explica que considerações que medem somente o PIB ou o PIB *per capita*, excluindo a política e a ideologia, trazem consequências paradoxais. Referindo-se ao Brasil durante o período dos governos Lula (2003-2010), o autor lembra que o país, “em sua tentativa de escapar do abraço neocolonialista da Alca e dar impulso ao desenvolvimento de uma economia nacional autônoma” (Losurdo, 2022, p. 62), considerando-se exclusivamente o PIB, também passaria a ser considerado imperialista. Logo, seguindo-se esse raciocínio, só haveria duas alternativas aos países mais importantes do Terceiro Mundo: permanecerem semicolônias ou se tornarem potências imperialistas.

Ainda no quarto capítulo, Losurdo faz um questionamento fundamental: um partido comunista que chega ao poder num país semicolonial e atrasado deve primeiramente fazer a redistribuição dos “escassos recursos disponíveis” ou deve priorizar o desenvolvimento das forças produtivas? Este último, lembra corretamente o autor, seria condição “para a defesa da independência nacional” (Losurdo, 2022, p. 63). É evidentemente o caso da China, pelo menos desde o começo das reformas em 1978, que ainda luta para manter sua integridade territorial sob uma guerra econômica acirrada cada vez mais pelo imperialismo estadunidense (Losurdo, 2022, p. 64). Por isso, afirma Losurdo, “mesmo [em se] partindo do pressuposto (arbitrário) da restauração do capitalismo na China, suas contradições com os Estados Unidos não poderiam ser definidas como competição entre ‘polos imperialistas’” (Losurdo, 2022, p. 65).

É preciso ter em conta as transformações nas relações entre as grandes potências capitalistas. Assim, quando se faz referência à União Europeia e aos Estados Unidos como dois polos imperialistas, Losurdo chama a atenção, em primeiro lugar, para o fato de que a União Europeia não é um Estado, e por isso a comparação não faria sentido. Em segundo lugar, a distância de poder econômico e político entre os Estados Unidos e os países que compõem a União Europeia ainda seria muito grande, a ponto de Washington poder pressionar seus aliados europeus para destinarem mais recursos ao orçamento militar, sob a ameaça de não participarem de expedições punitivas em outros países sob a liderança estadunidense. Os Estados Unidos têm poder naval e o controle de áreas ricas em gás natural e petróleo, cujo fornecimento pode ser cortado de possíveis inimigos. Nesse sentido, o Japão estaria numa posição ainda mais fraca que a Europa. Em suma, é evidente, na visão de Losurdo, que Washington vem construindo um império planetário, sem admitir concorrentes. Isso somente é possível por sua enorme vantagem militar sobre as demais potências.

No entanto, isso não levaria ao desaparecimento do imperialismo. As ações estadunidenses permanecem ameaçando a integridade territorial dos países, sendo a China e a Rússia os alvos preferenciais. E mesmo a relação dos países capitalistas mais avançados com os Estados Unidos só de forma parcial poderia ser descrita como competição interimperialista. Losurdo cita o exemplo da Itália, lembrando que os Estados Unidos poderiam subjugar-la por meio de bases militares “afastadas da sua jurisdição originária” (Losurdo, 2022, p. 69).

No plano ideológico, os Estados Unidos também levariam grande vantagem, mais até que no plano militar. Os movimentos separatistas que se manifestam na Europa, às vezes desembocando na luta armada, são enquadrados como terroristas ou de libertação nacional, segundo a definição que mais convenha a Washington. São esses aspectos que levam Losurdo a questionar se existiria um imperialismo europeu em ascensão a desafiar o imperialismo estadunidense.

No capítulo 5, escrito em 2007, “O império americano e a Europa”, Losurdo trata especificamente do “antiamericanismo”, acusação que, segundo a elite dos Estados Unidos,

Citando os Estados Unidos, Japão, Rússia, França, Alemanha e a União Europeia em sua totalidade, Losurdo destaca que, embora sejam países capitalistas, não podem ser postos em pé de igualdade. Isso seria um erro e uma falta de compreensão que o movimento comunista precisa evitar. Num caso exemplar, que ajuda a explicar a atual guerra da Ucrânia, o autor lembra que a Rússia, “cada vez mais pressionada pela expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para o leste, deve enfrentar pressões separatistas e secessionistas, muitas vezes alimentadas de fora e que, não surpreendentemente, ocorrem ao longo das rotas estratégicas do petróleo”

uniria correntes de esquerda e de direita e, não raro, também as vinculadas ao antissemitismo. Ele destaca que qualquer crítica à política de Washington é considerada expressão do antiamericanismo e da rejeição à democracia, assim como críticas a Israel são consideradas antissemitas. Aí Losurdo recorda o “genuíno americanismo de Henry Ford” e sua explícita simpatia pelo grupo supremacista branco Ku Klux Klan.

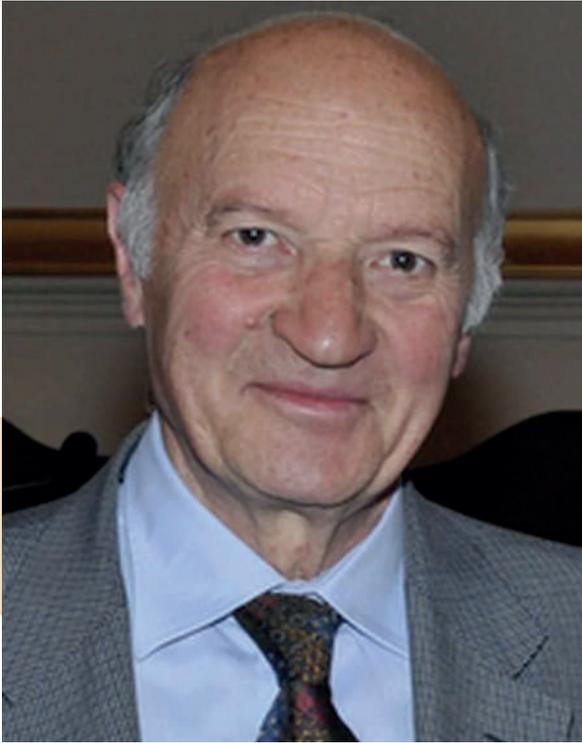
O capítulo 6, “O inimigo principal está em seu próprio continente?”, e o capítulo 7, “O que significa ser anti-imperialista hoje?”, são a transcrição de duas intervenções de Losurdo. A primeira em 2009, e a segunda em 2016. Nas duas ocasiões, o autor afirma que, embora a Otan e a União Europeia sejam ambas projetos imperialistas, existem diferenças importantes entre elas. Sem o imperialismo estadunidense não seria concebível falar em embargo contra Cuba ou sobre a tragédia em Gaza. Na realidade, os Estados Unidos seriam a única entre as potências que teria seu comportamento imperialista glorificado. Ademais, é importante lembrar que são os Estados Unidos que infestam a Europa de bases militares, e não o contrário. Daí a ameaça constante à Rússia, que, com Putin, se nega a fazer o papel de semicolônia.

O capítulo 8, “O ideal de ‘paz perpétua’ entre a Europa e os Estados Unidos”, escrito em 2016, trata do “destino manifesto”, crença que acompanha a elite estadunidense praticamente desde a independência do país. Foi assim que a Otan bombardeou a Iugoslávia no fim

dos anos 1990, sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU. Losurdo recorda que a guerra possibilitou aos Estados Unidos levantarem a base militar de Camp Bondsteel, em Kosovo, a maior base fora do território estadunidense. Essa ação militar permitiu a Washington ter um controle ainda maior sobre a Europa, sendo comemorada pelo filósofo de extrema esquerda Michael Hardt como uma ação que visaria proteger os direitos humanos (Losurdo, 2022, p. 114). A função de “xerife internacional” que Washington se atribui e é aplaudida até por alguns intelectuais de esquerda está em contradição com a ordem internacional erigida após a Segunda Guerra Mundial, a qual assegura o direito à soberania nacional. Para o onipotente “xerife internacional”, não há fronteiras nacionais a serem respeitadas, já que a causa dos Estados Unidos se confunde com os anseios de todo o planeta. A abordagem legalista do direito internacional deve ser preterida em razão de um bem maior, portanto. Ademais, a maior potência militar do planeta não vacila em se apresentar como a “nação escolhida” por Deus. Assim, diz Losurdo, “os Estados Unidos, como qualquer império que se preze, tendem a estender sua jurisdição muito além das fronteiras nacionais” (Losurdo, 2022, p. 137).

No capítulo 9, “A Nova Rota da Seda e o diálogo entre civilizações”, apresentado em 2017 em um fórum sobre China e União Europeia, Losurdo se debruça sobre a iniciativa chinesa “One belt one road”. O autor começa lembrando que a iniciativa “foi comparada a uma espécie de Plano Marshall com características chinesas” (Losurdo, 2022, p. 143). Na visão de Losurdo, a comparação seria absolutamente equivocada. Isso porque o Plano Marshall tinha o objetivo claro de fazer chantagem ao bloco socialista que estava se formando: para obter financiamento e tecnologia para reerguer suas indústrias, os países de orientação socialista deveriam se integrar de forma subordinada ao sistema capitalista. A Nova Rota da Seda visaria ao desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo, em diálogo com diferentes culturas, enquanto o Plano Marshall marcou o começo da Guerra Fria. A questão, novamente, é que não se podem pôr na mesma posição as potências coloniais e os países agredidos ou ameaçados de agressão pelo imperialismo. O autor mostra que não haveria condições de o Ocidente apresentar superioridade moral perante o resto do mundo. Cita, por exemplo, a ameaça do general estadunidense MacArthur de lançar até 50 bombas atômicas nas cidades chinesas (Losurdo, 2022, p. 150). Ou as unidades da Otan que serviram na prática como pelotão de fuzilamento contra Saddam Hussein no Iraque e Muammar Gaddafi na Líbia. O assassinato de Gaddafi ainda foi alvo de comemoração cínica de Hillary Clinton. Na realidade, os estadunidenses acreditam que seus valores são os valores universais. Mais do que isso: os interesses econômicos estadunidenses estariam em harmonia com os valores universais. Uma harmonia de interesses milagrosa, afirma Losurdo.

Por fim, nos capítulos 10, “Por que o imperialismo dos Estados Unidos é de longe o inimigo principal?” e 11, “Pode um Estado colonialista ou imperialista constituir um baluarte da democracia”, escritos em 2014 e 2017, respectivamente, Losurdo discorre sobre o papel que os Estados Unidos exercem sobre os povos em todo o mundo, mesmo aqueles que pertencem ao clube dos países mais desenvolvidos. No plano externo, o presidente dos Estados Unidos, seja ele democrata ou republicano, agiria como um “monarca absoluto”. O presidente estadunidense tem o poder de definir onde e quando começará uma guerra, sem precisar pedir licença ao Conselho de Segurança da ONU. Isso só é possível graças ao seu poder avassalador no campo militar, que permite a Washington dizer até onde vai a liberdade de expressão e quem pode exercê-la. Assim, na visão do autor, não se pode alcançar a democracia nas relações internacionais, visto que os Estados Unidos exercem uma força



Domenico
Losurdo
(1941-2018)

imperial calcada na crença em seu “excepcionalismo” (Losurdo, 2022, p. 171). O caso de Cuba é exemplar:

Ao decretar e prolongar o embargo contra Cuba, o Congresso dos Estados Unidos não só não dá atenção à votação da Assembleia Geral da ONU, que há anos reivindica quase por unanimidade o cancelamento dessa medida, como também aprova legislação que pretende atingir terceiros países “culpados” de violar o embargo (Losurdo, 2022, p. 172).

Losurdo não nega que a maioria dos países que compõem a União Europeia são imperialistas. O que o incomoda é a tentativa de situar a União Europeia e os Estados Unidos no mesmo patamar quanto às práticas imperialistas. Primeiro, porque a União Europeia é um conjunto de Estados bastante heterogêneos, e, segundo, porque os Estados Unidos estão muito à frente de todos os países da Europa, além do Japão, em relação ao poderio militar. De fato, há diversas bases militares estadunidenses espalhadas pelo continente europeu, além da presença atroz da Otan, que se amplia — após o fim da Guerra Fria, a Rússia foi cercada por 14 novos membros — e guerreira sob o comando Washington.

À luz da obra, é útil destacar alguns pontos sobre a atual estrutura do sistema internacional no qual os Estados Unidos, como corretamente avalia Losurdo, são a principal potência dominante. Autores como Hardt e Negri (2001) avaliam que a categoria imperialismo está ultrapassada e que vivemos a era do “Império” — um poder global e acima das nações —, pois nenhum país conseguiria ocupar o papel de liderança que as nações europeias ocuparam no passado. Moniz Bandeira (2006) afirma que a história deu razão a Karl Kautsky por ter ele previsto que o capitalismo alcançaria um nível de desenvolvimento e organização que atenuaria suas contradições, levando à renúncia da corrida armamentista. Esse cartel das grandes potências foi denominado por Kautsky de ultraimperialismo. Curiosamente,

Kautsky havia defendido em 1912 a criação dos “Estados Unidos da Europa” como forma de administrar os conflitos econômicos e de fazer a defesa do desarmamento. Panitch e Gindin (2012) também questionam a funcionalidade da categoria imperialismo, afirmando que os Estados Unidos assumiram as responsabilidades de realização e gestão do capitalismo global. Por isso, a burguesia e os Estados europeus não teriam qualquer interesse em desafiar o imperialismo estadunidense, pois, afinal, ele serviria aos interesses de uma classe capitalista global. Já não haveria mais rivalidades interimperialistas, portanto.

Losurdo não está próximo a nenhum desses autores. Obviamente que o sistema internacional se modificou em relação àquele analisado por Lênin nos anos 1910. A Primeira Guerra ocorreu quando a correlação de forças se alterou a favor da potência emergente (Alemanha), em detrimento da potência hegemônica (Inglaterra) naquele momento. Já o mundo que emergiu nos anos 1990 fez com que a correlação de forças se apresentasse ainda mais favorável para a potência dominante, os Estados Unidos. Mas isso não significa que a categoria imperialismo está obsoleta. Losurdo vai justamente na direção oposta, indicando que há uma redescoberta de Lênin. Não ocorreu uma “paz perpétua” ou um “império” supranacional com o fim da Guerra Fria, como sugerem Hardt e Negri, nem as despesas militares foram reduzidas, como Kautsky acreditava que sucederia, ou uma prosperidade e estabilidade econômica, conforme sonhavam os ideólogos da “globalização”. Ao contrário, assistiu-se a uma série de guerras e ao avanço da Otan em direção ao leste, tomando conta das antigas áreas de influência soviética, resultando disso, em fevereiro de 2022, o conflito com a Ucrânia. Aumentou a instabilidade econômica, como demonstram as diversas crises financeiras dos anos 1990 e 2000, até que o mundo assistiu, em 2008-2009, à pior crise econômica da história.

O sistema internacional é um sistema assimétrico, com diferenças marcantes entre os Estados, inclusive entre aqueles principais que compõem a União Europeia. Tais Estados estão ligados por diversos tratados, a maioria está na Zona do Euro e participa da Otan. A extensão de bases militares dos Estados Unidos pelo Leste Europeu ocorreu sem reação das instituições europeias. As bases militares na Romênia, que atualmente contam com milhares de soldados estadunidenses, franceses, holandeses, alemães etc., vêm servindo para manter a Rússia sob ameaça, dificultando o estabelecimento de um acordo para acabar com a guerra da Ucrânia. Tudo isso é surpreendente, porque os impactos econômicos negativos da guerra nos principais Estados europeus são visíveis, com todos os efeitos deletérios sobre as condições de vida dos trabalhadores. Talvez por essa razão a busca frenética de Washington por empurrar o Ocidente para uma guerra econômica com a China tem encontrado maior resistência. Aqui a ideia é barrar o desenvolvimento econômico da China, não apenas com sanções comerciais, mas com a própria Otan, como evidencia a tentativa de expandir a organização na região do Indo-Pacífico. Com a desfaçatez de quem serve ao imperialismo, o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, alertou que a China é uma “potência cada vez mais autoritária”, que pode ameaçar Taiwan e os países que formam a Otan (Poole, 2023). Por certo, a “hegemonia benigna” estadunidense que ajudou a reconstruir a Europa e o Japão no pós-Segunda Guerra está morta e enterrada.

Os Estados Unidos mantêm sua posição dominante no sistema, mas a manutenção dessa posição está ligada cada vez mais a conflitos de toda espécie. Por isso, a questão nacional precisa estar no centro da estratégia para enfraquecer o imperialismo estadunidense, logo, de uma estratégia revolucionária de longo prazo que conceda aos povos aquilo que

Roosevelt afirmava como um dos direitos fundamentais: a liberdade de não sentir medo. Nesse sentido, questionar o imperialismo estadunidense é também questionar o capitalismo enquanto sistema internacional, pois é ele que, em última instância, ameaça a sociedade.

* Professor associado III da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e docente do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Desenvolvimento (PPGER) da UFRRJ e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (Pepi) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Grupo de Pesquisa Padrões Históricos do Desenvolvimento Econômico da América do Sul. Desenvolve um projeto de extensão com publicações periódicas: o boletim mensal *Conexão Sino-Latina*. Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ).
E-mail: mapefern@gmail.com

► Texto recebido em 20 de junho de 2023; aprovado em 21 de junho de 2023.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOSURDO, Domenico. **Imperialismo e questão europeia**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Formação do império americano**: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. **The making of global capitalism**: the political economy of American empire. London: Verso, 2012.

POOLE, Emma. NATO chief "more than ready" to strengthen partnerships in Indo-Pacific. **US Today News**, February 1, 2023. Disponível em: <<https://ustoday.news/nato-chief-more-than-ready-to-strengthen-partnerships-in-indo-pacific>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LIVROS QUE RECOMENDAMOS



Lênin: um século depois, teoria e história

Aloísio Sérgio Barroso e Osvaldo Bertolino (organizadores)

Editoras: Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois

Formato: 23 x 16 cm

1ª edição, 2024

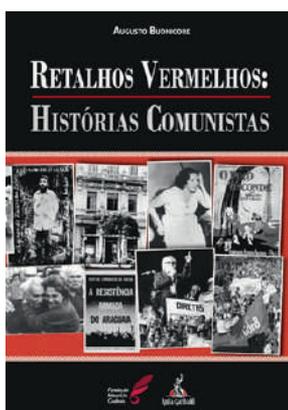
Preço: R\$ 75

Páginas: 480

Esta coletânea, lançada em razão do centenário da morte de Vladímir Ilitch Lênin (1870-1924), é composta de artigos produzidos por 30 especialistas na obra do revolucionário russo.

As diferentes abordagens desse conjunto de acadêmicos, pesquisadores, historiadores, jornalistas e militantes, brasileiros e estrangeiros, contribuirão para aprofundar o conhecimento da produção desse expoente do marxismo.

Certamente, até mesmo estudiosos e grandes conhecedores da vasta obra de Lênin encontrarão nesse conjunto de textos estímulo para tornar a refletir sobre diversos aspectos teóricos do pensamento leninista.



Retalhos vermelhos: histórias comunistas

Augusto Buonicore

Editoras: Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois

Formato: 23 x 16 cm

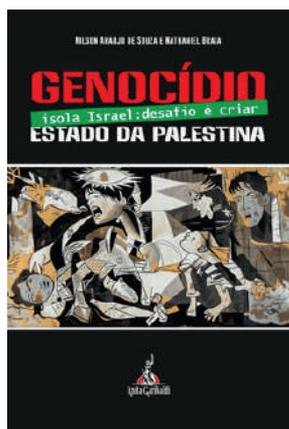
1ª edição, 2023

Preço: R\$ 78

Páginas: 576

Coletânea com 55 artigos do autor, falecido em 2020 aos 59 anos. Estruturados com admirável equilíbrio entre objetividade e firmeza ideológica, os textos descrevem a trajetória das lutas comunistas no Brasil, inclusive as menos famosas mas igualmente dotadas de grandeza moral, preservando a memória dos abnegados militantes que as empreenderam.

Sobressai no livro sua alta qualidade historiográfica e a eficaz contextualização com que Augusto Buonicore apresenta os acontecimentos e os problematiza.



Genocídio isola Israel: desafio é criar Estado da Palestina

Nilson Araújo de Souza e Nathaniel Braia

Editora: Anita Garibaldi

Formato: 23 x 16 cm

1ª edição, 2024

Preço: R\$ 45

136 páginas

“A denúncia do sionismo como base ideológica do Estado de Israel é o tema principal do livro. O sionismo se estabeleceu como movimento colonial e racista ocupando militarmente a Palestina e contrariando todo o ordenamento internacional legal territorial e de direitos humanos.

Os autores questionam de forma contundente e fundamentada a tese dos sionistas ditos de esquerda na qual o sionismo é formulado como ‘movimento nacional de libertação do povo judaico’. A resposta em forma de pergunta se torna óbvia e elementar: como um movimento liberta um povo às custas da liberdade de outro povo?

Os judeus colonizadores, fundadores e governantes do Estado de Israel expulsaram 750 mil palestinos, mataram milhares de palestinos, arrasaram mais de 400 vilas e vilarejos palestinos para dar lugar ao Estado de Israel. Essa foi a Nakba palestina, a catástrofe de todo um povo.”

Emir Mourad



Direito à cidade no Rio de Janeiro: políticas públicas para uma cidade inclusiva, democrática, sustentável e rebelde

Dani Balbi e Theófilo Rodrigues (organizadores)

Editoras: Fundação Maurício Grabois e Bem Cultural

Formato: 14 x 21 cm

1ª edição, 2024

Preço: R\$ 45

265 páginas

No dia a dia das cidades, os serviços e equipamentos públicos são desigualmente usufruídos entre as classes sociais. Ao passo que pequena parte dos cidadãos tem livre acesso a lazer, transporte público, saúde, educação e segurança, por exemplo, à maioria é vedada a plena utilização desses recursos.

O direito à cidade pressupõe a universalização do acesso a todos os benefícios disponíveis na comunidade. Em sintonia com esse intuito, a obra apresenta ao leitor propostas de políticas públicas municipais que visam à ampliação do direito democrático da população às cidades em que vivem.

Os textos, elaborados por 20 pesquisadores, foram organizados por Dani Balbi, deputada estadual fluminense pelo PCdoB, e Theófilo Rodrigues, professor de pós-graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, da Universidade Candido Mendes (Iuperj-Ucam).



O Estado mínimo está na mesa: os impactos do neoliberalismo na agricultura brasileira

Luciano Rezende Moreira

Editora: Anita Garibaldi

Formato: 16 x 23 cm

1ª edição, 2024

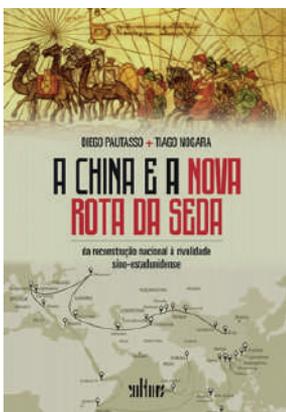
Preço: R\$ 55

Páginas: 236

“O livro *O Estado mínimo está na mesa: os impactos do neoliberalismo na agricultura brasileira*, escrito pelo professor e estudioso da questão agrária Luciano Rezende Moreira, é antes de tudo um apelo pela retomada de um projeto nacional de desenvolvimento no Brasil que abarque todos os setores sociais e econômicos do país, destacadamente a agricultura.

Como engenheiro agrônomo e professor de Agronomia que é, Luciano aborda muitos temas agrícolas e agrários de forma extremamente didática, compreensível ao leigo na matéria. Como geógrafo de formação, Luciano também dá contornos importantes em sua obra a temas fundamentais, que dizem respeito sobretudo à ainda presente dualidade entre o campo e a cidade ou o rural e urbano. Mais que isso, trata com muito rigor acadêmico e apurada visão política o que define como artificial contradição entre agronegócio e agricultura familiar.”

Luciana Santos



A China e a Nova Rota da Seda: da reconstrução nacional à rivalidade sino-estadunidense

Diego Pautasso e Tiago Nogara

Editora: Editora de Cultura

Formato: 23 x 16 cm

1ª edição, 2024

Preço: R\$ 68

Páginas: 184

A Nova Rota da Seda é o cerne do projeto de globalização da China, em contraposição ao modelo neoliberal liderado pelos EUA em escala global, e representa a gestação de uma nova ordem global com base no gradual deslocamento do eixo de acumulação e formulação política do mundo do Atlântico Norte para a bacia do Pacífico.

A obra apresenta um panorama da reconstrução da China, fruto das necessidades de criação de demanda nacional e da urgência de engendrar alternativas para a vulnerabilidade de suas fontes energéticas e de matérias-primas e de internacionalizar suas empresas em âmbito industrial e comercial.

O livro discute, entre outros temas, as dimensões marítima e terrestre do projeto, as relações internacionais da China, seus principais desafios securitários, a rivalidade sino-estadunidense e os conflitos entre o poder central chinês e os grupos separatistas presentes no país.

Princípios é uma publicação quadrimestral da Editora e Livraria Anita Ltda.

Registrada no ISSN sob o nº 1415788-8 e no E-ISSN 2675-6609

Open Journal System (OJS):

<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios>

E-mails: principios.revista@gmail.com (redação)

principios@revistaprincipios.com.br (avaliação)

Jornalista responsável: Fábio Palácio

Gestão do portal Open Journal System: Nilson Weisheimer

Preparação e revisão de originais: Ramiro Torres e Graziela Dutra Kantorki

Projeto gráfico: Vandrê Fernandes e Cláudio Gonzalez

Diagramação: Laércio D'Angelo Ribeiro e Cláudio Gonzalez

Editora e Livraria Anita Ltda.

CNPJ: 96.337.019/0001-05

End. Adm.: Rua Rego Freitas, 249 - República

São Paulo - SP - CEP: 01220-010

Tel.: (11) 3129-4586 WhatsApp: (11) 92012-3581

E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

www.anitagaribaldi.com.br

Vendas: www.livrariaanita.com.br



Fundador

► João Amazonas (1912-2002)

Editores

► Júlio Vellozo e Fábio Palácio

Editor-executivo

► Nilson Weisheimer

Comissão Editorial

► Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Theófilo Rodrigues, Ana Maria Prestes e Cláudio Gonzalez

Secretário de redação

► Ramiro Torres

Conselho Editorial

Analúcia Danilevicz Pereira (História e RRII/UFRGS); Andréia Galvão (Ciência Política/Unicamp); Antonio Liberac C. Simões Pires (História/UFRB); Armen Mamigonian (Geografia/UFSC); Atilio Boron (Ciência Política e RRII/Universidades de Buenos Aires e Avellaneda); Boaventura de Sousa Santos (Economia e Ciências Sociais/Universidades de Coimbra e Wisconsin-Madison); Carol Proner (Direito/UFRJ); Celso Frederico (Comunicação/USP); Cícero Péricles de Carvalho (Geografia e Economia/Ufal/Unifesp); Cristhiano Duarte (Matemática e Física/University of Leeds); Dermeval Saviani (Educação/Unicamp); Elias Jabbour (Economia/Uerj); Enzo Bello (Direito/UFF); Fábio Guedes Gomes (Economia/Ufal); Fábio Palácio (Comunicação/UFMA); Frederico Mazzucchelli (Economia e História/Unicamp); Gabriel Becerra Yañez (Ciências Sociais/Universidad Cooperativa de Colombia); Gilberto Bercovicí (Direito/USP); Gilberto Maringoni (RRII/UFABC); Ilka Bichara (Psicologia/UFBA); João Quartim de Moraes (Filosofia/Unicamp); José Carlos Braga (Economia/Unicamp); José Claudinei Lombardi (Educação/Unicamp); José Luís Fiori (Economia/UFRJ); Júlio Vellozo (Direito/Fadisp); Luís Fernandes (RRII e Ciência Política/PUC-RJ/UFRJ); Luiz Eduardo Motta (Ciência Política/UFRJ); Luiz Fernando de Paula (Economia/UFRJ); Luiz Gonzaga Belluzzo (Economia/Unicamp); Madalena Guasco (Filosofia/PUC-SP); Manuel Domingos Neto (História/Casa de Rui Barbosa e UFC); Marcos Dantas (Comunicação/UFRJ); Maria Lygia Quartim de Moraes (Sociologia e Serv. Social/Unicamp e Unifesp); Marly Vianna (História/UFSCar); Mary Garcia Castro (Sociologia/UFBA/UFRJ); Maryse Farhi (Economia/Unicamp); Miguel Bruno (Economia/Ence-IBGE/Uerj); Nereide Saviani (Educação/Unisantos); Nilson Araújo (Unila); Olival Freire Junior (Hist. das Ciências/UFBA); Paris Yeros (Economia e RRII/UFABC); Sergio Schneider (Sociologia e Economia/UFRGS); Sidarta Ribeiro (Neurociências/UFRN); Sílvio Almeida (Administração/FGV); Táki Cordás (Psiquiatria/USP); Volnei Garrafa (Bioética/UnB).

Conselho Consultivo

Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes, Cláudio González, Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aloísio Sérgio Barroso, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Augusto César Buonicore (*in memoriam*), Bernardo Joffily, Dilermando Toni, Edvar Bonotto (*in memoriam*), Fernando Garcia de Faria, Flávio Dino, Haroldo Lima (*in memoriam*), Jô Moraes, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy (*in memoriam*), Lécio Moraes, Leocir Costa Rosa, Luciana Santos, Manuela D'Ávila, Mariana de Rossi Venturini, Nádia Campeão, Olívia Rangel, Orlando Silva, Osvaldo Bertolino, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Renato Rabelo, Ricardo Abreu de Melo, Rosanita Campos, Rubens Diniz, Sérgio Rubens (*in memoriam*), Walter Sorrentino.

Corpo de pareceristas

Alexandre Pilati (Literatura/UnB); Allan Kardec Barros (Eng. Elétrica/UFMA); Américo Alves de Lyra Junior (RRII/UFRR); Antônio Guedes Rangel Júnior (Educação e Psicologia/UEPB); Antonio Luiz Caldas Junior (Saúde Coletiva/Unesp); Caio Bugiato (Ciência Política e RRII/UFRRJ); Cássia Damiani (Políticas Públicas e Educação/UFC); Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo (Ciência Política/UFT); Cristiano Capovilla (Filosofia/UFMA); Dalton José Alves (Educação/Unirio); Dalton Macambira (História/UFPI); Daniela Borges Pavani (Astronomia/IF-UFRGS); Diego Pautasso (Geografia/Colégio Militar de P. Alegre); Dimitri Toledo (Administração Pública/Unifal-MG); Edileusa Pena da Silva (Biblioteca/Economia/UFMT); Edsaura Maria Pereira (Saúde Coletiva/UFG); Eduardo Corrêa (Matemática/Uerj); Edwiges C. Carvalho Corrêa (Direito/PUC-GO); Elisangela Lizardo de Oliveira (PhD Ciências Sociais/Uerj); Ernesto Valença (Teatro/Ufop); Francisco Wellington Duarte (Economia/UFRN); Gianni Fresu (Filosofia/UFU); Haroldo de Mayo Bernardes (Engenharia Civil/Unesp); Hélio de Mattos Alves (Farmácia/UFRJ); Hugo Valadares (Eng. Elétrica e Computação/UTFPR); José Ricardo Moreno Pinho (História/UnB); José Luiz Alves (Economia/UPE); Júlia Lemos Vieira (PhD Ciências Sociais/Uerj); Juliana Alves de Araújo Bottechia (Química e Educação/UnB); Lígia Maria Ávila Chiarelli (PG Arquitetura/UFPel); Luciano Rezende Moreira (Ciências Agrárias/IFDF); Maelda Barros (Geografia/UFPE); Mara Franco de Sá (Ciências Sociais e Educação/UFPI); Marcelo Pereira Fernandes (Economia/UFRRJ); Marcio Florentino Pereira (B.I. Saúde/UFESB); Maria das Graças de Oliveira (Ciência da Informação/IFMG); Maria do Carmo L. C. Leite (Educação/Unisantos); Maria Luiza Nogueira Rangel (Educação, Políticas Públicas e Filosofia/UEG/UCB); Mariana de Moura Souza (RRII e Energia/Unifesp); Máximo Augusto Campos Masson (Sociologia e Educação/UFRJ/UFRRJ); Meire Rose dos Anjos Oliveira (Geografia/UFMT); Neusa Valadares (Direito/PUC-GO); Nilson Weisheimer (Sociologia/UFRB); Olgamir Amancia Ferreira (Educação/UnB); Patrícia Simone Nogueira (Nutrição e Educação/UFMT); Paulo Bretas Vilarinho Junior (Psicologia/Faeterj Duque de Caxias); Pedro Luiz Teixeira de Camargo (Ciências Ambientais/IFMG); Reinaldo de Lima Reis Jr. (Educação/IFG); Renildo Sousa (Economia e RRII/UFBA); Rita Coitinho (Museu Victor Meirelles/Ibram); Robson Câmara (Eape/SEEDF); Romualdo Pessoa Campos Filho (Geografia/Iesa-UFG); Saulo Pinto (Economia/UFMA); Sérgio Mário Lins Galdino (Ciência da Computação/UPE); Sheler Martins de Souza (Ciências Biológicas/IFF); Sílvio Costa (História/PUC-GO); Socorro Rangel (Matemática Aplicada/Unesp S. J. do Rio Preto); Tanara Lauschner (Computação/Ufam); Theófilo Rodrigues (PhD Ciências Sociais/Uerj); Thiago Modenesi (Educação e Políticas e Gestão Pública/UNIFG-PE); Wellington Pinheiro dos Santos (Engenharia Biomédica/UFPE); Wladimir Vinycius de Moraes Camargos (Direito/UFG).

Princípios combos

Adquira exemplares impressos da revista *Princípios* em combos com duas ou mais edições e com descontos especiais. Todos os números desta nova fase da revista, em formato livro, estão disponíveis para venda.

COMBO TODAS AS EDIÇÕES!



COMBO
10 EDIÇÕES
(159 A 168)
DE R\$ 300
POR
R\$ 260



Para aquisição de exemplares impressos de edições anteriores à 159, consulte-nos via WhatsApp – (11) 92012-3581 – ou pelo e-mail livraria@anitagaribaldi.com.br

Confira as opções de combo em:
www.livrariaanita.com.br/revistas/c



Anita Garibaldi

GOLPE DE 1964

60 ANOS DA INFÂNCIA

1964-2024

LIVRO NEGRO DA DITADURA MILITAR

